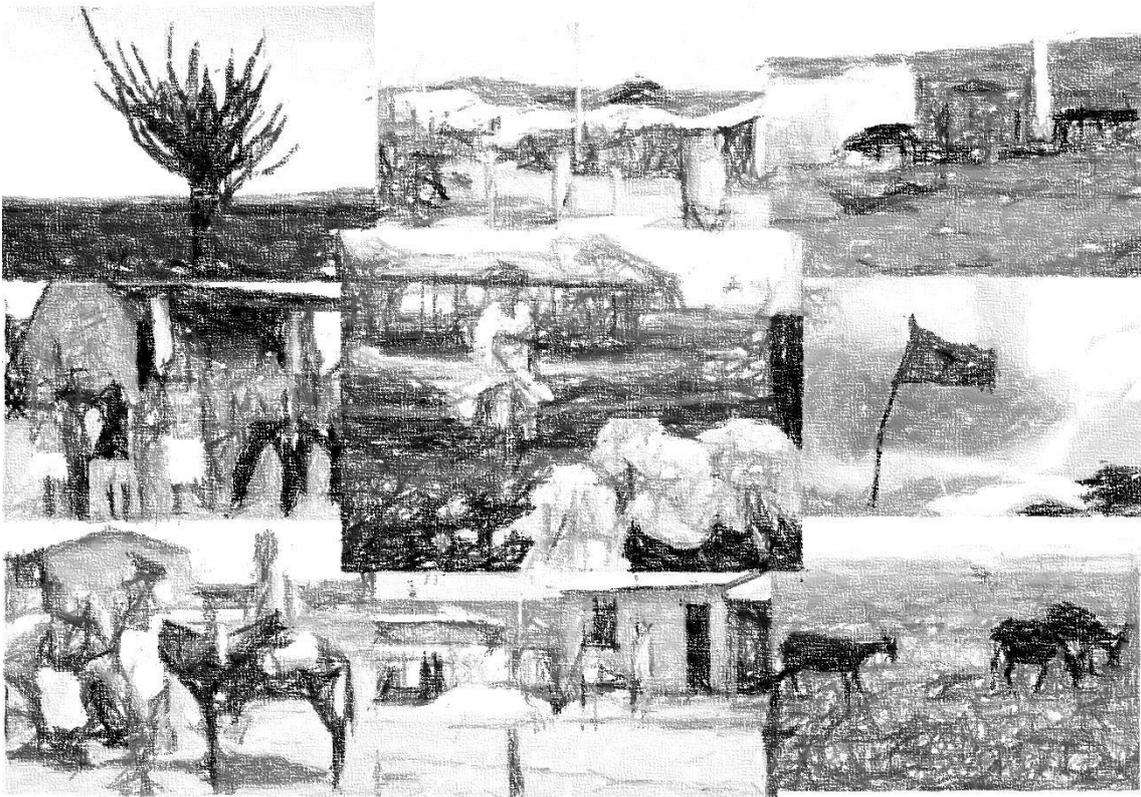




UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**PELO ESPAÇO DO HOMEM CAMPONÊS:
ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL
NO SERTÃO DOS ESTADOS DE SERGIPE E ALAGOAS**



NÚBIA DIAS DOS SANTOS

SÃO CRISTÓVÃO

2012

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

NÚBIA DIAS DOS SANTOS

**PELO ESPAÇO DO HOMEM CAMPONÊS:
ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL
NO SERTÃO DOS ESTADOS DE SERGIPE E ALAGOAS**

Tese apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe como pré-requisito para obtenção do título de **Doutora em Geografia**.

Orientador: Prof. Dr. Celso Donizete Locatel.

São Cristóvão – Sergipe – Brasil

2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Santos, Núbia Dias dos

S237p Pelo espaço do homem camponês : estratégias de reprodução social no sertão dos Estados de Sergipe e Alagoas / Núbia Dias dos Santos ; orientador Celso Donizete Locatel. – São Cristóvão, 2012.

291 f. : il.

Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, 2012.

1. Geografia social. 2. Camponeses – Política governamental. 3. Territorialidade humana. 4. Sergipe. 5. Alagoas. I. Locatel, Celso Donizete, orient. II. Título.

CDU 911.3:30(813.7+813.5)(213.52)

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

NÚBIA DIAS DOS SANTOS

**PELO ESPAÇO DO HOMEM CAMPONÊS: ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO
SOCIAL NO SERTÃO DOS ESTADOS DE SERGIPE E ALAGOAS**

Tese apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe como pré-requisito para obtenção do título de Doutora em Geografia sob a orientação do Prof. Dr. Celso Donizete Locatel.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Celso Donizete Locatel (UFRN/UFS)
Orientador

Prof. Dr. Francisco Fransualdo de Azevedo (UFRN)

Prof. Dr. Ronaldo Gomes Alvim (Professor Visitante/UFS)

Prof. Dr. Eliano Sérgio Azevedo Lopes (UFS)

Prof. Dr. Hélio Mário de Araújo (UFS)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

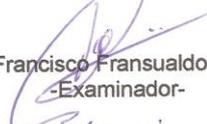


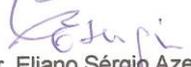
Ata da Sessão de Defesa da Tese de Doutorado de
Núbia Dias dos Santos.

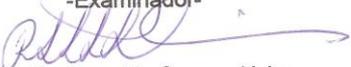
Aos vinte e hum dias do mês de dezembro de dois mil e doze, com início às quatorze horas e trinta minutos, realizou-se no Auditório do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Sergipe, a sessão pública de defesa de Tese de Doutorado em Geografia de Núbia Dias dos Santos, área de concentração "Organização e Dinâmica dos Espaços Agrário e Regional", intitulada "Pelo Espaço do Homem-Camponês: estratégias de reprodução social no sertão dos Estados de Sergipe e Alagoas", presidida pelo Prof. Dr. Celso Donizete Locatel, na qualidade de orientador, que por sua vez passou a palavra para a candidata proceder à apresentação do seu trabalho. Logo após, a banca examinadora composta pelos Professores Doutores Francisco Fransualdo de Azevedo, Eliano Sérgio Azevedo Lopes, Ronaldo Gomes Alvim e Hélio Mário de Araújo arguíram a candidata que teve igual período para sua defesa. Em seguida, o Prof. Dr. Celso Donizete Locatel, presidente da banca teceu comentários sobre a Tese apresentada. Encerrados os trabalhos, retirou-se do recinto a banca examinadora para atribuição do conceito. A mesma decidiu aprovar com o conceito "A", com louvor. Foram atendidas as exigências das Normas que regulam a apresentação e defesa de Tese de Doutorado em Geografia da Universidade Federal de Sergipe.

Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, 21 de dezembro de 2012.


Prof. Dr. Celso Donizete Locatel
-Orientador-


Prof. Dr. Francisco Fransualdo de Azevedo
-Examinador-


Prof. Dr. Eliano Sérgio Azevedo Lopes
-Examinador-


Prof. Dr. Ronaldo Gomes Alvim
-Examinador-


Prof. Dr. Hélio Mário de Araújo
-Examinador-


Núbia Dias dos Santos
-Candidata-

Dedico essa tese a Ajibola Isau Badiru

e as pessoas as quais Deus me concedeu o privilégio e a benção de chamar de família:

Aos meus pais, Ariston Dias e Terezinha Santos,

A minha irmã-mãe, amiga e comadre Nadja Maria,

Aos meus irmãos: Alberto, Edmilson, José, Ernaldo, Wellington, Wilton e Ariasvaldo.

Ao irmão e irmãs que chegaram: José Rodrigues, Tania, Lolo e Terlange.

Aos meus amados sobrinhos: Alisson, Anderson, Tony, Rafael, Israel, Diego.

As minhas amadas sobrinhas: Nathalia, Nathalie, Jéssica, Lurdinha e Maria Clara e aos amados mais recentes: Mariana, João Guilherme, Ayobami e Khondie.

Aos meus afilhados: Adriana, Alvanira, Luiza, Hilton e Miriam.

Aos meus Avós: Antônio, Paçula e Maria Pureza.

A Titia Júlia.

Agradecimentos

Agradeço ao meu bom e amado Deus, Senhor da minha vida e da minha existência, o dom da vida, a minha fé em tê-lo ao meu lado e a certeza de que o Senhor Deus guia e conduz meus passos. Ao Deus Pai de amor e de misericórdia, Senhor de todas as coisas visíveis e invisíveis, consagro este estudo como primícias e fruto da Divina Graça a mim concedida.

Aos que fazem o COEP Nacional (André Spitz, Gleyse Peiter, Ana Diniz, Marcos Carmona e Guilherme) cujas ações espelham o pensamento do Betinho e fazem prático o lema “o sonho se faz à mão e sem permissão”.

A Elza do PROEX/UFS o convite para representar a nossa UFS no *Projeto Universidades Cidadãs*, brindou-me assim com valioso trabalho gerador de inquietações produtivas.

Ao Celso Donizete Locatel, educador incansável, otimista, dedicado e, no mergulho rumo ao conhecimento do espaço do homem camponês sertanejo foi boa guia, mostrou-me ser praticante de grande responsabilidade social.

Aos professores Doutores Ronaldo Alvim, Hélio Mario de Araújo e Wellington Vilar a leitura, em momentos distintos, os esboços deste estudo concedendo-me críticas pertinentes. Ao professor Doutor Eliano Lopes a valiosa contribuição durante a defesa da qualificação, pelo encorajamento. Reitero agradecimentos ao Professor Doutor José Wellington C. Vilar minha dívida de gratidão.

Aos amigos que trilham a mesma jornada acadêmica: Acássia Cristina Souza, Genésio José dos Santos e Hélio Mário de Araújo a amizade consolidada na minha história pessoal e profissional, como vidas que se encontram nos ideais, sonhos e desafios e pelo apoio incondicional recebido ao longo dessa trajetória.

As Professoras Doutoradas Gicélia Mendes e Verinha o encorajamento e apreço. Ao Professor Jean Boudou o companheirismo e indicações bibliográfica, grande condutor intelectual.

Aos colegas do DGE: Professora Verinha, Boudou, Antônio, Eraldo, Sônia, Rose, Aracy, Ana Virgínia, Josefa Eliane, José Eloízio, Débora, Neise, Lilian, Paulo, José Wallace,

Socorro, Neilson, Thadeu, Bernadete e Anne a construção de um ambiente acadêmico ético, lugar saudável, onde o respeito, compromisso e alteridade caminham juntos.

Ao Professor Doutor José Eloízio da Costa, Coordenador do NPGEO o estímulo encorajamento e prontidão nas solicitações e inquietações. Enfatizo sua maneira compromissada na condução do *Pensar Geográfico* na UFS. Agradeço aos demais membros do NPGEO a Professora Doutora Josefa Lisboa e ao Everton o profissionalismo. Aos que fazem o CICADT/UFS pela consideração e apoio.

Ao José Murilo Siqueira e família pela valiosa contribuição e companheirismo durante o tempo de participação no COEP.

As pessoas que fazem as comunidades de Cacimba Cercada, Campinhos, Quixabeira, Cuiabá, José Ribamar e Pioneira por terem aberto as portas, mentes e coração, acreditaram no sucesso do nosso trabalho e na possibilidade de construirmos um novo e melhor amanhã e, assim, hoje escrevem uma nova história nas comunidades com responsabilidade, solidariedade e comunhão.

Aos colegas das IFES participantes do Projeto Universidades Cidadãs, em especial ao Guilherme Soares e Ana Dubuex – UFRPE; Ana Christina – URCA; Deusimar Freire Brasil – UFRN; Fernando Garcia de Oliveira e Geneval Barros Júnior – UFCG; Francisco Carlos Gândara – URFPI, também aos Senhores José Mendes e Aderaldo.

A Secretaria Municipal de Água Branca, à Celina, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Água Branca, à Marinês e Monteiro da Pousada Monteiro em Água Branca.

Às amigas Gleide Selma, Alvanira e Genilma o estímulo, as cobranças, as orações, o ombro amigo em momentos de intensa inquietação quando reabasteceram minhas energias para seguir em frente.

Aos amigos Ivo Dantas, Ivanir, Joice, Silvia, Nicássia, Eduardo Pina, Marilúcia, Anderson, Eribaldo, Agnaldo, Maria Helena e Netinho, Carlos Eduardo, Edson, Benizário, Raul, Aloísio a alegria e intercessão ao Divino Deus para conclusão com êxito dos meus estudos. Ao David Correia a colaboração e cuidado ao nos transportar às comunidades.

As pessoas que se dispuseram na aplicação dos questionários: Valdemir e Djane, Alvanira, Júnior e David. Ao Rodrigo, André, Adriana e Fernanda a contribuição na coleta e

tabulação dos dados da primeira versão desse estudo. Ao Cleanto, Marcelo e Ajibola Isau, a confecção dos mapas. Ao Jairan a tabulação dos dados. Ao Heleno a revisão cartográfica. Ao amigo Aloísio, Genilma e Mayra, pelos préstimos no apoio às correções da língua portuguesa.

Aos que fazem a PSPP e a RCC, as orações, o estímulo.

A Tia Nivalda, Dona Helena, Dona Ana e ao Sr.Givaldo; a Edileninha e ao David, ao Senhor João e a Senhora Assunção a acolhida, o convívio fraterno em partilhar momentos com Mariana.

A amiga, irmã e companheira Andréa Karla, ao amigo, irmão e companheiro Reginaldo, a Luiza e Dona Ceci por serem minha família do coração, a incondicional presença e disposição, o respeito e carinho sedimentado anos a fio sempre ao meu lado concedendo-me apoio para seguir em frente. É uma grande benção tê-los ao meu lado.

Ao Professor Doutor Francisco Fransualdo e a Francineuma o apoio e encorajamento, a acolhida e recepção durante a orientação em Natal. A afilhada Maria Luiza, Damiana, ao Flávio, a Talita, Dagmar e ao Senhor Chico, ao Bastos, a Gerlaine, ao Francisco e a Francisca, aos amigos que Deus me deu, o carinho, afeto e encorajamento.

A Ayobami e ao Kehinde por se fazerem presentes na minha vida em um momento especial. MUITO OBRIGADA!! Namastê!

Agradecimento Especial

A Professora Dra Adelci Figueiredo, por haver acreditado e pelo encorajamento.

Ao Prof. Agamenon Guimarães, pelo encorajamento e estímulo.

Ao Prof. Edraldo Santos Rocha Teles, pelo exemplo, estímulo, seriedade, compromisso, lealdade, dedicação e ética. Pelos momentos em que suas palavras elevavam a nossa auto estima, reconhecendo valores e qualidades os quais nos estimularam a seguir em frente.

Muito obrigada !

Para tudo há um tempo, para cada coisa há um momento debaixo dos céus:

tempo para nascer, e tempo para morrer;

tempo para plantar, e tempo para arrancar o que foi plantado;

tempo para matar, e tempo para sarar;

tempo para demolir, e tempo para construir;

tempo para chorar, e tempo para rir;

tempo para gemer, e tempo para dançar;

tempo para atirar pedras, e tempo para juntá-las;

tempo para dar abraços, e tempo para apartar-se;

Tempo para procurar, e tempo para perder;

tempo para guardar, e tempo para jogar fora;

tempo para rasgar, e tempo para costurar;

tempo para calar, e tempo para falar;

tempo para amar, e tempo para odiar;

tempo para a guerra, e tempo para a paz.

Eclesiastes 3, 1-8

Pelo Espaço do Homem Camponês: Estratégia de Reprodução Social no Sertão dos Estados de Sergipe e Alagoas

RESUMO

No Brasil, a vivência no campo configura-se como alguns paradoxos relacionados à existência de camponês, a problemática territorial e sua história social. Será que o agravo socioambiental no sertão nordestino se explica em função de estruturas espaciais? Por acaso, o estado contribui para a reprodução social do camponês? Quais estratégias os camponês desenvolveram para assegurar a reprodução própria? A organização do espaço agrário é proeminente para o processo de desenvolvimento democrático ao traçar diretrizes e ações orgânica sobre o espaço do homem, estados e municípios. Teve-se como objetivo geral analisar o processo de reprodução do campesinato no meio rural e suas interfaces com as políticas públicas no sertão alagoano e sergipano. Especificamente, com finalidade em identificar os elementos e fatores explicativos da vivência do camponês; comparar suas estratégias sócioespaciais relacionadas à reprodução social e avaliar a influência das políticas estruturantes - PNRA; PRONAF; PAA; Previdência Rural- e a política social (Bolsa Família). O caminho metodológico baseou-se na estrutura sócioespacial sistematizado e na aplicação de questionários no qual se cruzaram duas abordagens indissociáveis: *empírica* e *teórica*. Quatro análises integradas foram realizadas contemplando o efeito das políticas públicas, os dados socioeconômicos, as estratégias de reprodução camponesa e a história territorial. As avaliações resultaram na interpretação de análises temáticas e complementares sobre: o *sujeito*, a *família*, a *terra*, a *renda*, e suas interfaces com as políticas públicas, bem como, as estratégias camponesas orientadas para a sua reprodução social. Propõe-se um modelo metodológico capaz de correlacionar o modo de SER e VIVER (vivencial e existencial), baseando-se a quatro elementos fundamentais: *sujeito*, *sociedade*, *tempo* e *lugar*. Dois processos dialéticos a *monopolização do território pelo capital* e a *territorialização do capital* explica a materialidade de eventos que disciplina a história do homem relacionado à sociedade e à natureza. As dimensões apresentadas sobre o espaço do homem; a diferenciada compreensão da totalidade espacial entre Sergipe e Alagoas e a formação estratégica do camponês relacionado a quatro fatores: *sociabilidade*, *rentabilidade*, *flexibilidade* e *territorialidade* são modalidades de estratégias na reprodução social do camponês. Estes permeiam às condições democráticas, mesmo a lógica desigual e contraditória do sistema capitalista. Da sujeição aos agentes do capital, a marginalidade do camponês transcorre da conjuntura social a política e vice-versa, na lógica desigual e contraditória pelo espaço do capital e, sobretudo, no sertão. O espaço rural é particularizado no desenvolvimento macroeconômico afetado pelas condições orgânicas do espaço do homem camponês e pela solidariedade na escala humana. A estratégia camponesa da territorialidade e sociabilidade no estado confirma a fixação do homem no lugar embora as políticas estruturantes favorecessem, principalmente, o agronegócio e o capital, dada a composição de um exército rural de reserva. A vulnerável condição camponesa com é crítica demanda mudança de paradigma para a valorização do homem e sua família na sociedade democrática de leis e de direitos.

Palavras-chave: estruturas espaciais; espaço rural; campesinato; reprodução social; territorialização do capital; análise integrada; estratégia humana; políticas de estado.

Across the Space of the Peasant Man: strategy of social reproduction in Sertão (Semiarid) of Sergipe and Alagoas States

ABSTRACT

In Brazil, the living in rural area is configured as a paradoxes related to the existence of peasant, territorial organization and problematic historical background. Is it possible to address the social and environmental problem by looking into the semiarid northeastern region as a function of spatial structures? Does federal state contribute to the social reproduction of the peasant? What strategies are developed by peasants to ensure their social reproduction? The structure of agrarian space is prominent for the actual democratic process to advance with organic guidelines and spatial development evolving human, states and municipalities. The main objective was to analyze the social reproduction process of the peasantry in the semiarid and social interface by State policies of Alagoas and Sergipe. Specifically aiming to identify the elements and factors supporting peasant existence, to compare their environmental and spatial strategies associated to social reproduction and to evaluate the structural influence of state policies: - PNRA; PRONAF; PAA;-Rural Welfare and Social Policy (Bolsa Família). By integrating the empirical and theoretical approaches method have integrated the social and questionnaires application. These were combined in four analyzes with specific results on the effect of public policy, social and economic data, the peasant living strategies and the territorial history. Spatial evaluations have contemplated thematic analyzes and complementary principal factors considering: subject, family, land, income, and their interface with public policy, while interconnecting social reproduction strategies. As a result, a methodological model was prescribed to integrate the (experiential and existential) modes of BEING and LIVING. Reproduction strategies are basis of four key elements: *subject, society, time* and *place*. The dialectical processes concerning the *monopolization by capital* and *capital territorialization*, have explained the material events behind the geographical history, evolving man society and nature. The space of man dimensions is revealed: clear differences between Sergipe and Alagoas states formation in which four factors strategies are interrelated. Sociability, profitability, flexibility and territoriality are specific strategy of the social reproduction of the peasant. These have permeated through democratic conditions, even through unbalances and contradicting capitalist system. From subjection to the agents of capital, the peasant marginality across social and policy compendium and vice versa, have established an uneven and contradictory manner of space by capital, and especially in the semiarid region. The countryside is particularized undergoing macroeconomic conditions affecting the organic space of peasant and the solidarity of human scale. The peasant strategy of *territoriality* and *sociability* in the Sergipe and Alagoas state have confirmed the link between – Human place and place while structural policies favored mainly agribusiness and capital due to the creation of a rural human reserve. The vulnerable condition of peasant is critical, demanding change of paradigm towards appreciation of man and family in the democratic society of laws and human rights.

Key-words: spatial structures; rural space; peasant; social reproduction; territorialization of capital; integrated analysis; human strategy; state policies.

Résumé

Au Brésil, le vécu à la campagne apparaît comme quelques paradoxes relationnées à l'existence du paysan e la problématique territoriale de l'organisation historique. Est-ce que la problématique socio-environnemental dans le nord-est du Brésil est expliquée en fonction des structures spatiales? Quelles sont les stratégies développées par les paysans pour assurer leur reproduction sociale? L'État contribue à la reproduction de paysan? L'organisation de l'espace agraire est notable pour le processus de développement démocratique quand il est établi des lignes directrices et actions organiques sur l'espace de l'homme, départements et villes. Cette thèse a eu comme objectif principal analyser le processus de reproduction de la paysannerie dans la zone rurale et son interface avec les politiques publiques dans les zones rurales des état de Sergipe et Alagoas. Plus précisément, avec le but d'identifier les éléments et les facteurs explicatifs de l'existence du paysan ; de comparer ses stratégies socio-spatiales liées à la reproduction sociale et d'évaluer l'influence des politiques structurelles - PNRA; PRONAF; AAP - et la politique sociale (Bolsa Família). Le chemin méthodologique c'est appuyé sur la structure socio-spatiale systemetisé et avec l'application des questionnaires sur deux approches indissociables: empiriques et théoriques. Quatre analyses intégré ont été effectuées contemplant l'effects des politiques publiques, les données socio-économiques, les stratégies de réproduction des paysans et l'histoire territorial. Les avaliations ont abouti à l'interprétation des l'analyses thématiques et complémentaires sur: le sujet, la famille, la terre, le revenu, et son interface avec la politique publique, ainsi que des stratégies des paysans orientées par la réproduction sociale. Il est proposée un modèle méthodologique capable de rassembler le mode d'être et de vivre (du vecue et de l'existence), basée sur quatres éléments clés: sujet, la société, le temps et le lieu. Deux processus dialectique à la monopolisation du territoire par le capital et la territorialisation du capital explique la matérialité des événements que discipline l'hitorire de l'homme relationnée à la société et à la nature. Les dimensions présentées sur l'espace de l'homme ; la compréhension diféré de la totalité spatial entre Sergipe et Alagoas et la formation stratégique du paysan liée à quatre facteurs : la sociabilité, la rentabilité, la flexibilité et la territorialité sont des modalités des stratégies dans la reproduction sociale du paysan. Celles-ci font les conditions démocratiques même de la logique inégale et contradictoire du système capitaliste. De la sujétion aux agents du capital, la marginalisation du paysan est dûe à la situation socio-politique et vice-versa, la logique inégale et contradictoire par l'espace du capital et, surtout, au *sertão*. L'espace rural est particularisée dans le développement macro-économique affectée par les condicions organiques de l'espace de l'homme paysan ainsi comme par la solidarité à l'échelle humaine. La stratégie paysanne de la territorialité et sociabilité dans l'Etat confirme la fixation de l'homme dans le lieux malgré les structures extracturantes favorise, surtout, l'agro-industrie et le capital, dûe à la composition d'une réserve rurale armée. La situation vulnérable des paysans est critique et exige un changement de paradigme pour la valorisation de de l'homme et de sa famille dans la société démocratique de lois et de droits.

Mots-clés: structures spialiales, espace rural; paysannerie; reproduction sociale; territorialisation du capital; analyse intégrée; stratégie humaine; politiques d'Etat.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01- Localização da área de estudo no Sertão de Alagoas e Sergipe.	25
Figura 02- Diagrama da Metodologia da Pesquisa	37
Figura 03 - Modelo esquemático da complexidade analítica, integrando as totalidades espaciais e relacionais.	52
Figura 04– Desenho esquemático: Simplicidade da Estrutura Espacial	53
Figura 05– Hexagrama Esquemático do Espaço do Homem.	55
Figura 06– Hexagrama Esquemático do Lugar do Homem	55
Figura 07 - Os Componentes do Arranjo Espacial: Formação Espacial (FE); Formação Econômica e Social (FES); Modo de Produção (MP).	65
Figura 08 - Estruturas Espaciais e projeções espaço-tempo.	75
Figura 09- A Coexistência e uso de objetos técnicos a) Praia do Forte, Mata de São João- Bahia, década de 1930; b) Água Branca-Alagoas, 2008	80
Figura 10 - Os recortes do Alto Sertão nos Estados de Alagoas e Sergipe.	83
Figura 11 - Aspectos do Meio Físico Natural do Sertão no Município de Água Branca – Alagoas.	85
Figura 12 – Aspectos do Meio Físico Natural do Sertão no Assentamento José Ribamar, Município de Nossa S. da Glória - Sergipe.	85
Figura 13 – Desenho Ilustrativo das Incursões dos Bandeirantes da Casa da Torre	89
Figura 14 - Plantação de Algodão na Comunidade Quixabeira – Água Branca -Al.	91
Figura 15 – Distribuição da População por Região no Brasil – 1872 a 2010	97
Figura 16 (A e B) - Brasil e Nordeste. Distribuição da População Rural e Urbana –1950 a 2010.	99
Figura 17 (A,B,C e D) - Brasil, Nordeste, Alagoas e Sergipe - Relação entre a evolução da população rural e urbana de 1950 a 2010.	101
Figura 18 – Brasil e Regiões : Comportamento da Densidade demográfica: - 1872 a 2010.	106
Figura 19- Valores (R\$) repassados da União para o Programa Bolsa Família recebidos pelos estados do Nordeste no período de 2004 a 2011	109
Figura 20- Valor (R\$) Médio Individual do Programa Bolsa Família recebido pelos estados do Nordeste-Brasil 2004 – 2011.	110
Figura 21- Modelo esquemático do Sistema de Morgadio	124
Figura 22- Bacia de Rio São Francisco e Principais Municípios	142

Figura 23 – Divisão Municipal dos Estados de Alagoas e de Sergipe	146
Figura 24 – Imagem do Rio São Francisco	147
Figura 25- Estado Alagoas: Primazia da Capital Maceió sobre as demais regiões do Estado	150
Figura 26 – Vista Parcial da Cidade de Água Branca – Alagoas	161
Figura 27– Vista da Sede da Casa da Torre de Dias D’Ávila	165
Figura 28– Aspectos do Espaço do Homem Sertanejo nos Estado de Sergipe e de Alagoas	168
Figura 29- Aspectos do Espaço Rural com destaque ao reservatório de Água.	169
Figura 30- Distribuição dos estabelecimentos rurais por estrato de área nos municípios dos Estados de Sergipe e Alagoas em 2006	170
Figura 31 – Distribuição das áreas ocupadas por estrato de área, considerando os municípios dos estados de Sergipe e Alagoas em 2006.	170
Figura 32 (A,B,C,D,E, e F) – Correlação entre a distribuição dos estabelecimentos rurais com o estrato de área nos Municípios de Sergipe e Alagoas em 2006	172
Figura 33 – Municípios do Alto Sertão nos estados de Sergipe e de Alagoas - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e Gini-Renda – 2006.	173
Figura 34 – Aspectos Existenciais do Camponês Sertanejo - 2012	174
Figura 35- Produção Agrícola Municipal - Estados de Sergipe e Alagoas, 2010	175
Figura 36 – Área urbana do Assentamento Cuiabá – Canindé de São Francisco-Se	177
Figura 37- Utilização das Terras nos Estados de Sergipe e Alagoas - 1996	178
Figura 38 - Fotografia: Vista parcial da sede da comunidade de Quixabeira-Água Branca Alagoas	183
Figura 39- Gráfico da Distribuição da População Urbana e Rural dos Municípios dos Estados de Alagoas e Sergipe – 1970 a 2010	184
Figura 40 – Gráfico da Correlação das taxas de ruralização e urbanização dos Municípios dos Estados de Sergipe e Alagoas – 1970 a 2010.	186
Figura 41 – Camponeses Arando a Terra.	204
Figura 42– Plantio consorciado de Milho e Feijão	213
Figura 43– Criação de Caprinos geneticamente melhorados na Comunidade Quixabeira - Alagoas	213
Figura 44– Criação de Rebanho Bovino em Cacimba Cercada e Assentamento Cuiabá	214
Figura 45– Transporte do leite in natura produzido no Assentamento Cuiabá	216

Figura 46 - Instalações de um curral no Assentamento José Ribamar.	216
Figura 47– Riacho Capivara no Assentamento José Ribamar – Município de Nossa Senhora da Glória – Sergipe	217
Figura 48– Mini-Usina de Beneficiamento de Algodão na Comunidade Quixabeira/Alagoas.	218
Figura 49 - Mutirão para construção da sede da Associação dos Trabalhadores Rurais da Comunidade Cacimba Cercada –Alagoas.	223
Figura 50- Comunidade Assentamento Cuiabá: prestação de serviços adaptado às necessidades do homem no campo.	224
Figura 51- Arranjo do espacial urbano e espacial rural	226
Figura 52– Horta no Assentamento Cuiabá no Município de Canindé de São Francisco – Sergipe.	227
Figura 53- Transporte de Tração animal. Carro de boi na Comunidade Quixabeira-Alagoas.	232
Figura 54- Camponês arando a terra na comunidade Quixabeira-Alagoas.	233
Figura 55 – Comunidadea dos Estados de Alagoas e de Sergipe - Média dos Rendimentos Agrícola e Não Agrícola – 2011.	237
Figura 56– Média dos Rendimentos Agrícolas e Não Agrícola com o Desvio Padrão do Rendimento Agrícola e Não Agrícola das Comunidades de Alagoas e de Sergipe.	238
Figura 57 – Comunidade de Quixabeira -Alagoas, aspectos da paisagem construída.	239

LISTA DE QUADROS

<i>Quadro 01 - Temas das Perguntas Relacionando a Natureza das Condições de Vida do sujeito no campo.....</i>	<i>39</i>
<i>Quadro 02 - As Dimensões Multiespaciais: Relacionando Oito Trilogias para Estudos do Espaço do Homem.....</i>	<i>56</i>
<i>Quadro 03 - Categorias de Modo de Produção (MP) e Formação Econômico e Social (FES) .</i>	<i>68</i>
<i>Quadro 04 - Os Aspectos Existenciais da Estrutura Familiar</i>	<i>126</i>

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Estratos com os respectivos números de casas	41
Tabela 02 - Relação dos estratos considerando o número de famílias	43
Tabela 03 - Intensidade da Indigência e da Pobreza nos Municípios da Microrregião Serrana do Sertão Alagoano (Alagoas) e da Microrregião Sergipana do Sertão São Francisco (Sergipe) – 1991 e 2000.	88
Tabela 04- População dos Estados de Sergipe e de Alagoas - 1950 a 2010	102
Tabela 05 – Brasil, Regiões e Estados de Alagoas e Sergipe - Comportamento da Densidade demográfica - 1872 a 2010.	104
Tabela 06 – Malha fundiária dos Estados de Sergipe e Alagoas - 2006	107
Tabela 07 - Intensidade da Indigência e da Pobreza nos Municípios da Microrregião Serrana do Sertão Alagoano (Alagoas) e da Microrregião Sergipana do Sertão do São Francisco (Sergipe) – 1991 e 2000	108
Tabela 08 - Valor (R\$) do Programa Bolsa Família recebidos pelos estados do Nordeste-Brasil – 2004 a 2011.	110
Tabela 09 - Estrutura Fundiária dos Municípios do Sertão de Sergipe e de Alagoas integrantes do Estudo – 2006	112
Tabela 10– Estatística da Reforma Agrária no Brasil - 1985-2006	196
Tabela 11 - Rendimentos agropecuários médio por família, nas comunidades de Cacimba Cercada, Campinhos, Cuiabá, José Ribamar, Pioneira e Quixabeira (Média Anual), em R\$.	211
Tabela 12- Uso do trabalho acessório pelas famílias no sertão de Alagoas e de Sergipe.	235
Tabela 13 – Rendimentos Provenientes de benefícios previdenciários	236
Tabela 14– Rendimentos provenientes de benefícios sociais	236

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	22
1.1 Definindo o recorte empírico	24
1.2 Problematizando	27
1.3 Questões norteadoras do estudo e objetivos	31
1.4 Estrutura do trabalho	32
2 TRILHANDO CAMINHOS: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA	35
2.1 Os Caminhos para o Desenvolvimento da Pesquisa	35
2.1.1 Abordagem do estudo empírico: descrição e procedimentos da aplicação dos questionários	38
2.1.2 Definição dos elementos para o desenho amostral	39
2.1.3 Aplicação dos questionários	43
2.1.4 Análise dos Instrumentos de Política Pública	44
2.1.5 Análise das estratégias de reprodução do camponês	45
2.1.6 Levantamento de dados secundários	46
2.1.7 Análise do processo de formação territorial	47
2.1.8 Análise dos dados socioeconômicos	48
2.1.9 Análise Interpretativa: uma aproximação da realidade	50
2.2 Proposta Teórico-Metodológica	50
3 O ESPAÇO DO HOMEM: UMA APROXIMAÇÃO TEÓRICA PARA A COMPREENSÃO DA TOTALIDADE ESPACIAL	59
3.1 Formação Econômica e Social, Modo de Produção e a definição da Forma e do Conteúdo do Espaço	59
3.2 Espaço Multidimensional: Considerações sobre os Componentes da Totalidade do Espaço	67
3.2.1 A dialética como componente do espaço do homem	71
3.2.2 Considerações sobre o tempo humano para o estudo do vivencial e do existencial	73
3.2.3 Considerações sobre o espaço-temporal para o estudo de estratégias do homem	74
4 PECULIARIDADES DO RECORTE ESPACIAL DO SERTÃO NOS ESTADOS DE ALAGOAS E SERGIPE	79
4.1 Sertão como Interface Multiespacial	81
4.2 A Ocupação Humana no Sertão	89
4.3 A Estrutura de Poder na Ocupação do Sertão Nordeste	92
4.4 A Concorrência pelos Recursos Distribuídos no Espaço Geográfico	96
4.5 A Configuração do Espaço Sertanejo em Sergipe e Alagoas e o Papel Social do Camponês	103
5 O CAMPONÊS NA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO DO HOMEM: A DIFERENCIADA EXISTÊNCIA NO SERTÃO DOS ESTADOS DE SERGIPE E ALAGOAS	115
5.1. A Organização do Espaço do Homem	115
5.2. Pelo Espaço do Homem Camponês no Processo da Formação Territorial Brasileira	120
5.2.1 O sistema de morgadio e a herança histórica do controle do acesso à propriedade da terra no Brasil	124

5.2.2 Continuidade e descontinuidades nas estratégias de reprodução da classe camponesa e latifundiária	129
5.3 A Região como Condicionante no Processo de Acumulação do Capital	136
5.4 Distintas Escalas na Territorialização do Espaço do Homem Camponês Sertanejo	144
5.5 O Espaço do Homem Camponês na Relação com o Espaço do Capital	148
5.6 O Camponês Sertanejo no Contexto da Produção do Espaço na Escala Municipal - Breve Introdução Histórica	152
5.6.1 A produção do espaço no município de Canindé de São Francisco - Sergipe	153
5.6.2 A produção do espaço no município de Poço Redondo - Sergipe	156
5.6.3 A produção do espaço no município de Nossa Senhora da Glória - Sergipe	158
5.6.4 A produção do espaço no município de Água Branca – Alagoas	160
5.6.5 A produção do espaço no município de Pariconha-Alagoas	162
5.6.6 A produção do Espaço no município de Mata Grande – Alagoas	164
5.7 O Contexto Sócioespacial Rural dos Municípios do Sertão dos Estados de Alagoas e de Sergipe	169
5.8 Breve Contexto da Luta pela Territorialização do Campesinato no Sertão de Sergipe e de Alagoas	192
6 ESTRATÉGIAS DO SER CAMPONÊS NO SERTÃO ALAGOANO E SERGIPANO	199
6.1 A Formação Territorial, Circunstâncias e Instâncias de Organização do Camponês	200
6.2 Ser Camponês no Sertão: Estratégias e Reprodução Social	208
6.2.1 A policultura e a pecuária como estratégia camponesa de organização para a rentabilidade	209
6.2.2 Estratégias de organização para a territorialidade e flexibilidade	219
6.2.3 O espaço do capital e a organização do camponês para a sociabilidade: em busca da renda não agrícola	225
6.3 O Trabalho Acessório como Estratégia do Camponês e Outras Fontes de Renda	234
CONSIDERAÇÕES FINAIS	245
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	251
Apêndice 1 Modelo do questionário	284

1. INTRODUÇÃO

A ideia de se pensar sobre as estratégias dos camponeses nos instigou adentrar no espaço do homem, para traduzir as ações estratégicas tanto da vivência como da existência, as quais possibilitam a estruturação da vida no campo; sua rede de relações endógenas e exógenas; como também na produção material e imaterial; e, sobretudo, na combinação simbiótica da *terra, trabalho e família*.

No Brasil a instituição família não tem o devido assento como base da sociedade; o homem pobre é considerado sujeito residual (SANTOS, 2011), o camponês, assim como seu trabalho, são marginalizados (MARTINS, 1995; OLIVEIRA, 1989; 1997; 1999; 2001; SABOURIN, 2009) e o modelo agrário brasileiro assenta-se na grande propriedade monocultora e no agronegócio (FERNANDES, 2007; 2008; LOCATEL e HESPANHOL, 2003). A presença do camponês nesse cenário configura-se como paradoxo e traz à tona a revisão da problemática da complexidade sociopolítica, da existência e vivência do homem no campo.

O contexto sociopolítico brasileiro, a exemplo do processo histórico na América Latina, consolidou-se baseado na concentração da propriedade da terra, da renda e do poder. Tem-se como legado a configuração de um Estado conservador, centralizador e desenvolvimentista. Ao tempo em que, no contexto socioeconômico os atuais padrões de pobreza, na cidade e no campo e a persistente concentração fundiária, convertem-se em contradições. Apresentam-se em desacordo para uma sociedade considerada moderna.

Historicamente as intervenções no Sertão do Nordeste brasileiro – SUDENE e BNB; DNOCS; Projeto Nordeste; Projeto Sertanejo; Projeto Chapéu de Couro –, datam a partir da década de 1950. São medidas cujo foco é manter e facilitar a convivência do homem com o semiárido. Na década de 1960 as políticas públicas persistem em apresentar padrões setorializados, o que contraditoriamente consolidou a desigualdade regional brasileira.

A atuação do Estado direcionada para os camponeses e a população pobre, tem se ancorado no movimento e na luta organizada dos movimentos sociais, como contraponto aos padrões de injustiça e desigualdade inerentes à formação espacial do país.

Tais Ações, Programas e Projetos, normalmente, foram cooptados pelas oligarquias regionais-locais. Além do mais, configuraram-se como pontual e residual razão pela qual, não

alteraram significativa e qualitativamente a vida das pessoas para as quais as referidas políticas foram direcionadas.

A partir da década de 1990 as políticas setORIZADAS tornam-se mais intensas e diversificadas, em variados projetos e volume de recursos, atingindo maior abrangência de pessoas beneficiadas. Para o espaço rural, destacam-se: o Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA); o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); a Seguridade Social Rural e o Programa Bolsa Família, esse último componente do atual *Programa Brasil Carinhoso*, implantado na atual gestão da esfera pública federal.

O leque de Programas e Ações configura-se no reconhecimento de um problema de caráter espacial, ao se constatar a presença de uma população pobre no país. No entanto, as ações em seu conjunto, são recentes e pontuais, e não conseguem ainda debelar um contexto histórico ancorado na desigualdade social. São políticas setoriais e não espaciais (STEINBERGER, 2006).

É diante desse contexto, que a luta camponesa se insere, constituída por sujeitos sociais que escrevem suas histórias, sedimentados na própria história do país. Homens que reivindicam legitimamente o direito à vida; de ser camponês e o direito de vir a ser, com a territorialização no Sertão e o acesso a terra, como mecanismo singular da sua identidade e da sua reprodução social. Essa luta histórica une o passado ao presente. No entanto, o olhar do camponês, encontra-se direcionado para o futuro. O futuro que une as suas condições de vida com a constituição de uma nação próspera, uma nação com índices sociais mais intensos em igualdade e justiça social.

O camponês persiste, como sujeito social histórico e sua luta não se circunscrevem como motivação de um passado, numa mobilização arcaica, em prol de um espaço rural atrasado. Com a posse da terra, os camponeses procuram sedimentar conhecimentos, os quais perpassam os itinerários da vida, na construção da identidade e de valores culturais no espaço rural. No Sertão, os camponeses constroem suas representações sociais e valores culturais em um processo social, nas suas ações e estratégias, abrindo novas oportunidades e perspectivas de vida, muitas vezes, diferente dos padrões urbanos de comportamento (SAUER, 2010).

Partindo do exposto e com base na constatação de que os municípios sergipanos de Canindé de São Francisco, Nossa Senhora da Glória e Poço Redondo e os municípios

Alagoanos de Água Branca, Pariconha e Mata Grande, constituem municípios rurais, o que implica dizer que, ocorreu um processo da territorialização do camponês no sertão sergipano e alagoano. Essa territorialização camponesa, resultado dos distintos movimentos dos camponeses, abre novas inquietações relacionadas à combinação desta territorialização, com as possibilidades do desencadeamento de um processo direcionado para a superação, nos persistentes padrões estruturais da concentração fundiária.

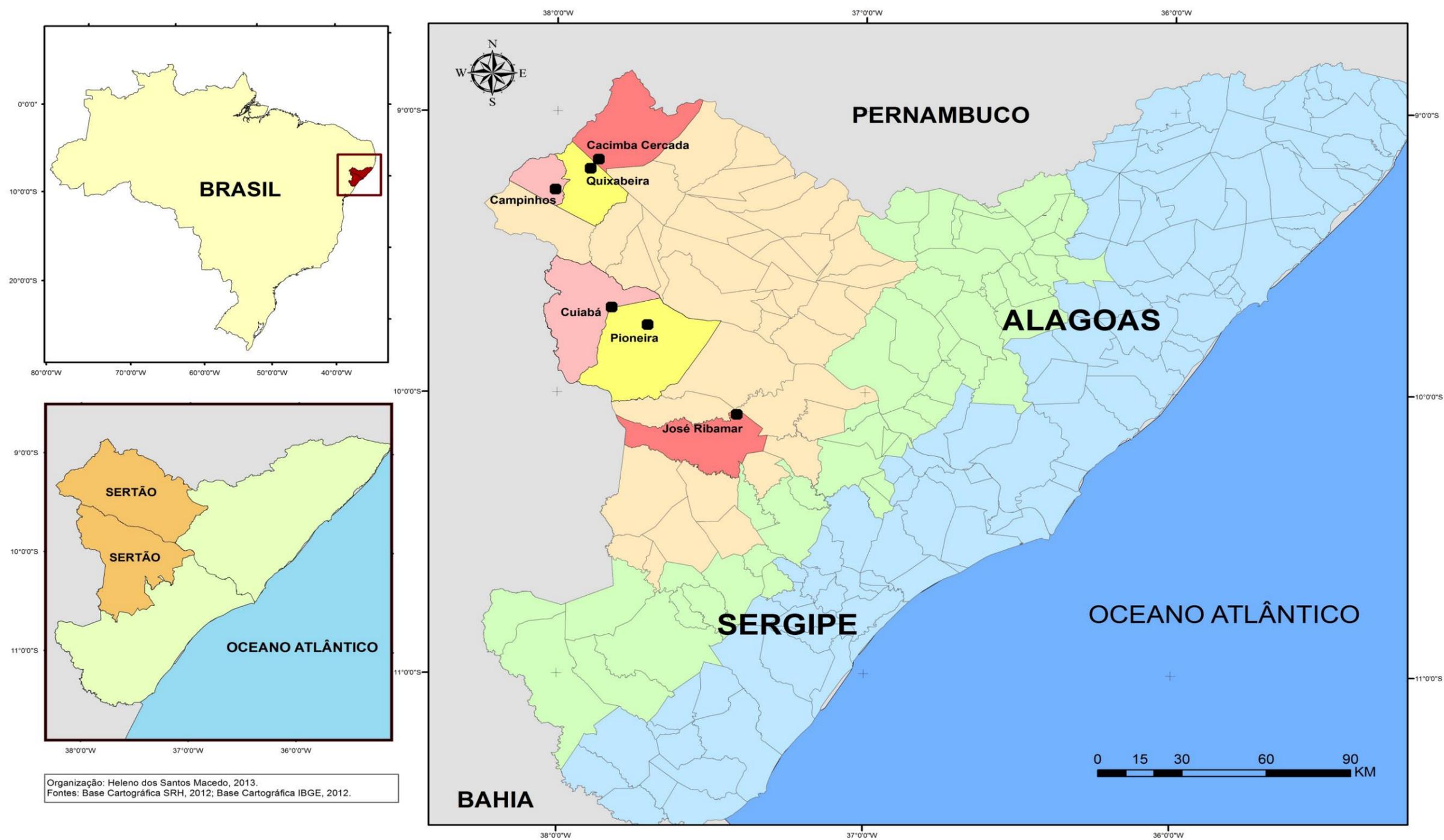
O leque de Programas e Ações configura-se no reconhecimento de um problema de caráter espacial, ao se constatar a presença de uma população pobre no país. No entanto, as ações em seu conjunto, são recentes e pontuais, e não conseguem ainda debelar um contexto histórico ancorado na desigualdade social. São políticas setoriais e não espaciais (STEINBERGER, 2006).

1.1. DEFININDO O RECORTE EMPÍRICO

Para a análise empírica foram selecionados os Assentamentos Rurais de Reforma Agrária: José Ribamar, Pioneira e Cuiabá, localizados respectivamente nos Municípios de Nossa Senhora da Glória, Poço Redondo e Canindé do São Francisco no sertão de Sergipe e as comunidades rurais de: Quixabeira, Campinhos e Cacimba Cercada, pertencentes aos municípios de Água Branca, Pariconha e Mata Grande respectivamente, no sertão de Alagoas (Figura 01).

A seleção daquelas comunidades foi realizada pelo fato delas se constituírem em desafio teórico analítico na medida em que são compostas por homens camponeses com terra no espaço rural sertanejo, os quais se encontram envoltos em processos de formação social e espacial distinto e similares, dentro de um contexto sóciopolítico historicamente desfavorável à sua existência e vivência no sertão dos estados de Sergipe e de Alagoas. Além do mais, essas comunidades já se constituíam em objeto de intervenção da pesquisadora no âmbito do Projeto Universidades Cidadãs, uma parceria realizada entre o COEP (Comitê de Entidades no Combate à Fome e Pela Vida), com a UFS e outras cinco IFES do Nordeste do Brasil, com financiamento do CNPq e MEC, realizado de 2005 a 2008.

Figura 01 - Localização da área de estudo no Sertão de Alagoas e Sergipe



Fonte: IBGE, 2012

Nota: O estudo comporta três recortes geográficos: estadual, regional, municipal e as localidades.

As ações desenvolvidas no referido Projeto tiveram como base o homem e sua rede de relações sociais, direcionadas para uma proposta de desenvolvimento, priorizando o homem na sua escala humana relacional. Ao longo do desenvolvimento do Projeto, as inquietações permeadas pela existência diferenciada do camponês sertanejo alagoano e sergipano, serviram como base empírica para investigar o espaço do homem camponês sertanejo.

Para a apreensão da realidade das famílias que vivem nessas comunidades definiu-se uma amostra, a partir de técnicas estatísticas. Esta amostra compõe-se de 179 questionários aplicados para um universo de 761 famílias. Essas comunidades foram selecionadas por serem constituídas como desafio para a compreensão do espaço e lugar do homem camponês sertanejo, no paradoxo entre seu papel histórico e a continuidade dos seus padrões de vida e de existência no sertão, mesmo se constituindo em camponeses com terra.

1.2. PROBLEMATIZANDO

A presença de camponeses com terra no sertão sergipano e alagoano potencializa o estabelecimento de novas redes de relações sócioespaciais, embasada em um processo diferenciado na histórica e desigual relação capital x trabalho. A existência e vivência do camponês sertanejo alagoano e sergipano preconizam a ideia básica, e nos remete a refletir em qual medida a questão agrária de fato começa a apresentar desconcentração fundiária. Leva-nos a refletir em quais aspectos a sociedade democrática de leis e de direitos, começa a ser sedimentada com a conquista do direito do acesso a terra pelos camponeses.

Entende-se que, o acesso a terra se constitui processo possível e necessário para as transformações indispensáveis nas relações sócioespaciais, entre os distintos sujeitos que compõem a sociedade. Este acesso a terra, no entanto, demanda a conjugação de outras conquistas as quais contribuam para melhores condições de vida e de renda. Para tanto, esta conquista está associada às estratégias dos camponeses com terra, para assim, assinalar mudanças na estruturação interna da sociedade.

Concebeu-se a presença significativa de camponeses nos municípios investigados nesse estudo, como resultado de uma luta histórica entre sujeitos sociais distintos. A presença camponesa no Brasil é resultado de uma disputa histórica pelo território. Nessa luta os conflitos estabelecidos envolveram distintos sujeitos com divergentes interesses. Tem-se a luta pelo território-mercadoria do capital em confronto com o território-espaço-da-vida dos camponeses. Esse território espaço da vida é o lugar da reprodução social do camponês. Constitui-se espaço da identidade e significação simbólica camponesa.

O camponês estabelece a simbiose da terra/vida como componente indissociável da sua própria existência social em contraposição a terra-mercadoria. Por exemplo, na terra-mercadoria do agronegócio da cana e da soja o capital se territorializa, estabelecendo o controle jurídico do território, enquanto que monopoliza o território do feijão e do milho, através do controle da circulação das mercadorias agrícolas.

A existência do camponês no sertão sergipano e alagoano confronta-se com as análises dos estudiosos clássicos da questão agrária, a exemplo de Kautsky e Lênin (1899), os quais previam o desaparecimento do campesinato com a expansão do capitalismo no campo, e a conseqüente integração agricultura-indústria. O campesinato estaria por caminhos distintos das análises desses autores, fadado ao desaparecimento, dando origem e/ou reforçando as classes dos trabalhadores ou a dos capitalistas.

Entre os estudiosos clássicos, a exemplo dos autores citados, foi desconsiderada a dinâmica, contraditória e desigual do sistema capitalista. De um lado, o sistema capitalista não sobrevive exclusivamente de relações de produção capitalista, ele gera, produz e se reproduz também com relações não capitalistas de produção. E é justamente nesse contexto de contradição que o sistema capitalista se apropria do modo de ser camponês, subjugando e sujeitando o trabalho camponês, sem necessariamente desapropriá-lo. De outro lado, o camponês estabelece e cria mecanismos estratégicos para continuar existindo e se reproduzindo.

Nesse sentido compreender a presença, existência e reprodução social do camponês, implica entender que o movimento do capital, se utiliza do modo de ser camponês, para se beneficiar e se reproduzir, se apropria principalmente da renda da terra camponesa e do sobretabalho camponês e da sua família. Por outro lado, o próprio camponês ao desenvolver estratégias de reprodução familiares em algum sentido limita, freia ou mesmo estabelece um confronto que pode contribuir para barrar ou retardar a sua desterritorialização e/ou transformação em trabalhador formal para o capital. Tem-se duplo movimento, envolvendo o camponês e o movimento do capital.

Contextualizamos o sujeito camponês ancorado na trilogia – *terra, trabalho, família*, entendendo-a como a composição-síntese do seu enraizamento e da sua força na sociedade. Uma sociedade cada dia mais artificializada e distante dos valores culturais, anteriormente, sedimentados na identidade histórica com o lugar.

Compreende-se o espaço do homem como lugar síntese da realidade própria desse sujeito, na sua relação social e na concepção da terra-viva, pois, o camponês concebe a terra como ser vivo (MORIN, 1995; 2005a; WOORTMANN e WOORTMANN, 1997). A terra, é um ser que se alimenta, respira e exige cuidados. A

terra ao realizar um trabalho invisível, se iguala a muitos camponeses, mulheres, crianças, velhos, pobres e voluntários (MAX-NEEF, 1998; 2007), e estabelece junto com os demais seres vivos um universo de trocas. E é nesse contexto de trocas intensas, que não é possível separar, para o camponês a terra com a vida (WOORTMANN e WOORTMANN, 1997), e com a sua própria vida.

A esta compreensão soma-se a unidade do ser camponês, ancorada na sua percepção da terra como sinônima integradora de vida e de trabalho. Vida e trabalho são condições que se manifestam nas suas redes de relações sociais, de gênero e familiares. São componentes vivos e naturais do ser camponês e integram as redes comportamentais e espaciais, concebidas a partir das necessidades da terra. Nesse ambiente, o trabalho agrícola se realiza de maneira envolvente, nela o camponês realiza cálculos, entrecruza tempo e espaço, aliam práticas agrícolas tradicionais com novas técnicas, num trabalho cotidiano de experimentação e observação (WOORTMANN e WOORTMANN, 1997).

Existe uma complexidade que envolve a luta histórica do camponês dentro e fora do Brasil, pela sua territorialização no conflito e confronto do capital x trabalho; do agronegócio x produção de alimentos e de vida. Nesse caso, as suas estratégias de reprodução social, extrapolam o âmbito meramente econômico, sem, contudo, estar a ele dissociado. No entanto, é justamente este componente estrutural que, se por um lado, desqualifica o camponês no contexto da sociedade de mercado, por outro, se constitui no seu diferencial e na força para continuar lutando por sua própria existência, como SER camponês. Tem-se na prática, a configuração de um espaço o qual denominamos de espaço do homem associado ao lugar do homem.

No entanto, atravessamos a escala do espacial-territorial. O território comumente é utilizado como componente âncora da investigação camponesa, neste desafio cotidiano em conflito com o agronegócio. Porém, nesse estudo refletiu-se sobre o camponês – mesmo sem desprivilegiar o território – com base na compreensão do sujeito no seu espaço. O espaço por ele produzido e organizado. O espaço do homem camponês e o lugar do homem camponês sertanejo. Constituem-se nas escalas investigativas para elucidar, as suas estratégias existenciais e vivenciais, entendidas como recursos e mecanismos da sua reprodução social.

Em contrapartida, ao constatarmos que a reprodução social do camponês não se realiza fora do contexto do movimento do capital, se torna imprescindível desvelar a ação do Estado, mediante o acesso dos camponeses às políticas públicas de caráter estruturante e compensatório. É importante compreender como o capital se movimenta no sentido de se apropriar da renda da terra camponesa e do seu sobretrabalho.

A investigação buscou elucidar de que maneira a luta camponesa não se encerra com o acesso a terra própria. Questiona-se: Em quais aspectos o camponês com terra inicia um novo ciclo de reprodução e sujeição ao capital? Em qual sentido suas estratégias de reprodução social denotam a sua multifuncionalidade na produção material e imaterial da sua cultura? De que maneira o camponês com terra, torna-se sujeito pelo capital e contribui, também, em diferentes escalas para a constituição de uma força de trabalho reserva no campo? Como seu trabalho, de um lado, materializa-se com a produção de matéria-prima agropecuária, e, de outro, serve como indexador dos baixos salários urbanos?

Estas questões estruturais envolvem o espaço e lugar do homem camponês, instiga a investigação da problemática relacional da existência e vivência do camponês sertanejo, no contexto do movimento do capital, levando-nos a averiguar esse sujeito, no seu espaço relacional construído e vivido, em um processo historicamente desfavorável.

O espaço da vivência do camponês deve se alterar nas próximas décadas no Brasil, principalmente ao se observar a composição social estrutural do mundo rural e as relações entre o espaço do homem e o espaço da sociedade. Como todos os campesinatos, o campesinato sertanejo alagoano e sergipano possui uma história própria (WOORTMANN e WOORTMANN, 1997), razão pela qual o estudo da realidade camponesa, significa o estudo da própria realidade desigual e contraditória da sociedade capitalista brasileira.

1.3. QUESTÕES NORTEADORAS DO ESTUDO E OBJETIVOS

O ponto de partida para a definição do problema da pesquisa foram os seguintes questionamentos:

- Será que a problemática socioambiental do nordeste brasileiro se explica em função de estruturas espaciais?
- Em quais aspectos o Sertão (des)organiza o vivencial e existencial?
- Quais foram as estratégias desenvolvidas pelos camponeses para garantir sua reprodução social?
- De que maneira o estado contribuiu com suas políticas para a reprodução do camponês?

A partir desses questionamentos formulou-se a hipótese de que a existência do camponês no Sertão está diretamente relacionada à mesma questão estrutural, inerente ao processo histórico de formação territorial dos estados de Sergipe e Alagoas, na qual a formação econômica e social caracteriza o modelo da sua reprodução social. Assim, continuidade e descontinuidade marcam a vida e existência do camponês sertanejo, no seu paradoxo existencial, para a construção do espaço e lugar do homem.

Diante disso, definiu-se como objetivo geral analisar o processo de reprodução do campesinato alagoano e sergipano, considerando as políticas públicas para o meio rural. Para a operacionalização da pesquisa, o objetivo geral foi desdobrado em objetivos específicos, a saber:

- Identificar os elementos e fatores explicativos da existência estrutural do camponês no sertão alagoano e sergipano;
- Comparar as estratégias sócioespaciais desenvolvidas pelos camponeses para garantir sua própria reprodução social nos estados de Sergipe e Alagoas;
- Avaliar a influência das políticas estruturantes (PNRA; PRONAF; PAA; Previdência Rural) e a política social (Bolsa Família) na reprodução do camponês.

1.4. ESTRUTURA DO TRABALHO

O estudo foi estruturado em seis capítulos, os quais envolvem os pressupostos conceituais, metodológicos e os resultados abordando o espaço existencial e vivencial do camponês sertanejo. O estudo encerra-se com as considerações finais e as referências bibliográficas, havendo no apêndice a exposição do esboço do questionário.

No capítulo dois apresentou-se o percurso metodológico, utilizado no estudo da totalidade espacial baseado na trilogia: *Formação Econômico Social (FES)*; *Modo de Produção (MP)* e *Formação Espacial (FE)*, justificadas pela relevância espacial no estudo das formações econômicas e sociais, no âmbito da proposta de *investigação concreta do espaço*. A FES é uma categoria teórica e metodológica da realidade historicamente determinada, fundada na base territorial. O capítulo está estruturado em duas seções principais: na primeira apresentamos os caminhos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa, contendo a descrição dos procedimentos utilizados no estudo empírico, na segunda seção, apresenta-se uma proposta teórico-metodológica elaborada como contribuição direcionada para análises comparativas e relacionais, envolvendo estudos espaciais multidimensionais.

No capítulo três foram apresentadas discussões conceituais, considerando o espaço rural enquanto espaço construído pelo homem. Discutiu-se a contribuição da geografia na compreensão do espaço compreendido como totalidade em seu caráter social, multidimensional e relacional (MASSEY, 2008; STEIBERGER, 2006; SANTOS, 2005; CARLOS, 1999; HARVEY, 2001; LEFEBVRE, 1973; 1999; 2001).

A totalidade do espaço foi investigada considerando-o como o espaço humano, na rede de relações entremeadas no arranjo e nas estruturas espaciais. Parte-se do pressuposto do espaço como manifestação do real e o lugar como a base da reprodução da vida e das relações existenciais e vivenciais.

Para tanto, se abordou o espaço multidimensional, com suas considerações sobre os componentes da totalidade do espaço, elementos para o conhecimento da sociedade em sua totalidade. Foram realizadas considerações sobre a dialética do espaço do homem, correlacionado à monopolização do território e a territorialização do capital, enquanto concepções inter-relacionadas na dinâmica do capital. A escala do tempo

humano foi utilizada para compreender o percurso da investigação do estudo vivencial e existencial do homem, correlacionadas ao espaço-temporal no estudo das estratégias do homem.

A partir do capítulo quatro apresentou-se o contexto sócioespacial do recorte empírico investigado, como subsídio para perceber o espaço do homem e o lugar enquanto ambiente da vivência e existência do camponês. Na investigação foram percorridas as escalas: do sertão; dos estados de Sergipe e de Alagoas; dos municípios sergipanos de Nossa Senhora da Glória, Poço Redondo e Canindé de São Francisco e Água Branca, Pariconha e Mata Grande em Alagoas; e as comunidades sergipanas de José Ribamar, Pioneira e Cuiabá e as comunidades camponesas de Quixabeira, Campinhos e Cacimba Cercada em Alagoas.

O capítulo quinto dedicou-se para o estudo dos resultados sobre a estrutura da organização do espaço do homem, remetida sobre a complexidade do espaço rural abordando: os aspectos estruturais convergentes à diferenciação espacial (monopolização do território e territorialização do capital); e o paradoxo da existência do camponês no sertão sergipano e alagoano pelo processo histórico da sua exclusão sociopolítica, na sociedade monopolista.

No sexto capítulo realizou-se a discussão das estratégias de vivência do camponês e de que maneira o espaço do homem e o lugar do homem, favorecem a reprodução social desse sujeito. Analisa-se a rede de relações sociais e os aspectos relacionados: *a terra, a família e o trabalho*.

Nas considerações finais, apresentam-se as reflexões resultante do estudo, seguida das referências bibliográficas e do apêndice composto pelo modelo de questionário aplicado.

2. TRILHANDO CAMINHOS: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA

A metodologia aqui apresentada trata-se de um esforço pela sistematização da linha de investigação seguida, envolvendo novos instrumentos conjugados para atender aos objetivos definidos no escopo desse estudo, tendo-se como finalidade compreender as estratégias existenciais e vivenciais dos camponeses. O caminho percorrido seguiu a combinação de vários estudos na área de geografia, considerando a estrutura sócioespacial como materialidade na qual os camponeses estão inseridos.

O capítulo está estruturado em duas seções principais: na primeira são apresentados os caminhos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa, contendo: abordagem empírica com a descrição dos procedimentos utilizados na aplicação dos questionários, os quais estão direcionados para a análise dos instrumentos de política pública, as estratégias de reprodução do camponês, o processo de formação territorial e os dados socioambientais.

Na segunda seção propõe-se uma integração teórico-metodológica que permite análises comparativas e relacionais, envolvendo quatro elementos: *sujeito*, *sociedade*, *tempo* e *lugar*. Tais propostas são acompanhadas por modelos ilustrativos que sintetizam as respectivas dimensões, considerando a trilogia *homem, terra e lugar* para um estudo multiescalar e multidimensional.

2.1 OS CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

O caminho adotado para o desenvolvimento do estudo está baseado na trilogia: Formação Econômico Social (FES), Modo de Produção (MP) e Formação Espacial (FE). Estas estão justificadas pela relevância da totalidade espacial. A relevância espacial no estudo das formações econômicas e sociais está no cerne da proposta de *investigação concreta do espaço*. A FES é uma categoria teórica e metodológica da realidade historicamente determinada, funda-se na base territorial.

Para a investigação da formação social foi utilizada, devido aos seus aspectos concretos, o modo de produção capitalista. Este possibilita a compreensão da especificidade de cada sociedade exatamente pela sua formação espacial envolvendo a

sua evolução, as relações externas e internas, as combinações das condições tecnológicas, de capital e de trabalho (SANTOS, 2004). Nesse sentido, a formação social investigada, exige a consideração de dois conjuntos de relações definidos por Lênin: as relações horizontais e as relações verticais. As horizontais expressam a estrutura interna da sociedade, enquanto as verticais apontam para as relações de uma sociedade com as demais (SANTOS, 2004, p. 245).

A análise da sociedade contemplou o sistema econômico, a interação das forças produtivas com as relações de produção, infraestrutura e superestrutura, passando pelo viés da formação econômica e social associada à construção teórico-abstrata (GOMES, 1991, p.57-58). Por intermédio da formação econômica e social deu-se a exploração do campo de estudo, levando em consideração a reprodução social do camponês, o grau de desenvolvimento da produção, identificando o que há de comum ou divergente nos estados de Sergipe e de Alagoas.

A investigação submetida à concepção da *formação econômica social* permitiu relacionar os acontecimentos históricos no quadro existencial das formações espaciais e examinar cada formação em seu estágio evolutivo, em decorrência de suas leis de desenvolvimento (SANTOS B., 2000). Como também analisar a sociedade em questão, observando os padrões e arranjos da sua evolução (GOMES, 1991).

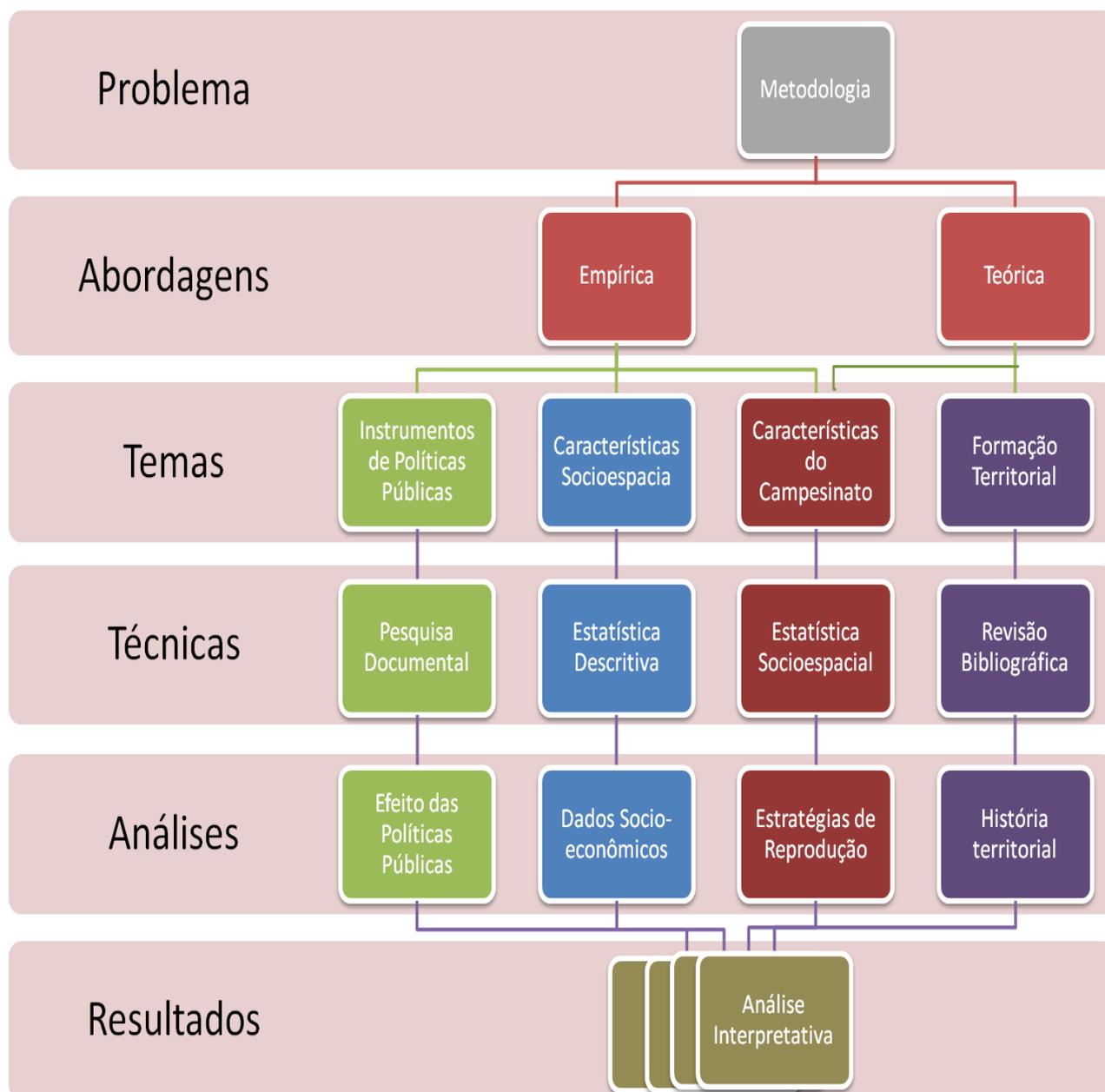
Levou-se em consideração o entendimento da sociedade como sujeito histórico de nossa procura científica e a formação econômica e social, produto dos modos de produção (GOMES, 1991). Admitiu-se desta forma a relação intrínseca entre a produção do espaço e sua correlação com a atividade humana, expressa pelo trabalho social o qual sintetiza a reprodução do espaço nessa investigação.

O estudo seguiu três trajetórias inter-relacionadas: *empírica, teórica e estatística*, estruturado a nível geral com base em dois grandes blocos de abordagem complementares. Um bloco contém a abordagem empírica, realizada por aplicação de questionários e vivência nas comunidades através de ações de extensão universitária, enquanto outro bloco abrange a abordagem teórica baseada em recursos bibliográficos.

Na **Figura 02** apresenta-se a síntese geral da metodologia, descrevendo os passos do estudo. Na aplicação dos questionários as análises ativeram-se ao impacto social das políticas públicas e as estratégias de reprodução do camponês, as quais,

respectivamente, resultaram na avaliação das influências das políticas públicas e sobre o próprio sujeito. Na abordagem teórica, as análises estiveram centradas no processo de formação territorial e nos dados sócioespaciais, das quais resultaram nas avaliações atinentes a história territorial e a avaliação social respectivamente.

Figura 02- Diagrama da Metodologia da Pesquisa.



Elaboração - Núbia Dias dos Santos e Ajibola Isau Badiru, 2012.

No contexto específico, as duas abordagens da pesquisa se desdobraram em quatro conjuntos de análises temáticas e quatro conjuntos de principais avaliações. Adota-se uma lógica horizontal nas análises e nas avaliações, de modo que, os resultados das mesmas serviram de base para a apreciação interpretativa da realidade analisada.

2.1.1 Abordagem do estudo empírico: descrição e procedimentos da aplicação dos questionários

Baseando-se nos questionários teve-se como intuito desenvolver duas análises: uma sobre as estratégias de reprodução do camponês e a outra sobre os efeitos das políticas públicas. Assim foram elaborados, aplicados e analisados 179 (cento e setenta e nove) questionários, de acordo com a amostra aleatória simples, ficando distribuídos da seguinte forma: 25 questionários em Cacimba Cercada; 55 em Campinhos; 27 em Cuiabá; 24 em José Ribamar; 15 em Pioneira e 33 em Quixabeira. Concomitantemente foi realizado registro fotográfico.

As questões foram elaboradas, a partir do modelo apresentado na tese de doutorado de Locatel (2004). Às mesmas foram complementadas e adaptadas ao propósito investigativo da pesquisa, observando as distintas realidades do camponês de Sergipe e de Alagoas. O questionário apresenta blocos distintos de questões, as quais versam sobre: a) o sujeito; b) a família; c) a terra; d) a renda e) às políticas públicas; f) as estratégias de reprodução social do camponês. Estes foram agrupados, observando a condição e reprodução do sujeito; a condição e reprodução social; a condição e reprodução natural e a condição e reprodução produtiva, como exposto no Quadro 01.

Quadro 01 - Temas das perguntas relacionando a natureza das condições de vida do sujeito no campo.

BLOCOS	TEMAS
Condição do sujeito	Dados referentes ao produtor Dados referentes à propriedade
Reprodução do sujeito	Dados referentes à família do produtor Dados referentes à família do parceiro/empregado Avaliação dos agricultores sobre sua situação social
Condição social	Condições da moradia do agricultor Bens de consumo duráveis disponíveis Plano de ampliação da área cultivada na propriedade Infraestrutura da unidade
Reprodução social	Trabalho familiar permanente e temporário Rendimento anual aproximado Meios de produção disponíveis
Condição natural	Utilização das terras Utilização de insumos Uso da água para a irrigação
Reprodução natural	Produção agrícola Atividade agrícola Destino da produção agrícola Atividade pecuária Destino da produção pecuária Rebanho bovino
Condições produtivas	Forma de escoamento da produção Principal tipo de transporte utilizado pela família do agricultor As principais dificuldades
Reprodução produtiva	Assistência técnica Financiamento de custeio Financiamento de investimento

Elaboração - Núbia Dias dos Santos, 2012.

2.1.2 Definição dos elementos para o desenho amostral

À utilização da técnica de amostragem com base em Bolfarine e Bussab (2005) pretendeu-se, em linhas gerais, obter uma amostra de tamanho “n”, com o objetivo de estimar parâmetros em determinado nível de confiança. A forma como a amostra foi selecionada constituiu-se no plano amostral e para isso, tornou-se necessário definir alguns elementos essenciais como:

- ❖ População amostrada composta pelos moradores das Comunidades Sergipanas de Cuiabá, Pioneira e José Ribamar, localizadas respectivamente nos municípios de Canindé de São Francisco, Poço Redondo e Nossa Senhora da Glória e no Estado de Alagoas as comunidades de Cacimba Cercada, Quixabeira e

Campinhos, respectivamente nos municípios de Mata Grande, Água Branca e Pariconha;

- ❖ População alvo, moradores das comunidades acima relacionadas;
- ❖ Unidade amostral é a casa pertencente à comunidade da população amostrada;
- ❖ Unidade observacional é o componente familiar da unidade amostral, maior de idade;
- ❖ Cadastro é a relação das casas em cada comunidade.

O plano amostral baseou-se em *Amostragem Aleatória Estratificada* (AAE), obtida, separando-se as unidades amostrais em “E”, grupos não justapostos chamados de estratos, e depois se seleciona uma amostra aleatória simples - um sorteio entre as unidades com probabilidade igual de ser selecionada, baseado na relação das unidades amostrais de cada comunidade – em cada estrato.

Esse critério de separação dos estratos leva em consideração que cada unidade da população pertence a um, único estrato e a combinação das unidades amostrais de todos os estratos, recompõe toda a população inicial. Com essa configuração da AAE espera-se que os estratos contenham mais homogeneidade interna, do que a população como um todo. A AAE permite, em relação ao parâmetro de interesse, a possibilidade de estimativas dos parâmetros separadamente para cada estrato sem amostragem adicional.

O Parâmetro de interesse para o cálculo amostral consiste em estimar a proporção de camponeses beneficiários do lote, junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA em Sergipe, e camponeses proprietários de terras no Estado de Alagoas.

A Equação 01 mostra o estimador de interesse, considerando a proporção populacional P . Determina-se a proporção p_i de camponeses com a posse legal da terra e os camponeses assentados no estrato i que estão nas comunidades.

Equação 01 - Estimador de interesse proporção populacional ^P

$$\hat{p}_{est} = \frac{1}{N} \sum_{i=1}^E N_i \hat{p}_i$$

Fonte: BOLFARINE e BUSSAB, 2005.

Nota: O \hat{p}_i é um estimador não viciado da correspondente proporção p_i no estrato i . Temos que $N_i \hat{p}_i$ é um estimador não viciado do número total de residências do estrato i que são beneficiários legais.

Para a seleção da amostra aleatória estratificada definiu-se claramente os estratos e verificou-se a quantidade de unidade amostral dentro de cada estrato, como apresenta a Tabela 01.

Tabela 01 - Estratos com os respectivos números de casas.

Estado	Estrato	Nº DE FAMÍLIAS
Sergipe	CUIABÁ	200
Sergipe	PIONEIRA	19
Sergipe	JOSE RIBAMAR	30
Alagoas	CACIMBA CERCADA	32
Alagoas	QUIXABEIRA	80
Alagoas	CAMPINHOS	400
Total		761

Depois que as unidades amostrais foram divididas em estratos, selecionou-se uma amostra aleatória simples de cada estrato. Realizou-se sorteio entre as unidades amostrais, sendo unidades amostras independentes em cada um dos estratos. Em seguida fez-se a alocação das unidades amostrais. Após a realização do cálculo do tamanho da amostra, realizou-se a alocação proporcional (ver Equação 02 e Equação 03), de acordo com BOLFARINE e BUSSAB, 2005.

Equação 02 - Variância estimada de \hat{p}_{est} :

$$\hat{V}(\hat{p}_{est}) = \frac{1}{N^2} \sum_{i=1}^L N_i^2 \left[\frac{(N_i - n_i)}{N_i} \right] \left[\frac{\hat{p}_i \hat{q}_i}{n_i - 1} \right]$$

Fonte: BOLFARINE e BUSSAB, 2005.

Nota: Para o efeito do cálculo adotou-se $\hat{p}=0.5$, com isso temos uma maximização da variabilidade.

Equação 03 - Limite sobre o erro de estimação:

$$Z_{\alpha/2} \sqrt{\hat{V}(\hat{p}_{est})} = Z_{\alpha/2} \sqrt{\frac{1}{N^2} \sum_{i=1}^L N_i^2 \left[\frac{(N_i - n_i)}{N_i} \right] \left[\frac{\hat{p}_i \hat{q}_i}{n_i - 1} \right]}$$

Fonte: BOLFARINE e BUSSAB, 2005.

Para estimar uma proporção populacional, indicam-se quanta informação é desejada, definindo o limite sobre o erro. Em função deste limite, o tamanho da amostra é determinado pela Equação 04.

Equação 04 – Fórmula da Estimativa Proporcional da População Amostral.

$$n = \frac{\sum_{i=1}^E \frac{N_i^2 p_i q_i}{w_i}}{N^2 \frac{e^2}{Z_{\alpha/2}^2} + \sum_{i=1}^L N_i p_i q_i}$$

Fonte: BOLFARINE e BUSSAB, 2005.

Tem-se que w_i é a fração de observações alocada ao estrato i , p_i é a proporção populacional do estrato i , $Z_{\alpha/2} = 1,96$ e $e = 0,05$ (limite sobre o erro). Assim é definido o tamanho da amostra com alocação proporcional para todos os estratos, relacionados na Tabela 02.

Tabela 02 – Relação dos estratos considerando o número de famílias.

Estado	Estrato	Número de Famílias	Número de Casas por Comunidade Para Aplicação do Questionário
Sergipe	CUIABÁ	200	67
Sergipe	PIONEIRA	19	06
Sergipe	JOSÉ RIBAMAR	30	10
Alagoas	CACIMBA CERCADA	32	11
Alagoas	QUIXABEIRA	80	27
Alagoas	CAMPINHOS	400	134
Total		761	255

Levando em consideração o grau de repetição das informações, foram aplicados duzentos (200) questionários, dos quais cento e setenta e nove (179) foram validados.

2.1.3 Aplicação dos questionários

A aplicação dos questionários ocorreu nas localidades, envolvendo os assentamentos rurais de reforma agrária José Ribamar, Pioneira e Cuiabá, situados respectivamente, nos municípios de Nossa Senhora da Glória, Poço Redondo e Canindé de São Francisco, no estado de Sergipe e nas localidades de Cacimba Cercada, Quixabeira e Campinhos, situadas nos municípios de Mata Grande, Água Branca e Pariconha respectivamente no estado de Alagoas. O questionário está estruturado para a trilogia: *homem, terra e lugar*. O lugar visto como múltipla escala (CHRISTOFOLETTI, 1999), na qual os acontecimentos são materializados, envolvendo ações, sentimentos e vida humana.

A aplicação dos questionários de caráter estrutural procedeu-se mediante agendamento prévio e aplicado *in loco*, nas residências dos entrevistados, na sede da associação de produtores rurais ou no tele-centro. Tomou-se como referência a safra do biênio 2010/2011, para as questões relacionadas à produção agrícola.

A sua aplicação realizou-se entre os meses de setembro a dezembro de 2011 e contou com a colaboração de 02 a 04 pesquisadores voluntários, que já tiveram vivência na área de estudo. Em média cada questionário absorveu entre uma a duas horas por

entrevistado, sendo invalidados em média 10%, por terem sido aplicados a sujeitos sociais alheios ao objeto da pesquisa.

Após a fase da aplicação dos questionários foi elaborado um banco de dados organizado em meio digital. Em seguida, realizou-se o tratamento estatístico com sua base material sintetizada na forma de gráficos, tabelas e quadros.

Assim, o conjunto de dados presentes no questionário contribuiu para a realização de duas análises principais: a dos efeitos dos instrumentos de políticas públicas e as estratégias de reprodução social do camponês. A partir daí, realizou-se duas avaliações principais: a avaliação dos efeitos dos instrumentos de políticas públicas na vida do camponês e a avaliação das estratégias de reprodução social do camponês.

Como resultado das duas análises e das duas avaliações dessa abordagem, realizou-se a combinação e a correlação entre as distintas escalas presentes no estudo. Isso favoreceu o cruzamento das análises e avaliações embasadas no ir e vir das escalas e contribuiu para análise comparativa, dando suporte e pertinência aos resultados.

2.1.4 Análise dos Instrumentos de Política Pública

Para efeito analítico foram selecionados quatro instrumentos das políticas públicas, aqui consideradas estruturais: Plano Nacional de Reforma Agrária (P.N.R.A), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Seguridade Social e um instrumento de cunho social (Bolsa Família). Em seu conjunto, representam a atuação do Estado nessas localidades, nos aspectos relativos às ações correlatas a política de reforma agrária, à atividade agrícola, a cobertura da seguridade social do camponês e sua família, como também no alcance da política social do Programa Bolsa Família. São instrumentos efetivos com objetivos claros e definidos no campo do desenvolvimento rural. Todavia, o procedimento da análise foi orientado por algumas questões abertas, como exposto no modelo do questionário (Apêndice 01).

A avaliação dos instrumentos das políticas públicas baseou-se no ingresso dos respectivos benefícios disponibilizados. No mesmo sentido, as questões levantaram o

efeito destes na vida do camponês. No caso do PNRA, existe uma particularidade nesta pesquisa, uma vez que, sua ocorrência se materializa apenas nas localidades de estudo no estado de Sergipe. A avaliação é singular por trazer à tona a diferença entre as localidades inseridas nos dois estados, envolvendo dois grupos de camponeses, os assentados e os tradicionais.

Vale destacar alguns itens abordados sobre o PRONAF, para efeito de ilustração como: (a) Quais as dificuldades enfrentadas para o acesso ao financiamento? (b) Houve melhoria na sua condição de vida? E de que forma? (c) Os valores do financiamento são suficientes para promover mudanças na produção agropecuária? (d) Está inadimplente com a agência financiadora? Esses questionamentos orientaram uma leitura panorâmica da realidade.

Foram consideradas as informações relativas à aposentadoria, pensão e auxílio doença sobre o acesso ao Sistema Previdenciário. Do mesmo modo, o recebimento do Bolsa Família foi quantificado, destacando o número de famílias beneficiadas e o respectivo valor creditado às mesmas. Quanto ao P.A.A, também considerou-se a quantidade de camponeses que estão inseridos nesse programa, assim como a proporção da venda da produção a esse programa realizada pelos agricultores.

2.1.5 Análise das estratégias de reprodução do camponês

A análise das estratégias de reprodução do camponês baseou-se nos questionários para explorar o comportamento do camponês. Levou-se em consideração três componentes principais: *família, trabalho e terra*, os quais convergiram para análise cruzada sobre as potencialidades econômicas, sociológicas e políticas. Nesse sentido, as questões foram analisadas considerando os componentes principais que constituem elementos interpretativos, sobre as questões norteadoras, as quais foram sintetizadas em gráficos, tabelas e quadros. Tais sínteses permitiram aprofundar as análises correlacionadas à *família*, identificando a sua estrutura familiar quanto as suas potencialidades econômicas, sociais e políticas, considerando a forma de acesso a terra e a condição legal da propriedade camponesa.

No que se refere ao *trabalho* analisou-se as atividades desenvolvidas no interior da propriedade camponesa, como marco referencial da sua estratégia de reprodução, observando a produção agrícola, a atividade pecuária e seus respectivos

destinos. Levaram-se também em consideração as condições para realização dessa atividade e suas potencialidades, aferidas na reprodução social do camponês.

No contexto sócioespacial, considerou-se o fator *terra* como elemento chave para analisar: a) a forma de acesso; b) a condição legal do camponês; c) a área física da propriedade; d) as condições do uso do solo e da utilização da terra e sua correlação com o ambiente e o resultado do trabalho familiar camponês.

A convergência dos componentes secundários acima elencados, resulta na composição da renda do camponês. Assim, fez-se a avaliação da *composição da renda* do camponês fundamentado em três aspectos: a) a produção própria na terra; b) a venda da força de trabalho e c) o recurso adquirido oriundo dos instrumentos das políticas públicas.

2.1.6 Levantamento de dados secundários

Como um eixo principal desta metodologia, a análise dos dados secundários teve como intuito explorar as características dos territórios: regional, municipal e estadual que contextualizaram o processo socioeconômico, no qual o camponês está inserido. A ideia do lugar decorreu da sua relação com a trilogia *terra, camponês e trabalho rural*. Baseou-se nas tendências demográficas e estatísticas, dentre outros aspectos.

O estudo abrangeu os aspectos: (a) malha fundiária, (b) a condição do produtor, (c) o acesso a terra, (d) o uso do solo rural e (e) as potencialidades socioeconômicas dos camponeses. Assim, foram comparadas as respectivas escalas, envolvendo a continental, nacional, estadual, municipal e local. Tanto nas investigações históricas como demográficas, o material utilizado foram basicamente recursos bibliográficos, estatísticos, cartográficos e fotográficos para uma interpretação contemporânea e detalhada para o período entre 1990-2010.

O efeito combinado de observações indiretas permitiu a leitura comparativa e explicativa dos dados estatísticos coletados e organizados, com base no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Programa

das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Secretária de Estado de Planejamento (SEPLAN).

A análise da concentração física da terra, do capital, da população no espaço rural necessitou de uma leitura comparativa apoiada no material estatístico e fotográfico.

2.1.7 Análise do processo de formação territorial

Neste item foi explorada a existência do camponês no processo da formação sócioespacial nordestina. Realizou-se um resgate histórico quando se observou a analogia estrutural estabelecida entre o camponês e a dinâmica do capital. Esta se baseou no contexto combinado entre a concentração da posse da terra, dos meios de produção e da força de trabalho.

O contexto histórico processual e estrutural da formação econômica e social considera a existência do camponês e possui na trilogia *terra, renda e poder* componentes basilares desta lógica. A avaliação da história territorial foi realizada sobre a formação do nordeste brasileiro. Avaliaram-se os estados de Sergipe e Alagoas e os municípios da área de abrangência da pesquisa com suas respectivas localidades.

O procedimento teve-se a avaliação envolvendo nove aspectos: (a) *o camponês como sujeito social histórico*, (b) *o lugar do sujeito na sociedade*; (c) *a função social do trabalho do camponês*, (d) *a dinâmica e movimento do capital*, (e) *concentração espacial do camponês*, (f) *concentração da terra*, (g) *concentração da renda*, (h) *a pecuária como atividade econômica identitária no Sertão* e (i) *a existência da pobreza*.

No que concerne ao (a) camponês como sujeito social histórico, parte-se da visão do mesmo como objeto que se funda no sujeito, cuja história antecede ao processo de formação sócioespacial brasileiro. De acordo com Sabourin (2009), no Nordeste, a presença do camponês, especificamente pode ser identificada no aspecto social e técnico pelos indígenas, pelos brancos pobres, inclusive no período colonial, inicialmente na área canavieira e posteriormente no sertão.

Sobre (b) o lugar do sujeito na sociedade, avaliou-se se de fato o camponês assume uma condição subalterna na sociedade, ao longo do processo de formação

sócioespacial nordestina, levou-se também em consideração a problemática da inserção do camponês em alguma classe social específica.

A respeito da (c) função social do trabalho do camponês, avaliou-se o sujeito como produtor de alimentos para abastecimento do mercado interno, e para a dinâmica do capital interno e externo. Considerou-se os cultivos de alimentos, cana de açúcar e pecuária.

Quanto a (d) dinâmica e movimento do capital, avaliou-se a relação entre a monopolização do território no litoral nordestino (considerando a monocultura da cana e seus desdobramentos) e a territorialização do capital no sertão, quando se constata a drenagem da renda camponesa por distintos setores e agentes do capital.

Sobre a (e) concentração espacial do camponês, avaliou-se a concentração do camponês no sertão como indicador da não territorialização do capital nessa região.

Quanto à (f) concentração da terra e (g) a concentração da renda, estas foram avaliadas como sendo indicadoras estruturais da formação sócioespacial nordestina.

Considerando (h) a pecuária como atividade econômica identitária no Sertão, avaliou-se a continuidade da atividade pecuária desde a sua subordinação aos sesmeiros, no período colonial, até o presente momento. A relação da atividade com a permanência do camponês no sertão também foi considerada.

No que concerne ao (i) a existência da pobreza, foi avaliada no que se trata da condição de pobreza para áreas e grupos sociais específicos, dentre os quais se inserem o sertão e o camponês como partícipes dessa realidade. Consideraram-se alguns índices, como o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) e Índice de Gini, aplicado à renda, estabelecendo as devidas correlações desses indicadores com a formação econômica social do sertão.

2.1.8 Análise dos dados socioeconômicos

O estudo dos dados socioeconômicos baseou-se nas informações referentes à reprodução do camponês no sertão. Definiu-se sistematicamente o caráter estrutural do objeto, como sendo um aspecto complementar ao *espacial territorial* (BADIRU, 2006), correlacionada a múltiplas fronteiras, quando se definem as quatro escalas de estudo como sendo o território: *nacional, estadual, municipal e a localidade*.

Tais aspectos integram-se a ideia do *espaço-território* (SANTOS, 1991; 1999; 2005; STEINBEGER, 2006), estruturalmente integrando homem, lugar e sociedade. Explorou-se o espaço como *lugar* que se trata da espacialização das políticas de desenvolvimento rural, correlacionado ao espaço do homem.

Os dados socioeconômicos apresentaram o diagnóstico da realidade dos estados de Sergipe e Alagoas e dos municípios da área de abrangência do estudo. Sintetizaram-se os aspectos demográficos e o conjunto de variáveis relacionadas ao espaço rural, tais como:

- Aspecto demográfico (IBGE);
- Malha fundiária; Número e área de estabelecimentos por utilização das terras (municipal);
- Produção agrícola – lavoura temporária;
- Produção agrícola – lavoura permanente;
- Condição do produtor;
- Número de estabelecimento e área por condição do produtor;
- Efetivo animal;
- Produção de origem animal;
- IDH-Municipal;
- Composição da renda municipal nos dois estados;
- Distribuição dos empregos / o número de estabelecimentos por setor da economia. O número de pessoal ocupado/ condição do produtor (municipal);
- Pessoal ocupado nos estabelecimentos por extrato de área;
- Número de estabelecimentos e área por condição do produtor em relação às terras;
- Utilização das terras: produção agrícola municipal, lavoura permanente, lavoura temporária, composição do rebanho/Efetivo do rebanho e
- Índice de Gini.

Estes dados serviram de suporte para análise espacial, observando contrastes entre e dentre os padrões sócioespaciais, que serviram para uma correlação indispensável da análise comparativa da dinâmica econômica do espaço agrário estadual e municipal.

2.1.9 Análise Interpretativa: uma aproximação da realidade

Na metodologia adotada as análises e avaliações percorreram procedimentos específicos que convergiram para análises comparativas, resultantes de cada aspecto tratado na abordagem deste estudo. As análises comparativas deram-se com base nas análises: dos instrumentos das políticas públicas, da formação territorial, das estratégias de reprodução do camponês e das estatísticas socioeconômicas, nas avaliações do efeito das políticas públicas, do camponês, da história territorial, bem como, nos dados socioambientais.

Esse procedimento se constitui num esforço de compilação dos dados, para reunir diferentes resultados que podem ser correlacionados sobre a realidade existencial e vivencial¹ do camponês, no *espaço do homem*. No aspecto específico do Camponês Sertanejo, a conjuntura das características socioeconômicas, se entrelaçam as características do sujeito, relacionadas ao processo de formação territorial do Brasil, do Nordeste e do Sertão.

Neste sentido a análise do efeito das políticas públicas e dos dados socioeconômicos, resulta em componentes elementares para a interpretação das estratégias de reprodução do camponês associada à história territorial. Pôde-se traduzir a função social do sujeito camponês sertanejo, no conjunto da sociedade perante seu movimento frente ao movimento do capital na sua lógica desigual e contraditória.

2.2 PROPOSTA TEÓRICO-METODOLÓGICA

O universo desta metodologia uniu o *Ser* e o *Viver*, como os dois campos de estudos, aqui correlacionados e referem-se ao existencial e vivencial. Estão compostos por quatro principais elementos: *sujeito, sociedade, tempo e lugar*. Cada um destes elementos representa uma complexidade com totalidade específica. Constitui em variáveis explicativas, as quais, internamente, são sujeitadas a uma hierarquia e permitem análises comparativas e relacionais, como demonstra a Figura 02.

¹ Os termos Existencial e Vivencial estão inter-relacionados e referem-se a) à existência individual: vital (adj); concernente a experiência concreta da existência vivida: vivencial. (Filosofia A. Cuvillier) (Dicionário de Língua Portuguesa). O Vivencial é à ação do viver, situação, modo de vida, hábito, a maneira como as pessoas vivem, com base na sua rede de relações sociais.

A Figura 02 ilustra a configuração geral do esquema representativo e mostra o caminho do desenvolvimento da pesquisa a partir dos elementos identificados até a obtenção das imagens como resultado da análise relacional, sendo que:

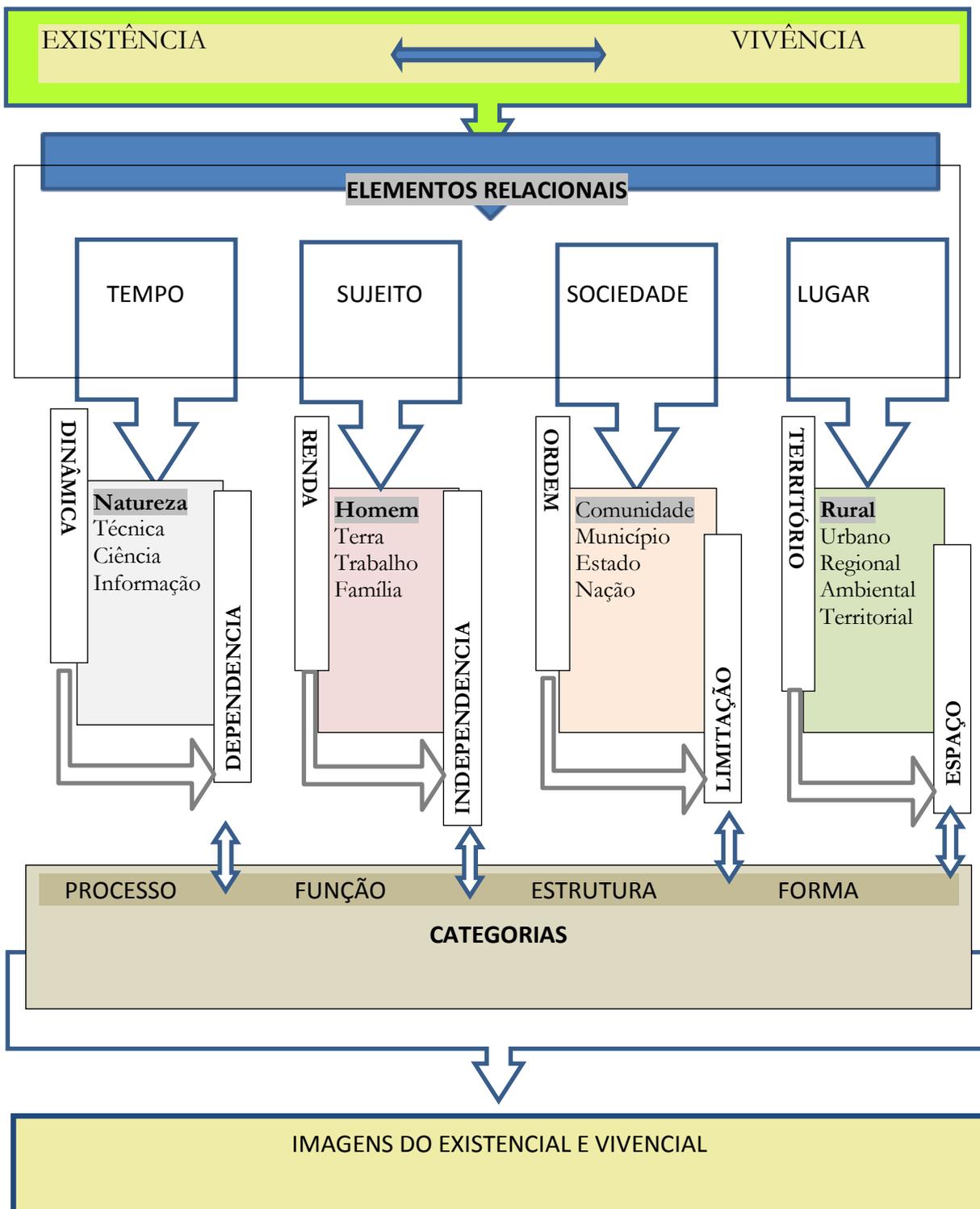
- O ***sujeito*** constitui no primeiro e principal elemento entendido aqui como o indivíduo, que se desdobra no homem (camponês) em suas relações com várias instâncias como a terra, trabalho e família.
- A ***sociedade*** é também concebida como um indivíduo, um organismo biossocial, considerado como comunidade de pessoas em suas relações desdobradas nas instâncias: município, estado e estado-nação.
- O ***tempo*** representa ingrediente para os indivíduos e as pessoas, onde a natureza se desdobra em ciência, tecnologia e informação.
- O ***lugar*** representa a instância do acontecer, do realizar, onde o desenvolvimento se dá para as pessoas e indivíduos; este lugar é rural que se materializa na relação com o urbano, o regional, o territorial e o ambiental.

No cruzamento entre os elementos relacionais com os fatores *renda, ordem, dinâmica e território*, abstraíram-se um conjunto de subfatores correspondentes como: *independência, limitação, dependência e espaço*. Estes permitem processar a realidade de cada totalidade (LEFEVBRE, 2004; SANTOS, 1997), possibilitando também a correlação entre cada totalidade de cada campo do estudo específico.

Tais conjuntos são resultados da análise da multidimensionalidade do espaço (MASSEY, 2008), envolvendo as categorias geográficas: *função, estrutura, processo e forma* (MOREIRA, 2007; CORRÊA, 1995; 1997; SILVA, 1991; SANTOS, 1997; 2004; BADIRU, 2006). Esses convergem para a ideia da construção conceitual do conhecimento relacional e vivencial do sujeito, como ilustra a Figura 03. Por outro lado, são categorias imprescindíveis para a abordagem integrada da totalidade, na qual estão investidas a paisagem e a estrutura da organização do espaço do homem.

Para tanto, acredita-se que a ideia holística apresentada na figura esquemática serve para aprofundamento da matéria e futuros trabalhos, principalmente nos estudos que envolvem elementos e abrangem tanto a simplicidade como a complexidade do espaço.

Figura 03 - Modelo esquemático da complexidade analítica, integrando as totalidades espaciais e relacionais.



Elaborado por Núbia Dias dos Santos e Ajibola Isau Badiru, 2012.

Nota: Ilustra a dinâmica dos elementos relacionais, com os fatores e as categorias, componentes da complexidade analítica dos estudos das totalidades espaciais e relacionais.

Na Figura 04 tem-se a estrutura do espaço simplificado, pelo diagnóstico da sua unidade em três patamares: a estrutura, a infraestrutura e a superestrutura. Os dois últimos servem para a aplicação de análises dialéticas e dinâmicas, desde que, não se perca de vista a própria natureza da qual o espaço é constituído.

Figura 04– Desenho esquemático: Simplicidade da Estrutura Espacial



Elaboração – Núbia Dias dos Santos, 2012.

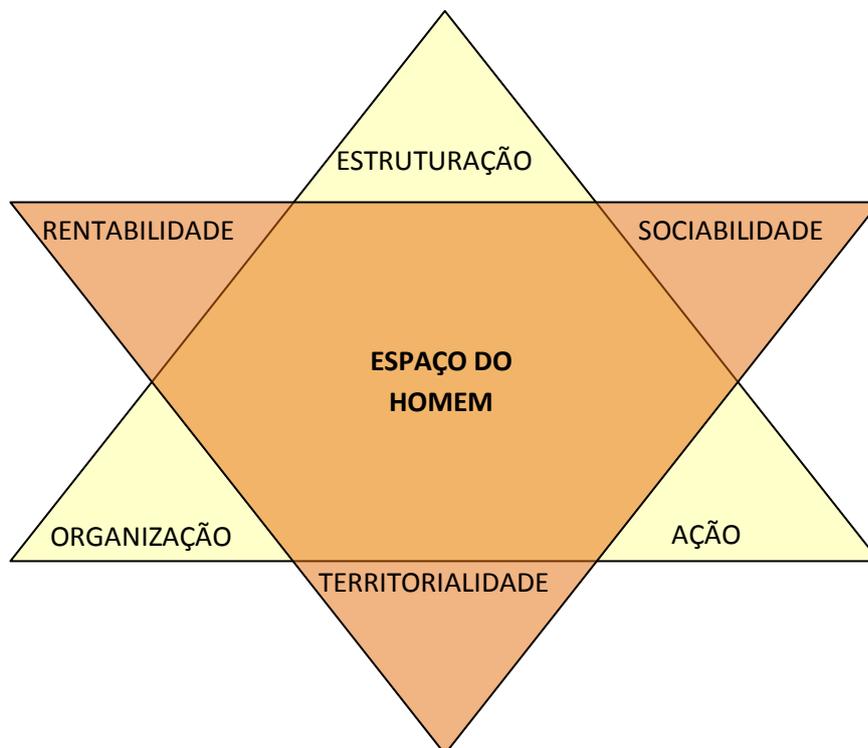
Nota: Infraestrutura, estrutura e superestrutura são três componentes integrados na estrutura da totalidade do espaço. A integração possui rebatimento no território.

Em cada dimensão tem-se a visão explícita do aspecto infraestrutural, superestrutural bem como o estrutural imbricado. Dialeticamente podem-se adotar duas combinações relacionadas à infraestrutural/superestrutural e estrutural/espacial. O conceito espacial corresponde a cada dimensão da sua totalidade: territorial, ambiental, regional, urbano e rural.

Assim, podem-se combinar os estudos da dialética (COHEN, 1978), com os da dinâmica, da materialização e concentração (SANTOS B., 2000), da densificação de elementos e objetos (BADIRU, 2006), bem como outros fenômenos de reprodução (ALTHUSSER, 2008), pelos quais podem traduzir a estruturação do espaço do homem no qual a sociedade está constituída. Para tanto é válido recorrer ao entendimento estrutural do espaço e lugar do homem, como simplificado na Figura 04 e Figura 05.

A complexidade permite a integração do homem, tempo e espaço (MORIN, 2005). **O espaço está dentro do tempo e dentro do homem.** A análise da estratégia do homem se dá pelo *continuum* do tempo e pelo *continuum* do espaço do homem (MOREIRA, 2007). A correlação destes corresponde a estudos integrados, baseando-se na complexidade da análise do espaço do homem e do lugar do homem, como exposto nos hexagramas da Figura 04 e Figura 05, respectivamente correlacionados ao espaço do homem e lugar do homem.

Figura 05– Hexagrama Esquemático do Espaço do Homem.



Elaboração - Núbia Dias dos Santos, 2012.

Figura 06– Hexagrama Esquemático do Lugar do Homem



Elaboração - Núbia Dias dos Santos, 2012.

Vale destacar nas Figuras 05 e Figura 06 como os pares de trilogias estão compostos para formar os hexagramas, e podem ser detalhados em dimensões específicas como destacadas no Quadro 02. Neste estudo, as propriedades pertinentes ao espaço do homem e lugar do homem sintetizam o quadro geral da atual análise.

Quadro 02 - As dimensões multiespaciais: relacionando oito trilogias para estudos do espaço do homem

Dimensões	Trilogias Multidimensionais		
Primeira	Espaço	Homem	Tempo
Segunda	Síntese	Antítese	Tese
Terceira	Estrutura	Superestrutura	Infraestrutura
Quarta	Motivação	Aspiração	Obrigaçã
Quinta	Ação	Organização	Estruturação
Sexta	Rentabilidade	Sociabilidade	Territorialidade
Sétima	Política	Ideologia	Economia
Oitava	Região	Estado	Município

Elaboração - Núbia Dias dos Santos, 2012.

Nota: As dimensões multiespaciais definem oito trilogias que podem ser combinadas para estudos de análise integrada, considerando a totalidade do espaço.

As dimensões apresentadas no Quadro 02 são aplicáveis a múltiplas combinações para análises integradas e seus desdobramentos. De acordo com específicos objetos de pesquisa o hexagrama é a síntese da complexidade de análise. Assim, pode-se basear nas mesmas, no intuito de avaliar diferentes contextos territoriais.

Como demonstração para análise do *Espaço do Homem e Lugar do Homem*, foram elaboradas as dimensões multidimensionais, apresentadas nas Figuras 04 e Figura 05. Diferentes combinações multidimensionais podem ser construídas e elaboradas, a partir da investigação a ser realizada com base na combinação das dimensões com suas respectivas trilogias.

A proposta teórico-metodológica explicita o entendimento do lugar como componente integralizado, embora, dissociável, do espaço e do território. O homem não está dissociado do espaço. O lugar é o mediador, entre o espaço e o território (STEINBERGER, 2006). Desse modo, a análise do lugar é territorial e o seu resultado é sobre o espaço do homem. Sua discussão se dá observando o lugar do homem, de um lado, considerando o espaço, e de outro lado o território, ou seja, a espacialidade e a territorialidade da formação, do modo de viver e de existir.

3. O ESPAÇO DO HOMEM: UMA APROXIMAÇÃO TEÓRICA PARA A COMPREENSÃO DA TOTALIDADE ESPACIAL

Nesse capítulo, abordam-se os fundamentos conceituais que são utilizados como suporte acerca da totalidade do espaço do homem. O Espaço do Homem é componente explicativo constituído simbioticamente do *sujeito social, do trabalho e do espaço*. O percurso teórico ancora-se na estrutura da totalidade espacial, considerando a *formação econômica e social, modo de produção e o espaço*.

Entende-se que a sinergia espacial é resultado e resultante da articulação entre a *formação econômica, o modo de produção e o espaço*. O caminho investigativo compreendeu de que maneira o espaço multidimensional constitui elemento explicativo do homem na sua rede de relações, como abordado no capítulo anterior.

A proposta dessa abordagem é a de possibilitar a constituição de um arcabouço teórico-conceitual que nos permita contextualizar o processo no qual o sujeito social camponês está integrado como elemento e sujeito no processo de produção do espaço, do lugar de vida e de reprodução social.

3.1 Formação Econômica e Social, Modo de Produção e a Definição da Forma e do Conteúdo do Espaço

Considerar o *rural* enquanto subcategoria do espaço construído pelo homem nos remete a priorizar a totalidade do espaço humano específico². O homem como sujeito social de transformação, representa objeto, que também sofre modificações pelos meios a ele articulados como o tempo e o espaço. A articulação teórica nesse contexto se fundamenta na conexão: *homem, trabalho e sociedade*. Contextualiza-se o lugar como ambiente de reprodução da vida, mundo do “vivido”, cotidiano e pausa (CARLOS, 1996).

² Ver Santos, 1977; 2000; 2004; 2008; Lefévre, 1996b; Marx, 1985; Morin, 2005; Max-Neef, 1998; Masey, 2008; Soja, 1993; Steinberger, 2006; Silva, 1991, p.40.

As escalas de análise são atravessadas para se chegar ao lugar como componente base da existência e vivência do sujeito social. O lugar é a escala do acontecimento, da realização material da vida, é onde símbolos e cultura estão imbrincados na mistura das relações sociais do sujeito com seus pares e com seu entorno.

O lugar como representação da totalidade espacial é a escala da vida em análise neste estudo. O lugar é o espaço das representações sociais como um todo articulado pelo e sobre o homem. Lefébvre (1996b, p.190) entende que esta noção do todo desempenha papel primordial, tanto metodologicamente como teoricamente, ao observar que a investigação somente ultrapassa o nível do empírico quando norteada por uma teoria calcada na noção do todo articulado, e essa totalidade se justifica pela realidade do que temos de compreender na natureza, tanto como, na vida social que se apresenta de maneira complexa (MORIN, 2005).

Na medida em que o espaço é manifestação do real, *um ser*, que como formação contém forma e processo, o lugar torna-se a expressão elementar objetivada enquanto *espaço-terrestre* e, como tal, sendo área, região, território (BADIRU, 2006; CORRÊA, 1995; MOREIRA, 2005; SILVA, 1991; 1996). Mas, para esse espaço tornar-se lugar necessita ser visto como *natureza, sociedade e lugar* em movimento (CARLOS, 1996; MOREIRA, 2005; SANTOS, 1999; 2004; 2007; STEINBERGER, 2006) pela combinação da força natural e da força de trabalho (SANTOS, 2005; THOMAZ JÚNIOR, 2004); da consciência social e da manifestação física do real. Espacialmente, no devir de configurações de sistemas e estrutura manifesta-se como contorno da forma e do conteúdo (CARLOS, 1996; STEINBERGER, 2006).

Existe *movimento dialético* entre forma e conteúdo, presidido pelo espaço que é a articulação de duas polaridades. Ao mesmo tempo, esse movimento dialético é apreendido na e através da realidade geográfica (SANTOS, 1985; MOREIRA, 2005; SILVA, 1996). O espaço total é uno e indivisível, embora os movimentos da realidade (estrutura, processo, função e forma) possam ser espacialmente separados, enquanto recurso analítico (SANTOS, 1985; 1995).

Neste caso, o lugar assume uma totalidade social tanto das relações de localização como do complexo de formas existentes das suas relações e/ou (dos) processos emocionantes (TUAN, 1980), ou ainda como dimensões práticas-sensíveis

(CARLOS 1996). A totalidade do espaço como conceito envolve o espaço humanizado, complexo, desigual e contrastante (MORIN, 2005; MAX-NEEF, 1986; SANTOS, 2000). Assim, o sertão como lugar investigado por muitos autores é o cerne entre questões espacial e territorial³.

É no lugar, na sua relação direta com a produção, que o processo de produção gera condições do desenvolvimento do homem. Baseando-se em Santos (1985, p.3), cada lugar apresenta instâncias de uma atuação própria de seu processo de produção específico. Também, cada lugar tem a sua temporalidade marcada pelo meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1999), modelado em função da divisão espacial do trabalho. Segundo Carlos o lugar é

(...) definido a partir dos entrelaçamentos impostos pela divisão (espacial) do trabalho, articulado e determinado pela totalidade espacial; portanto não é uma forma autônoma dotada de vida própria, uma vez que sua reprodução se acha vinculada ao caráter social e histórico da produção do espaço global (CARLOS, 1996, *apud* STEINBERGER, 2006, pp70-71).

Interpolado a sua definição, uma localização pode ser entendida como uma conjuntura de forças sociais se realizando em um lugar (SANTOS, 1985, p.2). O lugar pode ser concebido como uma base da reprodução da vida onde é observado o vínculo da sua relação circunstancial com *habitante e identidade* (CARLOS, 1996). Assim, de acordo com Santos (1985), as relações entre espaço e formação social, se materializam num *espaço particular e não num espaço geral*, como ocorre nos modos de produção (SANTOS, 1974, p.87-88).

Em consonância com Steinberger (2006) os espaços particulares se referem à formas-conteúdos particulares: *regional, urbano e rural*, enquanto as formas-conteúdos gerais são definidas como *ambiental e territorial*. Como explicita esta autora, vale admitir a ideia de que *territorial e ambiental* não são simplesmente frações do espaço.

³ Ver Andrade, 1986; 1987; 1988; 1989; Barbosa, 2003; Nogueira, 2003; Andrade & Santos, 2003; Antonello, 2001; Carmona, 2005; França, 2003; Malvezzi, 2007; Menezes, 2009; Menezes, 1999; Ministério da Integração Nacional, 2005; Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005; MDA, 2008; Moraes, 2002-2003; Palacios, 2009; Rocha, 2008; Sabourin, 2009; Santos e Andrade, 1992; Santos, 2008; 2010; Silva e Lopes, 1996; 2003; Souza, 2009; Woortmann e Woortmann, 1997; Woortmann, 1995; Vilar, 1991.

Ou seja, são noções mais abrangentes, imprescindíveis nesse estudo, que podem ser entendidas, como:

(...) expressões espaciais maiores da totalidade do espaço porque [são] formas-conteúdo gerais, isto é, expressões do conjunto de objetos geográficos. Por outro lado, (...), regional, urbano e rural são frações do espaço e, portanto, noções mais específicas porque [são] referentes às formas conteúdo-particulares. Por essa razão pode-se falar em espaço regional, espaço urbano e espaço rural (STEINBERGER 2006, p.44)⁴

No mesmo sentido, pode-se fazer referência às visões que convergem baseando-se em algumas literaturas (SANTOS, 1985; CORRÊA, 1995; LEFEBVRE, 1996b; MOREIRA, 2007; SILVA, 1991; CRUZ, 2003; HARVEY, 2001; HARNECKER, 1978), as quais investigam o espaço social com base, de um lado, nas categorias de análise da totalidade espacial e, de outro, nas suas relações dialéticas entre *estrutura, processo, função e forma*.

Assim, uma investigação do movimento dialético dessas categorias investe de sentido à natureza social e econômica de uma sociedade em um dado tempo. Ou seja, representariam a matriz teórica social, onde as formas e funções poderiam ser criadas e espacialmente justificadas como matéria da totalidade (LEFEBVRE, 1991; CORRÊA, 1995), justamente, como adverte Santos (1985, p.52),

Forma, função, estrutura e processo são quatro termos disjuntivos associados, a empregar segundo um contexto do mundo de todo dia. Tomados individualmente, representam apenas realidades parciais, limitadas, do mundo. Considerados em conjunto, porém, e relacionados entre si, eles constroem uma base teórica a partir da qual podemos discutir os fenômenos espaciais em totalidade.

A *forma* é concebida como o aspecto visível, exterior, de um dado objeto geográfico, seja vista isoladamente, ou formando o arranjo de um conjunto de objetos ou ainda um padrão espacial (SANTOS, 1985). Todavia, não é pertinente confundí-la a um mero padrão geométrico (CORRÊA, 1995). Uma casa, um bairro, uma cidade ou

⁴ Grifo nosso.

uma rede urbana são exemplos de formas espaciais em diferentes escalas e arranjos espaciais. No entanto, cabe lembrar que a *forma* não possui uma autonomia em si mesma (SILVA, 1991).

O *arranjo espacial* corresponde a uma categoria que pode servir para figurar a ligação entre a formação espacial, o modo de produção e a formação econômico-social (SANTOS, 1985; CORRÊA, 1995; SILVA, 1991; MOREIRA, 1996; 1982; 2007), de maneira que se possa traduzir simultaneamente a transfiguração recíproca entre a *formação espacial e a formação econômico-social*.

De acordo com Moreira (2007, p.65), o espaço geográfico é um espaço produzido onde a natureza, para além de base ou parte integrante, é uma condição concreta da existência social dos homens e da sua produção social. Embora a *primeira natureza* não seja o espaço geográfico em si, não há espaço geográfico sem ela (SANTOS, 1985).

Assim, pressupõe-se que, de todos os objetos existentes num arranjo espacial são os de ordem natural os únicos que não advêm do trabalho social. Constituem-se *valores-de-uso* importante à construção de uma sociedade dos homens ou servem para a produção de *valores-de-troca* numa sociedade mercantil (MARX, 1985; 1998).

Para Silva (1991), a formação geográfica é do lugar de trabalho (de consumo, de circulação e de passagem), é natural e social. Essa formação natural-social é a expressão geográfica do modo de produção natural-social, sendo particularidade e singularidade dos recortes regional. A formação natural coincide com o modo de produção natural.

De acordo com a ideia de que “os modos de produção escrevem a história no tempo, as formações sociais escrevem-na no espaço. Tomada individualmente, cada forma geográfica é representativa de um modo de produção ou de um de seus momentos” (SANTOS, 1974, p.87-88).

Pode-se vislumbrar um modelo temporal composto por dois tempos sobrepostos: o tempo físico e o tempo humano⁵. O primeiro corresponde aos ritmos

⁵ *O Tempo humano* se refere à experiência individual e coletiva, da cronologia, da memória e da história; é o tempo vivido e social. Não é homogêneo nem uniforme, mas descontínuo e caracterizado por sua espessura, seus valores subjetivos e significados simbólicos (FISCHER, *apud* FIRKOWSKI, e SPOSITO, 2008).

astrológicos, climáticos, biológicos, enquanto o segundo leva em consideração as ações humanas e a sua duração. Ambos podem explicar suas características e estratégias (FISCHER *apud* FIRKOWSKI e SPOSITO, 2008) humanas, a exemplo dos camponeses.

Segundo este mesmo autor, tais estratégias humanas podem ser analisadas baseando-se na trilogia: *simultaneidade-sucesso-duração*, essências exploráveis sobre quatro instâncias: *presente, curto prazo, médio prazo e longo prazo*, considerando o espaço geográfico e focalizando nas localidades rurais (FISCHER, *apud* FIRKOWSKI, e SPOSITO, 2008).

Em consonância com a visão de Santos (1985, p.6), ao nos afirmar que para a definição de um objeto espacial é necessário descobrir a unidade ou a forma de organização dos elementos que lhe são pertinentes, tais como: homens, instituições, firmas, meio ecológico e a infraestrutura (SANTOS, 1985). Neste sentido, uma análise orientada por esta visão nas diferentes estruturas econômica, jurídico-política e ideológica, pode-nos apresentar a função desempenhada por elementos específicos na sua conjuntura com a sociedade.

Conceitualmente, isso nos permite avançar, partindo da percepção e construção de um arranjo espacial ao conhecimento sistemático de uma realidade espacial, assim como conhecer as leis de seu desenvolvimento, como explicitado por Harnecker (1978, p.13).

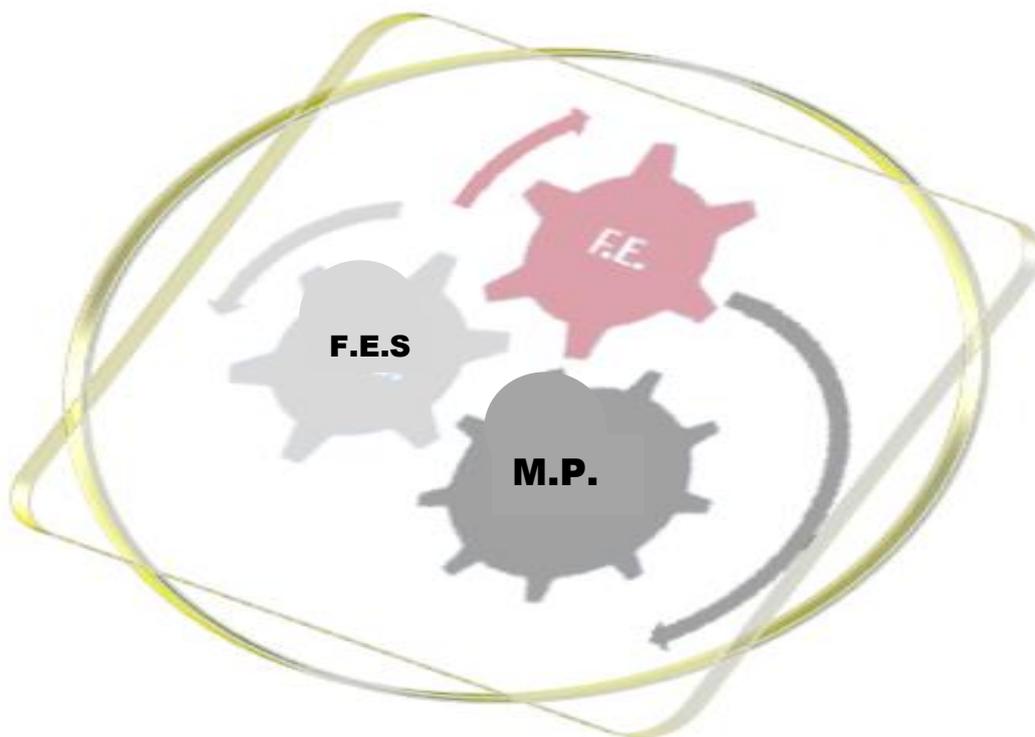
No mesmo sentido, a clareza teórica do espaço proposta por MOREIRA (2007), permite investigar o espaço social, ao admitir que o espaço construído possa ser decomposto a partir de três categorias de totalidade:

Formação Econômico Social (FES), Modo de Produção (MP) e a Formação Espacial (FE).

Estes são componentes de um arranjo espacial e constituem a mesma realidade social (espacial), como a dinâmica ilustrada na Figura 07. A mesma apresenta o esquema da dinâmica da realidade social as quais estão também orientadas na direção do arranjo espacial, considerando as três categorias da totalidade social que foram integradas na análise teórico-metodológica voltada para o espaço do homem. Desta maneira, configuram-se na formação dessas três categorias que se articulam. Cada

conceito/componente está inserido e interligado um no outro e apresenta a inter-relação e a maneira como se articulam entre si (MOREIRA, 2007, p.76).

Figura 07 - Os Componentes do Arranjo Espacial: Formação Espacial (FE); Formação Econômica e Social (FES); Modo de Produção (MP).



Elaboração: Núbia Dias dos Santos, 2012.

Nesse contexto, o arranjo espacial pode ser entendido como uma estrutura do espaço onde se observa os próprios “objetos espaciais, uma localização-distribuição organizada e sua totalidade estruturada, em forma espacial” (MOREIRA, 2007, p.63). Em seu todo, integra a função descritiva e analítica da *estrutura, processo, função e forma*, simultaneamente configurados sobre a totalidade espacial. Neste sentido, Moreira afirma que:

(...) o arranjo espacial é a própria estrutura da totalidade social, e como na base dessa estrutura está à natureza do processo de reprodução social, é no conhecimento das leis que regem esse processo de reprodução que deve se apoiar a análise do espaço. (...). O papel da análise espacial estaria em apreender as leis que regem a formação espacial, seu todo e suas partes, a partir da descrição e análise do arranjo espacial, e vice-versa. (...) O conceito de formação espacial passa pelos conceitos de formação econômico-social e este pelo modo de produção, e mais ainda pela forma como se articulam esses últimos, e vice-versa (MOREIRA, 2007, pp.63; 75; 76).

A análise na qual se distingue os fatos, as formas, os aspectos e os momentos de um desenvolvimento, deve também preparar a síntese determinando as ligações internas que existem entre esses elementos. Todavia, após a análise das partes têm-se a exposição do todo e a compreensão do seu conjunto (LEFÉBVRE, 1996b).

Embora as três totalidades estruturais (FES, MP e FE) estejam inseridas numa dimensão espacial, vale levar em consideração a inércia dinâmica do espaço social, teorizado por SANTOS (1977; 2005), o que sugere em perceber as ações inerentes a dinâmica dos componentes comparando o conjunto das relações ou, especificamente, onde o lugar materializa as mudanças ou as transformações estruturais.

Para tanto, no lugar social podem ser exploradas distintas dimensões relacionadas ao espaço: *absoluta* (físico/espacial), *relativa* (temporal/modo de produção) e *relacional* (sociedade/formação social), e perceber a sua multidimensionalidade (SILVA, 1991; HARVEY, 2005; 2001; MASSEY, 2008).

Marx (1974; 1985), nos afirma que a produção do espaço social ocorre mediante a transformação da natureza pelo trabalho. O lugar social significa a manifestação do espaço social, contendo a consciência social, a sociedade e o trabalho. Ou seja, o social produz o lugar-social e é reproduzido pelo lugar, através do trabalho social. Desta maneira, o lugar social é na prática, a concretude teórico-empírica da área, da região, do território enquanto condicionantes da reprodução social do estar, do ser, do ter e do haver (SILVA, 1991; MAX-NEEF, 1998).

No mesmo sentido, baseando-se na dialética pode-se compreender tanto a mudança do espaço, quanto a mudança do homem no espaço do capital, considerando natureza e sociedade, baseando-se nas *categorias de síntese da totalidade social*

(KONDER, 1983, p.37-38). Para tanto, toda a atividade do homem é um processo de totalização contínuo. De um lado, a síntese corresponde a um conjunto que permite descobrir a estrutura significativa da atual matéria investigada. Por outro lado, o conhecimento do conjunto do arranjo espacial na sua *totalidade social*, como diz este autor, torna-se fundamental já que representa mais do que a soma das partes que as constituem.

3.2 Espaço Multidimensional: Considerações Sobre os Componentes da Totalidade do Espaço

Embora, de modo geral, as formações econômicas e sociais nos permitam conhecer uma sociedade em sua totalidade e por fração espacial, como investigado por alguns autores (ALTHUSSER, 1974; 1985; 2008; HARNECKER, 1978; SANTOS, 2007; 2008; PLATKÓVSKI e TITARENKO, 1954; CORRÊA, 1995; GREGORY, 1978; CASTELLS, 1999). De modo específico, entende-se que o espaço organizado consiste em três categorias interdependentes: *modo de produção, formação social e espaço*, que sinalizam, respectivamente, para uma correlação indissociável a três instâncias: a *econômica*, a *jurídico-política* e a *ideológica* como destacadas por Castells (1977; 1999). Todavia, no que envolve a produção, a manifestação e a diferenciação do espaço capitalista, percebe-se uma realidade contrastante pelo grau de articulação entre o arranjo espacial por elas composta.

Assim, as relações sociais são resultantes das relações econômicas representadas por uma *lógica* desigual e contraditória da organização do espaço. Pode-se admitir que o espaço capitalista gera uma forma particular do crescimento econômico indispensável à reprodução ampliada das relações econômicas, sociais e políticas (SANTOS, 2004, p. 73).

De acordo com Moreira (2007), o sistema de relações econômicas (infraestrutura), determina as condições do sistema jurídico-político e ideológico (superestrutura). Essa definição estruturalista serve de eixo para inter-relacionar o *modo de produção* a categoria de *formação econômica e social* (FES) e o conceito de *formação espacial* (FE). Em consonância com essa ideia, Althusser afirma que uma F.E.S é um objeto real que existe, independentemente de seu conhecimento, mas que não pode ser definido a não ser por seu conhecimento (ALTHUSSER, 1965 *apud*

SANTOS, 1977, p.84-86). Embora representem relações de produção historicamente determinadas, a FES é um conceito complexo e impuro, ao passo que o MP é um conceito puro, ideal, que permite *pensar* uma totalidade social (HARNECKER, 1978, p.16).

Torna-se válido explicitar a essência teórica sobre a qual a trilogia FES, o MP e a FE está embasada. De um lado, tem-se a visão diferenciada entre duas polaridades FES e MP e, de outro, se tem a complexidade dessa trilogia do qual a FE deságua na constituição única que integra a FES e o MP. São particularidades espaciais que explicam a dimensão teórica desse estudo.

No Quadro 04 estão relacionadas as categorias da FES e MP e suas respectivas relações observadas como uma especificidade conceitual. A noção da FES é indissociável da FE, dando-lhe essencialidades que, embora opostas, são complementariedades espaciais. Todavia, vale distinguir tais essencialidades sobre sete perspectivas: *totalidade social, produção histórica, relação de produção, domínio espacial, princípio conceitual, concepção material e estrutura econômica*.

Quadro 03 - Categorias de Modo de Produção (MP) e Formação Econômico e Social (FES).

Categoria/ Relação	Totalidade Espacial	Produção histórica	Relações de produção	Domínio espacial	Princípio Conceitual	Concepção material	Estrutura econômica
MP	Abstrata	Simplificada	Homogênea	Normal	Puro	Ideal	Generalidade
FES	Concreta	Complexa	Heterogênea	Avançado	Impuro	Real	Unidade

Elaboração: Núbia Dias dos Santos, 2012.

Enquanto a formação econômico-social é uma totalidade social concreta, o modo de produção é uma totalidade social abstrata. Pois, o MP trata de relações de produção homogêneas, menos complexa, menos avançada, simples e caracterizada com estruturação econômica diferente da FES (Quadro 04).

Essas diferenças convergem para a ideia de que a FES seria a dominante na visão de Althusser (1974, p.26, *apud* HARNECKER, 1978, p.16). Embora Amin (1976) argumente nessa direção, a sua visão aponta para a ideia de que os dois conceitos são

indissociáveis, ao perceber que a FES é caracterizada por um MP dominante acompanhado por um conjunto de MPs secundários (AMIN, 1976, *apud* MOREIRA, 2007, pp.76-77).

Na mesma direção, Thiollent (1976 *apud* SILVA, 1991) explica o conceito de FES com a função de assinalar sociedades particulares, históricas, típicas, caracterizadas pelo MP ou pela articulação de vários Modos de Produção coexistentes. Para esse autor, o conceito de MP é mais ‘lógico-analítico’ enquanto o conceito de FES é concebido como ‘histórico-sintético’.

Evidentemente nesta formulação está implícita a existência da atividade de pensamento própria de um ‘sujeito de conhecimento’: o pensamento do ‘sujeito’ que despoja a *forma histórica*. Constitui-se em um momento do movimento do pensamento, não um movimento real. A partir daí podemos afirmar ser o MP, conceitualmente, uma FES, parcialmente despojada da sua forma histórico-social ou pelo menos de alguns elementos desta forma. Este despojamento implica uma atividade cognoscente que despoja, que discrimina as aparências para construir a essência pensada. O que é ‘extraído’ da FES para obter o MP são os elementos com sistematicidade e contemporaneidade suficientes, a fim de serem considerados como núcleo essencial, elementar da realidade mais complexa, correspondente ao conceito de FES. (THIOLLENT, 1976, *apud* SILVA, 1991, p.111).

Isso explica a posição que a estrutura econômica ocupa na relação entre Modo de Produção e Formação Econômica Social. Para Thiollent (1976 *apud* SILVA, 1991) a Estrutura Econômica (EE) é um conceito intermediário entre MP e FES. “É a base econômica da FES, na qual se combinam, eventualmente, vários MP elementares, com um modo de dominação particular de um sobre os outros”. Levando-o a afirmar também que a FES remete ao todo social complexo a dominante, que contém a articulação de todas as instâncias da superestrutura e certa configuração nacional (THIOLLENT, 1976, *apud* SILVA, 1991, pp.111-112).

Neste caso, uma análise comparativa entre Modo de Produção e Formação Econômica e Social, como apontada por Thiollent (1976 *apud* SILVA, 1991), defende a ideia de que o MP expressa, sobretudo, o estilo da região econômica mesmo quando são teoricamente nelas colocadas as condições da reprodução não-econômica. Enfatiza por outro lado que a FES é muito mais complexa na medida em que expressa a unidade envolvendo as esferas econômicas, política e cultural.

É neste aspecto, um processo de formação, que envolve continuidades e descontinuidades e explicam o desenvolvimento territorial. Assim, o conceito de FES se aplica a estrutura familiar e a vida cotidiana (THIOLLENT, 1976 *apud* SILVA, 1991). O espaço social está diretamente relacionado à sua reprodução, bem como se manifesta geograficamente como lugar social, isto é, a infraestrutura e a superestrutura do espaço social, a área, a região, o território sociais e, também a percepção e vivência espacial (SILVA, 1991; MOREIRA, 2007).

De acordo com Corrêa (1995), o mérito do conceito de formação sócioespacial, ou simplesmente formação espacial, encontra-se no fato de se explicitar teoricamente que uma sociedade só se torna concreta através de seu *espaço*, do espaço produzido e, por outro lado, o espaço só é inteligível através da sociedade. Desse modo, sociedade e espaço não são instâncias, variáveis, elementos ou coisas separadas.

Admite-se então que a formação sócioespacial ou FE possa ser considerada como um meta-conceito, um paradigma, que os contém, ao mesmo tempo, contido nos conceitos-chave de natureza operativa como a *paisagem*, a *região*, o *espaço da organização espacial*, bem como, do *lugar e território*.

No seio da formação econômica capitalista, Galissot (1976, p.181) adverte que existem *formações sociais* que correspondem ao desenvolvimento das forças produtivas. Por ser desigual e contraditório, tal desenvolvimento não pode explicar-se somente por referência à formação econômica e ao modo de produção. Para esse autor uma *formação social* não é apenas uma estrutura de comunidade de reprodução, constituída e transformada historicamente, ela encontra sua coerência em um funcionamento político, sobre um apoio de ordem estatal.

Não se deve confundir formação socioeconômica com formação econômica (GALISSOT, 1976, p.183). A segunda é o todo, o constante, ocupa o exterior e é a forma. É o capitalismo. Em contra partida, a primeira é o conteúdo no espaço, dado como configurado/estruturado/desenhado. Deste modo a *formação social* está inserida no campo de análise, definida como uma realidade de ordem histórica.

Neste sentido, segundo a afirmação de Galissot (1976, p.183), “as formações sociais contém uma *formação socioeconômica* (classes a inventariar em suas relações)”. Na sua visão o modo de produção como uma forma pura, abstrata ou modelo é dupla,

quando o conceito de formação econômico-social exprime complexidade, diversidade ou o físico da história. Em consonância com Marx (1974; 1985) e Dhoquois (1976), o lado oposto consiste em considerar o conceito de modo de produção como “abstrato real”, uma estrutura totalmente presente na realidade.

Quanto à natureza do espaço nos diversos estudos relacionados aos elementos moveis e imóveis. Santos (1978) confirma a função ativa do espaço pelas formas e interações espaciais. O lugar assegura assim a unidade do contínuo e do descontínuo, o que em um tempo possibilita sua evolução e também lhe assegura uma estrutura concreta inconfundível (SANTOS, 2004, p.257). Para tanto, mediante o tratamento analítico do território, é indispensável insistir na aplicação de um conhecimento sistemático da realidade, interrogando-o a propósito de sua própria constituição no momento histórico atual (SANTOS, 1999, pp.206-207).

Sobre o explicitado, ainda deve-se considerar que as totalidades do espaço e do território dialogam com as visões de alguns autores (SANTOS, 2000; 2004; 2008; SANTOS, B, 2000; LEFEVBRE, 2001; 2001a; MASSEY, 2008; STEINBERGER, 2006; CASTELLS, 1980; THRIFT, 1999; LICHTBLAU, 1999; MORIN, 2005). Eles nos confirmam a validade de estudo integrada entre a dimensão social e a espacial, e, sobretudo, de um novo tempo que se abre na sua essência dialética, sendo considerado como possibilidades futuras.

3.2.1 A dialética como componente do espaço do homem

O estudo da esfera social pode correlacionar à *monopolização do território e a territorialização do capital*, como duas concepções inter-relacionadas na dinâmica do capital (AMIN e VERGOPOULOS, 1977). O detalhamento desses pares corresponde a campos de análise humana dialeticamente articulada. Esses são fundamentais para a composição do arranjo do espaço e para perceber os elementos contrastantes, através dos principais pares dialéticos, que concorrem para a sua ideia integrada.

Com base em Moreira (2007), nesse estudo, três categorias conceituais inter-relacionadas são aplicáveis: (a) *concreto-abstrato*; (b) *espaço-tempo* e (c) *continuidade-descontinuidade*.

a) *Concreto-abstrato* – Parte-se do princípio de que a análise de uma formação econômico-social traduz o conhecimento do mecanismo geral de funcionamento dos modos de produção que as compõem.

Assim, ao compreender as articulações e a complexidade do todo, a análise de uma formação econômico-social, por exemplo, com domínio capitalista, possibilita o conhecimento dos mecanismos gerais desse modo de produção e revela os demais a ele subordinado.

b) *Espaço-tempo* - Percebe-se que o que dá concretude à formação econômico-social é o espaço, em sua integração com o tempo ao contrário do “espaço congelado” como explicado por Foucault (1979). Dessa maneira, o tempo voltado para a análise do modo de produção está em consonância com o pensamento de Amin (1977 *apud* MOREIRA, 2007, p.77).

c) *Continuidade-descontinuidade* - Nos permite visualizar a integração da formação econômico-social, moldada por tempos históricos distintos e estratificados no interior de uma mesma temporalidade, bem como, articulados sob o modo de produção mais desenvolvido⁶. Trata-se de um estrato da periodização do espaço-tempo pelo efeito dinâmico do modo de produção no espaço.

A formação espacial se apresenta como uma unidade articulada de áreas e, sobretudo, de espaços diferenciados e se configura como sendo territorialização de modos de produção distintos. No modo de produção capitalista essa diferenciação espacial chama-se “desenvolvimento desigual e combinado” (MOREIRA, 2007, pp.77-78).

⁶ Pode-se perceber porque e como processos globais (econômicos, sociais, políticos, culturais) modelam o espaço na inter-relação com o nível das relações imediatas (família, vizinhança, profissões, corporações, a divisão do trabalho entre as profissões), nas relações sociais dos grupos no modo de viver, de ter uma família, de criar e educar crianças, utilizar ou transmitir a riqueza. Permitindo o estudo das articulações e das relações entre os níveis da realidade evidenciando as distorções e defasagens entre os níveis específicos da realidade e os processos gerais (LEFEBVRE, 2001).

3.2.2 Considerações sobre o tempo humano para o estudo do vivencial e do existencial

O homem atua no espaço e igualmente no tempo. Segundo Fischer (2008, p.79 *apud* FIRKOWSKI e SPOSITO, 2008) a dimensão temporal é fundamental para toda política de ordenamento territorial e do planejamento espacial. Outros autores confirmam a ideia dialética de que não se deve, numa análise humana, separar o espaço do tempo (SANTOS, 2007; 2008; MOREIRA, 2005; CARLOS, 1996; SOJA, 1993). Neste contexto dialético, a dimensão espacial é a da simultaneidade e das inter-relações em um dado momento, enquanto a dimensão temporal é a da sucessão e da causalidade num meio geográfico determinado.

A peculiaridade do ser camponês sertanejo alagoano e sergipano encontra-se na exiguidade da terra, na técnica rudimentar e no tempo técnico (SANTOS, 1999; 2000; 2004). Também, o aspecto econômico envolve a relação da distribuição de terra em função do número de pessoas por família. Essa relação na dimensão da terra camponesa pressupõe, de uma forma singular e combinada, afetar o *tempo*, a *rentabilidade*, a *sociabilidade* e a *territorialidade* no espaço rural.

O *Tempo humano* relacionado à cronologia, memória e história é sintetizado por Santos (2000; 2007; 2008), como sendo o da experiência individual e coletiva, e aparece no presente estudo, representado pelo tempo vivido e social nas seis comunidades investigadas. Pode-se embasar no compêndio desse autor, ao dizer que o tempo é descontínuo e caracterizado por sua espessura, seus valores subjetivos e significados simbólicos. Assim, o tempo humano corresponde ao instante dado, expressivo pelo *tempo-vivido*, *tempo-social*, *memória-experiência-imediata-antecipação*.

Tem-se a clareza de três campos perceptivos: o *primeiro* está relacionado à herança do passado histórico que interfere na organização das estruturas espaciais e na determinação das escolhas atuais. Ou seja, é o tempo determinado pela infraestrutura. O *segundo* refere-se às estratégias contidas nas relações existentes entre presente e futuro, através da ação e intervenção humana que modifica o presente pelo futuro nele projetado. O *terceiro* está relacionado à ordem e ao sentido da causalidade, com base na relação entre essas três fases do tempo, que se justapõem ao tempo humano. Nesse

contexto, o tempo dos objetivos econômicos difere daquele relacionado ao das conquistas sociais.

3.2.3 Considerações sobre espaço-temporal para o estudo de estratégias do homem

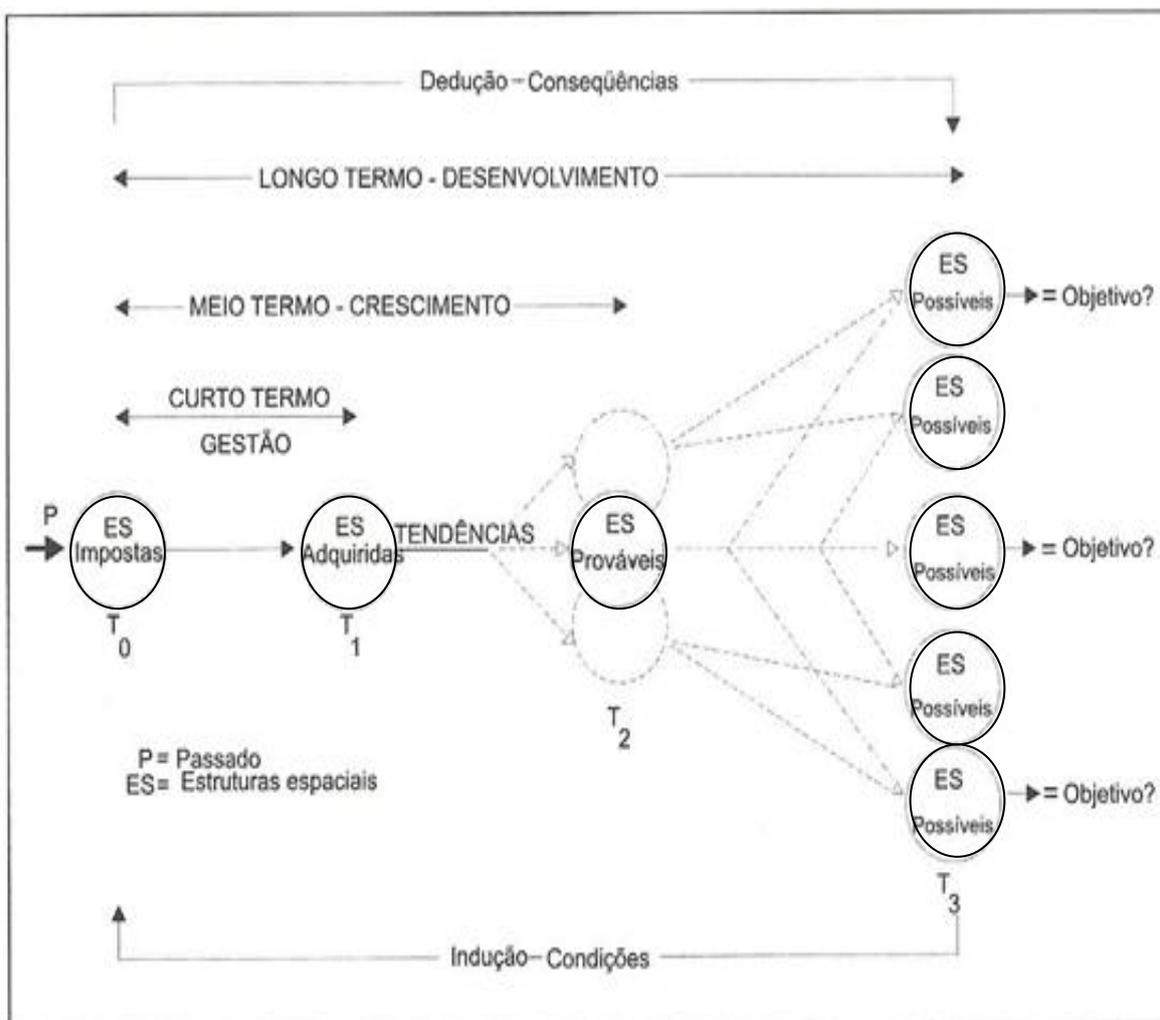
O termo estratégia, nos estudos dos efeitos geográficos das novas tecnologias (FISCHER, 2008, *apud* FIRKOWSKI e SPOSITO, 2008, p.23), se define como o conjunto de dispositivos decisoriais que permitem antecipar futuros resultados. Neste estudo, as estratégias camponesas de vivência e de existência implicam em ações derivadas de *necessidades* e *virtudes*. Todavia, o leque das necessidades abrange o crescimento econômico, a manutenção do estabelecimento rural e a dinâmica do cotidiano. Pode-se dizer que as motivações das necessidades decorrem mais pelo existencial, enquanto as ações pela virtude são motivadas principalmente, pelo vivencial.

Assim, no lugar podem-se evidenciar as necessidades do ser camponês para elucidar as estratégias e as ações que concorrem na continuidade da vida em diferentes contextos. Pressupõe-se que a estratégia da coletividade camponesa resulta de uma combinação complexa oriunda da motivação significativa no/pelo espaço do homem.

Sugere-se que as estratégias camponesas direcionadas aos objetivos econômicos condicionam para mais ou para menos os progressos das conquistas sociais. Nesse sentido, o existencial é uma combinação de ações humanas que correspondem a uma série de objetivos particulares. Cada estratégia tem seu horizonte temporal próprio e seu ritmo de realização. Assim, necessidades e virtudes são intercambiáveis tanto no espaço como no tempo.

O conteúdo da Figura 08 indica que a concepção da estrutura espacial se baseia na dialética entre as “condicionantes” indutoras e as perceptivas. Essa dialética é explicativa para compreender a evolução do homem no espaço estruturado, isto é, a estrutura do espaço detém ações que são condicionantes ao mesmo tempo em que os homens também são condicionados pelas suas motivações.

Figura 08 - Estruturas Espaciais e projeções espaço-tempo.



Fonte: Leandro B. dos Santos, 2006 *apud* FIRKOWSKI e SPOSITO, 2008.

As três escalas das estruturas espaciais: *curto termo*, *meio termo* e *longo termo* como expostas na Figura 08, correspondem a uma escala espaço-temporal na qual as estratégias das ações do homem podem estar fundamentadas. As estruturas espaciais mostram as tendências a partir de outras estruturas espaciais adquiridas que acompanha as três projeções no espaço-tempo, ilustrando a evolução das tendências pela dinâmica entre a *indução-condição* e *dedução-conseqüência*. Assim, tem-se uma relação integrada do elo entre o *homem*, o *tempo* e o *espaço*, caracterizado por quatro instâncias: *passado*, *presente*, *futuro provável* e *futuro possível*.

- a) *Tempo passado* – é o tempo das experiências acumuladas e impostas na estrutura espacial presente;
- b) O *tempo presente* corresponde às estruturas espaciais herdadas e impostas pelo tempo passado. É o instante de ação em processo vivo e imediato do cotidiano. É o momento em que se discutem as grandes opções e são feitas as escolhas orientadoras do futuro. O *presente* é uma fase imperial no ordenamento onde são definidas as ações para preservar o porvir e tornar possível a realização dos objetivos fixados;
- c) *Futuro provável* – surge a partir da tendência mais próxima do tempo presente, quando se espera alcançar os objetivos prováveis em curto prazo;
- d) *Futuro possível* – é uma possibilidade a partir das projeções do futuro provável a ser alcançado em longo prazo.

Neste contexto, os prazos são desdobrados em três projeções: *curto, médio e longo prazo* (Figura 08). O *curto prazo* é o tempo do conhecido, da rentabilidade, da gestão dos negócios e do espaço. É o tempo das escolhas, da definição dos objetivos e determinação das prioridades. Em relação ao espaço o curto prazo é o momento da organização e das estruturas espaciais adquiridas. Sob o plano da vida coletiva trata-se de um período quando as ações do ordenamento são diretamente influenciadas pelos conflitos que opõem o político, o econômico e o social (FISCHER, *apud* FIRKOWSKI e SPOSITO, 2008).

O *médio prazo* é o tempo das previsões e do crescimento como mostra a Figura 08. As tendências predominantes e as principais opções e prioridades são conhecidas, mas as escolhas setoriais e espaciais estão relacionadas aos efeitos das mudanças tecnológicas. Segundo Fischer (*apud* FIRKOWSKI e SPOSITO, 2008), esse tempo é do provável, das procuras das estruturas espaciais mais eficazes e melhor adaptadas. É o horizonte das grandes decisões entre os imperativos da economia e as necessidades sociais.

O *longo prazo* é o tempo da prospectiva e do desenvolvimento, a exemplo dos estudos institucionais e das pesquisas, porque os objetivos, as prioridades e as escolhas, precisam ser determinados. O acúmulo de conhecimentos e de experiências permite compreender melhor as mudanças e projetar o futuro desejável. É o tempo da interrogação fundamental sobre o tipo de sociedade e sobre o conteúdo do projeto

social. No plano do espaço, o longo prazo é o tempo do possível. É o tempo do voluntarismo. É o tempo de planejar um espaço geográfico para assegurar a coesão/coerência entre o projeto social e as estruturas espaciais nas quais tal projeto deve se inserir. O possível se torna um objetivo estratégico (FISCHER, *apud* FIRKOWSKI e SPOSITO, 2008).

A importância do espaço está relacionada à metáfora do tempo, na qual a complexidade significa novo tempo, novas leis, nova ciência e nova matéria diferenciada no espaço (THRIFT, 1999). A dialética do espaço-tempo se constitui em universo analítico contundente para compreender as estratégias do homem camponês sertanejo.

Neste sentido, o tempo é, simultaneamente, a integralidade de um espaço humano específico que confere uma materialidade própria às relações sociais que nele têm lugar. A sucessão de tempos é também uma sucessão de espaços que percorremos e nos percorrem, deixando em nós as marcas que deixamos neles (SANTOS B, 2000, p.194).

CAPÍTULO 04

4. PECULIARIDADES DO RECORTE ESPACIAL DO SERTÃO NOS ESTADOS DE ALAGOAS E SERGIPE

Destacar as peculiaridades do Sertão leva-nos a buscar a totalidade do espaço, na ideia de que os recortes como frações do espaço traduzem o local de estudo por suas multi espacialidades. Consiste em interfaces que são inerentes ao estabelecimento do homem no campo. Neste capítulo, procurou-se delinear um contexto sócioespacial do sertão como objeto de investigação.

O sertão possui a dimensão da territorialização e da monopolização do capital e do homem. É o lugar onde o homem sertanejo organiza seu espaço de vida. É o lugar segregado em estados, municípios, distritos, bairros, até mesmo sítios. É o ambiente da ocupação, produção, organização e, sobretudo, da reprodução do espaço do homem.

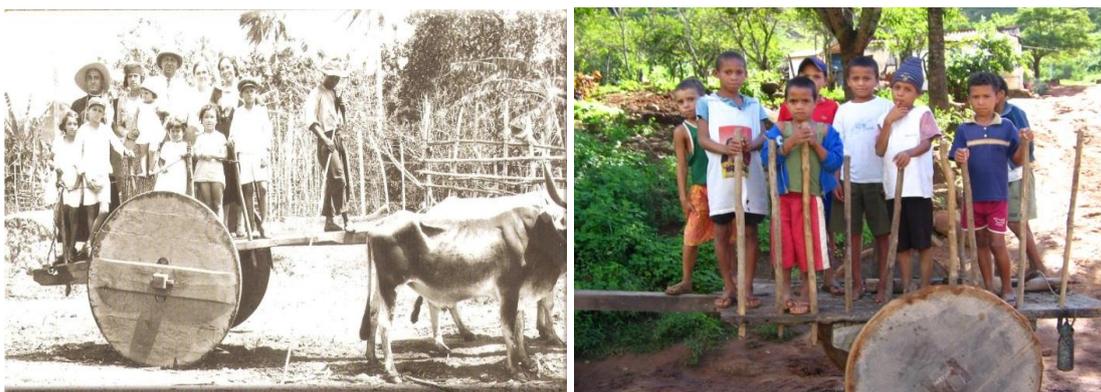
O Sertão aqui apresentado expõe aspectos de distintos recortes, para elucidar que espaço é esse. O espaço-território na sua multi: espacialidade, funcionalidade, e dimensionalidade, apresenta complexidade histórica do lugar na rede de relações e na sinergia com o espaço fragmentado (CARDOSO, 2008; FURTADO, 1980; PRADO JR, 2008; SANTOS, 2001).

Nesse contexto, Nordeste e Sertão são apresentados como áreas-envolventes, nas quais a supremacia e soberania da região criada pela nação se delinham. Destacam-se *estados, municípios e comunidades*, envolvendo o contexto da ocupação humana, o sertão como interface, a dinâmica do espaço do homem e do capital, bem como, a condição socioeconômica e socioambiental.

Nordeste e Sertão possuem especial intensidade nas relações oligárquicas favorecidas pelo Estado-oligárquico, e posteriormente pelo Estado-capital. Pode-se dizer que esse sertão, como lugar, possui expressiva extensão territorial e potencial humano que sempre foram notórias. Historicamente a população tem sido motivo de variadas temáticas, realçado em diversificada literatura relacionando: a questão territorial e do trabalho, as relações sociais e de produção, e os recursos naturais e socioambientais (ANDRADE e SANTOS, 2003; CARDOSO, 2008; ANTONELLO, 1994; 2001; BARBOSA, 1998; DINIZ, 1993; MALVEZZI, 2007; MENEZES, 2009; VILAR, 1991; VILAÇA e ALBUQUERQUE, 2006; WOORTMANN e WOORTMANN, 1997).

A diversidade natural, cultural, social faz parte dos aspectos específicos da complexidade inerente a esse espaço. A diversidade aparece dentro de um quadro paradoxal, no qual a velha e a nova história convivem e se misturam. A Figura 09 ilustra, de um lado, um carro de boi com o povo antigo e, de outro, o carro sem o boi, mas com o povo jovem, remontado na velha estrutura.

Figura 09- A Coexistência e uso de objetos técnicos a) Praia do Forte, Mata de São João-Bahia, década de 1930; b) Água Branca-Alagoas, 2008



Fonte: a) Amaral, e Rosado, 2012, p.104.

b) Núbia Dias dos Santos, 2008

Nota: as fotografias ilustram a correlação indissociável entre: a praia e o sertão, entre o velho e o novo tempo, a continuidade e descontinuidade do homem, entre outras peculiaridades.

Quando se observa a paisagem como um todo inserido no tempo diferenciado, o espaço está entrelaçado. Assim, os recortes da região rural podem realçar características as quais ilustram o Sertão e o Nordeste, como ambientes da diversidade, no qual passado e presente se combinam e deságuam nas relações sociais e nas persistentes condições sócio-econômicas e ambientais⁷, ilustrada na Figura 08. Esta última se apresenta como uma dívida com a própria história da região e esconde justamente a importância que esta mesma e as pessoas que nela residem possuem no contexto do novo e velho arranjo espacial do país.

⁷ GONÇALVES, (1995) apresenta três características gestadas na fase colonial brasileira, subjacentes à questão ambiental e presentes na formação territorial: a) a apropriação concentrada da terra; b) o tipo de tratamento que tem sido dado aos povos indígenas e, c) a grande desigualdade na distribuição da população.

4.1 Sertão como Interface Multiespacial

O significado do ser sertão e sertanejo⁸ no seio da realidade nordestina e brasileira inscreve-se na identidade do sujeito com o seu lugar, como expressão de uma espacialidade. Expressão também, de um modo de vida e da produção material e imaterial de uma cultura marcada pelos desafios cotidianos⁹, estes transitam na convivência histórica em um ambiente político, ideológico e econômico, distinto e relacional.

De acordo com Andrade (1979), o Sertão define-se como uma extensa área no nordeste brasileiro com o clima semiárido. Em áreas de pediplano, dispõe de solos férteis, onde costumam desenvolver agricultura. Do latim *sertanum*, a palavra sertão é sinônima de lugar inculto, onde vive o sertanejo: indivíduo conhecido como caipira, caboclo e rude (Dicionário Escolar da Língua Portuguesa, 1986).

Comumente, a denominação sertão referia-se geograficamente a área mais distante do litoral, denominada de interior. Lugar pouco povoado com população dispersa e condições geoambientais consideradas desfavoráveis à própria presença humana e a sua fixação. Tais condicionantes estruturais interferem na fixação humana ou na permanência do homem no lugar. São também considerados responsáveis pelo desenvolvimento irregular de atividades econômicas, associadas a relações sociais e de produção intoleráveis.

Além de se constituir em uma área com elevada extensão territorial, o sertão nos estados de Alagoas e Sergipe, apresenta exuberante diversidade na fauna, flora, relevo e hidrografia. A essa exuberância combina-se a diversidade socioambiental que possibilitou o estabelecimento de uma lógica da ocupação do espaço sertanejo seguindo

⁸ A identidade simbiótica do ser sertanejo e sertão foram sintetizados por Euclides da Cunha ao afirmar que “*O Sertanejo é acima de tudo um forte*”. Por sua vez NOGUEIRA (2003), associa essa sinergia a uma dialogia numa relação de troca e complementaridade entre o cérebro que pensa e o mundo exterior. Entende que essa relação é comandada por uma “lógica do sensível” acionada e utilizada para análise dos fenômenos culturais. Sinergia que conduz a “ciência primeira” para desvendar os múltiplos aspectos da condição humana, investida, sobretudo, na criatividade. Essa criatividade produz a cultura material e imaterial dos sujeitos sociais.

⁹ Na percepção de Aziz Nacib AB’SABER (1999), o sertão possui o maior contingente demográfico do nosso interior, esta população forma um povo e uma cultura amarrados à rusticidade da vida econômica e social nas caatingas. Nesse lugar encontra-se uma cultura popular de raízes linguística centenária. O sertanejo produz uma cultura material e imaterial centrada em fundamentos ibéricos e aperfeiçoada ao calor das forças telúricas e ameríndias, em um ambiente físico e humano que não reservou lugar para os fracos e acomodados.

à mesma lógica da formação social brasileira, inserida nos mesmos embates e conflitos entre as distintas classes sociais.

No entanto, a paisagem do sertão e as suas condições geoambientais, são comumente utilizadas como uma das justificativas para as persistentes desigualdades sociais existentes na região. Neste sentido, o contexto socioambiental é sublimado para dirimir a questão estrutural inerente ao contexto histórico. Mas sertão e sertanejo continuam desafiando esse contexto, ao estabelecerem uma simbiose histórica e paradoxal entre o ser camponês sertanejo e o lugar.

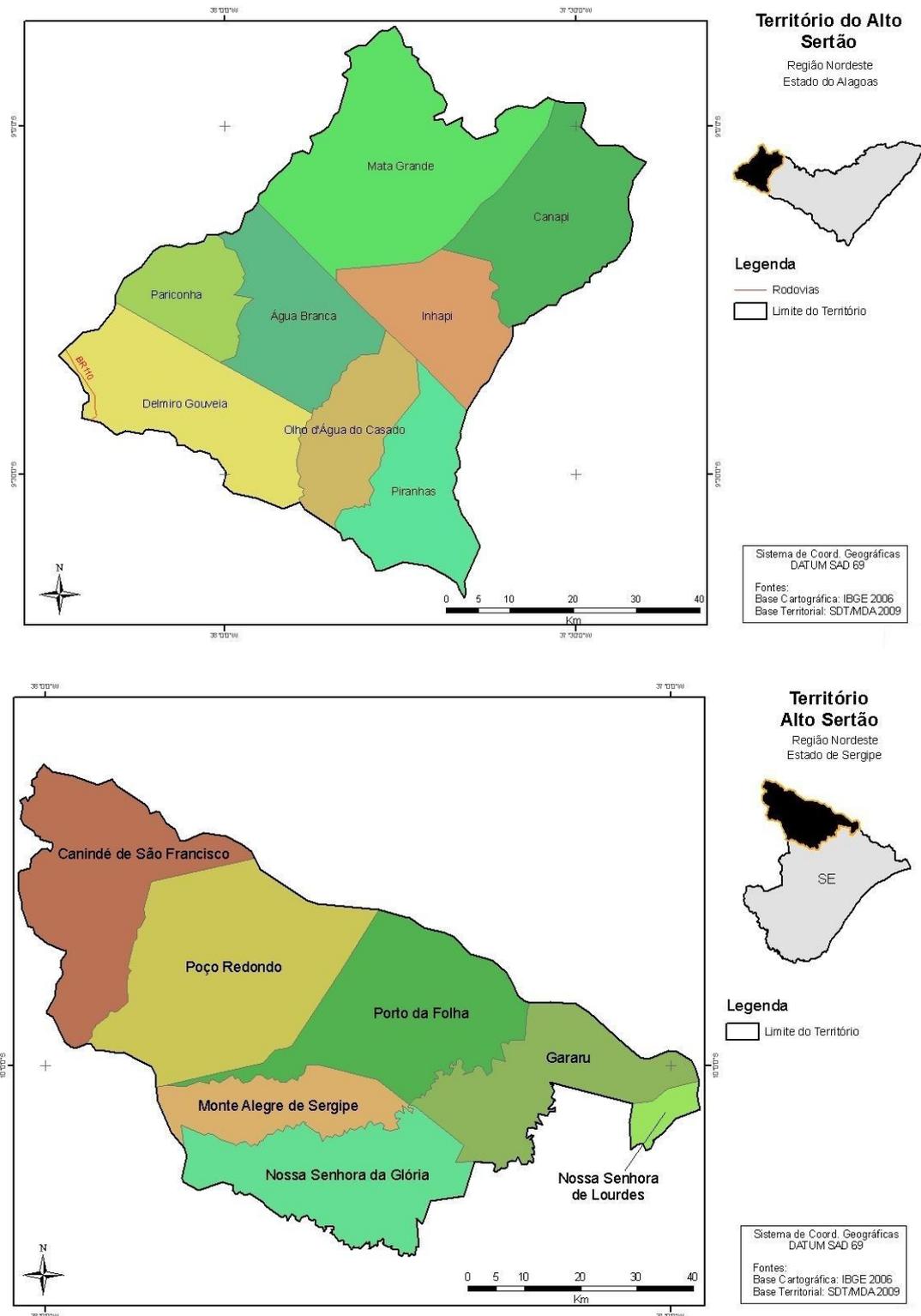
É pertinente dizer que no sertão o condicionante natural, ainda afeta a vida das pessoas, tem-se como exemplo, a presente combinação entre clima e economia. O clima semiárido caracterizado pelo stress hídrico e a irregular distribuição das chuvas, que influencia a dinâmica econômica da região, direta e indiretamente aos sujeitos sociais que possuem nas atividades agropecuárias a sua principal fonte de vida e existência no sertão. Assim, compreender a complexidade do sertão exige o necessário cruzamento dos fatores físicos, ecológicos e sociais (AB'SABER, 1999).

O Sertão brasileiro abrange aproximadamente um milhão de quilômetros quadrados, ocupa e extrapola vasta área do interior do Nordeste. Essa área integra o Polígono das Secas, composta pelos estados de: Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.

A Figura 10 apresenta a localização do Alto Sertão de Alagoas e do Alto Sertão de Sergipe e seus respectivos municípios. Esta subdivisão do Sertão nos dois Estados corresponde à classificação elaborada pelo MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário). O espaço geográfico de ambos os estados permite articular as múltiplas escalas do lugar, nos quais os seis municípios foram adotados para análise empírica.

De um lado, têm-se as localidades de Cacimba Cercada, Campinhos e Quixabeira, respectivamente situados nos Municípios de Mata Grande, Pariconha e Água Branca, no Estado de Alagoas. De outro, Cuiabá, Pioneira e José Ribamar, localizadas respectivamente nos Municípios de Canindé de São Francisco, Poço Redondo e Nossa Senhora da Glória, no Estado de Sergipe.

Figura 10 - Os recortes do Alto Sertão nos Estados de Alagoas e Sergipe, 2006.



Fonte: IBGE, 2006.

Nota: O Alto Sertão alagoano consiste em oito municípios, enquanto o sergipano é composto por sete.

A influência da estiagem no Sertão possui interferências precipitadas sobre a economia da região e gera para os camponeses pobres, uma situação de instabilidade ambiental e social. Essa situação contribui para a constante emigração dos sertanejos, os quais historicamente têm se deslocado para o litoral e para outras regiões do país, especialmente o Sudeste (AB'SABER, 1999).

Como discorre Andrade (1979, p.121), a potencialidade da região geralmente é subestimada sendo comumente ressaltado o clima como condicionante responsável pela disseminação da concepção dessa área ser considerada como “área problema”, em contrapartida existem solos produtivos, nas áreas de pediplano. A concentração das chuvas, em três a quatro meses por ano, não se constituem fatores determinantes para a ausência de uma produção de cultivos adaptados a essa realidade, como por exemplo, o algodão de fibra longa, o sorgo, o milhete e o amendoim (ANDRADE, 1979).

Embora o sertão seja caracterizado por clima semiárido e vegetação de caatinga, de modo geral, apresenta solo arenoso, pouco denso e raso, em ambiente de pedregulhos rolados, face aos extremos climáticos. Tem-se, historicamente, a clareza de que o contexto climático está associado a questões de foro político, os quais dificultam a vida da população sertaneja em condições e qualidade de vida mais dignas.

Com base na classificação climática botânica, a Caatinga é apresentada como a mais expressiva síntese da aridez do sertão. No ambiente *Caatinga* a vegetação composta por cactáceas, coroas-de-frade e mandacarus arrepiados de espinhos, anunciam a presença de solo agressivo e seco, sendo que nas zonas de maior aridez e nas épocas secas os rios se restringem as faixas de areia. Neste período, apresentam leitos quentes inteiramente expostos ao sol. As árvores agachadas em arbustos e as suas gêneses herbáceas concluem a paisagem queimada (ANDRADE, 1979).

Na Figura 11 percebem-se aspectos típicos da paisagem do sertão alagoano com destaque ao relevo suavemente ondulado, vegetação rarefeita e solo comumente desnudado. Por outro lado, a Figura 12 ilustra a paisagem sertaneja no Estado de Sergipe, demonstrando aspectos similares aos existentes na paisagem anterior, embora mostre a vegetação típica da região no vale do Riacho Capivara com solo desnudo e pedregoso.

Figura 11 - Aspectos do Meio Físico Natural do Sertão no Município de Água Branca – Alagoas.



Autoria: Núbia Dias dos Santos, 2007.

Figura 12 – Aspectos do Meio Físico Natural do Sertão no Assentamento José Ribamar, Município de Nossa S. da Glória - Sergipe.



Autoria: Núbia Dias dos Santos, 2012.

Nota: O Assentamento José Ribamar está situado no Vale do Riacho Capivara, que percorre o meio dessa paisagem.

No ambiente denominado de *Alto Sertão* o clima é levemente suavizado. A vegetação, do tipo de savana, se alinha, em certas zonas, com as faixas verdes dos carnaubais, capturando os vales férteis da região. As espécies espinhentas são pouco densas e as secas são menos insensíveis (AB'SABER, 1999; ANDRADE, 2005).

Considera-se que em certas áreas do Sertão há maior grau de umidade, o que deriva em paisagens menos áridas: são as várzeas dos rios, os brejos, terrenos úmidos, adjacentes de rios abundantes e os pés de serra, onde existe água o ano inteiro e é presumível desenvolver a policultura, lavouras comerciais de cana-de-açúcar, feijão e milho.

Em grande parte da sub-região sertaneja às grandes propriedades nas regiões aplainadas estabelecem pecuária de corte extensiva e rudimentar. Nos últimos anos fazendeiros têm aprimorado seus rebanhos, para atender o mercado consumidor. No Sertão também há muitos rebanhos de caprinos e ovinos que se adaptam bem a lugares secos (ANDRADE, 2005).

A agricultura de vazante, nos estudos elaborados por Andrade (1987; 2005), como atividade muito ordinária, nas terras úmidas formadas pelos rios que secam na época da estiagem, vem se tornando atividade incomum, após o sucessivo represamento do rio São Francisco, para a instalação das hidroelétricas. Por outro lado, nos últimos anos, a fruticultura irrigada vem sendo implantada em áreas pontuais, desenvolvidas ao longo do Rio São Francisco, a exemplo do Perímetro Irrigado Califórnia em fase de reestruturação, no município de Canindé de São Francisco-Se, modernos Pólos agroindustriais Juazeiro-Ba e Petrolina-Pe, e no Vale do Açu (Rio Grande do Norte), e o plantio de soja no oeste baiano. São exemplos de planos e projetos¹⁰, realizados pelo governo, direcionado para o comércio interno regional de alto poder aquisitivo e para o

¹⁰ A conjuntura estrutural existente no Sertão, a ação do Estado e o planejamento consubstanciado nos princípios e diretrizes para o desenvolvimento regional, constitui-se nos componentes basilares dos arranjos sociais e institucionais sobre os quais o binômio seca x pobreza, gravitam. Cria-se um arranjo institucional baseado em um modelo de intervenção estatal, desenvolvimentista e conservador. Por um lado, essa fase coincide com o período de mudança no padrão de acumulação brasileiro e, por outro, com o fortalecimento das Ligas Camponesas apoiadas por organismos sociais e políticos de caráter contestador. Criam-se os organismos de desenvolvimento como a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), em 1959, direcionado teoricamente, também, para diminuir o já acentuado padrão de desigualdade regional. O exemplo do DNOCS, é sintomático, ao privilegiar as políticas hídricas para as grandes propriedades, utilizando a força de trabalho dos homens cadastrados nas frentes de emergência. As políticas de planejamento não obtiveram o êxito para a qual foram formuladas.

exterior. Integram-se ao modelo segmentado de desenvolvimento planejado para o espaço rural brasileiro, no qual o cultivo do algodão arbóreo, mamona e girassol, também se inserem como componentes da cadeia produtiva do biodiesel.

Outras espécies vegetais são cultivadas: a *oiticica*, o *olicurí* e especialmente a *carnaúba* nas áreas próximas aos vales fluviais, onde a umidade é maior. A *carnaúba* é utilizada em diversificadas atividades, como: a) matéria-prima para artesanato (redes, cestos, cordas e esteiras); b) material de construção (madeira, telha); c) alimento para o gado; d) óleo de cozinha; e) remédios; e, f) cera para produção de velas, graxas, cosméticos, tintas e vernizes (ANDRADE, 1987; 2005).

Além desses aspectos, tem-se ainda a visão ideológica de que o binômio clima-seca persiste como responsável material e direto pela manutenção histórica da região nordestina na condição de área concentradora de terra, de renda, de poder e de desigualdade social. Nela, os persistentes padrões de pobreza e de indigência se constituem na sua expressiva composição, como exemplificado na Tabela 03.

As estatísticas sociais como as apresentadas na Tabela 03 contribuem para reforçar as visões controversas sobre o Nordeste e o Sertão. Tais controversas encontram-se nas análises, as quais desconsideram as redes relacionais da região e do lugar conquanto componentes estruturais históricos. Considerar o Nordeste e o Sertão como ‘região-problema’, é pautar-se numa visão ideológica sobre a gente nordestina. Esta é reconhecida no conjunto da sociedade, como “povo da cabeça chata”, “os pés descalços”, “descamisado”, “oprimido”, “vencido”, “de cabeça baixa”. São pessoas paradoxalmente, imaginadas inferiores tanto quanto a região na qual estão assentadas.

Tabela 03 - Intensidade da Indigência e da Pobreza nos Municípios da Microrregião Serrana do Sertão Alagoano (Alagoas) e da Microrregião Sergipana do Sertão São Francisco (Sergipe) – 1991 e 2000.

Município/ ALAGOAS	Intensidade da Indigência		Intensidade da Pobreza	
	1991	2000	1991	1991
Água Branca	51,22	65,68	65,77	67,89
Canapi	52,08	71,37	61,8	73,36
Inhapi	49,26	70,48	62,3	72,09
Mata Grande	47,97	62,65	63,97	69,86
Pariconha	51,58	65,89	63,53	69,92

Município/ SERGIPE	Intensidade da Indigência		Intensidade da Pobreza	
	1991	2000	1991	2000
Canindé de São Francisco	37,15	64,87	50,42	62,99
Feira Nova	41,07	52,1	52,96	58,14
Gararu	44,78	60,13	59,12	64,87
Gracho Cardoso	39,86	50,22	57,14	54,83
Itabi	39,49	53,74	52,93	57,08
Monte Alegre de Sergipe	43,23	51,6	56,58	57,6
Nossa Senhora da Glória	42,72	60,23	53,12	59,68
Poço Redondo	47,05	75,98	61,25	74,58
Porto da Folha	43,83	55,9	59,77	62,69

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

Nota: Os dados apresentam o grau de Intensidade da Indigência e Pobreza nas Microrregiões integrantes do Sertão nos Estados de Alagoas e Sergipe. Mostram indicadores os quais comprovam a persistência de padrões como resultado de um contexto histórico demandante de ações estruturantes.

Outra compreensão do sertão está correlacionada à combinação das condições geoambientais com o arranjo espacial. Estas se entrelaçam entre relações sociais e territoriais, imbricadas entre latifúndio versus minifúndio e nas relações sociais e de produção que envolve no lugar: a terra, o trabalho e a família. Assim, o Sertão e o sertanejo configuram-se em uma simbiose permeada de mitos, de relações de poder e de visões, integrada sobre os aspectos econômicos, políticos e sociais que permeiam as relações entre os homens sertanejos com o meio natural e social¹¹.

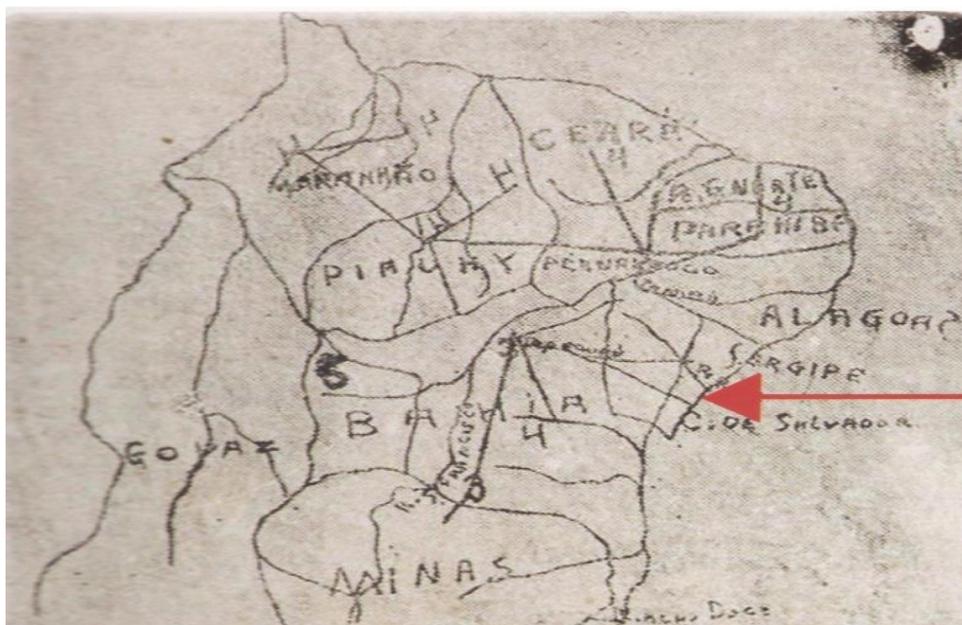
¹¹ AB'SABER (1999) destaca que o homem do sertão tem particular intuição para as forças telúricas a exemplo: dos sinais longínquos das trovoadas, que anunciam chuvas, da chegada da estação das águas, chamada 'inverno', do rebrotar da folhagem em todas as caatingas, do retorno das águas correntes dos rios, ao ensejo das primeiras chuvas, o conhecimento das potencialidades produtivas de cada pequeno espaço dos sertões, desde as vazantes do leito dos rios até os altos secos e pedregosos das colinas sertanejas. Entretanto, esse conhecimento de muitos desses homens nada têm de seu. Integram o componente subjetivo do camponês sertanejo constituído como mera força de trabalho para os donos das terras.

4.2 A Ocupação Humana do Sertão

A ocupação humana do sertão está vinculada a dinâmica do capital, ao movimento do mercado, combinada com as relações sociais de poder, envolvendo os *homens da Casa da Torre* (Dias D'Avila e seus descendentes) com o Governo Geral e os camponeses sertanejos, seus foreiros (ANDRADE, 2005; OLIVEIRA, 1993; IANNI, 1984; GUIMARÃES, 1979; 1981). Através de mapas esquemáticos, a noção dessa abrangência de ação torna-se estratégica. No entanto, o povoamento histórico dessa área é registrado sobre o evento da luta dos camponeses para a conquista do direito ao acesso a terra.

A Figura 13 é um testemunho vivo de que os homens da Casa da Torre estabeleceram meios para organizar suas ações no espaço território do Nordeste. Consta neste, a ideia de que o Rio São Francisco havia sido observado na divisa entre os Estados de Sergipe e de Alagoas.

Figura 13 – Desenho Ilustrativo das Incurções dos Bandeirantes da Casa da Torre



Fonte: Amaral e Rosado (2012, p.68).

Nota: um Esboço expõe a área de abrangência dos bandeirantes sob o comando da Casa da Torre, nas incurções para controlar os sertões.

Sob o comando do capital, o arranjo sócioespacial envolve fazendeiros e camponeses, pequenos proprietários ou posseiros, nas relações de produção não capitalistas, quais sejam: meação, parceria, morador de condição, cambão, faias, quarteação (ANDRADE, 2005; MARTINS, 1990; 1995; IANNI, 2009; GUIMARÃES, 1979; 1981; 2009).

A atividade produtiva da criação pecuária é um marco referencial do povoamento e atividade econômica, a partir da concessão das sesmarias aos homens da *Casa da Torre*. Essa atividade torna-se responsável pelo povoamento do sertão, bem como, atividade subsidiária e complementar da atividade canavieira litorânea (ANDRADE, 1987; 2005; PRADO JR, 2008; FURTADO, 1980; 2003).

A dinâmica do mercado e as condições geoambientais mais favoráveis fazem com que o sertão nordestino se torne uma área produtora do cultivo do algodão a partir do século XVIII, tendo seu auge no século XIX. A cotonicultura, para o sertão em particular possui importância econômica e histórica.

A Figura 14 ilustra a presença de serviço técnico no cultivo de algodão na comunidade Quixabeira, em Água Branca – Al. Vale lembrar que o avanço tecnológico desse cultivo tem permitido a ampliação de diferentes espécies de algodão colorido em várias partes do Nordeste, inclusive nesta comunidade.

Há de ressaltar dois grupos de pensamento relacionados à estruturação do campo nordestino e sertanejo, e o vínculo com o desenvolvimento da atividade algodoeira. De um lado, autores como Andrade (1987; 2005), Moreira (1990), Carmona et al (2003), Passos (1977); França (2003), realçam a importância da cotonicultura para a dinâmica econômica nordestina e do sertão. Na visão desses autores é possível considerar a cotonicultura como promotora de uma revolução agrária no Nordeste.

Figura 14 - Plantação de Algodão na Comunidade Quixabeira – Água Branca - Al.



Acerco de José Murilo Siqueira/COEP, 2008.

De outro lado, a visão de autores como Ianni (1984; 2009) e Oliveira (1981), associa a cotonicultura à inserção subordinada do país e do sobretrabalho camponês à dinâmica do capital nacional e internacional. Na compreensão desses autores, a atividade subordinada da cotonicultura ao capital esteve pautada na exploração do trabalho e da renda da terra do camponês.

Nesta segunda visão, a exploração do sobretrabalho camponês está explicada pela diversidade social do ser camponês sertanejo. A essa diversidade combinava-se um leque de relações sociais e de produção no qual, o camponês era vinculado. Neste sentido, o subordinado vínculo do camponês estaria associado por um lado, como meio de submissão e sujeição, e por outro, como mecanismo para a sua manutenção na terra.

Nesse contexto, o ser camponês sertanejo pode ser identificado a partir da modalidade e tipo de relação social estabelecida com os grandes proprietários de terras, na condição de: foreiro, vaqueiro, sitiante, morador de condição, posseiro, meeiro e arrendatário. São funções desempenhadas pelos camponeses, os quais se constituem como

sujeitos sociais estruturados, e em certa medida, direcionados para o movimento do capital.

A situação conjuntural perdura até hoje, e, estão revestidas com novas redes de relações de poder e associadas à formação cultural do nordeste e do sertão. Vale debruçar sobre três aspectos fundamentais que são detalhes de como a terra se tornou protagonista desse local, destacando o homem camponês: (a) na estrutura de poder estabelecida na ocupação do sertão nordestino e (b) na concorrência pelo território.

4.3 A Estrutura de Poder na Ocupação do Sertão Nordestino

Dentre as diversas atividades produtivas exercidas no espaço rural nordestino, a atividade pecuária é considerada responsável pelo povoamento humano no Sertão. Tem contribuído para a fixação do homem no lugar e espacialmente, para o estabelecimento das relações sociais e de poder dos desbravadores sobre a população indígena e dos sesmeiros sobre os camponeses. Tem-se, historicamente a colonização desta porção semi-árida do interior da região Nordeste através da formalização das sesmarias.

De acordo com Andrade (2005) por volta do ano de 1650, no *Sertão* central, a maior parte das terras foi doada em sesmarias, no governo de Tomé de Souza, as famílias, Guedes de Brito e Garcia Dias D'Ávila, estabelecidos na Casa-Forte da baía de Tatuapera – a Casa da Torre, os quais deram maior importância ao gado.

O gado se tornou um forte impulsionador do povoamento humano, das atividades econômicas e das relações de poder no sertão. Como resultado das doações recebidas os sesmeiros “construíram, os maiores latifúndios do Brasil, tornando-se senhores de uma extensão territorial maior do que muitos reinos europeus, pois possuíam, em 1710, em nossos sertões, mais de 340 léguas de terra nas margens do Rio São Francisco e de seus afluentes” (ANDRADE, 2005, p.184). Esse autor enfatiza que nem mesmo o Rio São Francisco deteve a fome de terras e a ambição dos homens da Casa da Torre, muito bem documentada por Amaral e Rosado (2012).

De acordo com Sabourin (2009), as grandes fazendas de pecuária no sertão do Nordeste, sofreram sua primeira crise no século XVIII, tendo entre seus fatores: (a) o desenvolvimento da atividade mineira de Minas Gerais; (b) o deslocamento do centro de decisão política para o Sudeste (Rio de Janeiro) e (c) o deslocamento da pecuária para as terras gerais da região das minas. Estes abalaram o Nordeste, ao estabelecer a concorrência natural, pela criação de um mercado de consumo de produtos agrícolas (animais e alimentos).

A crise das grandes fazendas pecuaristas e a sua posterior falência, propiciou, por vezes, a instalação dos vaqueiros como proprietários. Como resultado deste processo pode-se constatar o *fortalecimento do campesinato*, durante a vigência da colônia portuguesa, particularmente nos terrenos vazios deixados pelos sistemas de produção dominantes.

O campesinato, em sua maioria, se desenvolveu espontaneamente, mas na margem sócioespacial das grandes fazendas, mesmo quando assegurava funções importantes como a produção de alimentos, de gado ou cana-de-açúcar, e principalmente, o fornecimento de mão-de-obra para as grandes fazendas.

Para Sabourin (2009), a presença desses *produtores livres*, no sertão constituiu-se na *terceira origem social e técnica do campesinato nordestino*¹². Esses camponeses são *escravos libertados dos quilombos*, os *meeiros* e os *vaqueiros* ocupantes das terras isoladas ou disponíveis nos interstícios das grandes fazendas ou propriedades.

¹² De acordo com SABOURIN (2009, p.34), é possível identificar três origens sociais e técnicas do campesinato nordestino. A primeira diz respeito à *agricultura indígena* que se desenvolveu no litoral ou nos vales, ao longo dos rios perenes ou intermitentes. Compreendia uma atividade agrícola a qual associava as culturas da vazante às margens dos grandes rios, tais como o São Francisco, com a agricultura itinerante de roça e queima: são práticas, ainda hoje, encontradas na cultura da mandioca e do milho (toco) e do feijão (semeio). Afirma que a agricultura indígena transmitiu as práticas de consórcio de culturas entre tubérculos (mandioca), cereais (milho) e leguminosas (feijão, fava, etc.).

A segunda origem social e técnica do campesinato segundo Sabourin (2009), é a denominada *agricultura colonial* das grandes áreas de produção de cana-de-açúcar, e em seguida de cacau, café ou gado, as quais sempre contaram com o apoio dos meeiros, moradores ou trabalhadores sujeitados, estes garantiam a produção das culturas alimentares. Todavia, as produções de renda eram essencialmente reservadas ao trabalho dos escravos. Por intermédio de fuga ou de liberdade, os ex-escravos se instalavam para cultivar a terra, em regiões marginais e isoladas, muitas vezes em comunidades chamadas quilombos. E a terceira origem do camponês nordestino, diz respeito ao “campesinato livre” do sertão nordestino sujeito da nossa análise. O campesinato livre considerado por Guimarães (1981), como constituído por *homens brancos pobres e mestiços* os quais desencadeiam o processo de ocupação das terras a princípio nas áreas desocupadas, nos intervalos entre uma sesmaria e outra, no interior da colônia, nas áreas sertanejas. Foram denominados de *intrusos e posseiros*.

Os produtores livres, colonos ou mestiços, instalaram-se essencialmente nas áreas do agreste ou do sertão para produzir culturas alimentares ou criar animais destinados a abastecer as grandes fazendas. No Nordeste, eles se inseriram também, posteriormente, em ciclos sucessivos de culturas de exportação (tabaco, café, algodão, mamona, sisal etc.) (SABOURIN, 2009, p. 34-35).

Observa Andrade (1995) que no século XVIII, a ocupação da porção nordeste do território colonial já se fizera de forma expressiva. Houve o estabelecimento de grandes latifúndios na bacia do São Francisco e no Sertão setentrional nordestino, onde a terra era explorada tanto diretamente ou indiretamente pelos sesmeiros, como diretamente por sitiantes. Ao se fixarem, os sitiantes criavam bovinos, caprinos, ovinos, suínos e equinos, pagando um foro ao proprietário. Geralmente ocupavam a região, mas, não conseguiam obter as cartas de sesmarias, por falta de acesso às autoridades coloniais. Esse fato implicava na necessidade de se submeterem à tutela dos grandes senhores das Casas da Torre e da Ponte (ANDRADE, 1995).

De acordo com Andrade (2005) existiam condicionantes ligados às relações de poder que implicavam nas relações sociais e de produção no sertão nordestino, fazendo com que os camponeses livres não pudessem também de forma livre, ocupar as terras nas quais realizavam suas atividades econômicas.

A ocupação e organização do espaço eram inicialmente realizadas a partir do enfrentamento dos pioneiros contra a população indígena e posteriormente na luta de classes entre os posseiros e os grandes proprietários. Conforme o relato apresentado por Andrade (2005) demonstra que já se fazia presente o poder político institucional de maneira parcial desde o tempo colonial.

Todavia, desde o período colonial o homem camponês estava diretamente envolvido na produção da cotonicultura no sertão. O ápice dessa atividade ocorreu em meados do século XVIII, influenciada pelo contexto da revolução industrial, tornando-se uma das mais importantes atividades econômicas do país e, neste mesmo período, do Nordeste.

Na compreensão de ANDRADE (2005, p. 157-158), o algodão operou, após meados deste século, verdadeira revolução agrária no Agreste. Uma série de fatores são considerados como responsáveis pela reintrodução dessa cultura no solo nordestino e

seu favorável desenvolvimento, como: (a) o aumento da população e o conseqüente aumento do consumo de tecidos ordinários usados na vestimenta dos escravos, como o chamado “algodãozinho”; (b) a descoberta da máquina a vapor e o seu emprego na indústria têxtil na Inglaterra e a conseqüente Revolução Industrial; (c) em 1808 ocorre a abertura dos portos às nações amigas por D. João VI; (d) no âmbito do mercado internacional a Guerra de Secessão, elimina por período relativamente longo, concorrentes dos produtores nordestinos, que dispunham de técnicas mais aperfeiçoadas e de produto de melhor qualidade.

Nesse cenário, cana e algodão tornam-se as principais produções agrícolas mercantis da colônia no nordeste brasileiro, e irão competir em área, capitais e braços, em um movimento articulado pela soberania do mercado internacional. Associada as questões geoambientais, financeiras e técnicas, *litoral*, *agreste* e *sertão*, competem entre si na produção do cultivo exigido pelo mercado.

É, com base nessa lógica, que a atividade humana cultiva o algodão inicialmente na região úmida, e a propaga para a região do Agreste e do Sertão. Aparentemente, o algodão é repellido de um lado pelo clima e do outro pelo cultivo da cana.

De acordo com Furtado (1959a; 1959b)¹³, a fase de transição entre o período do declínio da atividade açucareira e o apogeu da cotonicultura, possibilitou a absorção da mão-de-obra que a indústria açucareira não podia absorver. Como também permitiu a expulsão de excedente populacional para as áreas do Agreste e outras áreas próximas à Mata. Ao tratar do espaço algodoeiro, Moreira (1990, p. 28) ressalta como no sertão, a cotonicultura encontrou as condições climáticas e de solos mais favoráveis, que vai além da questão climática ou simplesmente geográfica, pois combina fatores econômicos com políticos, tendo em vista, inclusive, que o cultivo da cana-de-açúcar só podia ser realizado por grandes proprietários e principalmente no litoral.

Ela com isto romperam a barreira da monocultura e o domínio da grande propriedade, e garantiu aos pequenos proprietários, assim como foreiros e até mesmo moradores, sua inserção no circuito da economia, ofereceu um cultivo comercial de

¹³ FURTADO, C. **A operação Nordeste**. Rio de Janeiro: Edição do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), 1959a; Formação Econômica do Brasil. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959b.

ciclo vegetativo curto e com baixo custo de produção. Ademais, pela produção fácil, barata e mais “democrática”, o algodão deixava-se associar à fava, ao feijão e ao milho, fornecendo o roçado ao pequeno agricultor, a um só tempo, tanto produto para a venda como alimentos. Esse tipo de cultivo comparado ao da cana-de-açúcar não trazia vantagem no uso do trabalho escravo. Era preferível pagar a moradores as faixas agrícolas, mesmo quando a procura de braços se tornou grande e a mão-de-obra insuficiente, provocou a ascensão dos salários até mil-réis¹⁴ diários (ANDRADE, 2005).

Por outro ângulo pode-se apresentar a realidade da cotonicultura pelo viés da territorialização do capital, como explicitado por Oliveira (1981) e Ianni (2009). Na visão de Oliveira (1981, p. 47), o espaço agrário sertanejo converteu-se num vasto algodoeiro, constituído pela segmentação de pequenas e isoladas culturas, dominadas na esfera financeira e de circulação pelo capital internacional.

Diante deste contexto, tem-se uma compreensão destoante da visão mais corrente relativa à estrutura latifúndio-minifúndio. Comumente, essa estrutura é utilizada para explicar o baixo valor do algodão. No entanto, Oliveira (1981, p.47-48) adverte que não é esta estrutura responsável pela determinação do baixo valor dessa mercadoria, mas a mesma apenas reproduz a subordinação do sistema produtivo algodoeiro ao capital comercial internacional.

4.4 Concorrência pelos Recursos Distribuídos no Espaço Geográfico

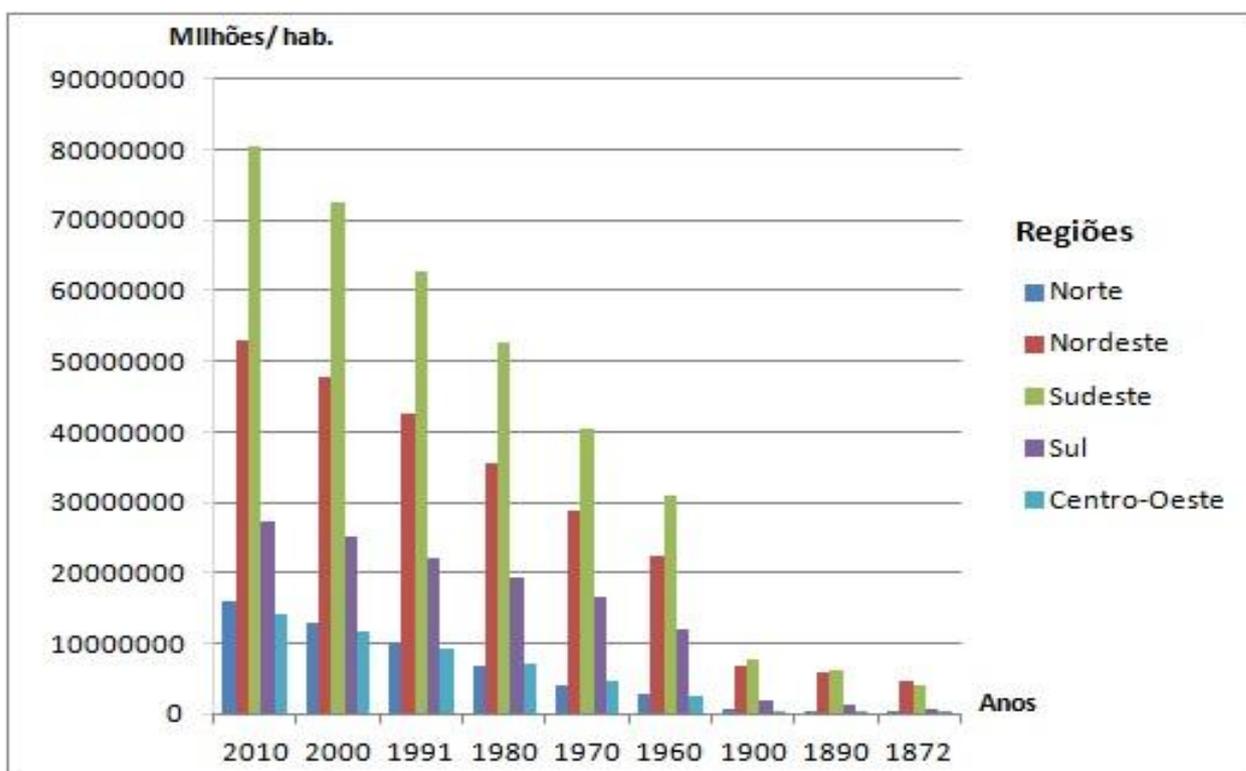
Do mesmo modo que as atividades internacionais tiveram suas concorrências pelo espaço, competiram também pelas pessoas no arranjo espacial e pela distribuição dos recursos. Pode-se dizer que, tanto os homens, como os recursos são competidores, naturalmente, entre si.

Neste sentido, é possível correlacionar a dinâmica do capital com a distribuição espacial da população. Pode-se observar que em 1872, como ilustra a Figura 15, a população regional do Nordeste era superior a do Sudeste e estas se equivaliam em

¹⁴ De acordo com os cálculos apresentados por Gomes (2007) no livro 1808, esse valor corresponderia a aproximadamente R\$ 56,00 por dia de trabalho, no atual momento.

1890. A partir desta data a população do Sudeste passou a liderar todas as regiões até o atual momento. A sua população atual aproxima-se a 80 milhões de habitantes, enquanto o Nordeste supera pouco mais de 50 milhões de habitantes.

Figura 15 – Brasil - Distribuição da População por Região – 1872 a 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico.

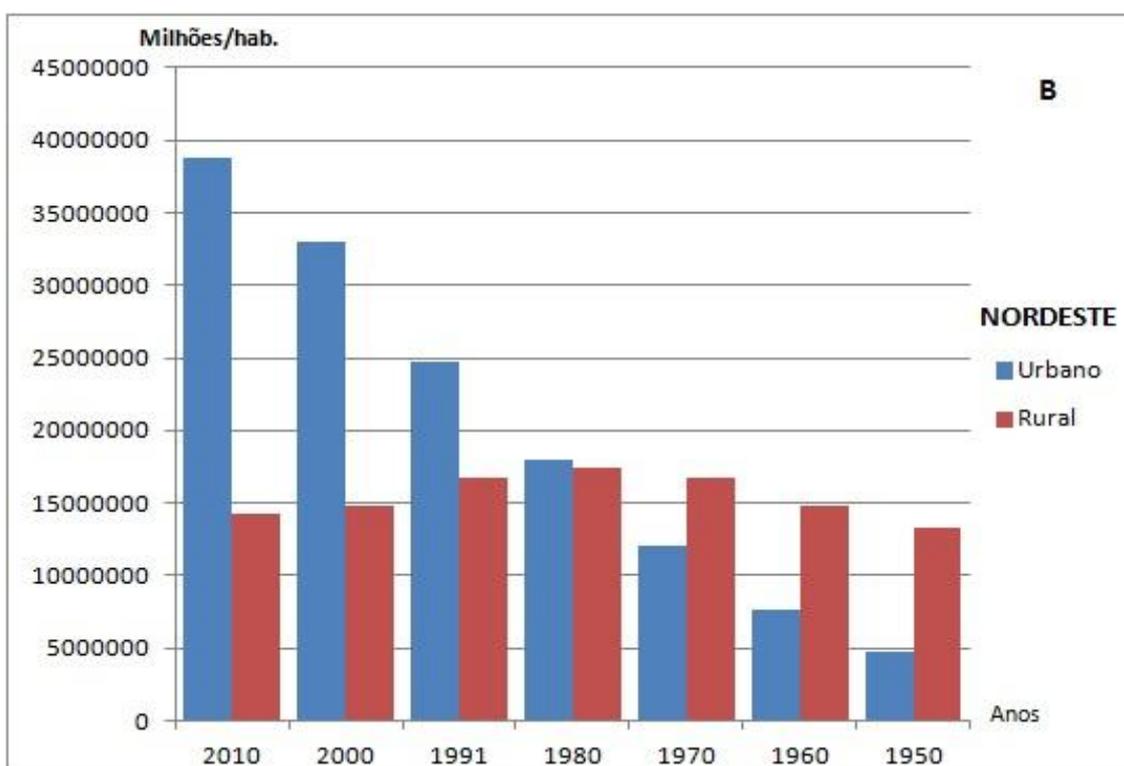
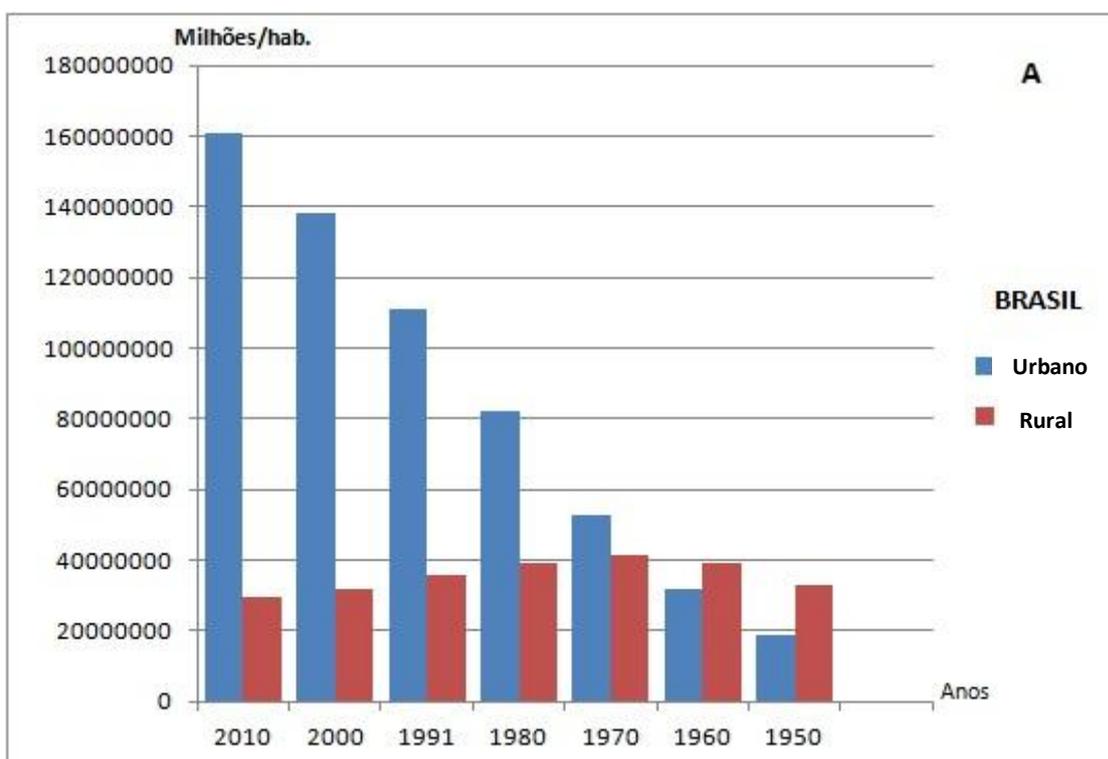
Na Figura 15, o comportamento da distribuição da população do Brasil nos permite associá-la a importância do povoamento e da força de trabalho humana do Nordeste, no desenvolvimento sócio econômico do Brasil. A década de 1960, apresenta a mudança no padrão de ocupação espacial brasileira. Essa década marca a mudança no padrão de ocupação espacial do espaço rural para o espaço urbano, como expressão da mudança na direção do modelo de desenvolvimento agrário para o urbano industrial, como ilustra a Figura 16.

Torna-se pertinente assumir na leitura desses números, a advertência apresentada por Faoro (2001) ao chamar a atenção de que a mudança no domicílio e o crescimento da população na cidade, como apresentada nos censos, não significava nas primeiras décadas

desta mudança, a ocupação humana exercendo na sua totalidade, funções urbanas. Sua ponderação embasa-se no fato da existência do predomínio das atividades da agricultura e da pecuária, as quais permitiam a existência de uma faixa instável, ou *rurbana*, a qual se caracterizava pela influência de interesses rurais sobre o corpo social e suas relações. Assim, considera que essas cidades serviam ao campo, embora, como ressalva, não significava haver o controle financeiro das lavouras pelas próprias unidades produtivas (FAORO, 2001).

É com esse olhar que é possível compreender a Figura 16 correlacionada a distribuição da população por domicílio urbano-rural. A primeira figura (A) demonstra a distribuição da população no Brasil, e a segunda (B) na região Nordeste, entre as décadas de 1950 a 2010. Embora no País a população urbana tenha ultrapassado a população rural na década de 1970 aproximadamente, somente na década posterior é que o Nordeste ilustra o mesmo padrão. Significa dizer que em todo o Brasil o padrão de ocupação espacial associado ao modelo de desenvolvimento urbano-industrial segue o mesmo curso, com intensidade diferenciada.

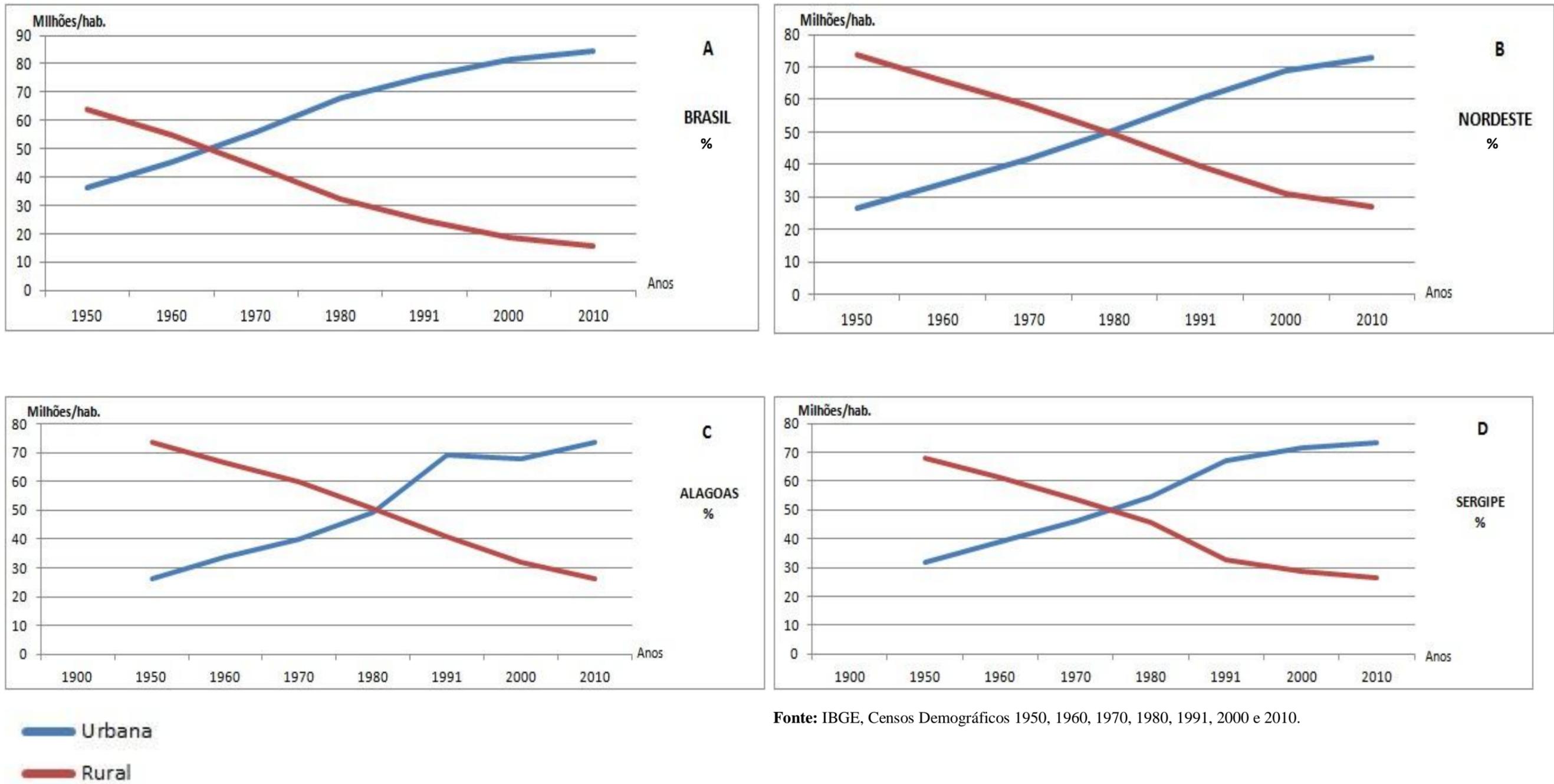
Figura 16 (A e B) - Brasil e Nordeste - Distribuição da População Rural e Urbana – 1950 a 2010.



Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 1950, 1970, 1991 e 2010.

Essa intensidade está associada ao processo histórico de cada região e pelos componentes consolidados nas relações sociais estabelecidas pelos agentes do capital no interior de cada região. Condição que se deve ao processo da relação entre a urbanização e a ruralização, e está vinculado à inter-relação do modelo urbano industrial de desenvolvimento implantado no país (Figura 17).

Figura 17 (A,B,C e D) - Brasil, Nordeste, Alagoas e Sergipe. Relação entre a evolução da população rural e urbana – 1950 - 2010.



Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

A década de 1960 é apresentada como o marco na mudança no padrão da ocupação espacial. Essa mudança é organizada pelas ações do Estado-nação capitalista, nos projetos e programas implantados nas suas políticas diferenciadas de desenvolvimento econômico e regional.

A espacialização da população é um indicativo do domínio do processo de urbanização sobre a ruralização. Sintetizam o processo do espaço do capital sistematicamente organizado e estabelecido por uma hierarquia espacial consolidada nos recortes temporais, como está exposto na Figura 17.

É pertinente observar que os estados de Alagoas e de Sergipe acompanham esse padrão de distribuição da população, com intensidade diferenciada. O comportamento do padrão da distribuição populacional ilustrado pelo recorte brasileiro, mostra certa diferenciação de um processo anteriormente mencionado em relação ao Nordeste, e ilustrado na Figura 17 e Tabela 04.

No entanto, é curioso notar a existência de dois pares similares. Enquanto Alagoas acompanha o avanço do Nordeste, Sergipe por sua vez, acompanha o padrão do Brasil. A urbanização apresentada neste Estado é antecipada àquela da região Nordeste e a do Estado de Alagoas, como exposto na Tabela 04.

Tabela 04 - População dos Estados de Sergipe e de Alagoas - 1950 a 2010

Período	SERGIPE					ALAGOAS				
	Total	Urbano	Rural	%Urbana	%Rural	TOTAL	Urbana	Rural	%Urbana	% Rural
2010	2068017	1520366	547651	73,52	26,48	3120494	2297860	822634	73,64	26,36
2000	1784475	1273226	511249	71,35	28,65	2822621	1919739	902882	68,01	31,99
1991	1491867	1001940	489927	67,16	32,84	2512991	1481125	1031866	68,94	41,06
1980	1156642	629415	527227	54,42	45,58	2011875	995344	1016531	49,47	50,53
1970	911251	421358	489893	46,24	53,76	1606174	642208	963966	39,98	60,02
1960	760273	295929	464344	38,92	61,08	1271062	428228	842834	33,69	66,31
1950	644361	204984	439377	31,81	68,19	1093137	286379	806758	26,2	73,8
1900	356264					649273				

Fonte: IBGE; 1996-2007 - Contagem de População; 1872 a 1991, 2000 e 2010 - Censo Demográfico

A população da Região Nordeste e, no caso particular a população Sertaneja, desenvolveram significativo desempenho no processo de desenvolvimento econômico do país, que se constituíram na base territorial sobre a qual foi disposto o modo de produção.

4.5 A Configuração do Espaço Sertanejo em Sergipe e Alagoas e o Papel Social do Camponês

Quanto ao sujeito social nordestino, este figura como responsável pela sustentação do modo de produção implantado no país, a partir da sujeição do seu trabalho à dinâmica do capital. Dessa forma, é possível correlacionar as atividades produtivas com a dinâmica do movimento do capital, associada ao movimento e a dinâmica das estratégias de reprodução do camponês. Assim, o percurso realizado pelo cultivo do algodão expressa o percurso da sujeição do trabalho camponês ao capital. Tem-se que, embora inicialmente cultivado no litoral, o algodão percorreu outras unidades bio-climáticas do Nordeste até ser cultivado no sertão, onde mais se adaptou ecologicamente e foi adaptado aos interesses do capital, baseado na sujeição do trabalho camponês.

Este cenário constitui a base estrutural responsável pela definição do papel do Nordeste na Divisão Regional do Trabalho, estrutura constituída sobre a formação social, compreendendo: (a) as atividades econômicas realizadas no território nordestino; (b) as relações sociais e de produção; (c) a atuação dos agentes do capital, e, (d) a rede de relações estabelecidas no cenário regional, nacional e internacional.

Essa conjuntura esteve assegurada pelas desiguais relações sociais e de produção a partir da exploração do trabalho do homem concentrado no espaço rural. É nesse contexto de densidade demográfica, como destaca a Tabela 05, onde o homem camponês sertanejo vive ainda vinculado à dinâmica do capital. Assim, pela exploração do seu trabalho, o camponês mantém a estrutura do arranjo espacial funcionando.

A Tabela 05 mostra o crescimento ascendente da densidade demográfica no Brasil, nas regiões brasileiras e nos Estados de Alagoas e de Sergipe. Nela é possível perceber como a densidade demográfica apresentada nos Estados de Alagoas e de

Sergipe encontram-se expressivamente superiores aos apresentados no Brasil como um todo, e nas regiões brasileiras, em particular. Enquanto o Estado de Sergipe apresenta comportamento semelhante à região Sudeste, o Estado de Alagoas, apresenta densidade ainda mais expressiva. De acordo com o demonstrado na tabela, é válido ilustrar a correlação dos padrões da relação da densidade demográfica considerando o Brasil e suas respectivas regiões, bem como, os Estados de Alagoas e Sergipe, como apresenta a Figura 18.

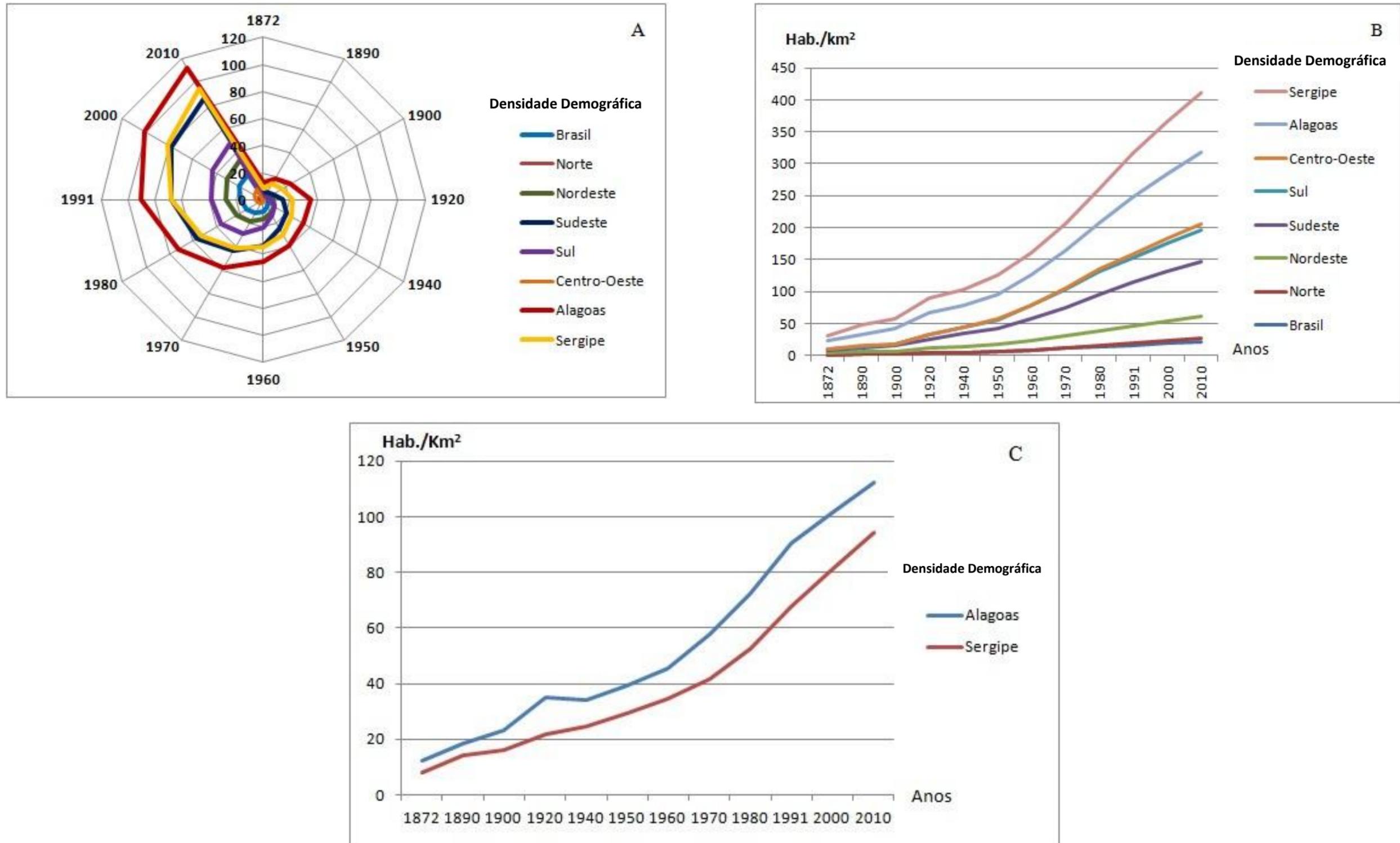
Tabela 05 – Brasil, Regiões e Estados de Alagoas e Sergipe - Comportamento da Densidade demográfica - 1872 a 2010.

Período	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-	Alagoas	Sergipe
						Oeste		
2010	22,43	4,12	34,15	86,92	48,58	8,75	112,33	94,35
2000	19,92	3,35	30,69	78,2	43,54	7,23	101,34	81,13
1991	16,26	2,66	27,33	67,77	38,38	5,86	90,34	67,93
1980	14,23	1,76	22,79	56,87	35,63	4,36	72,32	52,67
1970	11,1	1,09	18,45	43,62	28,95	2,88	57,74	41,49
1960	8,34	0,76	14,43	33,6	20,64	1,67	45,69	34,6
1950	6,1	0,53	11,57	24,39	13,61	0,95	39,3	29,34
1940	4,84	0,42	9,29	19,84	9,95	0,68	34,2	24,69
1920	3,6	0,37	7,24	14,77	6,14	0,47	35,18	21,72
1900	2,05	0,18	4,34	8,46	3,12	0,23	23,34	16,22
1890	1,68	0,12	3,86	6,6	2,48	0,2	18,38	14,16
1872	1,17	0,09	2,99	4,34	1,25	0,14	12,51	8,02

Fonte: IBGE; 1996-2007 - Contagem de População; 1872 a 1991, 2000 e 2010 - Censo Demográfico

De acordo com a Figura 18(A), o Sudeste lidera na densidade demográfica seguida pela região Sul. Diferente do Nordeste que confirma valores inferiores pela existência de maior extensão territorial. A Figura 18(B) ilustra a similaridade de dois padrões de comportamento da densidade demográfica brasileira. Em um, tem-se a região em relação ao Estado-nação, quando se observa a região Sudeste e, em outro, observando a inserção dos Estados de Sergipe e Alagoas, os quais formam com a região Sudeste um padrão similar. Desde o início o Estado de Alagoas se estabelece com a maior densidade. Espaço e lugar pressionados pela dinâmica do capital.

Figura 18 – Brasil e Regiões - Comportamento da Densidade demográfica - 1872 a 2010.



Fonte: IBGE; 1996-2007 - Contagem de População; 1872 a 1991, 2000 e 2010 – Censo Demográfico.

Na Figura 18(C) destacam-se os dois estados: Alagoas e Sergipe. Quando se expõe o comportamento da densidade demográfica pode-se perceber o padrão atípico do estado de Alagoas, embora esse acompanhe o mesmo perfil traçado por Sergipe. Isso significa que ambos afirmam um comportamento de estrutura espacial com processos sócio demográfico similar, apesar de ser mais intenso em Alagoas. O que demonstra a continuidade de um processo resultado de uma conjuntura histórica como legado ainda presente e persistente no cenário agrário brasileiro. A malha fundiária materializa a estrutura fundiária altamente concentrada nos estados em estudo e como exposto, na Tabela 06.

Tabela 06 – Malha fundiária dos Estados de Sergipe e Alagoas - 2006

Extrato de área (ha)	ESTADO DE SERGIPE				ESTADO DE ALAGOAS			
	Estabelecimentos		Área		Estabelecimentos		Área	
	absoluto	Relativo %	absoluto	Relativo %	absoluto	Relativo %	absoluto	Relativo %
Total	100.606		1.480.414		123.331		2.108.361	
0-10	75.759	75,30	181.314	12,25	95.791	77,67	226.341	10,74
10-100	20.055	19,93	564.231	38,11	18.773	15,22	526.525	24,97
100-1000	2.464	2,45	582.233	39,33	3.030	2,46	789.065	37,43
1.000>	82	0,08	152.637	10,31	197	0,16	566.429	26,87

Fonte: IBGE, 2006

De acordo com os dados do IBGE (2006), no ano de 2006, a malha fundiária de ambos estados apresentava 223.937 estabelecimentos para uma área total de 3.588.775 hectares. São 171.550 estabelecimentos com área entre zero a dez hectares, os quais abrangem 407.655 hectares, ou seja, perfazem 76,5% do número total de estabelecimentos e 11,49% da área total.

No contexto extremo, encontra-se 279 estabelecimentos com mais de 1.000 (um mil) hectares, os quais somam 729.066 hectares, que correspondem a 0,12% dos estabelecimentos e ocupam 18,59% da área total dos estabelecimentos.

Por outro lado, existem 171.550 estabelecimentos com área inferior a 10 hectares. Isso sugere a ocorrência em se observar as condições de vida e existência

desse contingente populacional. Trata-se de um contingente envolvido com o abastecimento do mercado interno de alimentos e animais, como também integrantes da força de trabalho rural e potencialmente urbana.

Tem-se a partir dos dados apresentados a expressão do grau de concentração fundiária nos Estados. Em referência a injusta distribuição das terras nestes Estados anuncia a marca registrada em todo o país. Este contexto pressupõe a necessidade de se rever o modelo de sociedade e de formação econômica e social em curso.

Como a concentração fundiária encontra-se combinada à acumulação da renda e do poder, tem-se a intensidade da pobreza e indigência como expressões desse desajuste (ver Tabela 07). Esses dois pólos opostos: concentração da renda e intensidade da pobreza e indigência coloca em questionamento a atuação do Estado.

Tabela 07 - Intensidade da Indigência e da Pobreza nos Municípios da Microrregião Serrana do Sertão Alagoano (Alagoas) e da Microrregião Sergipana do Sertão do São Francisco (Sergipe) – 1991 e 2000

Município/ ALAGOAS	Intensidade da Indigência		Intensidade da Pobreza	
	1991	2000	1991	1991
Água Branca (AL)	51,22	65,68	65,77	67,89
Canapi (AL)	52,08	71,37	61,8	73,36
Inhapi (AL)	49,26	70,48	62,3	72,09
Mata Grande (AL)	47,97	62,65	63,97	69,86
Pariconha (AL)	51,58	65,89	63,53	69,92
Município/ SERGIPE	Intensidade da Indigência		Intensidade da Pobreza	
	1991	2000	1991	2000
Canindé de São Francisco (SE)	37,15	64,87	50,42	62,99
Feira Nova (SE)	41,07	52,1	52,96	58,14
Gararu (SE)	44,78	60,13	59,12	64,87
Gracho Cardoso (SE)	39,86	50,22	57,14	54,83
Itabi (SE)	39,49	53,74	52,93	57,08
Monte Alegre de Sergipe (SE)	43,23	51,6	56,58	57,6
Nossa Senhora da Glória (SE)	42,72	60,23	53,12	59,68
Poço Redondo (SE)	47,05	75,98	61,25	74,58
Porto da Folha (SE)	43,83	55,9	59,77	62,69

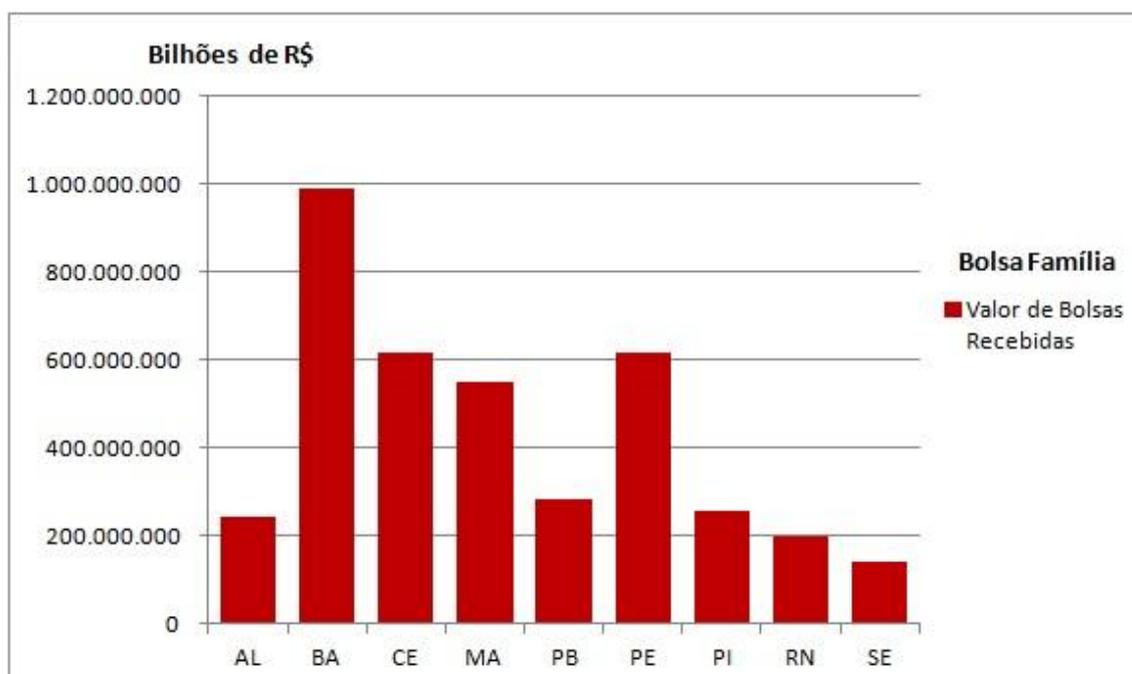
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

A resposta da atuação do governo tem se efetivado cada vez mais com base em uma postura de assistencialismo, remediadora, através de planos e políticas de transferências governamentais, que por sua vez, enfrenta dificuldade para equacionar a problemática desigualdade social. É nesse contexto que, os programas assistenciais como, por exemplo, o Programa Bolsa Família, atualmente integrante do *Projeto Brasil Carinhoso*, foram mais fortalecidos.

Embora na Figura 19, o Estado da Bahia apareça no Nordeste como o Estado com maior volume de recursos recebidos no programa bolsa família e Sergipe o menor, todos os estados têm sido beneficiados com média de valores mais ou menos similares.

Como demonstra a Tabela 08 e Figura 19 e Figura 20, a média computada e a total de cada estado, é relativamente proporcional por família, respectivamente. Essa média revela claramente que o estado do Maranhão tem sido o estado que apresenta a média mais elevada, entre os anos de 2004 a 2011. Enquanto para o mesmo período o estado de Sergipe apresentou a menor média com R\$ 82,75 por família. Na Tabela 08 os valores recebidos por família mostram a assimetria entre os beneficiados.

Figura 19 – Valores (R\$) repassados da União para o Programa Bolsa Família recebidos pelos estados do Nordeste no período de 2004 a 2011



Fonte: IPEA, 2012.

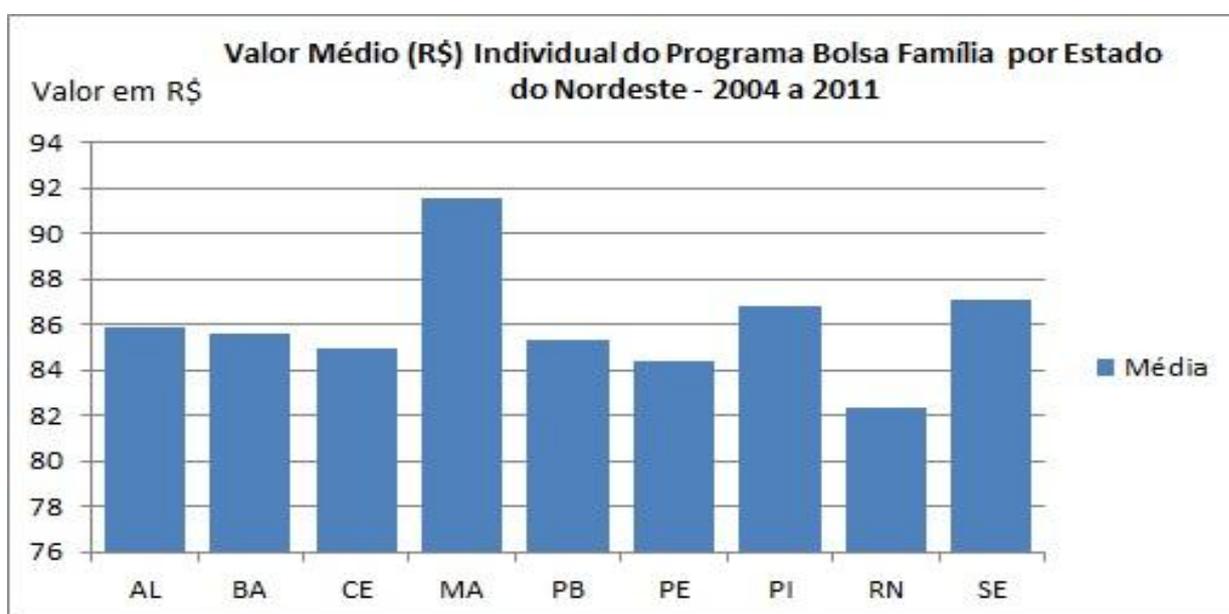
Tabela 08 - Valor (R\$) do Programa Bolsa Família recebidos pelos estados do Nordeste-Brasil – 2004 a 2011.

	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	RN	SE
2004	71	70	70	74	70	68	72	67	70
2005	66	66	66	70	66	64	68	63	66
2006	64	66	65	70	65	64	67	62	67
2007	77	78	77	84	78	77	80	74	80
2008	87	89	88	95	89	87	90	85	92
2009	99	98	98	105	98	97	99	95	100
2010	100	99	98	106	99	99	100	96	101
2011	123	119	118	129	118	119	119	117	121
Média	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Total	85,875	85,625	85	91,625	85,375	84,375	86,875	82,375	87,125

Fonte: IPEA, 2012.

Nota: Registro dos Valores individuais repassados da União para o Programa Bolsa Família nos Estados do Nordeste e a média total em relação aos anos de repasse.

Figura 20- Valor (R\$) Médio Individual do Programa Bolsa Família recebido pelos estados do Nordeste-Brasil 2004 – 2011.



Fonte: IPEA, 2012.

Nota: Registro dos Valores (R\$) Médios individuais do Programa Bolsas Família recebidos nos Estados do Nordeste.

A mudança de domicílio populacional e no padrão de acumulação, não expressa a melhoria nas condições de vida para parcela significativa da população, que se torna

dependente das transferências governamentais como componente monetário de superação da indigência. A ação governamental, resultado da pressão social e mecanismo para amenizar conflitos sociais, tem mantido nos anos mais recentes, certa continuidade, mesmo havendo mudança nos gestores públicos, o que por um lado, estabelece uma nova maneira de se fazer política assistencial no Brasil. Por outro lado, a necessidade da permanência da transferência governamental, significa a manutenção de um contingente populacional sobrevivendo em padrões desumanos, e ainda aponta a debilidade na efetivação de ações estruturantes, como oferta de empregos, a desconcentração da renda, do poder e da propriedade da terra. Quanto mais pessoas dependerem das transferências governamentais para garantir uma refeição por dia, mais a sociedade anuncia a falência no seu padrão de civilidade e de desenvolvimento humano, e, sobretudo, denuncia a escala humana sendo preterida em favor do mercado e do capital.

Em relação a malha fundiária dos municípios estudados, no qual os mesmos padrões apresentados nos Estados de Alagoas e de Sergipe se repetem, quando se observa os princípios da segregação entre o número de estabelecimentos em relação a área por extrato de área ocupada (Tabela 09). De modo que a concentração fundiária evidenciada confirma a profundidade da problemática social. Situação que exige a necessária atenção para a aplicabilidade das políticas públicas. Neste sentido, torna pertinente e imprescindível à mudança de paradigma relacionada ao desenvolvimento na escala humana (MAX-NEEF, 1998; MORIN, 2005; SANTOS, 2008), e nas suas prerrogativas.

A mudança nos padrões de ocupação da terra se constitui em medida estruturante a ser conjugada a políticas sociais, as quais possibilitam que o camponês viva e se reproduza no espaço rural com dignidade. Tal medida estrutural está diretamente associada a mudanças sociais, políticas, ideológicas. Está associada à maneira como a sociedade se vê e atua no espaço, na sua rede de relações e na sua projeção de futuro.

Campo e cidade se constituem em componentes do espaço e que podem estar a serviço da vida se houver pré-disposição para que as mudanças aconteçam na consolidação do espaço do homem.

Tabela 09 - Estrutura Fundiária dos Municípios do Sertão de Sergipe e de Alagoas integrantes do Estado – 2006

ESTRATOS DE ÁREA												
		<i>Mais de 0 a menos de 5 ha</i>	<i>De 5 a 10</i>	<i>10 a 20</i>	<i>20 a 50</i>	<i>50 a 100</i>	<i>100 a 200</i>	<i>200 a 500</i>	<i>500 a 1000</i>	<i>1000 há e mais</i>	<i>Sem área</i>	
MUNICÍPIOS DE SERGIPE		Número de Estabelecimentos										TOTAL
Poço Redondo	N .	1.243	562	542	1.228	160	63	34	10	5	114	3.961
	%	31,38	14,19	13,68	31	4,04	1,59	0,86	0,25	0,13	2,88	100
Canindé de São Francisco	N.	178	72	192	286	58	39	32	8	11	33	909
	%	19,58	7,92	21,12	31,46	6,38	4,29	3,52	0,88	1,21	3,63	100
Nossa Senhora da Glória	N.	1.190	385	600	402	98	45	26	6	1	122	2.875
	%	41,4	13,39	20,87	13,98	3,41	1,57	0,9	0,21	0,03	4,24	100
MUNICÍPIOS DE ALAGOAS		Número de Estabelecimentos										TOTAL
Mata Grande	N.	2.083	547	360	249	71	25	16	3	2	313	3.669
	%	56,77	14,91	9,81	6,79	1,94	0,68	0,44	0,08	0,05	8,53	100
Água Branca	N.	2.208	247	181	131	32	22	13	3	0	5	2.842
	%	77,7	8,69	6,37	4,6	1,12	0,77	0,46	0,11	0	0,18	100
Pariconha	N.	794	120	96	44	22	12	7	3	0	2	1.100
	%	72,18	10,91	8,73	4	2	1,09	0,64	0,27	0	0,18	100

Continuação

ESTRATOS DE ÁREA												
		<i>Mais de 0 a menos de 5 ha</i>	<i>De 5 a menos de 10 ha</i>	<i>10 a 20</i>	<i>20 a 50</i>	<i>50 a 100</i>	<i>100 a 200</i>	<i>200 a 500</i>	<i>500 a 1000</i>	<i>1000 ha e mais</i>	<i>Sem área</i>	
MUNICÍPIOS DE SERGIPE		Área dos Estabelecimentos										TOTAL
Poço Redondo	Área	3.754	3.871	8.126	32.830	11.101	8.725	9.925	6.625	11.345		96.302
	%	3,89%	4,02%	8,44%	34,09%	11,53%	9,06%	10,31%	6,88%	11,78%		100,00%
Canindé de São Francisco	Área	651	531	3.212	7.646	4.167	5.652	10.454	5.457	20.278		58.048
	%	1,12%	0,91%	5,53	13,17	7,18	9,74	18,01	9,4	34,93		100
Nossa Senhora da Glória	Área	1.932	2.948	8.907	11.834	6.875	5.977	7.056	4.472	1.201		51.202
	%	3,78	5,76	17,4	23,11	13,43	11,67	13,78	8,73	2,34		100
MUNICÍPIOS DE ALAGOAS		Área dos Estabelecimentos										TOTAL
Mata Grande	Área	4.083	4.005	5.131	7.612	4.844	3.555	4.792	2.057	2.513		38.592
	%	10,57	10,38	13,3	19,72	12,55	9,21	12,42	5,33	6,52		100
Água Branca	Área	3.576	1.742	2.695	3.799	2.257	3.198	4.152	1.710	0		23.129
	%	15,46	7,53	11,65	16,43	9,76	13,83	17,95	7,39	0		100
Pariconha	Área	1.447	894	1.353	1.384	1.436	1.615	2.148	2.270	0		12.547
	%	11,53	7,13	10,78	11,03	11,45	12,87	17,12	18,09	0		100

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006.

CAPÍTULO 05

5. O CAMPONÊS NA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO DO HOMEM: A DIFERENCIADA EXISTÊNCIA NO SERTÃO DOS ESTADOS DE SERGIPE E ALAGOAS

Será que a problemática socioambiental do nordeste brasileiro se explica em função de estruturas espaciais? Em quais aspectos o Sertão potencializa o vivencial e existencial do camponês? Quais as situações existenciais diferenciadas do camponês sertanejo alagoano e sergipano no processo da monopolização do território e da territorialização do capital? Estas são as questões respondidas no atual capítulo.

As respostas a tais indagações enfatizam a evolução dos fatos associados ao movimento do capital e a segregação do camponês no espaço rural e evidenciam sua correspondência aos fatores socioambientais como: *a dinâmica do tempo, o trabalho do sujeito, a ordem da sociedade e o territorial no lugar*. Esses formam um conjunto explicativo e dialeticamente inter-relacionado.

5.1 A Organização do Espaço do Homem

Para o presente estudo, teve-se a estrutura da organização do *espaço do homem* remetido sobre a complexidade do espaço rural, envolvendo, a distinção estrutural do *espaço do homem, espaço antrópico, espaço econômico e espaço político*, estes afluem para a existência diferenciada de novas territorializações e novas infraestruturas no espaço do homem, resultantes da distinta dinâmica espacial. A permanência da existência camponesa e da sua exclusão sociopolítica, dentro de uma sociedade altamente monopolista, é um paradoxo que, aqui, motiva uma explicação consistente.

Esses aspectos estruturais apresentados convergem para a diferenciação espacial (STEINBERGER, 2006), já que apresentam a totalidade do espaço convergente para a distinção estrutural, do aspecto regional adotado, contendo as diferenciadas escalas tempo-regionais (continental: colonial e imperial; federal: nacional, estadual e municipal) (MOREIRA, 2012), sobre o qual os seus resultados sintetizaram: (a) a distinção estrutural do espaço do homem, considerando a dinâmica espacial para expansão territorial e a existência diferenciada de novas territorializações; (b) a distinção estrutural do espaço antrópico, pela expansão do trabalho considerando a

dinâmica cidade e campo e a existência diferenciada de novas territorializações; (c) a distinção estrutural do espaço econômico, através da dinâmica regional para e na formação do Estado, considerando a existência diferenciada de novas infraestruturas; (d) a distinção estrutural do espaço político, do povoamento ao lugar: observando a dinâmica espacial para a responsabilidade social (Reforma Agrária; Compra no Mercado de Terras) e (e) a dinâmica espacial para políticas públicas - Compensatórias e estruturantes; Associação, Cooperativa, Sindicatos; COEP; INCRA; Prefeituras; Conselhos de representação de classes e CMDRS - para redes de relações políticas e a existência diferenciada de novas territorializações.

Os distintos organismos se percebem pela manutenção da história do capitalismo (territorialização - monopolização) e também pelo ordenamento, pela técnica de como nas regiões o grau da organização, a base de toda uma evolução cultural, vai sedimentar e orientar a produção do espaço, o cultivo de gêneros alimentícios e a produção do próprio espaço do homem.

Esses aspectos estruturais são variáveis de escalas correlacionadas à existência do camponês na sociedade: *união dos estados, estado, município e comunidade*. Em contextos específicos, revelam-se realidades distintas traduzindo a diferenciada existência estrutural¹⁵ do ser camponês.

Parte-se da ideia deste contexto para atravessar as escalas do espaço e tempo concomitantemente à materialização do camponês pela sua dupla sujeição: *formal e real* ao capital. Nelas, enquanto o processo de monopolização do território pelo capital pressupõe o princípio de sujeição do camponês, o processo de territorialização do capital explica a dependência/independência do camponês (MARTINS, 1995).

O sertão de Sergipe e Alagoas segue a mesma tendência nacional, na qual a realidade do sujeito resulta do processo de formação sócioespacial, onde a realidade social, na qual se materializa sua existência ancora-se na vivência econômica, política e ideológica, relacionada à dinâmica do *movimento do capital*. No mesmo contexto a

¹⁵ A partir da base material e da organização do trabalho no modo de produção capitalista, dá-se a sua *determinação estrutural*, mediante a divisão social as *classes, camadas* ou *categorias sociais* ocupam seu lugar na sociedade. Contudo, tal determinação é afetada pela interação com a superestrutura, isto é, pelas relações de dominação e subordinação políticas, ideológicas e econômicas (POULANTZAS, 1975, p.15).

condição histórica revela as relações espaciais, nas quais se perceberam os mecanismos da sua sujeição.

A sujeição espacial é um fenômeno social e complexo. Esse é um dos aspectos relacionados à concepção do sujeito camponês. O mesmo possui valor histórico ativo e atuante, embora a sua visibilidade e seu papel histórico tenha sido problemática e distorcida aqui no Brasil.

Nesse sentido, Martins (2003) chama atenção para uma dessas arbitrariedades ao reportar-se ao camponês como “sujeito social oculto”. Esse fenômeno da invisibilidade social não é apenas sistêmico. Entende-se a problemática do sujeito oculto como um prejuízo relacionado ao sujeito histórico do camponês brasileiro.

No entanto, tal distorção é relacionada à visão do sujeito na compreensão construída sobre o seu papel social que não explica, por si, a complexidade da problemática do sujeito nessa sociedade. O que está em jogo na sua explicação estrutural diz respeito ao sujeito fundamental no processo social de base. Pelo próprio sistema, o camponês existe. Trata-se de sucessivos processos na dialética da continuidade-descontinuidade, presente na formação espacial mal resolvido.

Paradoxalmente, o camponês está interligado a toda dinâmica do capital, do espaço, do homem, do lugar e, sobretudo, da história política brasileira e, subsequentemente, ao próprio movimento da sociedade. Pode-se dizer assim que o próprio sistema cria, recria e reproduz o camponês. Neste caso, ele não é oculto, mas além de desprezado politicamente é desfavorecido e desprivilegiado no contexto sócioespacial.

Tal paradoxo materializa-se também, quando os próprios agentes rurais, mediadores da luta camponesa pela vivência (reforma espacial) desvirtuam os interesses inerentes as suas lutas. Consequentemente, seus interesses sociais não são devidamente defendidos, como salienta Martins (2003).

No processo de vivência, tal contexto desqualifica, por dentro, a principal condição de ser o camponês sujeito social histórico, embora apresente uma expressividade política pouco reconhecida, mas não é pertinente menosprezar sua importância econômica mesmo no contexto desigual e territorialmente inoportuno.

A invisibilidade precipitada sobre o ser camponês se torna séria, podendo, afetar simultaneamente o duplo sentido *existencial/vivencial* deste sujeito social ou, até mesmo, comprometer o reconhecimento legítimo da sua existência. O que pressupõe a negação da real proposta de um estado democrático de leis e de direitos.

Neste caso, a realidade do espaço revela-se como a combinação dialética do econômico-político-social, isto é, “uma forma especial de reprodução do capital, e por consequência uma forma especial de luta de classes, onde o econômico e o político se fusionam e assumem uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos da reposição” (OLIVEIRA, 1981, p. 29-30).

Podemos concordar que essa questão coloca em evidência a dupla contradição: a primeira relacionada às próprias condições de existência para a classe camponesa na sociedade democrática; a segunda expõe o sistema capitalista na sua lógica desigual e contraditória, quando se utiliza do trabalho camponês, como um dos mecanismos da sua reprodução ampliada e, mesmo assim, afeta sua continuidade.

Pode-se concordar com Shanin (2005, p.05) para quem “a própria existência do camponês, como uma entidade social específica, depende da presença de estabelecimento rural familiar como a unidade básica da economia e da sociedade.” A existência plena do camponês está relacionada à sua trilogia básica: família, terra e trabalho. A manutenção da combinação desta trilogia se constitui, assim, na luta histórica travada por esse camponês no cenário histórico brasileiro. A luta pelo direito a se inserir na terra na condição de proprietário legal, com o leque de implicações e contradições que essa conquista e condição apresentam na lógica do movimento e desenvolvimento da sociedade moderna artificializada.

Na lógica desigual e combinada do desenvolvimento da sociedade brasileira, a existência do camponês não se assenta na integralidade das características mais gerais, como apresentada por Shanin (2005), uma vez que a luta camponesa ainda perpassa pelo direito ao acesso a terra. Assim, o processo da formação social brasileira associada à luta camponesa é mais abrangente e não se limita, simplesmente, à ideia de que o camponês seja um mero trabalhador para o capital, como defende Wanderley (1985).

Tal assertiva defendida por Wanderley (1985) distorce a posição do camponês na configuração espacial brasileira. Distorce inclusive a importância histórica que esse

sujeito social possui. O camponês mesmo sendo componente estrutural, na medida em que transita em uma esfera social específica, sua existência não se explica, exclusivamente, por motivações para o capital. Seus códigos existenciais perpassam por outros mecanismos relacionais, direcionados para a sua identidade e territorialidade.

Entende-se que trabalhador para o capital é outro termo genérico na medida em que todo e qualquer sujeito social vivendo ou não da renda e do lucro é trabalhador material/imaterial para o capital. Essa simplificação não resolve a problemática, a complexidade e a rede de relações controversas e injustas nas quais o camponês está enredado. O conteúdo político e social do sujeito camponês fica escondido quando simplesmente o classificamos como trabalhador para o capital no seio dessa sociedade.

De acordo com IANNI (2009, p.143),

A comunidade camponesa é o universo social, econômico, político e cultural que expressa e funda o modo de ser do camponês, a singularidade do seu movimento social. E é precisamente aí que está a sua força. O caráter revolucionário desse movimento social não advém de um posicionamento explícito, frontal, contra o latifúndio, fazenda, plantação, empresa, mercado, dinheiro, capital, governo, rei, rainha, general, patriarca, presidente, supremo, Estado. O seu caráter revolucionário está na afirmação e reafirmação da comunidade. A sua radicalidade está na desesperada defesa das suas condições de vida e trabalho.

Pode-se assim admitir que a existência camponesa e a validade da sua comunidade inserida no espaço rural, envolvem complexidades em matéria da territorialização. Embora o espaço-região desempenhe papel estrutural e funcional enquanto formação de formas-conteúdos gerais e formas-conteúdos particulares (STEINBERGER, 2006). Tal dimensão do espaço amostra o papel desempenhado pelo estado-nação na formação dos seus territórios rurais municipalizados.

A presença significativa de camponeses no sertão brasileiro tem sua peculiaridade pela morfologia espacial de ser: exatamente, na lógica desigual e contraditória do capitalismo, cabendo lograr a *monopolização do território* combinada à *territorialização do capital* (GORENDER, 1987)¹⁶, como uma dialética que ilustra a

¹⁶ A territorialização do capital entende-se como o processo no qual o domínio do capital se sobrepõe ao domínio da propriedade da terra (Gorender, 1987).

realidade contraditória e desigual. Ambas são inerentes à formação do espaço rural e, por outro lado, ao rebatimento direto na lógica do existencial e vivencial da sociedade em geral e do camponês em particular. A terra representa a garantia da sua vivência, mas a renda da terra advinda do seu trabalho é apropriada pelo conjunto da sociedade.

5.2 Pelo Espaço do Homem Camponês no Processo da Formação Territorial Brasileira

O espaço do homem impõe a necessidade de pensar o homem por inteiro em sua dimensão humana e social, que se abre para o imprevisto, e cria cada vez mais novas possibilidades de resistir e de intervir no mundo. O ser humano, como o próprio espaço, guarda múltiplas dimensões, em contínuo processo da criação e recriação da superação, nas estratégias pela vivência e existência. É neste aspecto, que a reafirmação do espaço, torna-se cada vez mais importante dentro das estratégias de reprodução, que se realizam no e através do espaço (CARLOS, 1996).

O espaço aberto, multidimensional, relacional (STEINBERGER, 2006), se constitui no componente basilar da vida.

No espaço se encontram a brecha objetiva (socioeconômica) e a brecha subjetiva (poética). No espaço se inscrevem, e ainda mais, se 'realizam' as diferenças, da menor à extrema. Desigualdade iluminada, desigualmente acessível, cheio de obstáculos, obstáculo ele mesmo diante de iniciativas, modelado por elas, o espaço torna-se o lugar e o meio das diferenças (...). Obra e produto da espécie humana, o espaço sai da sombra, como um planeta de um eclipse LEFEVBRE (1975 apud CARLOS, 1994, p.14).

A configuração territorial brasileira amostra uma realidade espacial diferenciada que confirma uma série de processos políticos, que ainda persistem e modelam as relações sócioespaciais como legado da conquista do espaço do homem. Afirma-se que subordinação e monopolização constituem em elementos fundamentais desse processo de dominação hierarquizado, pois envolveram as principais relações entre colônia e metrópole, integraram os mecanismos e processos basilares para a inserção subordinada da colônia ao capital monopolista, bem como disciplinaram as relações secundárias entre os camponeses com os agentes do capital e os demais sujeitos sociais.

A história mostra que o monopólio do comércio externo, a cobrança de impostos e a concessão de terras (COSTA, 1991), constituíram-se nos principais componentes estratégicos de exercício direto de poder da Coroa Portuguesa sobre sua colônia Brasil. O sistema colonial é latifundiário, monopolista, escravista e mercantil, o que vale dizer que se tratava de um sistema socialmente assimétrico e sistemático. Sua sistematização de base funda-se no vínculo organizacional estratégico: econômico e político, que compreende um processo de dominação cumulativo, expressado também, pela sujeição orquestrada desde o sistema de morgadio. Assim, com base na propriedade da terra, as origens do regime sócio jurídico da terra no Brasil, já sinalizavam para os primeiros aspectos da segregação e monopolização sócioespacial (LIRA, 2002).

Pode-se dizer que a posse da terra, o domínio do território e o monopólio econômico são condicionantes que determinam as relações sócioespaciais mais elementares, a ele atrelados. Neste caso a família é exemplo de relação influenciada por tais condicionantes, pois estes, também, estiveram envolvidos nas relações, sob as quais, novos direitos das relações de poder se assentaram em conflito com o existente quadro político e social preexistente. Então, a reprodução do monopólio territorial, permitiu durante os séculos o controle do setor latifundiário sobre mais da metade da renda gerada no setor agrário (GUIMARÃES, 1981, pp.202-203).

Tal realidade está interligada ao acesso a terra e à dupla segregação espacial e política. Pela segregação espacial, o camponês é marginalizado geográfica e socialmente, motivo pelo qual o sujeito social se instala inicialmente nas cercanias das grandes propriedades. A sua vivência e existência, no entanto, manteve-se pré-determinada a dinâmica excludente do capital. Pela segregação política o camponês não podia se tornar proprietário da terra por força da Lei de Terras (1850), pelo interdito do morgadio e por questões de raça.

A segregação sócio-política foi um condicionante significativo para a estruturação da sociedade brasileira baseada nas grandes propriedades. Em outras palavras, tem-se a formação de uma sociedade de contrato social parcial instituída no sistema colônia. Sua sociedade de direito aparece com princípios dinâmicos que se estabelecem e se renovam pela força da lei e de novos regimentos. Corresponde a uma formação territorial, enquanto espacial, que se articulava nas formas de sociabilidade, dialeticamente, dinâmica; contínuas-descontínuas entre as distintas esferas de poder.

Embora cada região territorial represente espaço diferenciado, revela-se como elemento latente para as intervenções instrumentalizadoras da organização do espaço, perfilando-as ao lado das características do meio natural e, sobretudo territorial. Para tal processo assimétrico e sincrônico estrutural, novos ciclos de povoamento surgem sobre a herança da espacialização e na regionalização do território.

Tem-se como exemplo, o processo de ocupação do litoral nordestino; a imigração europeia para o Sudeste e Sul do Brasil e a migração interna dos nordestinos para as áreas de fronteira e de expansão econômica no território brasileiro. São homens com origens sociais, culturais e étnicas distintas, tal como os destinos traçados nas determinações sociais primárias de classes.

Pode-se desta feita, afirmar que a existência e vivência no espaço rural estão diretamente vinculadas às determinações políticas e culturais. Pode-se afirmar também que a exclusão política e espacial do camponês se constitui em ferramenta desde o próprio sistema colonial. Sustentam-se essas afirmações, baseando-se na origem estrutural do interdito do morgadio. Por este originam-se agregados novos¹⁷, do modelo colonial de acesso à propriedade particular da terra, os quais irão se somar ao contingente de camponeses constituídos de homens excluídos: índios, negros, mestiços, brancos pobres e/ou empobrecidos.

Neste contexto, tem-se no Brasil, a existência de um camponês típico na medida em que sua principal característica é a ausência da posse da terra. O acesso a terra pelo camponês, vincula-se numa modalidade e condição genérica de sujeição. Torna-se assim, necessário distinguir os vínculos estabelecidos entre esses sujeitos sociais com seus elementos e processos evolutivos na história social geral.

A compreensão geral dos camponeses, mormente está baseada em quatro características elementares vinculadas à composição de comunidades tradicionais envolvendo: (a) a propriedade rural familiar como a unidade básica da organização econômica e social; (b) a agricultura como principal fonte de sobrevivência; (c) a vida em aldeia e a cultura específica das pequenas comunidades rurais e (d) a situação oprimida. Isto é: a dominação e exploração dos camponeses por poderosas forças externas (SHANIN, 2005, pp. 04-05).

¹⁷ A existência de agregados representa uma tripla apropriação com respectivas submissões. Tem-se apropriação do homem; do espaço e do espaço do homem que tem uma escala temporal de longo prazo.

O específico contexto socioeconômico no qual o camponês brasileiro está inserido, leva-nos a visualizar como e porque nesse cenário a luta camponesa se ancora nas prerrogativas do acesso a terra. A sua luta histórica buscava conquistar uma condição para além de agregado, posseiro ou qualquer outra que superasse de um lado a dependência, sujeição e subordinação, e de outro, a insegurança, a irregularidade e mesmo a ilegalidade. Seja também no período contemporâneo pelas questões de cunho educacionais e infraestruturais a serem melhoradas.

O camponês possui papel decisivo pela sua funcionalidade na espacialização estrutural da sociedade. Neste aspecto, apesar da sua reprodução social, esteja integrada ao espaço do homem, a sua funcionalidade serve de fundamento à sociedade. Notam-se contradições nas relações sociais e de produção, estabelecidas pelos camponeses nas relações atinentes à sua produção e reprodução, as quais se encontram permeadas pela desigualdade.

No contexto social, o camponês é inserido nas redes de relações atreladas a sujeição e as relações imateriais da cultura do favor, como também a dependência econômica e política em relação ao grande fazendeiro (DANTAS, 1987), todavia, não implica que a almejada autonomia do camponês, a partir do seu acesso a terra, possua a força política necessária e suficiente, para suplantando sua relação subserviente ao movimento do capital.

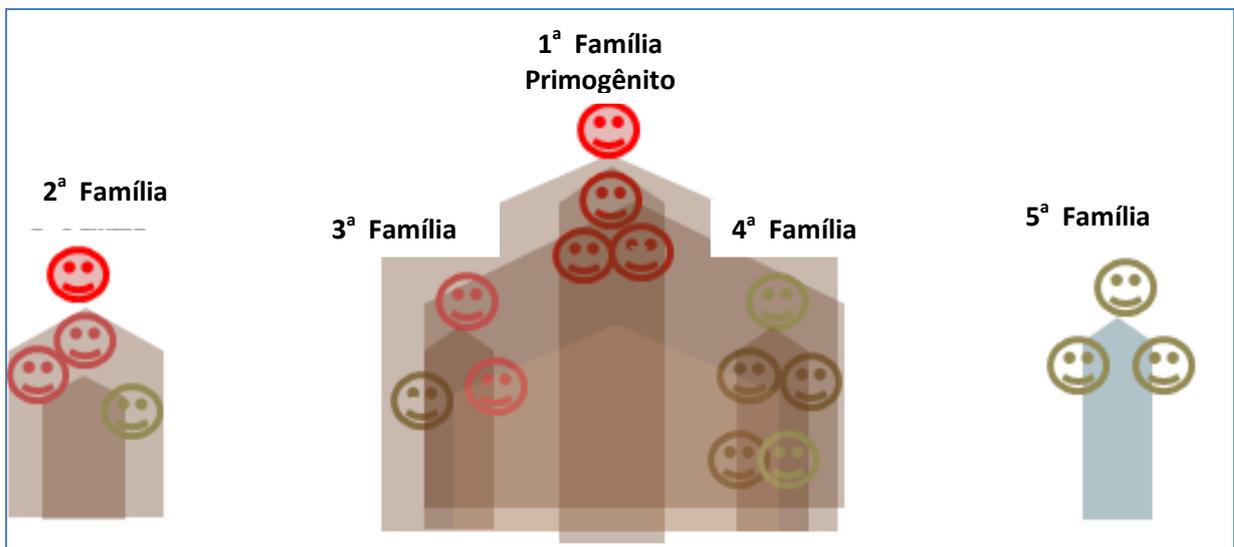
O camponês é originário desta estruturação sócioespacial denominada marginal e, associada à ideia funcional (natural) da monopolização do território. Tal marginalidade também corresponde ao contexto sóciopolítico, no qual os camponeses estão subordinados a lógica e ao movimento do capital, mesmo nas relações de sujeição aos agentes¹⁸ do capital. Pode-se dizer que a origem do poder político e econômico vinculado à propriedade da terra tem-se rebatido na segregação sócioespacial, enquanto há uma segregação desde o processo de desigualdade do direito a herança.

¹⁸ Os fazendeiros que controlava a concessão ao uso do solo.

5.2.1 O sistema de morgadio e a herança histórica do controle do acesso a propriedade da terra no Brasil

O modelo análogo de morgadio representava relações originais entre a classe favorecida e a desfavorecida pela propriedade da terra, em princípio a partir da relação familiar, como esquematizada na Figura 21.

Figura 21- Modelo esquemático do Sistema de Morgadio



Organização Núbia Dias dos Santos, 2012.

O sistema morgadio consiste em cinco tipos de famílias originárias da mesma paternidade. A primeira pelo primogênito, envolvendo o direito universal da herança do grande proprietário sesmeiro agregando a terceira e a quarta família (família de irmão branco e mestiço respectivamente vinculado, como sendo agregados). A segunda e a quinta famílias são irmãos não agregados. No entanto, o irmão branco pode se tornar - mesmo não sendo herdeiro familiar -, capaz de reproduzir o morgadio, mas ao irmão mestiço não agregado só resta à condição de ser posseiro quando por ventura consegue terra para nela viver.

Nesse modelo, os demais irmãos do herdeiro são subdivididos entre agregados ou não agregados. Todavia nas duas condições limitadas, os irmãos não agregados: brancos e mestiços particularmente, podem se tornar livres. No entanto, apenas o irmão branco detém a possibilidade de conquistar o direito à expansão reprodutiva do sistema

morgadio, (ilustrado na Figura 21). Ou seja, é o único sujeito, além do primogênito, que pode ascender à condição de sesmeiro legal, considerando as novas terras/propriedades por este conquistada e legalmente reconhecida. Nessa conjuntura cultural, o irmão mestiço (não agregado) está condenado, por longas gerações, a possibilidade máxima de se tornar um posseiro, um minifundiário.

Em consonância com o modelo anterior (exposto no Quadro 04), pode-se considerar o latifundiário primogênito privilegiado na monopolização da terra, enquanto surge à expansão e consolidação das novas *sesmarias* pelos irmãos não agregados, seja estabelecendo latifúndios ou pequenas e médias posses. Essa ação significava conjuntamente a fragilidade ao monopólio: do mercado, de mão-de-obra livre e do consequente predomínio sobre o espaço do homem.

Conforme exposto no Quadro 04 para a compreensão da estrutura familiar, consideram-se alguns aspectos existenciais, como: raça, classe/evolução, terra, honrarias, propriedade, cidadão, dependência, título, força de trabalho, cultivo, estratégia e atuação, e suas respectivas categorias familiares: primogênito, agregados e não agregados. O quadro mostra-nos ainda as relações entre características relacionais familiares e seus desdobramentos sociais, compostas por homens brancos e mestiços.

Quadro 04 – Os aspectos existenciais da estrutura familiar

ASPECTOS	PRIMOGENITO	AGREGADO		NÃO AGREGADO	
Raça	Branco	Branco	Mestiço	Branco	Mestiço
Classe/ Evolução	1ª Classe Social	3ª Classe pode oscilar entre 2ª e 4ª classe	4ª Classe oscila para 3ª	2ª Classe para todas as gerações em análise	5ª Classe oscilando para 4ª classe
Terra	Proprietário da terra (herança)	Não proprietário	Não proprietário	Proprietário em outra terra	Posseiro em outra terra
Honrarias	Digno	Acomodado	Acomodado	Indignado	Injustiçado
Propriedade	Latifúndio	Sem concessão de terra	Sem concessão de terra	Latifúndio legal	Minifúndio ilegal
Cidadão	Rico	Pobre	Pobre	Rico	Pobre
Dependência	Independente	Dependente	Dependente	Independente	Independente
Título	Empreendedor	Morador	Morador	Empreendedor	Artesão
Força de trabalho	Dono de Escravos	Agregado	Agregado	Fazendeiro Empresário	Livre. Pai de Família
Cultivo	Monocultura	Agregado Monocultura Policultura	Agregado Monocultura Policultura	Monocultura; Pecuária	Policultura; Pecuária
Estratégia	Capitalista Exportador	Agregado	Agregado	Capitalista/ Assalariado	Solidário; Não capitalistas/ Assalariados.
Atuação	Produção para exterior	Agregado	Agregado	Comércio Ext. e interior	Comércio interior

Elaboração de Núbia Dias dos Santos, 2012.

O Quadro 04 demonstra claramente o enredo da formação social brasileira, considerando raça, classe, acesso a terra, força de trabalho, dependências, entre outros

aspectos. Chamando atenção à estrutura da propriedade Familiar, condição esta que ao ser estruturado com base no direito de herança pelo primogênito estabelece as bases da monopolização do espaço. Essa monopolização correspondeu a múltiplos aspectos estruturais envolvendo componentes da mesma família. De acordo com Lira (2002), considera-se que pelo sistema de morgadio, prevalente oficialmente até 1823, cria-se outra estrutura de segmentação social, que extrapola aquela envolvendo homens livres e escravos. Nesta nova fragmentação são os próprios homens brancos entre si e os seus meios-irmãos mestiços, originários de um mesmo tronco genealógico paterno, que vão constituir classes sociais distintas, a depender da sua posição no direito de herança.

Pode-se notar também a situação de camponeses composta por um grupo de agregados que são brancos e mestiços acomodados e diretamente subordinados ao proprietário sesmeiro. Os agregados, ao longo do tempo, foram empobrecidos pela exclusão da herança legal dos bens do fazendeiro, pela determinação legal, e, pela condição de agregado, entre outros¹⁹. Desta maneira, essa hierarquia se instalou no Brasil colonial e preconizou todo o princípio social e cultural que convergiu para a dilatação da segregação e da exclusão sócioespacial, para além da questão racial, como exposto.

Trata-se de uma herança política sedimentada na lógica estrutural do capital mercantil e da ordem cultural, em que uma ramificação da origem do camponês está inserida, com o empobrecimento dos homens brancos e mestiços deserdados da herança patrimonial. Se por um lado, na grande fazenda, o estabelecimento do morgadio amplia o contingente de excluídos, com a inserção de homens brancos neste processo. Por outro, ficou claro como o sistema do trabalho escravo reportado por Martins (1995), estava fundamentado na “distinção” do ser camponês no sistema escravocrata brasileiro.

Convém ressaltar que ao longo do período colonial e durante a vigência do sistema de morgadio, foram abertas oficialmente, as possibilidades para apenas à raça branca ser latifundiário. Isso garantiu o persistente monopólio territorial, até os dias atuais, mesmo encontrando-se envoltos em novos processos e com todos os embates, que configuram a desigual formação social brasileira.

¹⁹ Estes não são beneficiários pela herança da propriedade da terra, restando-lhes a condição de agregados.

Vale lembrar a situação de grande parcela dos filhos excluídos dos grandes fazendeiros, que foram desfavorecidos e submetidos à força da lei, todavia, mantiveram-se insatisfeitos à condição de agregado na grande propriedade e passaram a ocupar áreas de sesmarias abandonadas²⁰. Como resultado desse processo, ocorre por prolongados anos uma série de conflitos em famílias, como um fenômeno latente da desigualdade e do empobrecimento injusto dos excluídos. Onde a dualidade entre sesmeiro e posseiro há a tradição de sangue; tradição de classe, envolvendo a situação jurídica do direito a apropriação do solo colonial.

Assim, o homem branco pobre poderia também vir a ser um sesmeiro, no entanto, a reprodução do homem mestiço dar-se apenas na condição de posseiro ou intruso. Uma condição irregular, insegura e excludente, mas alternativa única de ascensão para além de agregado (GUIMARÃES, 1991, pp.113-114). Os filhos desfavorecidos pelas determinações do morgadio de ontem, se assemelham aos camponeses desfavorecidos de hoje. Em sua maioria são afiliados que continuam lutando contra o padrão estrutural em prol do espaço do homem.

Ressalta-se os aspectos relacionados ao morgadio, tendo em vista haver na história brasileira, maior ênfase na estrutura da formação social brasileira, pelo sistema político das sesmarias, do qual o próprio morgadio estava integrado. No entanto, a relevância da sesmaria, sedimenta-se na exposição das bases estruturais sobre a qual foi montada a formação social na relação envolvendo senhores e escravos. Porém, convém trazer à tona a relevância do morgado no espaço brasileiro, como um sistema oriundo da cultura europeia; componente das estruturas internas da sociedade na preservação do patrimônio familiar e na pretendida unidade da família, gravitando em torno do patrimônio cultural e financeiro, administrada pelo primogênito.

No âmbito específico, a história dos Estados de Sergipe e de Alagoas possui relação com o sistema de morgadio, inserido no contexto mais geral. Tanto os homens da *Casa da Torre*, na linhagem dos Dias D'Ávila, sediados em Tatuapera na Bahia – atual município de Mata de São João (AMARAL, 2012), quanto os sesmeiros do Porto da Folha, do qual se originaram os atuais municípios de Canindé de São Francisco e Poço Redondo, estão inseridos nesse contexto como relata Pires (1959), ao constatar a

²⁰ Após materializarem o uso do solo solicitam a concessão e legitimação oficial da posse e assim se reproduzem na condição legal de sesmeiro.

existência do *Morgadio* no sertão sergipano, pertencente ao Capitão Luiz da Silva Tavares, um dos **herdeiros do Morgado** de Porto da Folha, do qual Canindé Velho de Baixo era área integrante.

Assim, entender a correlação entre sesmaria e morgadio, implica em conhecer a própria história da sociedade brasileira, envolvendo conflitos entre as distintas classes sociais, mas também, no foro interno, na esfera familiar dos beneficiários das terras coloniais brasileira.

Nesse contexto, as sesmarias eram os latifúndios, condição inacessível ao lavrador sem recursos. Sua legislação vigorou até a extinção, em 17 de julho de 1822. Contudo, mesmo em vigor, já existia a ocupação de terras sem a concessão prévia ou posterior legalização, como já exposto. Tais posses, a presença de uma agricultura considerada atrasada, a baixa densidade demográfica e as insatisfações internas serviram para a extinção da lei que na prática já não se coadunava com a realidade (LIRA, 2002). Mesmo assim, cumpre reconhecer que o modelo latifundiário aponta à problemática estrutural da posse das terras e, conseqüente, má distribuição da renda no território brasileiro (GUIMARÃES, 1991).

O espaço do capital sendo por si desigual é reproduzido na sociedade que se faz desigual nessa mesma lógica. Afirmar-se que a sociedade reproduz o espaço rural, por exemplo, exatamente pela apropriação do campo e o uso da terra, ao ser realizado através da dominação política. Essa dominação assegura a propriedade monopolista da terra, dos recursos e dos meios de produção, componentes de uma lógica socioeconômica excludente (MORAES, 2005).

5.2.2 Continuidade e discontinuidades nas estratégias de reprodução da classe camponesa e latifundiária

Pode-se afirmar que o desenvolvimento econômico brasileiro, ao longo principalmente dos quatro primeiros séculos de existência, estava ligado à criação e reprodução ampliada da classe latifundiária. Justificado pelo domínio direto na política cambial e, indiretamente, via setor financeiro. A classe latifundiária consegue ainda controlar a política econômico-financeira do país, pelo comércio exterior por ela dominada neste período (Guimarães, 1981).

Assim, como salienta Gorender (1987), o fundamental para o domínio econômico passou a ser o domínio da terra. A terra passou a ter um preço importante, acima do seu componente especificamente monetário. Por seu intermédio afixavam aos fazendeiros além do monopólio de classe sobre a terra, também sobre escravos e agregados (MARTINS, 1995). Assevera-se que dominar a terra significava dominar a própria economia.

Esse domínio se estende aos camponeses agregados, os quais passaram a ter seus direitos vinculados diretamente e de forma difusa, simbólica e simbiótica ao direito do fazendeiro (MARTINS, 1995). Também, se estende a metamorfose do trabalho, ou seja, pela forma como o trabalho aparece ao grupo doméstico rural, que passa da forma de trabalho concreto (valor de uso), à forma de trabalho abstrato (valor de troca) (ANTONELLO, 2000, p.179).

Os direitos dos camponeses só eram reconhecidos como uma concessão do fazendeiro e enquanto extensão dos direitos desse último. O direito do camponês de estar na terra, implicava no reconhecimento da terra como propriedade do fazendeiro. Assim, a luta do camponês, era alienada à luta do outro (MARTINS, 1995).

Os códigos de honra sobre os quais se mediavam a relação do fazendeiro com os seus agregados (camponeses), constituíam-se numa relação de troca de serviços e produtos por favores. A troca estabelecida ultrapassava os limites comerciais podendo abranger relações materiais, que variavam entre a simples concessão da terra, por exemplo, em troca de parte dos gêneros alimentícios produzidos, até a recíproca lealdade. Estabelece-se uma teia de relações imateriais, nas quais se perfilavam a trama religiosa e do compadrio (MARTINS, 1995; DANTAS, 1987).

Com o avanço do sistema capitalista, é interessante perceber como ocorre a evolução das antigas relações sociais e de produção no interior das grandes propriedades envolvendo fazendeiros e agregados, aonde neste processo a moradia de favor vai sendo substituída por uma série de procedimentos e de relações, às quais mantêm a mesma lógica de favorecimento do fazendeiro, em detrimento dos antigos agregados.

À moradia de favor é substituída por práticas em torno do arrendamento de terra: em troca de renda em trabalho (cambão no Nordeste), em espécie (parceria) e em dinheiro (no sul e sudeste brasileiro) (MARTINS, 1995, p.36). Desde o morgadio, esse

favor evolvia várias relações entre fazendeiro e seus “agregados”: o fazendeiro e seu irmão seja ele branco ou mestiço, o fazendeiro e outros excluídos do direito de propriedade e de herança e o fazendeiro e parentes que são membros da família estendida.

Embora haja insatisfação progressiva desse modelo e reação contra a relação assimétrica entre os filhos de grandes proprietários, as determinações do morgadio duraram oficialmente até 1835. Segundo Martins (1995, p.36), todos aqueles que residiam na condição de favor eram sujeito ao empobrecimento. O interesse da extinção do morgadio foi orientado para impedir a constituição de uma aristocracia fundiária e que essa monopolizasse os cargos políticos do Senado do Império com base em direitos hereditários (MARTINS, 1995, pp.32-33).

Embora extinto oficialmente, em 1835, as implicações estruturais do sistema de morgadio ainda persistiam na formação do espaço rural e do homem e, sobretudo, na problemática da reforma agrária desta sociedade. A fragilidade do sistema estava sujeita às oscilações do mercado, com rebatimento no empreendimento agromercantil exportador, apoiada na participação do camponês.

A posse da terra significava o controle de relações sociais não capitalistas e nesta condição, o fazendeiro apropriava-se da força de trabalho familiar camponesa sem envolver, prioritariamente, o pagamento em dinheiro. Estabelecem-se a sujeição do camponês e de sua família e as condições sobre as quais a propriedade da terra se converte em instrumento para a sujeição camponesa.

Tal situação juridicamente e teoricamente, assume novo contorno a partir da pressão camponesa, no momento em que se instituem as Ligas Camponesas no Nordeste. De acordo com Sabourin (2009), a pressão das Ligas Camponesas, foi responsável, pela instauração do *Estatuto do Trabalhador Rural*, em 1963, no governo de João Goulart. O Estatuto previa a extensão para os trabalhadores rurais, dos direitos trabalhistas a qual faziam jus os trabalhadores urbanos, como por exemplo, a estabilidade no emprego e a indenização no caso de demissões. No entanto, ocorreu a reação dos proprietários das terras, os quais desrespeitaram os direitos dos trabalhadores e, na prática, realizaram expulsões maciças dos camponeses das suas terras, como contrapartida, a constituição de sindicatos dos trabalhadores rurais (SABOURIN, 2009).

Na prática, sedimenta-se a luta histórica das classes sociais no campo, uma luta que envolve a terra de trabalho em conflito com a terra de negócio, quando se considera que “essa dualidade terra de negócio versus terra de trabalho, somente se explica através do caráter contraditório do desenvolvimento capitalista, que comporta tanto a propriedade privada capitalista quanto a propriedade privada camponesa da terra” (PAULINO, 2006, p.30). É esta dialética que se mantém na atualidade, conflitando projetos antagônicos entre classes sociais distintas, que disputam de forma extremamente desigual à configuração do espaço rural do negócio, do mercado²¹ com o espaço do homem.

Apoiada pelo sistema capitalista, a concentração da propriedade fundiária perdura como medida nas relações entre os homens. O que também incide na relação entre o homem e a terra, incorporando novos recortes da monopolização do território e da territorialização do capital.

Na atualidade, enquanto os camponeses europeus lutam para continuar na terra, o brasileiro luta para nela chegar. A promulgação da Lei de Terras (1850) apresenta desdobramentos na barreira histórica contra o acesso a terra pelos camponeses brasileiros. Isso expõe um cenário peculiar, quanto à formação econômica e social, impondo dificuldade do acesso a terra, exatamente a quem de fato nela trabalha. Neste sentido, a luta passada e presente do camponês brasileiro caminham na direção da conquista da terra, o seu bem maior, como ressalta Szmrecsányi (1978).

Essa Lei não apenas transformou a terra em mercadoria como impossibilitou o seu acesso a todos os que não tivessem dinheiro para adquiri-la. Os trabalhadores livres e os libertos da escravidão só poderiam subsistir na agricultura mediante a venda de sua força de trabalho aos proprietários das terras e do capital. Ao mesmo tempo, a nova legislação propiciou a libertação de capitais antes engajados no tráfico negreiro, e a sua aplicação produtiva em diversos ramos de atividades, inclusive na agricultura (SZMRECSÁNYI, 1978, p.27).

²¹ O caráter marcadamente mercadológico do acesso a terra, com valores de mercado e pagamento à vista, significou e significa a opção pela organização e formação social e econômica do país, baseada na grande propriedade.

Nesta mesma abordagem Gancho (1991, p.31) afirma que:

A Lei de Terras, dentre outras coisas, visava impedir a proliferação da pequena propriedade, que desde os primeiros tempos já existia, mas que no período pós-Proclamação da Independência se acentuou no Brasil, juntamente com a média propriedade. A existência do minifúndio no Brasil se explica em parte porque nem todos os que aqui viviam preenchiam os requisitos necessários para ser sesmeiros; evidentemente havia pobres ou empobrecidos, os filhos naturais e já no século XVIII muitos escravos foros (libertos): esse contingente de sem-terras tornava-se posseiro e, às vezes, comprava alguma terra.

O conteúdo da referida lei abre um capítulo extremamente significativo para o passado ainda presente da questão agrária no Brasil e representa um divisor de águas na trajetória da formação econômica e social do país. A lei estabelece oficialmente o mercado de terras, obrigando a sua aquisição em moeda corrente e com pagamento imediato. Com isso, tem-se o fator jurídico que previne a população pobre e os futuros libertos da escravidão em se tornarem proprietários de terras no Brasil. Situação que se estende aos imigrantes europeus locados na região Sudeste do país.

Com o advento da lei e a promulgação da libertação oficial dos escravos, tem-se a transformação da terra no componente definidor da posição de classe e das relações de poder na formação social. O capital antes investido na estrutura monopolista escravocrata transfere-se para a posse da terra. Essa lei representou um status novo e a nova modalidade de distinção social de classe e de poder. Consolida a separação socioeconômica e de poder político entre os homens no Brasil, composta entre os donos da terra e os que dela dependem para a sua vivência e existência.

A questão agrária combinada com a Lei de Terras se constitui ainda em questão inquietante, na medida em que a sociedade de direito é uma sociedade assimétrica por aspectos legais, muitas vezes injustos. A sociedade, nem sempre defende os interesses igualitários dos sujeitos sociais. A força da lei de terras, formulada para atender aos interesses dos grupos sociais ligados diretamente ao domínio da terra, se constituiu na prática, na mudança da renda que antes estava ligada a pessoa do escravo, e que com o advento dessa lei, passa a se constituir e se consolidar na propriedade da terra.

É na consolidação desses acontecimentos que, mesmo a abolição dos escravos significando um momento voltado à perda do domínio absoluto do imperialismo sobre o conjunto da sociedade, na prática, também se configura em outro momento divisor da história brasileira, considerando a instalação do estado nacional, a nova configuração estrutural do quadro sociopolítico brasileiro e a manutenção dos proprietários latifundiários. Estes na condição de sujeitos sociais detentores do poder político e econômico, no jogo dialético de continuidades e descontinuidades inerentes ao processo da formação socioeconômica brasileira.

Substituíram-se as relações servis de trabalho por outras relações não capitalistas. O pagamento da força de trabalho, através do assalariamento foi sendo instituído parcialmente e tardiamente no setor rural brasileiro. Enquanto a renda da terra se constitui numa parte da mais-valia no sistema capitalista, uma parte do sobreproduto. É o resíduo que sobra do lucro médio, apropriado pelo arrendatário empresário capitalista ou pelo proprietário sendo ele o empresário (GORENDER, 1987).

Prado Júnior (1966) nega a existência de formas de renda pré-capitalista no interior da grande propriedade. Para o autor, o colono não é um camponês no sentido lato, mas sim um trabalhador rural. Seu argumento funda-se na ideia de que a parceria não se trata de uma relação feudal ou semifeudal, não sendo possível comparar a realidade brasileira a esse respeito, com as formas clássicas da parceria existente na Europa (Prado Junior 1966). No entanto, cabe ressaltar que o sistema de colonato envolvia uma série de relações de produção não assalariadas. Assim, denominar o colono de trabalhador rural não significa a existência de uma relação com pagamento de salário na espécie dinheiro.

Pode-se concordar com a explicação de Moreira (2012), para quem tanto na história colonial como contemporânea, a configuração espacial de cada país é típica da própria objetivação geográfica ocorrida em todo o mundo. Da circulação, passando pela organização até o feixe regional, essa objetivação é movida pelo princípio do valor-trabalho, visando à materialização de um modelo de acumulação.

Assim, o movimento do capital se define pela maneira como se materializa na formação sócioespacial, sobre o comando do Estado-Nação. A terra é meio de produção, é uma força produtiva na sociedade capitalista e a posse da terra

(GORENDER, 1987)²² se revela como um componente fundamental, sendo o instrumento de poder, para a reprodução das relações sociais de produção. Todavia, a desigualdade regional histórica apresenta continuidades e descontinuidades dos padrões produtivos, que retro alimentava o sistema até a consolidação do modelo urbano-industrial.

Diante de uma economia nacional, cada espaço-região pode ser percebido como um recorte de referências da totalidade. Nela são incluídas outras regiões cujos níveis de reprodução do capital e relações de produção sejam peculiares. De modo que, sob um esquema geral a totalidade do espaço se insere na “reprodução ampliada do capital, razão pela qual o enfoque de *diferença na divisão regional do trabalho*, pode encontrar terreno propício para o entendimento das relações inter-regionais” (OLIVEIRA, 1981, p 29).

Vale lembrar que desde a colônia, a formação social brasileira é capitalista (OLIVEIRA, 1975) e percorre a dinâmica do processo da relação de acumulação do capital. Ao longo do processo histórico, o sistema latifundiário gerou poderes suficientes para manter-se firme no controle da economia agrária. Esse sistema registrou situações de perdas relacionadas ao monopólio territorial (do acesso a terra); ao domínio absoluto sobre os trabalhadores e à expansão e consolidação da pequena propriedade. Nos estudos de Guimarães (1981), embora o sistema latifundiário, também, acumule perdas na sua relação com o mercado externo – dado a sua imaturidade produtiva –, mas mesmo assim, conseguiu manter-se na liderança e primazia na relação competitiva com os novos agentes do capital.

Embora uma série de eventos²³ tenha concorrido para a Independência do Brasil, o território deste Estado-Nação ainda persiste sobre a base monopolista da subordinação econômica na divisão internacional de trabalho de forma que no cenário geral, o modelo estrutural da economia brasileira durante longo período, importou parte de sua capacidade de expansão territorial, para fazer frente ao desenvolvimento do capitalismo no interior do país. Na prática ocasionou em novos capitais para melhorar a produtividade do sistema latifundiário ou impedir o seu declínio a partir das novas

²² O domínio da terra passou a ser fundamental para o domínio econômico. A terra passou a ter um preço importante, dominar a terra passou a significar dominar a própria economia. (GORENDER, 1987)

²³ Como o movimento liberalista, movimento abolicionista, movimento reformista, movimento nacionalista, movimento republicano os quais se unem em prol do fim do imperialismo.

exigências relativas às técnicas de organização e de produção agrícola (GUIMARAES, 1981).

5.3 A Região como Condicionante no Processo de Acumulação do Capital

A industrialização combinada à urbanização a partir da década de 1960 ganhou força como novo eixo de desenvolvimento espacial. Neste contexto, a combinação do modelo histórico brasileiro, de acumulação e industrial, forma o modo de desenvolvimento, distinto em cada região, tendo em vista a função de cada região, na divisão regional do trabalho, por um lado, e a configuração das forças internas e inter-regionais entre a oligarquia agrária, de outro, considerando também, a atuação do Estado nas políticas de planejamento voltadas para assegurar a configuração capitalista da economia brasileira, apresentadas como políticas de desenvolvimento regional.

Entende-se por modelo, um dado modo de estruturação das relações entre economia e política, dentro de uma sociedade historicamente determinada, um amálgama de um todo, em que a política e a economia se intergovernam por intermédio de um dado modo de regulação espacial (MOREIRA, 2012, p.294). Embora haja diferenciação na quantidade de regiões variadas em épocas distintas tais recortes podem ser entendidos tendo como pano de fundos três modelos: *histórico; de acumulação e de industrialização* (MOREIRA, 2012. p293). Todavia, desde o modelo histórico brasileiro têm-se como pressuposto três escalas de subordinação: econômica, política e ideológica.

O mundo capitalista como um só sistema revelou que não apenas o Brasil como Estado-Nação passou por subordinação sócioespacial (OLIVEIRA, 1997; 2010). Tal subordinação moldada pelo capital asseverou a continuidade cultural dos arranjos incipientes da organização espacial. Vale lembrar que, sistematicamente, o país consolidou sua forma social, envolvendo o desenvolvimento rural direcionado para o comércio exterior.

A região nordeste assegurou o movimento do capital implantado no Brasil Colônia, cuja base territorial serviu para o avanço do modo de produção. Na região Nordeste, por um lado, a realidade regional teve a produção de cana-de-açúcar e de algodão, como atividades mercantis de base subsidiadas pela policultura-pecuária, responsáveis pelo povoamento, mas, sobretudo, para um modelo econômico atrelado ao

mercantil europeu. Por outro lado, opressão, sujeição, subordinação se estabeleceram nesse modo de produção na região.

O caso do nordeste é singular pela presença do capital comercial²⁴, responsável pela lei de reprodução que não precisou penetrar na produção algodoeira²⁵. Essa região se diferenciaria de outras, considerando a penetração do capital no próprio sistema produtivo²⁶. Dessa maneira é o “capital industrial – em sentido lato, pois a agricultura capitalista também é uma indústria – é responsável pela reprodução do sistema; assim as diversas *formas* de reprodução do capital conformariam ‘regiões’ distintas” (OLIVEIRA, 1981, p. 30).

As estruturas estaduais foram definidas com limites, inicialmente simples e, posteriormente, transformados em limites dinâmicos. Pode-se perceber que embora o Brasil fosse repartido apenas em norte e sul, em 1573, três séculos depois, o Nordeste se mostrava avançado no processo de fragmentação territorial em unidades administrativas provinciais, que mais tarde dariam lugar aos estados. Esse avanço revela que o Nordeste estava à frente de todas as regiões, no que se refere ao desmembramento. Constata-se tal fato em 1823 com a existência de vários pequenos estados, momento no qual Alagoas já era reconhecido enquanto tal. No mesmo século, Sergipe confirma ser a menor unidade da federação, seguida por Alagoas.

Pode-se concordar com Oliveira (1981), ao conceber o modo de produção capitalista presidindo o processo de constituição das regiões. Sob essa ótica a região nordeste se constitui apenas em espaços socioeconômicos, no qual cada uma das formas do capital se sobrepõe às demais. Esse raciocínio se aplica aos estados em matéria de ser

²⁴ O **Capital Comercial** é analisado e compreendido por Marx (1985, p. 313) como uma forma particular de capital enquanto parte integrante do capital total. Essa fração do capital atua exclusivamente na esfera da circulação. “O capital comercial, portanto, nada mais é do que o capital – mercadoria que o produtor fornece e tem de passar por processo de transformação em dinheiro, de efetuar a função de capital-mercadoria no mercado, com a diferença apenas de que essa função, em vez de ser operação acessória do produtor, surge como operação exclusiva de variedade espacial do capitalista, os comerciantes, e adquire autonomia como negócio correspondente a um investimento específico. (MARX, 1985, p. 313, apud LOCATEL, 2004, p. 51).

²⁵ Esse processo atinge o nordeste algodoeiro, quando a territorialização do capital, ocorre mediante o controle da comercialização do algodão pelos Estados Unidos e Inglaterra. A Gente sertaneja inserida neste processo produtivo passará por variados processos de sujeição para dar conta da extração do sobretabalho e da renda, para os fazendeiros e para o capital internacional comercial.

²⁶ É o caso no nordeste do setor açucareiro; no sudeste do setor cafeeiro.

um feixe de subespaços-território. A essência da região é assim entendida como uma formação social de espaço singular (STEINBERGER, 2006).

O predomínio do capital industrial, a fusão entre capital bancário e industrial que antecedeu o capital financeiro no estágio monopolista, constituem-se em momentos marcantes no Estado-capital, regidos pela lei do desenvolvimento desigual e combinado e pelo processo de constituição do próprio capital, enquanto relação social (MARX, 1998; OLIVEIRA, 1981).

No modo de produção capitalista, Bezzi (2004, p.249) confirma a região como o *condicionante locacional dos processos capitalistas*. A região em si, constitui-se na manifestação espacial concreta e viva dos processos de acumulação capitalista. Ou seja, manifesta-se como um fenômeno de cunho econômico/político. Assim, pode-se considerar que a região significa a materialidade (concreta e física) do capitalismo, vista como resposta “do” e “para” o capital.

Assim, na compreensão de Steinberger (2006), a região guarda a totalidade do espaço. Na sua concepção o lugar revela cotidiano e pausa. Como a base reveladora da produção e apropriação pela dupla conotação que envolve o espaço e o território a ele correlacionados. O lugar é a expressão da organização espacial dos processos sócioespaciais, associados ao modo de produção capitalista.

Na compreensão de Carlos (1996), o lugar guarda em si o significado e as dimensões do movimento da vida, é o ponto de articulação entre a mundialidade em constituição e o local, enquanto especificidade e momento. O lugar desafia a análise do mundo moderno enquanto esforço analítico para compreender sua multiplicidade de formas e conteúdos, em sua dimensão histórica atual. Além do mais, o lugar expõe o plano do corpo e se apresenta como nova problemática espacial, nas novas relações espaço/tempo e no novo processo de territorialização do homem em suas atividades. É com base nessa concepção que o espaço se constitui numa articulação entre o local e o mundial (CARLOS, 1996).

Neste sentido, enfatiza-se a regionalização do processo de acumulação do capital, organizado como uma rede de processos de acumulação parcial interligado, responsáveis por definirem os limites territoriais (STEINBERGER, 2006; BEZZI, 2004). A regionalização da reprodução da força de trabalho tem sua lógica relacionada à

região de mercados de trabalho com a organização espacial da população. O processo de formação espacial brasileiro esteve principalmente concentrado no campo, e na regionalização dos processos políticos e ideológicos de dominação. Pode-se dizer que a regionalização é instrumento estratégico, voltado à manutenção das relações sociais de produção.

É pertinente dizer que a concepção regional está, intimamente, associado ao desenvolvimento desigual e combinado. Por ela se estrutura as diferentes porções do espaço interligadas ao modo de produção. Embora vinculadas, à formação espacial contribuem para a configuração determinista da formação econômica e social do espaço como um todo territorial.

Nesse contexto, as desigualdades sócioespaciais têm-se inerentes ao processo de acumulação no modo de produção capitalista²⁷, pois é indissociável a regionalização. A acumulação, enquanto condição intrínseca e necessária para a apropriação do sobretrabalho materializa-se na forma de lucro. Nosso modelo de acumulação acentua o processo de desigualdade social – marca histórica presente na formação econômica social brasileira.

De acordo com alguns autores (AMIN e VERGOPOULOS, 1977; MARTINS, 1980; PAULINO, 2006; OLIVEIRA, 1999; GONÇALVES, 1996; LOCATEL, 2004; LOCATEL e HESPANHOL, 2003), a lógica do desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro, sobretudo, a partir da década de 1960, com o processo de modernização da agricultura, constitui-se em dois processos distintos embora interligados, de um lado, tem-se a territorialização do capital nos setores da agricultura mais competitivas e, de outro, a monopolização do território pelo capital –, ao criar os meios para subordinar a atividade agrícola menos competitiva à sua lógica.

Neste último, o capital monopoliza o território sem territorializar-se. Essa relação dentre outros aspectos, anuncia a existência de subordinação: do campo em relação à cidade; do rural em relação ao urbano; da agricultura em relação à indústria;

²⁷ Desigualdade utilizada para classificar as regiões brasileiras e apontar o Nordeste como região problema como já assinalado. Desigualdade na qual ideologicamente tenta-se imputar o atraso do Nordeste ao contexto: clima; latifúndio; coronel; monocultura. Sem seu devido exame na lógica contraditória do desenvolvimento desigual capitalista. E neste aspecto, simplificam as análises relativas à questão da desigualdade social, quando por outro lado, apontam o cafeicultor como o responsável pelo dinamismo da região Sudeste do país, pois, este possuía como querem fazer crer, uma visão capitalista em detrimento do coronel com visão e comportamento “feudal”.

da agricultura tradicional em relação à agroindústria e do Nordeste na divisão regional do trabalho. Essa subordinação não implica, contudo, ausência de conflitos.

Pode-se dizer que o povoamento do Nordeste a partir do litoral, foi mantido desde o princípio, embora existindo modificação e expansão interna. O que aconteceu? Os mestres-colonizadores, visando estratégia de segurança, sempre vislumbravam pela formação de cidades prioritariamente em lugares altos e mais ou menos interiores. O que favoreceu a base de um princípio justificado nesta estratégia colonial que ao centralizar o ponto capitalista, implantava o núcleo centralizador na parte superior.

Esta ação significava aperfeiçoar todo o seu entorno e ao mesmo tempo, quando se instalava as cidades em cima dos morros, provia a segurança e a ordem hierárquica do centro para a periferia. Uma ordem que se fazia necessária para a então funcionalidade sistematizada para o maior domínio.

Pode-se dizer que esse princípio se reorganizou no advento da urbanização brasileira afirmando eixos espaciais pré-determinados. No Brasil, o uso do solo sobre o comando municipal teve-se seu eixo geográfico como cidade. Embora a sua extensão geográfica esteja subdividida em dois grandes recortes: rural e urbano, este último afirma até hoje a lógica do modelo de setorização. As principais vilas e cidades serviram como prévia de uma lógica do arranjo espacial urbano direcionado a sua transformação pela densificação. A costa brasileira ilustra esse encontro da urbanização e a necessidade estrutural mais aberta justamente aos mandamentos do mercado e da economia regional como um todo sistematizado para o comércio exterior. No entanto, a diferença também se dava entre as regiões, quando se observava o processo em cada estado.

O processo da monopolização e territorialização do capital, dentre os Estados do Nordeste, ocorre de maneira singular nos estados de Sergipe e de Alagoas. Estes vão se destacar não somente como os menores estados do nordeste e do Brasil. No entanto, o próprio fato de serem menores denuncia em si o último estágio da segregação regional enquanto escala regional.

O que vale dizer que Sergipe e Alagoas constituem registros vivos do avanço do processo cultural. O princípio do estado, uma vez reproduzido dentro da região, não deixa de refletir e reproduzir. Comunica a estrutura e verticaliza na horizontalidade do

princípio as diferenças que vão servir de fato como algo a ser explorado verticalmente. No entanto, Sergipe e Alagoas guardam uma série de singularidades e similaridades na história, no povo, na produção agropecuária, na ocupação do sertão. A diferença vai se apresentar e manifestar pela intensidade de como o processo se desenha, se confirma, se materializa em cada um dos estados. Quais diferenças?

A primeira diferença pode ser apontada em como o espaço foi dividido no sentido norte-sul pelo rio São Francisco. A segunda na polarização que vai se desenhar ou configurar dentro a região no sentido Norte/Sul ou Recife-Salvador respectivamente; a terceira acusa a subordinação diferenciada pela caracterização intra-regional, considerando os dois pólos Bahia e Pernambuco. A competição entre esses leva e conduz os seus estados a processos de disputa interna com reflexos nos seus respectivos estados de influência.

A Figura 22 ilustra os estados e cidades importantes ao longo do rio São Francisco. Percorre uma faixa relativamente paralela ao oceano, da origem até sua direção ao oceano Atlântico, onde sua foz estaria envolvendo os estados de Sergipe e Alagoas. Todavia, todos os estados percorridos têm suas respectivas capitais localizadas no litoral com exceção ao estado de Minas Gerais.

Nesse sentido, o processo espacial desencadeado em Sergipe pela sua tendência e vínculo com a Bahia e, em Alagoas com a tendência e vínculo com Pernambuco, vai incorporar - mesmo diante dos embates, conflitos e resistências – a ordem de valores a partir daquilo que o estado pólo Bahia e Pernambuco vai reproduzir como ideologia cultural.

No nordeste o sertão exemplifica bem essa reprodução, ao apresentar-se como um lugar tramado pela diferenciação intra-regional, onde por um lado, a terra possui baixo preço e é pouco lucrativa para a territorialização do capital. Por outro lado, a produção, realizada pelos camponeses favorece a monopolização do território pelo capital. Monopolização que se traduz na apropriação das outras esferas do processo capitalista, como a comercialização, a circulação e/ou a industrialização. Esta prática retira do espaço do homem e principalmente do camponês, uma parte da renda da terra sem expropriá-lo. O camponês no sertão alagoano e sergipano está estruturado pela reprodução desses processos sócioespaciais.

Nesse caso, o sertão é um prolongamento dessa característica combinada de modo que há superposição de processos da configuração natural, no entanto, a diferença vai estar mais destacada pela morfologia natural, uma das particularidades diferenciadas sobre o lugar. Vale a pena frisar que durante a centralidade do poder os municípios eram compreendidos como unidades dependentes.

O sertão também foi municipalizado, passando pelo processo de desmembramento dos municípios, quando as pessoas e o próprio espaço eram considerados apêndices da esfera administrativa estadual. A percepção do lugar como recurso se dá na região. No entanto, pela atual descentralização tem-se uma nova estratégia. O estado reconhece a autonomia do município como ente federativo e a cidade passa a desempenhar um papel de um contrato social organizado, exatamente, sobre a gestão estratégica do uso do solo. Neles, tanto no estado quanto no município, a figura do poder comparece no espaço organizado com novas postulações - sem deixar de preservar a própria história do capital –, modeladoras de um novo tempo; uma nova territorialização; um novo contexto do espaço do homem diferente daquele anteriormente modelado pelo espaço do capital. O processo do espaço social, então, passa a ser reconhecido pelo espaço do capital.

Em diferentes escalas, vale dizer que a força governamental como um ambiente multiestrutural no sertão brasileiro tornou-se mais complexa, considerando as atividades permanentes tanto do espaço-ambiente como dos homens que ali habitam. Ou seja, considerando o atual contexto político institucional e dos recursos ambientais, a forma da persistência do camponês é proativa. Incorporaram novos princípios, novas atitudes, uma dinâmica espacial mais flexível e, sobretudo, novas estratégias de vivência e existência, visando a se reproduzir no lugar.

5.4 Distintas Escalas na Territorialização do Espaço do Homem Camponês Sertanejo

O espaço produto das inter-relações, das relações como práticas encaixadas no entendimento relacional do mundo, é o espaço ordinário; através do espaço e do lugar, são realizadas a negociação de relações dentro da multiplicidade, onde o social é construído (MASSEY, 2008). O espaço é produto das relações é múltiplo e aberto.

Ao mesmo tempo em que o lugar se coloca enquanto parcela do espaço, construção social, o lugar abre a perspectiva para se pensar o viver e o habitar em diferentes escalas, o uso e o consumo dos processos diferenciados de apropriação do espaço. Concomitantemente, preenchido por múltiplas coações, expõe as pressões sociais que se exercem em todos os níveis e expõe o tempo que se comprime pelo desenvolvimento da ciência e da tecnologia aplicados ao processo produtivo (CARLOS, 1996).

O novo tempo consiste em um fenômeno diferente das tradições estratégicas que o camponês está acostumado. Para os camponeses, a história mostra que o rio São Francisco foi uma benção, marcada por várias feições de abundância, de recursos ambientais que promoveu virtudes, para muitas comunidades ribeirinhas. Assim, vale dizer que o entorno do rio comportou-se como um ambiente propício para se viver com dignidade.

Pode-se notar, também, que os sertões São Franciscanos são atípicos pela corrida dessa fatura de que o lugar se destaca como elemento proeminente para o desenvolvimento territorial em diferentes escalas. No entanto, a vivência com o rio

traduz a proximidade e a territorialização do espaço do homem com suas distintas contradições, contrastes e desigualdades.

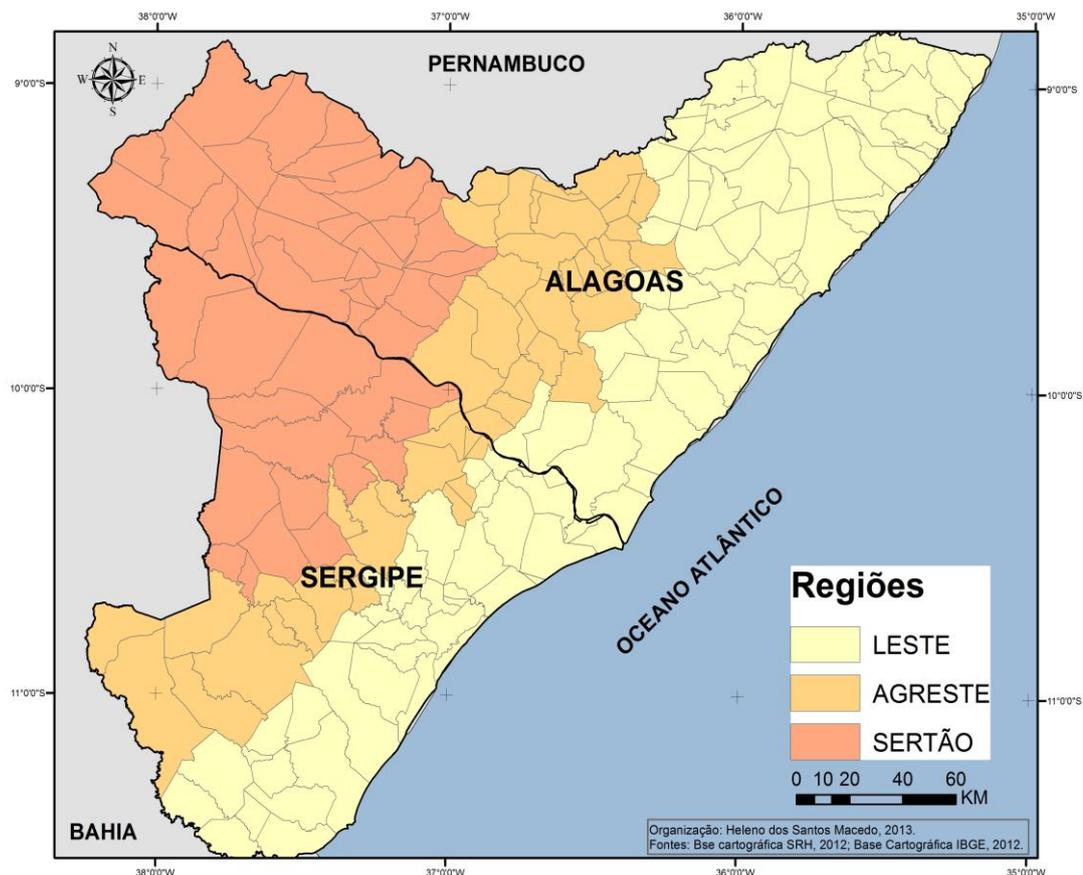
A territorialização do espaço do homem é recortada numa escala avançada e ampliada, na escala do estado onde o desenvolvimento agrícola é promovido em larga escala por muitos séculos. Embora a cana de açúcar não alcançasse o sertão dos dois estados, sua influência é incontestável. No litoral ela demarcou a configuração espacial e do mercado, contribuiu para a hierarquia do espaço litorâneo sobre o sertão. Assim, contribuiu também para inferiorizar o ser camponês pela sujeição.

No estado de Alagoas, a lógica da produção monocultura canavieira promoveu uma rede de relações paradoxal e geradora de um processo desigual e contraditório: de um lado, na perspectiva econômica ela ainda influencia na geração de dividendos para as finanças do estado; na perspectiva social é produtora de pobreza pela maneira como se conduz as relações sociais de produção principalmente relacionada à colheita da cana; no setor ambiental apresenta saldo negativo e no setor político está inserida numa rede de poder ancorada num sistema conservador.

A cultura, sendo transformadora, se renova por outro viés. A dinâmica cultural se especializa pelo trabalho e se materializa no espaço. A diferença cultural vai se destacar pelo tempo e no espaço urbano e rural, no modo de viver. O que é materializado no modo de viver? É a ação, uma ação em contínuo processo de estratégias vivencial, como abordado no capítulo subsequente. Neste, vale imediatamente comparar as estruturas espaciais nos quais estados, municípios e localidades estão inseridos.

O estado de Alagoas é composto por 102 municípios enquanto Sergipe por 75 municípios. São muitos municípios instalados nos estados de menor extensão territorial. Assim, é interessante constatar a similaridade estrutural dos Estados de Sergipe e de Alagoas, pela extensão dos seus municípios em diferentes regiões, como mostra a Figura 23.

Figura 23 – Divisão Municipal dos Estados de Alagoas e de Sergipe



Fonte: IBGE, 2012

Desse modo, o processo resultante da fragmentação municipal se encontrou avançado nesses dois estados. Há uma interpolação na medida em que ambos se inscrevem pela divisão do espaço assentado pelo Rio São Francisco, formando limites naturais. Na área das serras o processo de segregação também é avançado, havendo a segregação natural do espaço. O que acontece pela urbanização?

A Figura 24 revela a escala regional na qual o rio São Francisco perpassa com barreiras naturais que separam as comunidades, os municípios e os estados. Revela exatamente nos trechos entre Sergipe e Alagoas onde o Canyon está naturalmente consolidado. O urbano-regional transforma o espaço pela valorização do solo. Quando o processo de expansão do espaço urbano ocorre esse particulariza o uso do solo e pela

renda da terra tende a tornar a agricultura atividade periférica²⁸. O processo expressa o descompasso existente no próprio modo de produção mediante a combinação desigual e contraditória entre as relações sociais e as forças produtivas.

Figura 24 – Imagem do Rio São Francisco



Autoria: Ajibola Isau Badiru, 2012.

Compreende-se desta maneira que as relações sociais de produção guardam “estreita aderência às *formas* de reprodução do capital, e determinam por sua vez o caráter da luta de classes e, em sentido lato, do conflito social” (OLIVEIRA, 1981, p.29). Os descompassos gerados estão assentados sobre as contradições básicas do sistema capitalista de produção e nos alerta exatamente sobre perspectivas que se desaguam para uma amplitude espacial concreta dessa combinação desigual e materialmente desajustada. Neste compêndio como fica o espaço do homem?

²⁸ O espaço de monopólio tende a determinar que a indústria, por exemplo, chefie o ordenamento, zoneamento e uso do solo urbano. No entanto, é possível haver a integração dos pólos urbano rural na cidade. O uso do solo setoriza e particulariza as funções. A presença da agricultura urbana é um bom exemplo de como a diversidade integra os espaços, pois, o espaço é multidimensional e multifuncional.

5.5 O Espaço do Homem Camponês na Relação com o Espaço do Capital

O espaço do homem é o espaço centrado no sujeito social, nas suas ações, nas suas reações, na rede de relações que estabelece com o espaço e com os demais sujeitos sociais e seres vivos com os quais institui mecanismos de diálogos, de trocas, de construção ideológica, cultural, política. O espaço do homem é o seu espaço preñado de vivência, de contradições e desafios inerentes ao ser relacional na sua trama existencial. Todavia, o descompasso paradoxal do espaço do homem revela-se da complexa desigualdade social à apropriação injusta.

O homem percebe o mundo através de seu corpo, de seus sentidos que ele constrói e se apropria do espaço e do mundo. O lugar torna-se a porção do espaço apropriável para a vida, mas é apropriado através do corpo e dos sentidos, dos passos de seus moradores, da sua identidade com o espaço construído e vivido (CARLOS, 1996). “O lugar se completa pela fala, a troca alusiva a algumas senhas, na convivência e na intimidade cúmplice dos locutores” MARC-AUGÉ (1994, *apud* CARLOS, 1996, p.17).

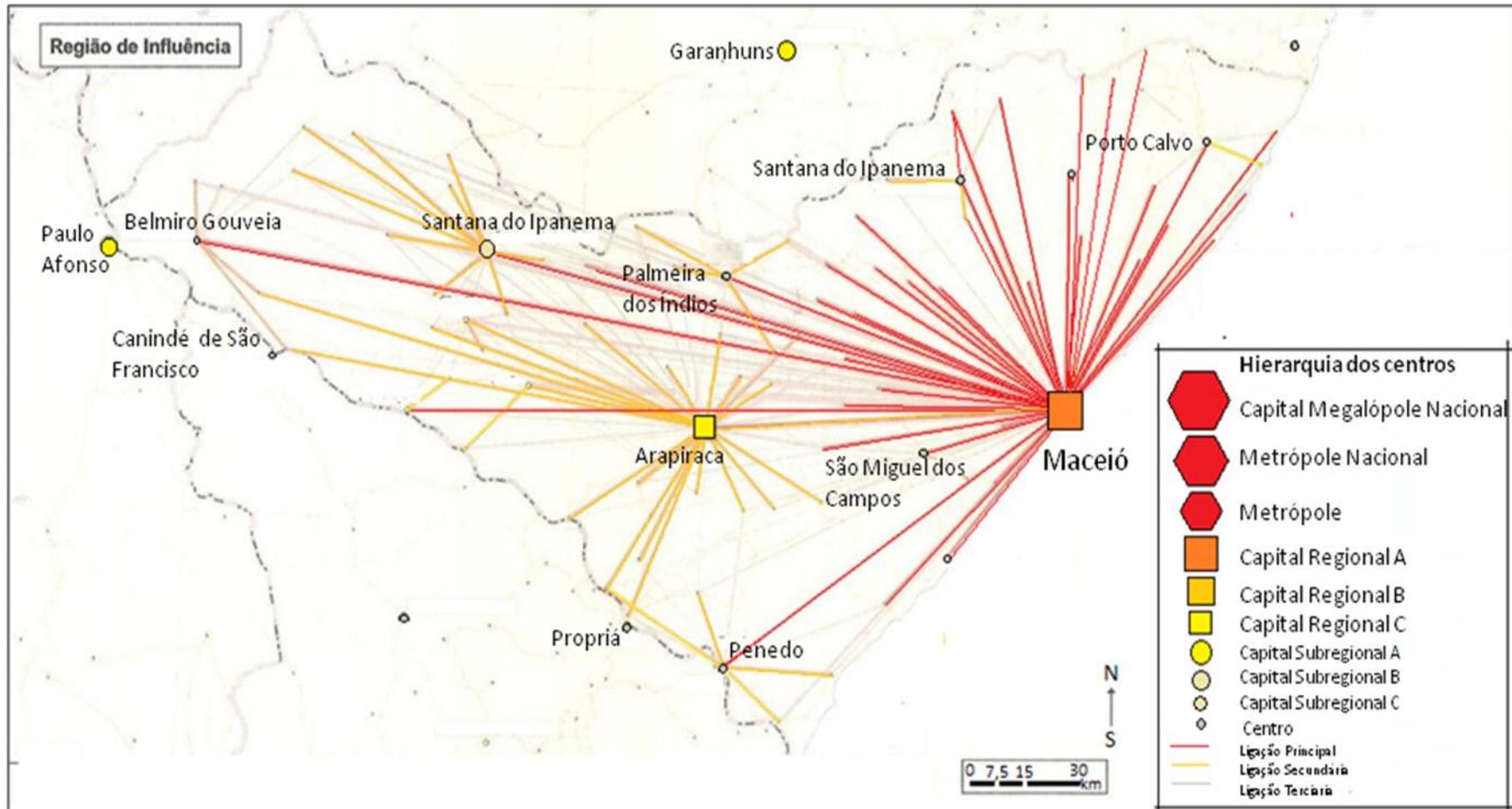
Pode-se dizer que o camponês é o homem em sua maioria localizado no espaço rural. O desenvolvimento rural tende a seguir para onde o capital o leva. E aonde a terra o fixa ou prende. Diante de um cenário no qual o urbano e a indústria se tornam primazes é necessário um esforço crítico-analítico para enxergar o sujeito, inserido e conduzido a um processo contínuo de transformação incluindo o próprio espaço do homem.

Não se evidencia com clareza que o espaço do homem concorre com o espaço do capital. Mas, esse espaço acumula cada vez mais força na sobreposição ao espaço do homem. Vivemos no período controlado pelo sistema financeiro como referencial desse espaço do capital. A sociedade dos homens criou o capital e esse se tornou maior do que o próprio homem. Pode-se dizer que o espaço do capital ele é particular.

O espaço do capital confirma a lógica da formação cultural do capital (HARVEY, 2001), ao demonstrar a estratégia econômica deformadora do espaço através de núcleos os quais capturam e faturam tudo ao seu redor, como mostra a Figura 25. Nela se observa um exemplo de recorte estadual na qual as conexões estão estabelecidas entre a capital e suas sub-regiões no estado de Alagoas. Pode-se reafirmar

que as cidades capitais, se apresentam como eixos aglutinadores do território formado sobre uma lógica hierárquica, envolvendo regiões ou sub-regiões até as diferentes localidades neles inseridos. A conjuntura do espaço do capital significa a ligação ao processo de formação espacial de ordem hierárquica.

Figura 25- Estado Alagoas: Primazia da Capital Maceió sobre as demais regiões do Estado



Fonte: Orgs. Pereira e Furtado (2011).

A capital apresenta princípio centralizador de força e como a mesma atua para se apropriar do que pertence ao espaço-território. Na lógica do capital, pode-se dizer que o homem e o seu espaço passam a ser transformados em recursos, são considerados produtos ou mercadoria. Portanto, objetos, com valores econômicos sujeitos ao uso e a troca (SANTOS, 2008).

Neste contexto, a industrialização e a modernização da agricultura constituem-se em componentes de desenvolvimento para o faturamento do espaço do homem em prol do capital. Entretanto, divergem entre si: a lógica do espaço do homem – o espaço social; a lógica do espaço do capital – o espaço econômico e a lógica do espaço em si (o espaço multidimensional). Neste último, encontra-se a complexidade do espaço rural. E o Estado?

O Estado enquanto agente estruturante, contraditório, possui também a sua lógica e estratégia territorial. Ele existe e funciona também como mediador entre o espaço do homem, do capital e o espaço-território. Tal mediação apresenta teor contraditório quando não tendencioso, como ocorre no estado-nação e nos estados federativos.

Mas, vale dizer que enquanto essa escala percorre um processo de formação particular o Brasil como um todo vislumbra por uma formação, grosso modo, uniforme, uma formação que jamais seria explorada de uma forma particular ao tratar-se de um lado, das alianças e classes de valores econômicos e, de outro, se tratando também de seus interiores (LENCIONE, 2003; CORREA, 1995).

Por outro lado, o Brasil como um todo foi construído por gente, pelo esforço do trabalho humano. Mas vale dizer que as três propriedades de um Estado - *soberania, território, povo* - estão presentes quando se explora os estados federativos (RAMOS, 2001; 2004). O processo de descentralização recente no Brasil favoreceu uma série de princípios contemporâneos da reorganização territorial como um todo se baseando em municípios como ente federativo, como explicitado anteriormente. Esse princípio emancipa o ente municipal do ente estado.

O município tem a responsabilidade da escala humana. Tem a responsabilidade de gerenciar a vida. É a síntese da composição e do controle sobre a estrutura do homem

especializado no território. O município na condição de ente federativo exerce controle sobre as pessoas que vivem na sua área de jurisdição. A propriedade exclusiva do Estado é a soberania, que lhe garante a governança pela manutenção da ordem e da ideologia em função do desenvolvimento territorial e social.

Em contexto espacial particularizado, o espaço rural participa na igualdade de espaço com o urbano (STEINBERGER, 2006), embora distintos pela intensidade no processo de territorialização das formas-conteúdo gerais. Nesse contexto, o processo de industrialização ganha estruturação própria. A agroindústria inserida no rural e a indústria urbana são geradoras de segregação. São processos específicos com naturezas similares que podem extrapolar a dimensão territorial dos municípios.

A escala do município é dessemelhante daquela do Estado. Os processos municipais absorvem as cargas dos imperativos estaduais exatamente pelo princípio da setorização econômica regional. É exatamente neste contexto histórico que o sertão nordestino se apresenta, assim, longe geograficamente, do palco estadual nos dois estados (Sergipe e Alagoas) e também se forma um “pólo de Amazonas” árido aonde as leis chegam por último; às ordens chegam por último; a indústria e o progresso chegam por último.

5.6 Camponês Sertanejo no Contexto da Produção do Espaço na Escala Municipal - Breve Introdução Histórica

Ao produzir sua vida com sua história e realidade, a sociedade produz, concomitantemente, o espaço geográfico. Tal condição produzida pelo trabalho humano desvenda os processos produtores do espaço, em suas redes relacionais, assimétricas e simétricas, dado o caráter de classes da sociedade (CARLOS, 1996).

O espaço geográfico é o ponto de partida e permite discutir, de um lado, a articulação entre as atividades produtivas e não produtivas, no processo de continuidade e descontinuidade, no movimento da sociedade. Permite de outro lado, observar a materialização espacial do processo de apropriação do espaço, em seu movimento contraditório entre a produção coletiva e a apropriação privada do espaço. (CARLOS, 1996).

Essas premissas abrem a perspectiva para olhar os municípios integrantes do estudo empírico como caminho para entender o processo histórico, no esforço de situar a realidade atual como resultado desse processo, modelado pelas relações sociais estabelecidas entre o camponês-sertanejo com os demais agentes produtores do espaço. Ao mesmo tempo observar que a história destes municípios encontra-se ancorada na própria história da ocupação territorial do Brasil, apresentando-se assim, como recortes da particularidade do processo desencadeado no cenário brasileiro.

5.6.1 A produção do espaço no município de Canindé de São Francisco - Sergipe

A história da ocupação territorial dos Municípios deste estudo vincula-se a mesma lógica do arranjo espacial colonial, a partir da concessão de sesmarias a famílias influentes nos centros de poder da época. Neste aspecto, o Município de Canindé de São Francisco, inicialmente denominado de Curituba, tem sua origem vinculada a rede de relações de poder envolvendo os homens das províncias da Bahia e de Pernambuco.

O caso de Canindé de São Francisco é exemplo peculiar, ao se observar que foi o Governador de Pernambuco D. João de Souza, no ano de 1682, concedeu uma sesmaria de 30 léguas, a família Burgos, comandada por Cristóvão Burgos e Contreiras, residente na Província da Bahia (PIRES, 1959)²⁹.

Inicialmente a área era composta por duas povoações ribeirinhas denominadas de Canindé de Cima e Canindé de Baixo. O Município de Canindé de São Francisco situa-se no extremo noroeste do Estado de Sergipe, limitando-se ao norte com o Estado de Alagoas, oeste e sul com o Estado da Bahia e a leste com o Município Sergipano de Poço Redondo (CPRM, 2002).

Cristóvão de Barros não seguiu o exemplo dos homens da Casa da Torre. Não se interessou em instalar currais de gado, para demarcar território e obter rendimentos com a obtenção de foros. O fato de não ter sido encontrado metais preciosos não despertou interesses pela ocupação e povoamento da área por desbravadores. Este fato permitiu que pescadores, beradeiros e canoieiros se tornassem os principais responsáveis pela

²⁹ PIRES, J. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – FIBGE, 1959. vol. XIX.

organização do espaço, principalmente na área denominada de Canindé Velho de Cima, que utilizavam o rio para transporte das pessoas e mercadorias. Desse fato tem-se o rio São Francisco como o único porto navegável da região situado no Povoado Curralinho (PIRES, 1959).

Curiosamente no século XIX, dois fatos chamam atenção. O primeiro registra-se a presença de quatro fazendas na área: *Cuiabá, Brejo, Caiçara e Oroco*. O segundo nota-se a existência do *Morgadio* no sertão sergipano, pela história do Capital Luiz da Silva Tavares, um dos **herdeiros do Morgado** de Porto da Folha, do qual Canindé Velho de Baixo era área integrante (PIRES, 1959).

No final deste mesmo século, após a compra da área pelo Coronel Francisco Cardoso de Britto Chaves (Chico Porfírio), instala um curtume, em sociedade com o coronel João Fernandes de Brito (PIRES, 1959).

Este fato marca a vida socioeconômica do lugar ao se estabelecer uma fonte geradora de emprego. O curtume é posteriormente transformado em importante indústria às margens do Velho Chico. Ao ser mecanizado tornou-se motivo de notoriedade para o povoado. O arranjo espacial do lugar mostra a delimitação de dois espaços marcados pela composição de sujeitos sociais distintos os quais se inter-relacionam. Na *Canindé de Cima* tem-se o território dos pescadores como responsáveis pelo modelamento do espaço. A importância desses sujeitos sociais é destacada ao terem seus nomes registrados na história oficial do lugar. Na *Canindé de Baixo*, os coronéis com suas atividades empresariais configuram o cenário das relações de produção formal modeladoras do espaço e das relações sociais.

No que diz respeito às questões de ordem políticas administrativas, no ano de 1899, a localidade foi instituída Sede do Distrito de Paz do município de Porto da Folha (Lei Estadual nº 368). Essa lei foi posteriormente revogada e a localidade retoma a condição do 2º Distrito de Paz do município de Porto da Folha, como resultado da divisão territorial outorgada em 31 de dezembro de 1936. Neste período, existiam na localidade 120 casas e a capela sob o Orago da Cruz (PIRES, 1959).

No ano de 1938 o Distrito de Canindé é elevado à condição de Vila (Decreto-Lei 69, de 28 de março de 1938). Por volta de 1940, a desativação do Curtume provoca

enorme prejuízo à vila. Esse fato, no entanto, não impediu sua elevação à categoria de cidade, pela Lei Estadual nº 525-A, de 25 de novembro de 1953. Por esse motivo, é desanexada do município de Porto da Folha e recebe a denominação de Curituba. Posteriormente passou a chamar-se Canindé de São Francisco por força da Lei nº 890 de 11 de janeiro de 1958 (PIRES, 1959).

A construção da Hidrelétrica de Xingó altera definitivamente a vida sócioespacial dos canindeenses. As obras iniciada em março de 1987 obrigaram, por questões de segurança, a mudança do sítio original – anteriormente encravado num espaço limitado, cercado por barreira natural –, para uma área distante cerca de 6 km.

Pode-se dizer que a CHESF promoveu um novo ordenamento territorial. Quanto ao fator humano os canindeenses perderam seu modo de vida e sua cultura original, perderam a continuidade com o lugar. A identidade cultural não foi possível ser recriada no novo sítio, nas mesmas bases da vida anterior. Esse fato é relatado pelos antigos moradores ao discorrerem sobre a nova convivência em um novo ambiente social onde as pessoas não se conhecem, o medo, a violência e a insegurança passaram a fazer parte dos seus cotidianos.

Aliam a estas questões a perda do vínculo com o rio e pelo fato de terem sido obrigados a se tornarem por força da circunstância de canoieiros e pescadores em agricultores no Perímetro Irrigado Califórnia – cujos lotes foram distribuídos um mês após o deslocamento da população. A população foi inserida no Perímetro Irrigado Califórnia –, mesmo sem ter experiência e/ou vocação para sobreviver exclusivamente da agricultura, principalmente no trato de cultivos comerciais³⁰.

A conclusão das obras da Hidroelétrica de Xingó –, em 27 de agosto de 1997 ao entrar em operação o sexto e último gerador –, significou um novo marco na dinâmica sócioespacial do Município. Este passa a dispor dos dividendos oriundos dos royalties

³⁰ Tem-se o relato de moradores da antiga sede da cidade de Canindé de São Francisco deslocados para o novo sítio. O registro realizado entre os anos de 1994 a 1996 durante o estudo diagnóstico para implantação do Campus Avançado Xingó/UFS. Envolvem: moradores inseridos no perímetro irrigado Califórnia e professores vinculados ao sistema público municipal de educação. Os relatos foram também colhidos durante a realização das atividades conduzidas para o resgate da memória do Município. Estas pessoas, em seu conjunto, não negam os benefícios da mudança do sítio original para a nova sede. No entanto, apresentam as considerações no âmbito simbólico, cultural, ideológico e político e o contexto econômico sobre eles precipitados como ônus dessa nova organização sócioterritorial.

da produção da energia. A partir de então, o município de Canindé de São Francisco passa a conviver com uma realidade paradoxal ao possuir uma administração com a segunda maior arrecadação do Estado de Sergipe, inferior apenas a de Aracaju (capital do Estado), com indicadores sociais similares ao apresentado pelos municípios mais pobres do Estado.

De um lado, o município torna-se cenário de disputa acirrada e violenta entre representantes de distintos grupos políticos e econômicos interessados na conquista da administração Municipal. A administração municipal torna-se território a ser disputado pelos detentores do poder local.

De outro lado, tem-se a inserção de Canindé de São Francisco, no circuito da atividade turística. A Hidroelétrica de Xingó, o lago de Xingó, o Canyon do São Francisco, o Museu Arqueológico de Xingó, as trilhas, dentre outros se constituem no pacote de mercadorias turísticas as quais possibilitam ao Município fonte de dividendos e de geração de empregos.

A desativação dos alojamentos e restaurantes da CHESF construídos no antigo sítio da cidade foi ocupada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (M.S.T). Essa ocupação marca presença da nova dinâmica sócio territorial da região. Em 1997, aproximadamente mil famílias ocuparam a Fazenda Cuiabá, núcleo irradiador da nova fase de territorialização do campesinato no sertão sergipano a partir da pressão social. Os camponeses vão se territorializando no próprio Município (Fazenda Cuiabá e Alto Bonito) e posteriormente se territorializam nas sete fazendas que formam o Projeto Jacaré Curitiba compreendendo terras dos Municípios de Canindé de São Francisco e Poço Redondo.

5.6.2 A produção do espaço no município de Poço Redondo - Sergipe

O Município de Poço Redondo apresenta no contexto sergipano característica singular ao se constituir no município que concentra o maior número de assentamentos de reforma agrária e o maior quantitativo de pessoas assentadas no Estado de Sergipe. Esse cenário é resultado de um duplo e desigual contexto: de um lado a persistente e

histórica concentração fundiária e de outro, a população pobre que se utiliza do recurso da pressão social para conquistar o direito ao acesso a terra.

O Município possui a segunda maior extensão territorial do Estado de Sergipe. Dentre os seis municípios deste estudo é o mais extenso. Há, no entanto, um fato curioso ao se constatar duas dimensões distintas e oficiais relacionados à sua extensão territorial. Para a SEPLAN-SE sua área é de 1.220 km²³¹ e de acordo com o IBGE abrange 1.232, 117 Km²³². Esse fato além de ser curioso, tem gerado disputas territoriais entre os gestores municipais de Canindé de São Francisco e Poço Redondo.

O município está localizado na região noroeste do Estado de Sergipe, situado na Zona Fisiográfica do Sertão de São Francisco³³, o mesmo limita-se ao nordeste com o Estado de Alagoas; a sudoeste com o Estado da Bahia; a sul e leste com o município de Porto da Folha e a oeste e norte com o Município de Canindé de São Francisco. O acesso a partir de Aracaju é feito pelas rodovias pavimentadas BR-235, BR-101 e SE-206, perfazendo um total de 184 km (CPRM, 2002).

A geologia do Município é constituída pela Faixa de Dobramentos Sergipana. A área está inserida na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, recebendo sua drenagem principal do rio São Francisco, do rio Jacaré e do rio Marroquinho (CPRM, 2002).

No contexto histórico, a presença do Bando de Lampião tornou-se símbolo da luta de classes e da resistência contra as injustiças. Na atualidade, o imaginário envolto na figura de Lampião se constitui como mercadoria turística. São realizadas trilhas ecológicas para a Gruta de Angicos, e celebração anual da Missa alusiva ao Cangaço.

As primeiras incursões em Poço Redondo datam de fins do século XVII e começo do XVIII, intensificada pela colonização da região do Porto da Folha. É curioso constatar no ano de 1877, a presença de uma escola pública na povoação de Currealinho, na qual se lecionava aulas para o primeiro ciclo do ensino fundamental. Este fato é considerado como marco referencial dos esforços para a fixação de um povoamento

³¹ Conforme consta na SEPLAN (Cadastro Municipal).

³² De acordo com o IBGE.

³³ Nos aspectos geoambientais tem-se um relevo com superfícies pediplanadas e dissecadas, em formas de colinas e tabuleiros, com aprofundamento de drenagem fraca e muito fraca. Os solos são Planosol, Regosol Distrófico, Bruno não Cálcico e Litólico Eutróficos, com vegetação de capoeira, caatinga, campos limpos e campos sujos. (SERGIPE. SEPLANTEC/SUPES, 1997/2000).

neste território. Situado à margem do rio São Francisco, essa primeira povoação hoje assenta o porto do Município, distante 18 km da sede municipal.

A pecuária é considerada a atividade econômica responsável pelo seu primeiro povoamento, mas a sua densidade populacional vai estar relacionada com a dinâmica da cotonicultura. Fato ocorrido em 1902, com a instalação da Fábrica de descaroçar algodão do Sr. Manuel Pereira. A fábrica instalada no arraial Poço de Cima, serviu de atração para os moradores da localidade. Esses moradores transferiram suas residências para o novo sítio e passaram a denominá-lo de Poço Redondo.

A fábrica de descaroçar algodão tornou-se elemento de atração populacional e contribuiu para Poço Redondo se apresentar como povoado promissor, dispondo inclusive de uma feira-livre, bastante concorrida, e um comércio próspero (IBGE).

A partir do ano de 1950, a população começa a pleitear a emancipação política administrativa de Poço Redondo, motivadas pelo coronel Ernesto Feitosa – vice-governador do Estado de Sergipe (1946-1950). No ano de 1953 é desmembrada do município de Porto da Folha, elevada à categoria de município e distrito com a denominação de Poço Verde, pela lei estadual nº 525-A. A sede do atual município é constituída e instalada em 06 de fevereiro de 1956 (IBGE).

5.6.3 A produção do espaço no município de Nossa Senhora da Glória - Sergipe

Como propriamente salientado, o Município de Canindé de São Francisco se destaca pela contradição entre o volume financeiro que a administração municipal arrecada com os royalties da Hidroelétrica Xingó em contraposição à presença de uma população pobre. Por sua vez, o Município de Poço Redondo apresenta o eixo irradiador do confronto histórico da luta dos camponeses pelo direito ao acesso a terra como condição intrínseca a mudança qualitativa da vida.

O Município de Nossa Senhora da Glória, possui como uma das suas características a presença do Estado para a especialização da área na criação do rebanho bovino. Nesse contexto, Nossa Senhora da Glória responde como o Município-sede da

Bacia Leiteira do Estado de Sergipe. Entre os municípios desse estudo, o mais dinâmico e diversificado comércio e feira encontram-se em Nossa Senhora da Glória.

O Município está localizado na região noroeste do estado de Sergipe. Limita-se a norte com os Municípios Sergipanos de Monte Alegre de Sergipe e Porto da Folha; ao sul com Nossa Senhora Aparecida e Carira; a leste, com Gararu, Graccho Cardoso e Feira Nova; a oeste, com o estado da Bahia. Abrange área territorial de 754,4 km². Encontra-se a sede municipal a 300 metros de altitude. Encontra-se distante 126 km da capital de Aracaju cujo acesso se faz pela rodovia pavimentada BR-235, BR-101 e SE-206. (CPRM, 2002).

Apesar de apresentar as melhores taxas pluviométricas entre os seis municípios estudados e está inserido em duas Bacias Hidrográficas (São Francisco e Sergipe), as irregularidades das chuvas e os longos períodos de estiagens, faz com que, esteja integrado no polígono da seca, como os demais municípios.

Quanto aos aspectos fisiográficos apresenta relevo semelhante ao existente no de Poço Redondo, sendo caracterizada por uma superfície pediplanada e dissecada, com formas do tipo colina e tabuleiros apresentando aprofundamento de drenagem muito fraco (SERGIPE. SEPLANTEC/SUPES, 1997-2000).

No início da sua ocupação a área correspondia à **sesmária** pertencente a **Tomé da Rocha Malheiros**. Foi inicialmente denominada de Boca da Mata pela presença da densa vegetação existente na região e que servia de caminho do rebanho para os principais centros comerciais do Nordeste. Entre os anos de 1600 e 1625, neste local se instala o povoado. Esse primeiro núcleo populacional origina-se do sistema pecuário, a partir da instalação dos ranchos e currais de gado fundados por tangedores, período a qual a área fazia parte da jurisdição do Município de Gararu (IBGE).

Em 1922, o Povoado Boca da Mata passou a chamar-se Nossa Senhora da Glória. Neste mesmo ano torna-se vila e sede do 2º Distrito de Paz pela lei estadual nº 835, subordinada ao município de Gararu. No ano de 1928, em 26 de setembro, é desmembrada do município de Gararu e elevada à categoria de município mantendo a mesma denominação pela lei estadual nº 1014. O distrito sede do Município é instalado em primeiro de janeiro de 1929. O primeiro prefeito foi eleito em 1930. No ano de

1953, perde parte do seu território para a instalação do Município de Monte Alegre de Sergipe (IBGE).

5.6.4 A produção do espaço no município de Água Branca – Alagoas

Diferentemente dos Municípios Sergipanos, os Municípios Alagoanos apresentam uma configuração econômica similar. Não possuem uma atividade econômica que os coloque em evidência. Em seu conjunto contam com o Município de Delmiro Gouveia como unidade regional aglutinadora de bens e serviços os quais esses municípios não dispõem. Encontra-se relativamente distante da capital do Estado, o município de Maceió. O Município de Água Branca³⁴ se destaca por ser um dos mais antigos do Estado de Alagoas e se diferencia do conjunto ao promover anualmente o Festival de Inverno.

O município de Água Branca (Figura 26), situado no extremo oeste do Estado de Alagoas, limita-se ao norte com Mata Grande e Tacaratu (PE), a sul com Delmiro Gouveia e Olho D'Água do Casado, a leste com Inhapi e Olho D'Água do Casado e a oeste com Pariconha. De acordo com a CPRM (2005), a área territorial do município abrange 454,72 Km² (1,64% de Alagoas). O acesso a partir de Maceió ocorre pelas rodovias pavimentadas BR-316, BR-101, AL-220 e AL-145, com percurso em torno de 304 km.

As águas superficiais existentes no município estão totalmente inseridas na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, sendo banhado pela sub-bacia do Rio Moxotó cujos principais afluentes nesta área são os Riachos Dois Riachos, Riacho, Pocinho, Logradouro e do Malaquias, a NW do município, além dos Riachos do Miguel, Salina, Bom Nome e Novo, a SW; na porção centro/sul encontram-se o Riacho das Cabras, Grande, Boa Esperança, Boa Vista, Baixinha, Serra Negra e Bom Jesus. Nas porções

³⁴ No que tange aos aspectos fisiográficos 70% da área territorial do município está inserido na unidade Geoambiental da *Depressão Sertaneja* e 30% no *Planalto da Borborema*. Apresenta vegetação de caatinga Hiperxerófila com trechos da floresta caducifólia. Quanto aos solos nos patamares compridos e nas baixas vertentes do relevo suave ondulados, ocorrem os Planossolos, mal drenados, com fertilidade natural média e problemas de sais; nos topos e altas vertentes, apresentam solos Brunos não Cálcicos, rasos e com fertilidade natural alta; já nos topos e altas vertentes do relevo ondulado, ocorre a presença dos Podzólicos, drenados e apresentando fertilidade natural média. Os solos Litólicos, encontram-se nas elevações residuais, com suas características predominantes: rasos, pedregosos e fertilidade natural média. Quanto à geologia a área do município encontra-se assentada na Província da Borborema. (CPRM, 2005).

NE, E e SE, tem-se os Riachos Caiçara, Seco e Mandacaru. O padrão de drenagem é o dentrítico e todo ele deságua no Rio São Francisco (CPRM, 2005).

Figura 26 – Vista Parcial da Cidade de Água Branca – Alagoas



Autoria: José Murilo Siqueira, 2010.

Até o século XVII, o território de Água Branca – uma das cidades mais antigas de Alagoas - fazia parte das sesmarias de Paulo Afonso (BA), abrangendo também, os atuais municípios de Mata Grande, Piranhas e Delmiro Gouveia. Inicialmente foi denominada de Mata Pequena e Matinha de Água Branca, até ser oficialmente denominada de Água Branca. Essa denominação refere-se a uma serra existente na região, rica em fontes de águas muito límpidas (IBGE).

A penetração das terras deve-se a três irmãos da família Vieira Sandes, originários de Itiúba, quando em 1769, o capitão Faustino Sandes arrematou algumas terras, atraído pelas condições geoambientais das serras. A fertilidade do solo encontrou-se propício à produção da cana-de-açúcar e pelas boas pastagens. Formou o

primeiro núcleo de povoamento sendo a sua família o tronco irradiador responsável pelo crescimento e densidade populacional na região.

A primeira capela de Nossa Senhora do Rosário - foi construída quando a área ainda se fazia povoado. Anos depois, o Barão de Água Branca ergueu a matriz de Nossa Senhora da Conceição, que se tornou a padroeira do município. Em 1864 foi criada a freguesia. Em 1875 foi instituída a Vila criada pela lei provincial nº 681, desmembrada de Paulo Afonso (IBGE).

Foi elevado à condição de cidade pela lei nº 805 de 02 de junho de 1919. No ano de 1938, o decreto estadual nº 2435, de 30 de janeiro cria o distrito de Pedra anexado ao Município de Água Branca. Em 1952 é denominada de Delmiro Gouveia; elevada à condição de cidade e desmembrada do Município de Água Branca. Em 1989, o município perde parte do seu território com a elevação de Pariconha à condição de município com a Constituição Estadual em 5 de outubro de 1989 (IBGE).

5.6.5 A produção do espaço no município de Pariconha-Alagoas

O Município de Pariconha está situado no extremo oeste do Estado de Alagoas, limitando-se ao norte com o Município de Tacaratu (PE); ao sul com Delmiro Gouveia (AL); ao leste com Água Branca (AL) e a oeste com Jatobá (PE). A sua área territorial abrange 261,66 Km² (0,94 % de Alagoas). Inserido na Mesorregião do Sertão Alagoano e na Microrregião Serrana do Sertão Alagoano. O acesso ao município ocorre pelas rodovias pavimentadas BR-104, BR-316, BR-423, AL-145 e trecho em piçarra (8 km). Seu percurso até Maceió é de 314 km (CPRM, 2005).

Nos aspectos fisiográficos, o município está inserido predominantemente na unidade Geoambiental da Depressão Sertaneja (55%), paisagem típica do semiárido nordestino, caracterizada por uma superfície de pediplanação bastante monótona, relevo predominantemente suave-ondulado, cortada por vales estreitos, com vertentes dissecadas. Elevações residuais, cristas e/ou outeiros, pontuam a linha do horizonte.

Esses relevos isolados testemunham os ciclos intensos de erosão que atingiram grande parte do sertão nordestino. A segunda unidade Geoambiental é o Planalto da Borborema (45%), formada por maciços e outeiros altos, com altitude variando entre

650 a 1.000 metros, apresentando relevo geralmente bastante movimentado, com vales profundos e estreitos (IBGE, CPRM, 2005).

A vegetação é basicamente composta por Caatinga Hiperxerófila com trechos de Floresta Caducifólia. Quanto aos solos a área apresenta os Planossolos, mal drenados, com fertilidade natural média e apresentando problemas de sais; nos topos e altas vertentes, têm-se os solos Brunos não cálcicos, rasos e com fertilidade natural alta; nos topos e altas vertentes do relevo ondulado ocorrem os Podzólicos, drenados e com fertilidade natural média enquanto nas elevações residuais os solos Litólicos, são rasos, pedregosos com fertilidade natural média (IBGE, CPRM, 2005).

No que diz respeito à geologia, o Município está inserido na Província da Borborema. Quanto aos recursos hídricos a Bacia Hidrográfica do rio São Francisco responde por suas águas superficiais. O município é banhado no sentido NNE, pelo rio Salinas e seus afluentes, os Riachos Pocinho e do Malaquias; a SSE, pelo Rio Cazumba e seu afluente, o Riacho da Palha; a E, é banhado pelos Riachos Salgadinho e Gangorra. O padrão de drenagem predominante é o pinado, que corresponde a uma variação do dentrítico. Todo esse sistema fluvial deságua na Bacia do rio São Francisco (CPRM, 2005).

O nome Pariconha é de origem indígena e corresponde a existência de um tipo de ouricurizeiro – palmeira abundante existe na região que dá cachos de coquinhos, cuja polpa possui formato de “duas conchas”. Da sua semente é produzida farinha, óleo e solução cicatrizante. Segundo a lenda local, a nomenclatura inicial da cidade, era conhecida, como Par-de-Conha sendo depois, simplificado para Pariconha (IBGE)

O início do Povoamento dá-se no início do século XIX, promovido pelas famílias Teodósio, Vieira, Viana e Félix. Estas estabeleceram-se com a agricultura e a pecuária de animais de pequeno porte. Fixaram-se numa localidade denominado “Povoado Carabeiras dos Teodósios”, às margens do rio Moxotó.

As demais famílias colonizadoras da região se estabeleceram no local onde hoje está a sede do município. Cerca de 20 anos após a chegada desses primeiros colonizadores, um grupo da tribo de índios Jaripancós, originários do município de Tacaratú, em Pernambuco – Brejo dos Padres – instalou uma aldeia na Serra do Ouricuri, nas proximidades da atual cidade.

A aldeia, hoje, recebe atendimento da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). O Distrito Judiciário de Pariconha e seu Cartório de Registro Civil foram criados pela Lei 2.240, de 1º de maio de 1962, embora este último só tenha sido instalado dez anos depois. O município foi criado pela Constituição Estadual em 5 de outubro de 1989, desmembrado de Água Branca, mas sua instalação definitiva só ocorreu em 1º de janeiro de 1993 (IBGE).

5.6.6 A produção do espaço no município de Mata Grande – Alagoas

O Município de Mata Grande está situado no extremo NW do Estado de Alagoas. Limitando-se ao norte com os Municípios de Manari e Inajá (PE); ao sul com Inhapi e Água Branca (AL); a leste com Canapi (AL) e a oeste com Tacaratu (PE) e Água Branca (AL). Inserido na Mesorregião do Sertão Alagoano e Microrregião Serrana do Sertão Alagoano. O acesso ao município ocorre pelas rodovias pavimentadas BR-316, BR-423 e AL-140, com trecho em piçarra. Situa-se a 266 km de Maceió³⁵.

A primeira denominação das terras situadas na região serrana da chamada Mata de Santa Cruz, segundo o escritor Djalma Mendonça foi Cumbe, conhecida também pela existência de fonte de água cristalina perene, nascida no contraforte da Serra da Onça. Seus primeiros desbravadores vieram da famosa **Casa da Torre**, de Garcia d'Ávila (Figura 27). O nome Mata Grande tem como origem o fato daquele povoado ter sido edificado junto a uma serra onde existia uma mata verdejante.

³⁵ Dados da CPRM, 2005.

Figura 27– Vista da Sede da Casa da Torre de Dias D’Ávila



Fonte: AMARAL e ROSADO, 2012.

Esta serra de terras férteis, onde o povoado se formou, deu nome ao município de Mata Grande. Inicialmente João Gonçalves Teixeira e sua esposa Maria Luiza, no ano de 1971, lavraram a doação por escritura de uma parte das suas terras para a edificação de uma capela sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição, fato que favoreceu a instalação do núcleo original de povoamento. Em seguida, instalaram uma fazenda de gado, tornando-se a variável econômica para a constituição do primeiro núcleo populacional (IBGE).

Construiu logo abaixo de sua residência, ao lado esquerdo da atual Unidade Pública de Ensino do Município, uma capelinha de taipa que servia de cemitério. Ergueu em frente, grande cruz de madeira, feita do tronco de maçarandubeira ali existente. Dessa árvore de gigantesco porte, herdou o arraial o nome de Mata do Pau Grande, a qual as escrituras de 1808, localizam-na como freguesia de Nossa Senhora da Saúde de Tacaratu/Pernambuco. Passou a se denominar Mata Grande, em 1835, quando foi anexada a comarca de Penedo (IBGE).

Em 18 de março de 1837, por resolução provincial nº. 18 Mata Grande foi elevada à categoria de vila e freguesia, com a condição de seus habitantes construírem a Casa da Câmara e uma cadeia pública, exigência revogada em 1838, pela Lei nº. 03 de 22 de janeiro, em virtude de ter a Lei orçamentária de a Província ter havido destinado quantia necessária para a construção dos aludidos edifícios (IBGE).

Perdeu as prerrogativas de vila, pela Lei nº 43, de 04 de maio de 1846, sendo incorporado a Traipu/Pernambuco. Seis anos depois, por meio da Lei 197 de 28 de julho de 1852, readquiriu novamente. Recebeu a nomenclatura de Paulo Afonso pela Lei nº 516, de 30 de abril de 1870, sancionada pelo presidente José Bento da Cunha Figueiredo, quando o território abrangia a famosa Cachoeira de Paulo Afonso.³⁶

A Lei nº 328, de cinco de junho de 1902, assinada pelo Dr. Euclides Vieira Malta, Governador do Estado, elevou a categoria da cidade, conservando o nome de Paulo Afonso. Em 25 de maio de 1929, voltou à denominação original de Mata Grande, por terem cassado, com a criação do Município de Água Branca, os motivos de ordem histórica e geográfica que lhe deram o nome de Paulo Afonso³⁷.

Do seu território foram desmembrados os municípios de Pão de Açúcar em 1854 e Água Branca em 1875. Atualmente, é comarca da 1ª entrância abrangendo ainda os termos judiciários de Canapí e Inhapí distritos anteriormente pertencente a este município até o ano de 1962, quando, passam então, a condição de municípios. Atualmente o quadro de divisão administrativa do Estado, focaliza o Município composto de apenas um distrito, exatamente o da sede³⁸.

A vegetação é basicamente composta por *Caatinga Hiperxerófila* com trechos de *Floresta Caducifólia*. O município está inserido predominantemente na unidade Geoambiental da Depressão Sertaneja (cerca de 70%), que representa a paisagem típica do semi-árido nordestino, caracterizada por uma superfície de pediplanação bastante monótona, relevo predominantemente suave-ondulado, cortada por vales estreitos, com vertentes dissecadas (CPRM, 2005).

Elevações residuais, cristas e/ou outeiros pontuam a linha do horizonte. Esses relevos isolados testemunham os ciclos intensos de erosão que atingiram grande parte

³⁶ Resgate histórico conforme IBGE, Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (1959) e IBGE Cidades (2010).

³⁷ Ver IBGE, Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (1959) e IBGE Cidades (2010).

³⁸ Ver IBGE, Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (1959) e IBGE Cidades (2010).

do sertão nordestino. O restante da área do município está inserido na unidade Geoambiental do Planalto da Borborema (cerca de 30%), formada por maciços e outeiros altos, com altitude variando entre 650 a 1.000 metros, apresentando relevo geralmente bastante movimentado, com vales profundos e estreitos³⁹.

O município está totalmente inserido na bacia do Rio São Francisco. Seu principal afluente é o Rio Moxotó, no extremo W e seus subafluentes a N são os riachos: do Coité, do Parafuso, Faveira e Gravatá. Na porção W são os riachos Sussuarana, do Socorro, da Salina, da Rosa, do Angico, da Tesoura, Grande, do Dinheiro e Malhada Branca⁴⁰.

Na porção central, os riachos: da Rosália, Logrador, Caldeirão, do Floriano e Curral de Fora. Na porção S/SW do município os riachos Riachão, Dois Riachos, Terra Nova, Caraíba, Fundo, Cajazeira, Pita Chinan são os principais. Na porção E/NE os riachos: Varginha, Verde, Alagoinha, União, Limeira, do Maurício, da Seriema e Salgado. Excluindo o Rio São Francisco, todos os afluentes e subafluentes são intermitentes CPRM (2005). A Figura 28 apresenta aspectos da realidade dos seis municípios do estudo, nos Estados de Alagoas e de Sergipe.

Os camponeses utilizam-se da policultura, continuam dependentes dos ciclos das chuvas e precisam melhorar os reservatórios de água (Figura 29), para permitir a prática da agricultura durante mais meses por ano ou ao menos a possibilidade de haver colheita daquilo que foi plantado. A coerência solo/água é ainda desafio vivenciado pelos camponeses sertanejos.

³⁹ Ver (CPRM, 2005).

⁴⁰ Ver (CPRM, 2005).

Figura 28– Aspectos do Espaço do Homem Sertanejo nos Estado de Sergipe e de Alagoas



Autoria: Núbia Dias dos Santos, 2012.

Figura 29- Aspectos do Espaço Rural com destaque ao reservatório de Água.



Autoria: José Murilo Siqueira, 2012.

No que se referem aos solos, no Estado de Alagoas eles são mais profundos e propícios à agricultura, isso em relação ao Estado de Sergipe. Em Sergipe os solos são rasos, de mais baixa fertilidade, já desgastados pela pecuária extensiva realizada pelos antigos proprietários.

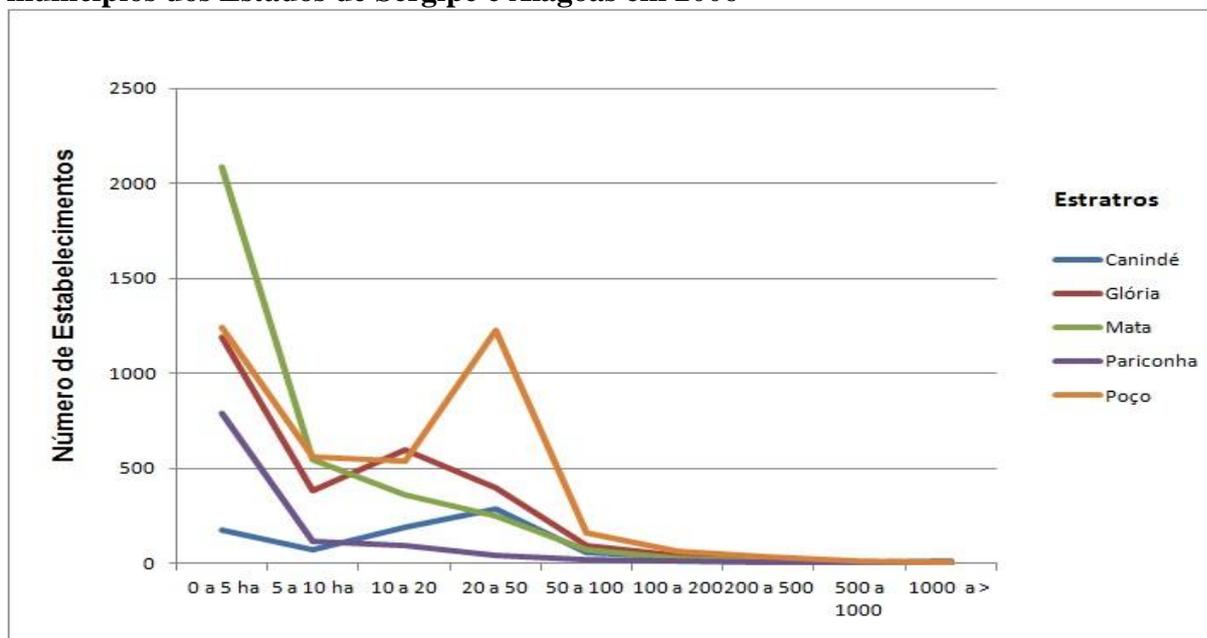
5.7 Contexto Sócioespacial Rural dos Municípios do Sertão dos Estados de Alagoas e de Sergipe

A história dos Municípios Sertanejos, guarda a similaridade com o contexto sócioespacial brasileiro, como anteriormente explicitado. Associado ao processo histórico tem-se o desdobramento nas relações sociais e de produção. Neste contexto específico, a realidade do espaço rural desses municípios acompanha a mesma e contraditória lógica configurada na presença dos latifúndios e minifúndios como expressão de um processo em curso, que se realiza de maneira contraditória e desigual.

Essa realidade torna-se mais evidente ao se observar os dados relativos à malha fundiária desses municípios. Ao se observar, por exemplo, a distribuição dos estabelecimentos por estrato de área, conforme mostra a Figura 30, e a distribuição da área por estrato (ver Figura 30 e Figura 31), se tem a configuração de uma realidade

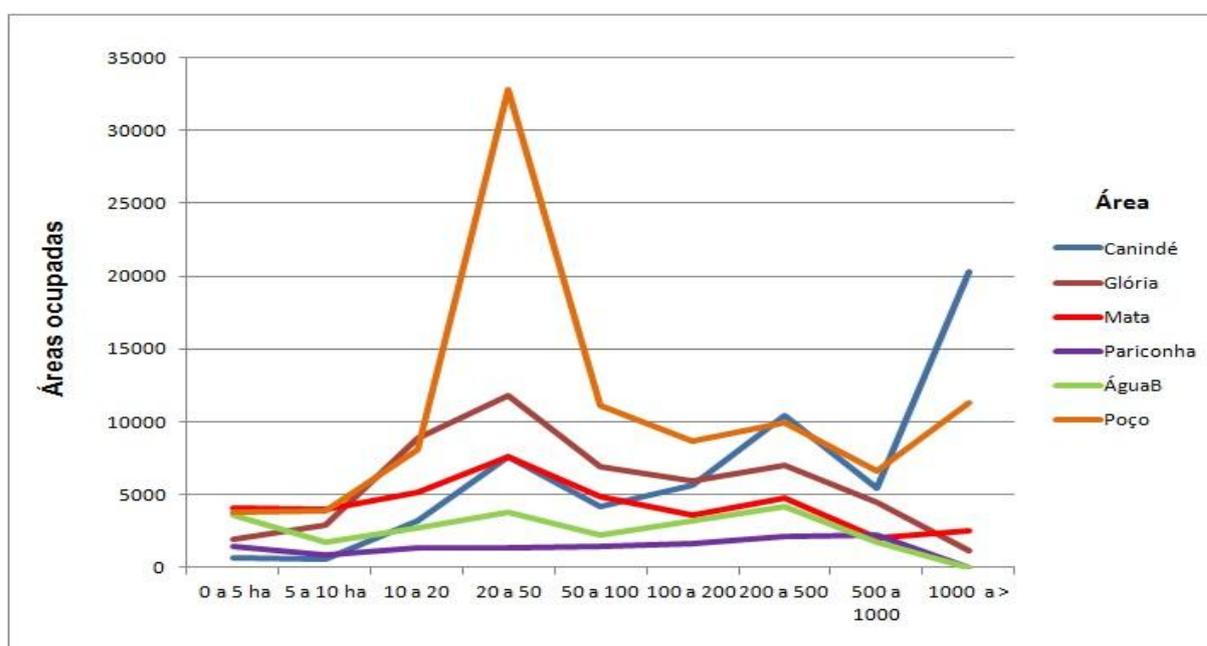
proporcionalmente inversa entre a quantidade de estabelecimentos por estrato de área entre os pequenos proprietários de terras e os latifundiários.

Figura 30- Distribuição dos estabelecimentos rurais por estrato de área nos municípios dos Estados de Sergipe e Alagoas em 2006



Fonte: Elaborado com base nos dados do IBGE, 2010.

Figura 31 – Distribuição das áreas ocupadas por estrato de área, considerando os municípios dos estados de Sergipe e Alagoas em 2006.



Fonte: Elaborado com base nos dados do IBGE, 2010.

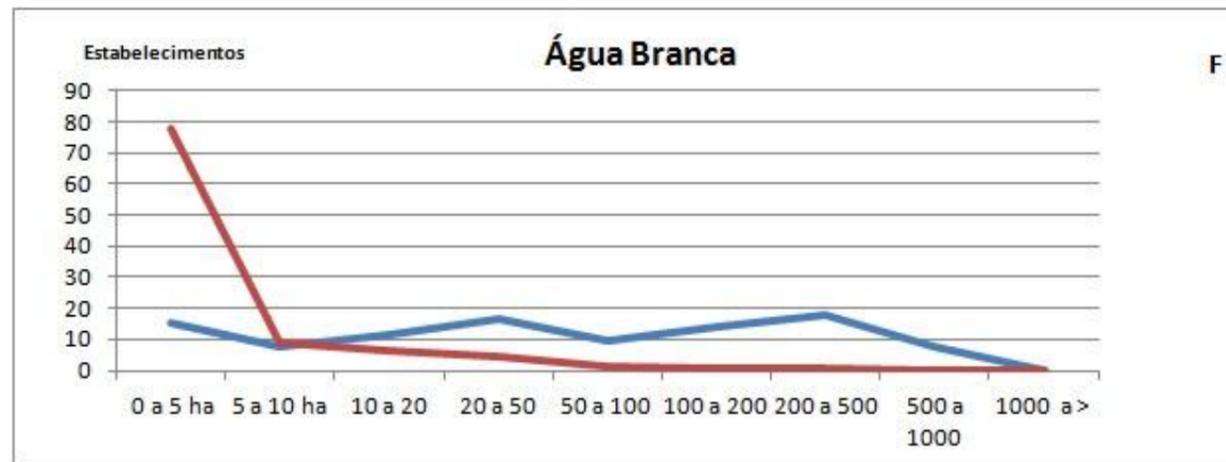
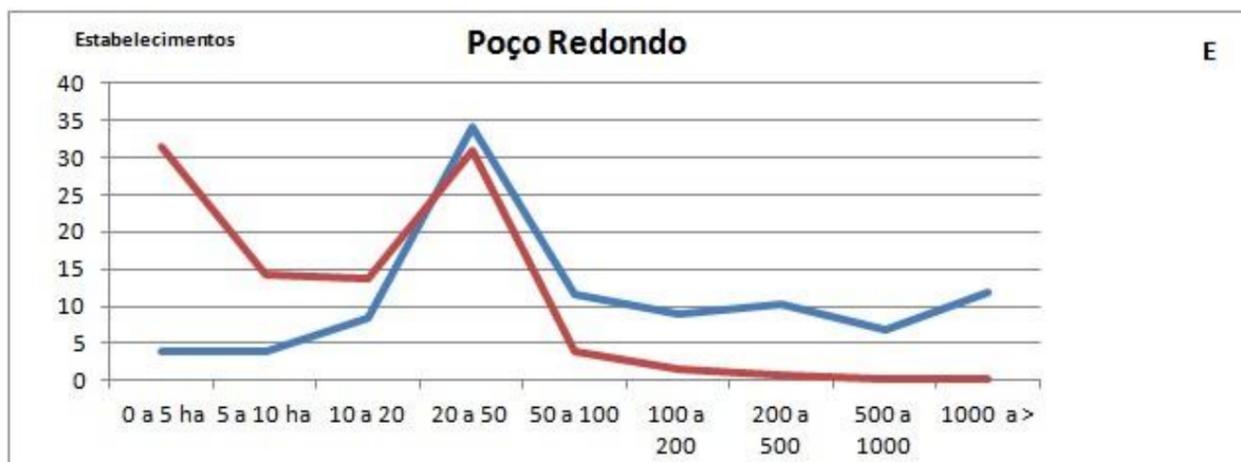
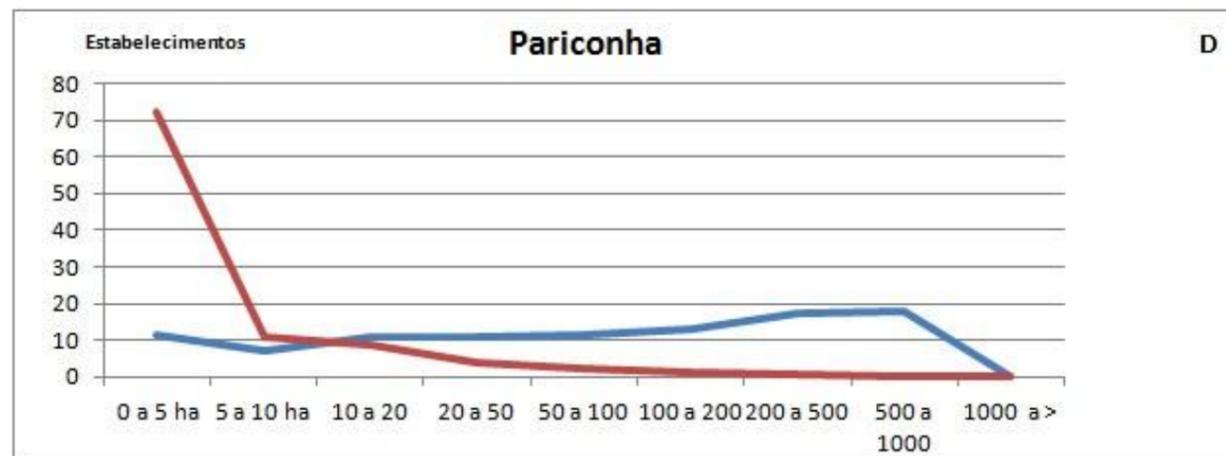
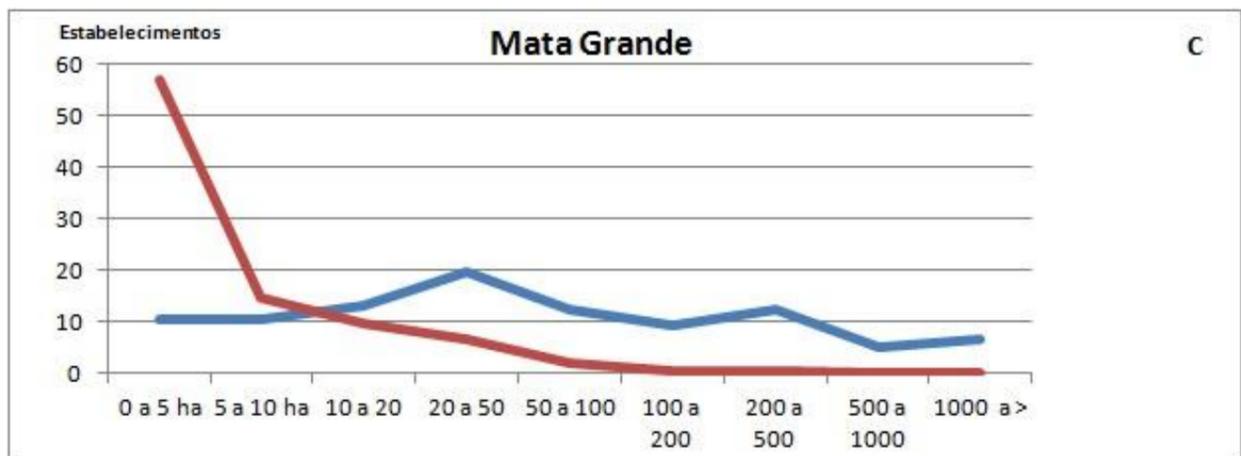
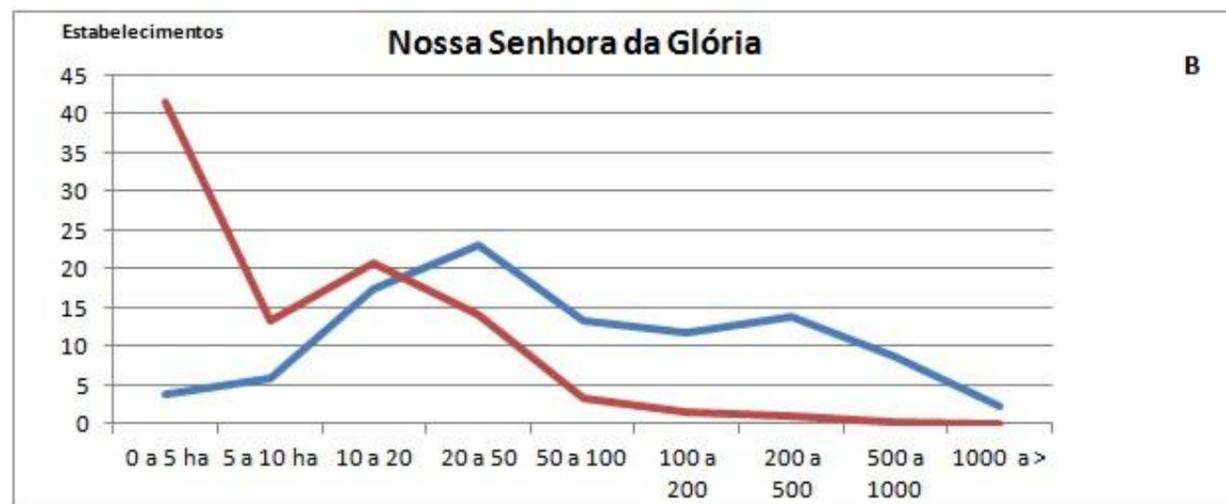
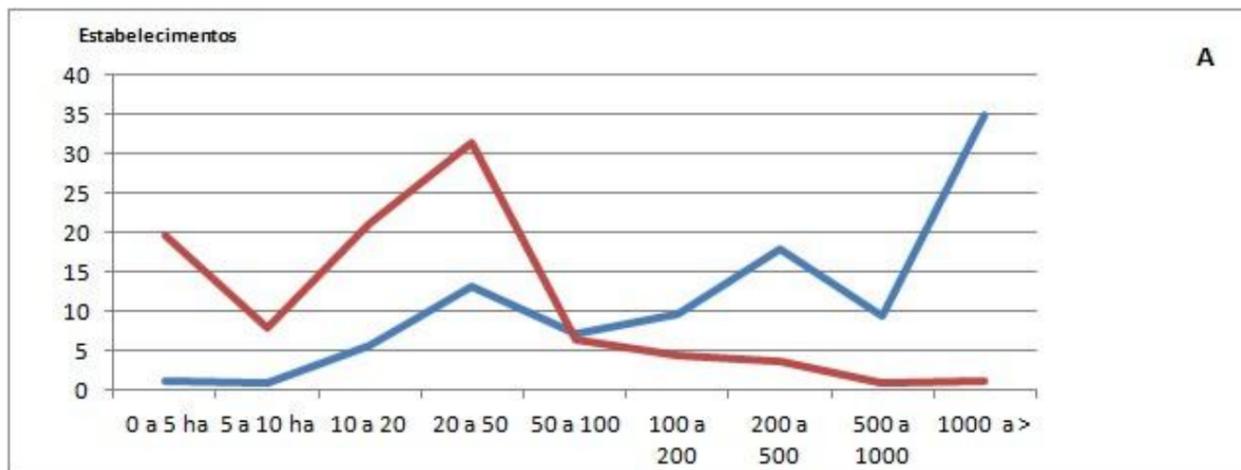
Nesse sentido, é possível considerar que estes municípios preservam a vocação pré-determinada pelos imperativos locais da distribuição do número de estabelecimentos e a distribuição da área ocupada, por respectivos tamanhos, como ilustram as Figuras 30 e Figura 31. Notam-se picos na quantidade de estabelecimentos nos estratos de área entre vinte a cinquenta hectares registrados nos municípios de Canindé de São Francisco e Poço Redondo.

Em consonância com a Figura 32, a leitura combinada do estrato de mil hectares a mais revela que o número de estabelecimentos é ínfimo, no entanto, ao se verificar a área total ocupada, principalmente em Canindé de São Francisco e Poço Redondo, ambos registram áreas acima de 5.000 (cinco mil) hectares. Os conteúdos dos estratos estão inversamente correlacionados com as informações da Figura 32.

Embora apresentem maior volume de propriedades em estabelecimentos e áreas nos estratos entre 20 a 50 hectares, como explicitado, essa problemática é estrutural. Confirmam em seus extremos, nos estratos de zero (0) a 5 hectares e acima de 1000 hectares, estratos de ocupação relacionada à acentuada desigualdade na concentração fundiária, legado do processo histórico geográfico.

Isso não significa dizer que a dialética entre o econômico e o social seja isento. Pelo contrário. A atual conjuntura sócioespacial requer leitura dialética. Essa dialética não é incipiente, considerando o processo avançado no qual os seus estados competem na divisão regional de trabalho.

Figura 32 (A,B,C,D,E,e F) – Correlação entre a distribuição dos estabelecimentos rurais com o estrato de área nos Municípios de Sergipe e Alagoas em 2006



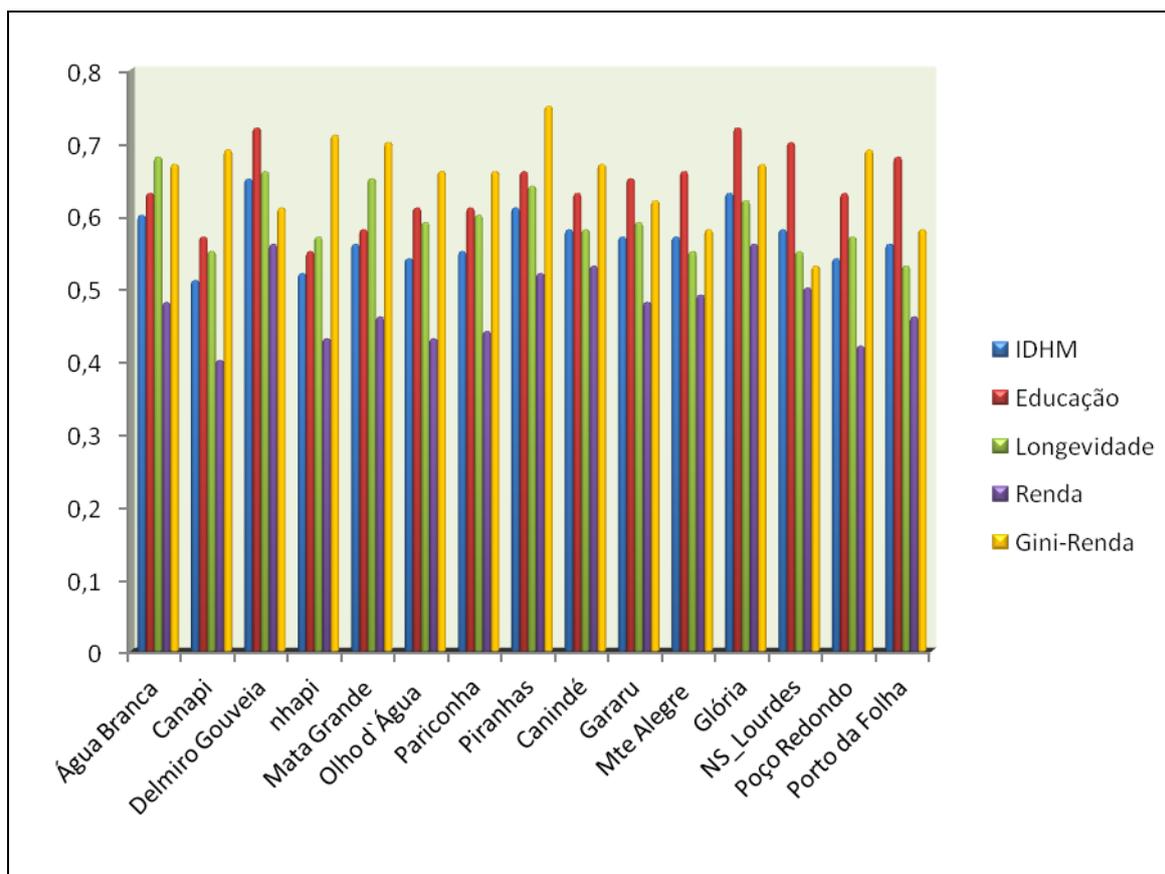
— ÁREA — ESTRATO

Fonte: Elaborado com base nos dados do IBGE, 2010, por Ajibola Isau Badiru.

Os municípios do sertão como entes federativos também reagem pela disponibilidade e distribuição dos recursos encontrados na região-território. Mas, no sertão, a fragilidade da ordem social se torna problemática pela periculosidade da ordem individual sobreposta sobre membros da população, ou seja, se nota uma diferença acentuada no espaço do homem. Uma diferença acentuada onde o aparelho social comandado por alguns serve de cabide do espaço furtado, colonizado para outros.

A Figura 33 mostra o quadro geral do alto sertão sergipano e alagoano, relacionando o baixo índice de desenvolvimento humano com base nos índices da educação, longevidade e renda. Significa que a concentração da terra tem implicação na concentração da renda, na qualidade de vida e na deterioração do espaço do homem.

Figura 33 – Municípios do Alto Sertão nos estados de Sergipe e de Alagoas - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e Gini-Renda – 2006.



Fonte: IBGE, 2006.

Em sua maioria os municípios investigados são rurais, mesmo no processo contemporâneo em auge do domínio urbano, do meio técnico-científico-informacional e

da internacionalização de regiões. Enquanto a sua globalização ocorre pela internacionalização dos Estados, tendo-se a desconexão extremista do espaço do homem. Mas a que nos remete esses extremos?

Remete-nos a sua compreensão atravessando a escala da região-global à escala da região-local (HAESBAERT, 2010; HARVEY, 1992; 2005; CASTELLS, MASSEY, 2008; BRANDÃO, 2007; PEREIRA e FURTADO, 2011). O camponês nesse contexto é o mesmo. Imprensado, reprimido, subordinado e internalizado na região. Localizado como o rural do setor municipal ou periferia das zonas urbanas. Nesse cenário, os paradoxos do seu espaço, são estruturas compreensíveis à escala humana?

Logo, a rusticidade do camponês (Figura 34), ainda, serve para entender a natureza espacial em contínuo processo de transformação e serve para melhor compreensão de como o camponês estabelece rede de relações sócioespaciais, ao se determinar em viver plenamente com fé e com convicção de que haverá futuro promissor (IANNI, 2009).

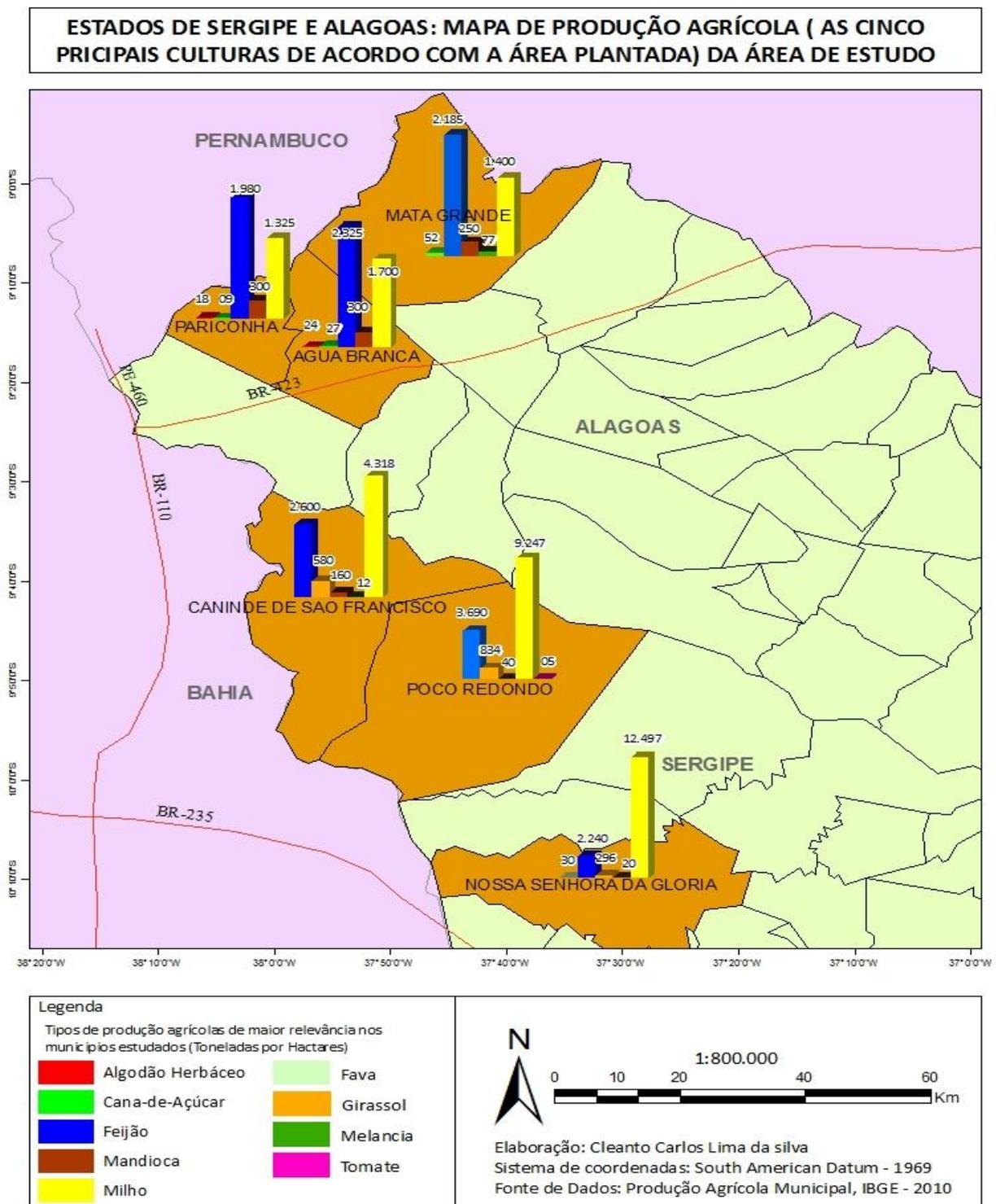
Figura 34 – Aspectos Existenciais do Camponês Sertanejo - 2012



Autoria: Núbia Dias dos Santos, 2012.

O camponês nos assegura que o trabalho é a sua alternativa, tanto para aquele que cultivava café no sudeste do país, como aqueles que com orgulho cultivam o algodão, o milho e o feijão no sertão nordestino. Mas também, o camponês tem consciência da sua origem capital, como ilustra a Figura 35.

Figura 35- Produção Agrícola Municipal - Estados de Sergipe e Alagoas, 2010



Nesses municípios, a pecuária se define como atividade elementar e complementar envolvendo algumas técnicas mais complexas para obter certo rendimento. Assim, os camponeses procuram superar as intempéries da modesta quantidade de terra, de recursos financeiros à aplicação de tecnologia.

Neste contexto, seu principal capital é o capital humano. Sua técnica mais complexa reside em como vai distribuir o trabalho humano dentro e fora da unidade de produção familiar, para assim garantir certo rendimento que permita a sua reprodução mesmo simples e a da sua família.

Em Sergipe, embora os assentamentos rurais tenham se proliferado mais nas regiões sertanejas, chama atenção que esse processo ocorreu de maneira diferenciada em Alagoas. Pode-se dizer que em Alagoas, a cana-de-açúcar com uso do solo sub-regional em 54 municípios, percorre e atravessa vários municípios litorâneos. Tal realidade, ainda, expõe a dinâmica natural a qual favorece o processo de êxodo da população rural.

A reorganização do espaço modelaram pequenos grupos ao redor das plantações de cana-de-açúcar. Enquanto os maiores grupos excedentes formaram pequenos núcleos, expandindo cidades como as espalhadas no sertão. No estado de Sergipe, por sua vez, a marcha pela posse da terra foi orquestrada a base de uma organização política desde 1940 e que a partir da década de 1980 se insere no M.S.T (Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra). A pressão para oficializar a posse da terra apoiava-se na política de reforma agrária e materializa-se nos assentamentos de trabalhadores rurais sobre a responsabilidade do INCRA/MDA.

Embora os assentamentos rurais se constituam conflitos recorrentes, administrados pelo estado, tornam-se fato com interfaces projetadas pela matéria espacial inserida na escala municipal. Assim, o Estado influencia diretamente no espaço rural não apenas pelas suas leis e políticas, mas também pelo exercício dessa competência sobre o espaço físico, envolvendo gente e suas unidades estruturais habitacionais e de trabalho.

A Figura 36 ilustra a paisagem construída do assentamento Cuiabá, no município de Canindé de São Francisco. Nela pode-se perceber o estabelecimento de construções que se assemelham às periferias urbanas deficientes em infraestrutura,

ainda que esse assentamento rural seja relativamente novo. Pode-se dizer que os aspectos urbanos prevalecem sobre o seu conjunto rural.

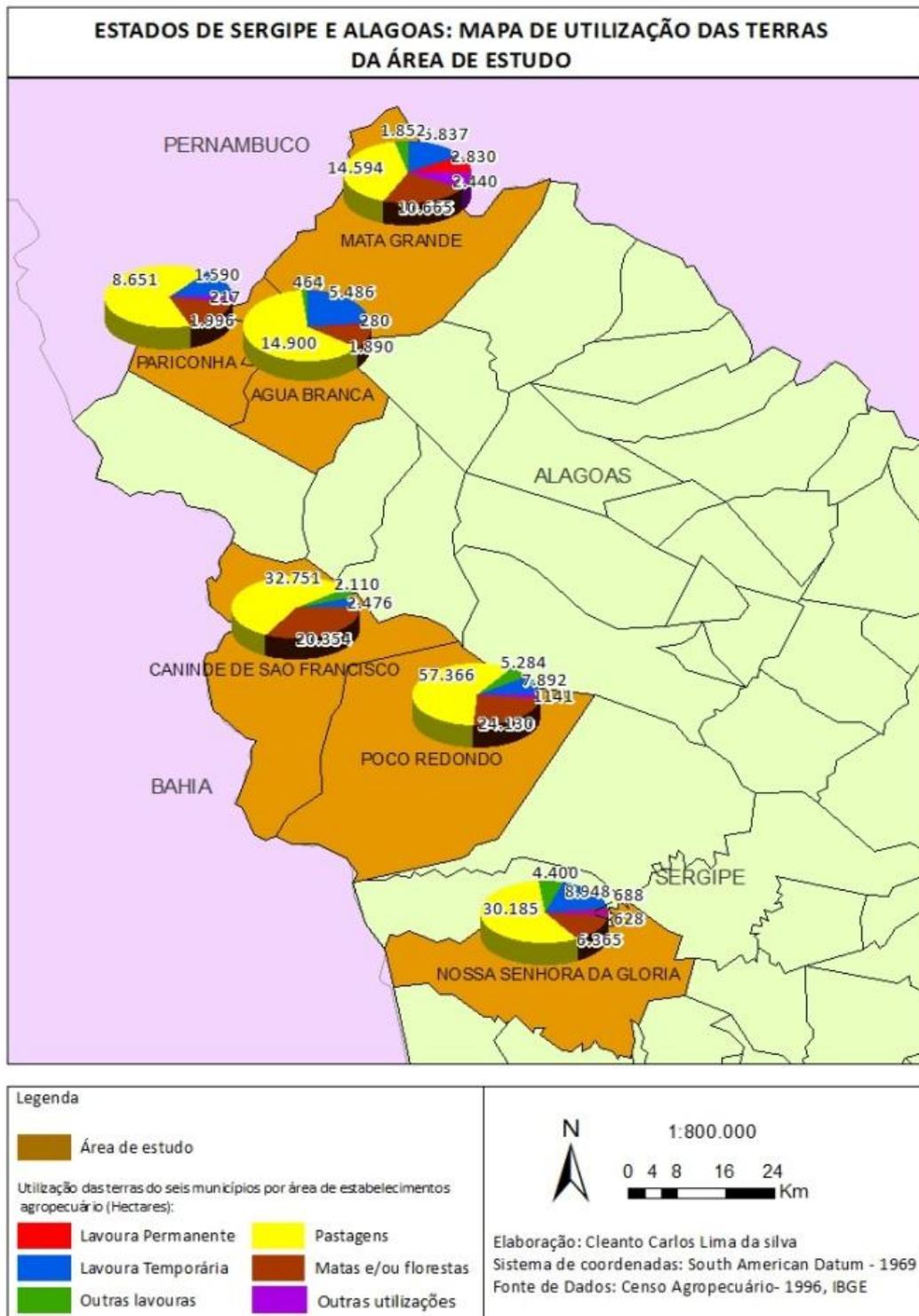
Figura 36 – Área urbana do Assentamento Cuiabá – Canindé de São Francisco-Se



Créditos: Núbia Dias dos Santos, 2012.

No estado de Sergipe, a ação do Estado viabilizou e financiou a pecuária bovina para grandes e médios criadores, possibilitou a criação da bacia leiteira e contribuiu para a dinâmica do espaço do homem. Tal dinâmica é territorial, é social e é espacial. É política espacial que envolve a utilização da terra. Os dados de utilização da terra nos seis municípios demonstram que a área destinada à pastagem é a principal componente em todos, como se observa na Figura 37.

Figura 37- Utilização das Terras nos Estados de Sergipe e Alagoas - 1996



O ser camponês integra os movimentos sociais. Participa e pela pressão social, justifica o exercício do Estado, induzido até o espaço construído do homem, na esfera municipal⁴¹. Assim, muitos assentamentos foram implantados nos estados. Por outro lado, a instalação do camponês no sertão alagoano, ocorreu com base na ocupação culturalista. Não exigiu, portanto, a presença formal do Estado federativo. Houve uma ocupação consolidada a partir das comunidades rurais tradicionais que preservaram de certa forma, seus modos de vida, vinculada a uma escala ainda considerada humana.

Pode-se supor de um lado, que a topografia da área sertaneja alagoana, além da distância geográfica aos principais centros de decisão localizados na capital alagoana, não favoreceu a luta pelo acesso a terra pelos mecanismos da instalação de acampamentos. Por outro, a própria história de insegurança, violência e do aparato jurídico-institucional ainda sob os respingos materializados na “figura do coronel⁴²” e nas redes de relações por ele instituídas, constituíram-se também fatores inibidores nesse estado.

Dantas (1987) apresenta os fundamentos do coronelismo, estabelecido a partir das bases *econômico-social, ideológica e política*, que ao longo da história do Brasil, moldou comportamentos e práticas e foi decisivo para manter o país em patamares depreciativos no que se refere à qualidade de vida do conjunto da sua população. Realidade que se apresenta enquanto síntese do cotidiano vivido pelos sertanejos sergipanos e alagoanos.

⁴¹ O movimento do MST ao ocupar as fazendas se apresenta como a ação-denúncia da existência de terras improdutivas. Havendo tal comprovação, o INCRA inicia o processo de vistoria para determinar o preço da terra com base nas benfeitorias nela existentes, a fim de servir como elemento para a indenização do fazendeiro. Pode-se imaginar que normalmente, o fazendeiro não perdia em termos monetários, já que a venda efetuada com base no preço de mercado era justificada também, pela elevada função social da propriedade. Embora tenha ocorrido esse processo no passado, com a mudança na lei sobre as ocupações de terras, os camponeses passaram também a mudar suas estratégias – realizando parcerias com os fazendeiros - para continuar pressionando o Estado na efetivação dos assentamentos rurais de reforma agrária.

⁴² A figura do coronel refere-se aos grandes proprietários fundiários, pessoa com destaque político ou de grande influência pela propriedade particular da terra e diante da rede de relações sociais estabelecidas na sua área de influência política, econômico-social e ideológica, como apresentado por Dantas (1987).

No âmbito **econômico-social** destaca-se o grande proprietário de terra que mantém com seus trabalhadores rurais relações de produção não capitalistas. Nasce aí o coronel, como proprietário rural que exerce sobre os trabalhadores um tipo de dominação sob a forma de dependência pessoal. Não obstante as relações assimétricas que se desenvolvem entre o senhor e os trabalhadores, estabelecendo papéis diferenciados e reconhecidos, a forma de dominação pessoal, própria das relações de produção não capitalistas, servem para camuflar desigualdades e práticas de exploração. Inseridos em comunidades organizadas hierarquicamente, os gestos de solidariedade e fidelidade são alimentados e reforçados num jogo de troca de serviços, em que a “proteção” fornecida pelo senhor aparece como fonte fecunda de indução ao atrelamento do trabalhador (DANTAS, 1987, p.15).

No que se refere ao *âmbito econômico*, foram criados instrumentos da dependência que demarcaram a separação entre os donos dos meios de produção e aqueles possuidores apenas da sua força de trabalho, colocada a serviço do outro, em muitas situações, para receber como retorno apenas o acesso a uma fração da terra para nela produzir o seu alimento e o do fazendeiro. Esse processo era geralmente estabelecido sem a formalização de contrato de trabalho, nem o pagamento em espécie. O acesso a terra desta maneira, dar-se-ia como atitude de benevolência, de favor, de apadrinhamento, e não como de fato é: elemento vital para a reprodução da prática coronelista, da reprodução de relações de produção não capitalistas, relação de sujeição e de subordinação. Para manter esta realidade o coronel se utiliza da segunda dimensão apresentada por Dantas (1987) que é:

A dimensão **ideológica**. Esta se apresenta como um conjunto mais ou menos coerente de ideias e representações, muitas vezes veiculadas através de normas que reforçam laços de lealdade e práticas de submissão. Dentro de um universo semifechado o controle das informações pelo senhor se torna elemento vital para a preservação dos padrões de dominação e manutenção das relações de dependência pessoal. Dessa forma, em todas as fases do coronelismo, a presença do grande proprietário de terra, mantendo relações de produção não capitalista com os trabalhadores e o atrelamento ideológico destes para com o senhor, apresenta-se como traços marcantes (DANTAS, 1987, p.15).

O peso da palavra dada, a prática da lealdade, a transformação do coronel em compadre dos agricultores-camponeses-trabalhadores, constituem-se em símbolos que são construídos para reforçar a hierarquia, a submissão e sujeição dos trabalhadores, os quais se sentem devedores do “favor” recebido pelo coronel ao lhe ceder à terra. Por outro lado, ao se criar falsos laços familiares pelo compadrio os camponeses ideologicamente são colocados como se estivessem mais próximos do poder local e regional constituído.

Este cenário favorece para o coronel a manutenção da terceira dimensão apresentada por Dantas (1987, p.15-16) que é: “a **política**. Esta se fundamenta no papel de intermediação que o proprietário rural exerce entre a sociedade política estadual e as massas rurais do âmbito municipal, ou seja, de um lado ele controla as massas e de outro legitima a sociedade”.

O uso da influência política, econômica e ideológica consagrou os coronéis como os principais responsáveis pelas práticas denominadas de voto de cabresto ou currais eleitorais. Estas se constituem em expressões depreciativas e que se popularizou como forma de expressar a ausência da cidadania plena das populações rurais e urbanas, as quais ao se tornarem aptas para votar pela idade ou escolarização, tinham suas intenções de voto manipuladas, quer pela coação, pela dívida de favor e gratidão, quer por pretensos e imediatos favores recebidos com essa intenção.

O sujeito coronel, historicamente se consolidou como representante do aparato do Estado, na simbiose do público com o privado, compunha e mescla a materialização da *persona* com representação do poder instituído. Como salienta FAORO (2001), o fenômeno coronelista recebeu nova colocação estadualista no processo de emancipação do agrarismo republicano da centralização do Império. Oficialmente o coronel foi titulado pela Guarda Nacional, com a incumbência de assumir a chefia do regimento municipal.

Para tanto, sua nomeação estava atrelada a condição de ser pessoa socialmente qualificada, em regra detentora de riqueza, componente de acentuação da distinção entre as classes na sociedade. Paralelamente, a figura oficial do coronel, prospera o “coronel tradicional”, que também exerce a função de chefe político e possui as condições financeiras para sustentar o estilo de vida inerente a sua posição de classe. Assim, a

pessoa do coronel vai ser reconhecida no seio da sociedade mediante o estilo social, em consonância com a função burocrática e política (FAORO, 2001).

Esse contexto motiva a compreensão sobre a qual no sertão alagoano o camponês não foi estimulado a expressar suas necessidades existenciais compondo movimentos reivindicatórios pela posse da terra. O camponês alagoano está mais enraizado nas teias das relações de subordinação e sujeição coronelista. Por outro lado, a sua representação de classe, a formalização de associações e sindicatos não possuem na área em estudo, a linha reivindicatória nem a perspectiva de integração ao M.S.T. Tal luta significaria confronto direto com os benfeitores locais dos quais muitos camponeses dependem para ter acesso a terra, na condição de arrendatário, meeiro, ou trabalhador temporário. Significa também em contrariar a opinião pública, a cultura do favor e o poder político econômico instituído.

Em Sergipe, vale lembrar que o epicentro da segregação social encontra-se no município de Poço Redondo. A situação de Poço Redondo é diferente do que aconteceu nos municípios alagoanos em estudo. Nesses municípios o processo histórico resultou na minifundialização da terra de maneira acentuada, significando para o camponês alagoano que a sua inserção na terra ocorre mediante aquisição da mesma via mercado de terras. Tal fato resulta a partir do momento em que o grande proprietário fundiário tem o seu interesse modificado.

Para o camponês alagoano seu destino mais corriqueiro é a venda da sua força de trabalho nas áreas canavieiras. Ao dispor de uma pequena parcela de terra rompe a estrutura monopólica da terra e tal posse resulta de um processo histórico marcado pela ocupação das terras devolutas ou pela aquisição quando do loteamento das grandes propriedades, a exemplo do ocorrido na fazenda que deu origem a comunidade Quixabeira (ver Figura 38).

Figura 38 - Vista parcial da sede da comunidade de Quixabeira-Água Branca Alagoas

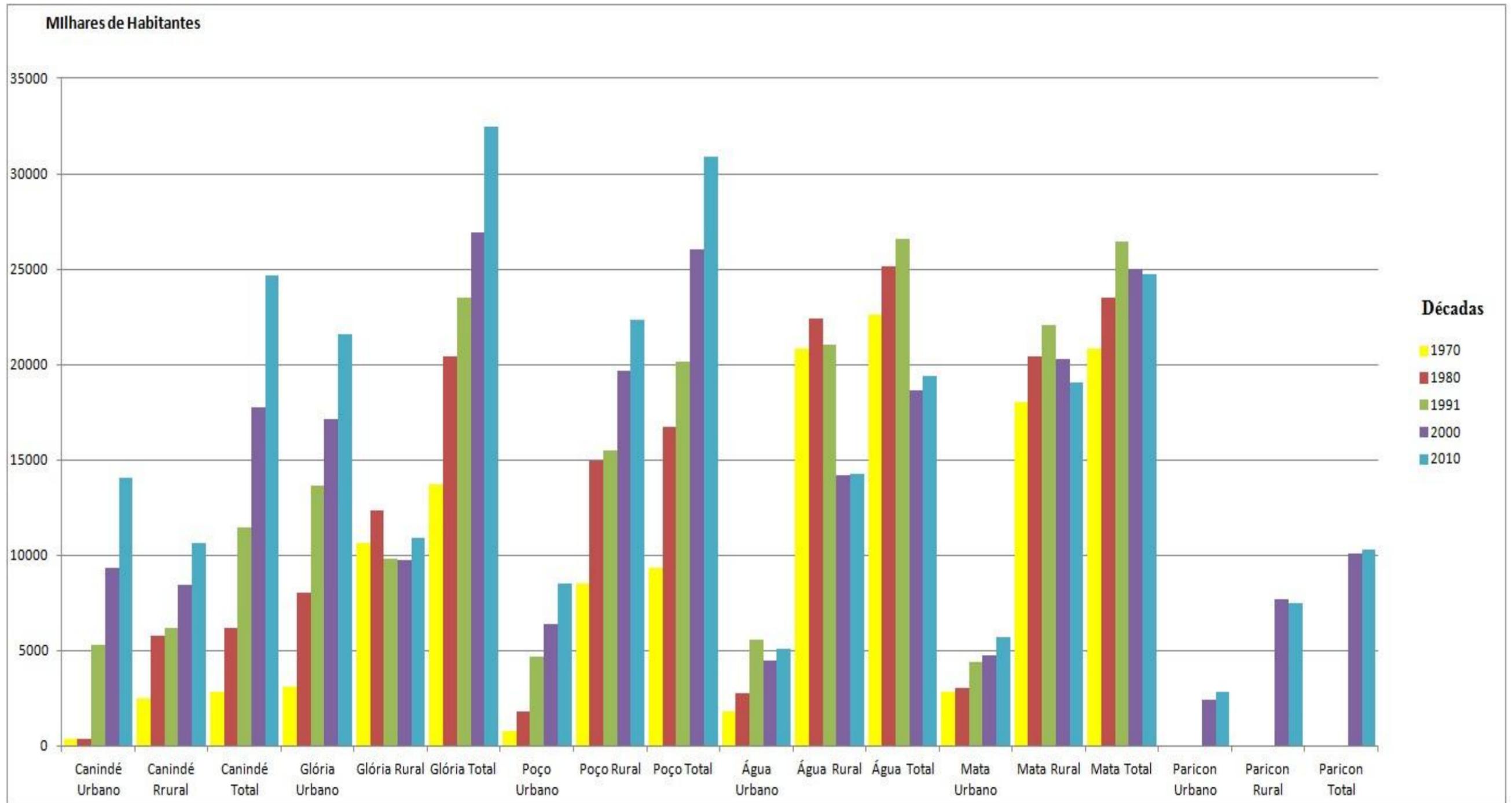


Autoria: José Murilo Siqueira, 2012.

Embora o estado de Alagoas tenha sido fundado antes do estado de Sergipe, os municípios desse último, encontram-se mais adiantados no processo de urbanização. Todavia, no sertão, os municípios alagoanos são mais ruralizados do que os sergipanos. Chama atenção em Sergipe a mudança no domicílio da população rural para o espaço urbano ocorrido na década de 1980, processo esse desencadeado em Alagoas, na década seguinte.

Com base nos dados do IBGE (2010), a Figura 39 demonstra a população urbana gradativamente crescente em todos os municípios investigados. Embora o município de Nossa Senhora da Glória apresente uma população total mais elevada que os demais, o seu contingente rural permaneceu relativamente estável. Nos últimos cinquenta anos, os municípios de Mata Grande-Al, Água Branca-Al e Nossa Senhora da Glória-Se apresentam suas populações rurais reduzidas.

Figura 39 - Gráfico da Distribuição da População Urbana, Rural dos Municípios dos Estados de Alagoas e Sergipe – 1970 a 2010



Fonte: IGBE, 2010.

Elaboração: Ajibola Isau Badiru, 2012.

O município de Canindé de São Francisco-Se é atípico pela urbanização antecipada no sertão de Sergipe (Figura 39). A totalidade de sua população tradicional (antiga sede municipal) sofreu mudança do sítio original para um novo, balizado por parâmetros econômicos e políticos do estado. A sede municipal original foi transposta para a nova sede.

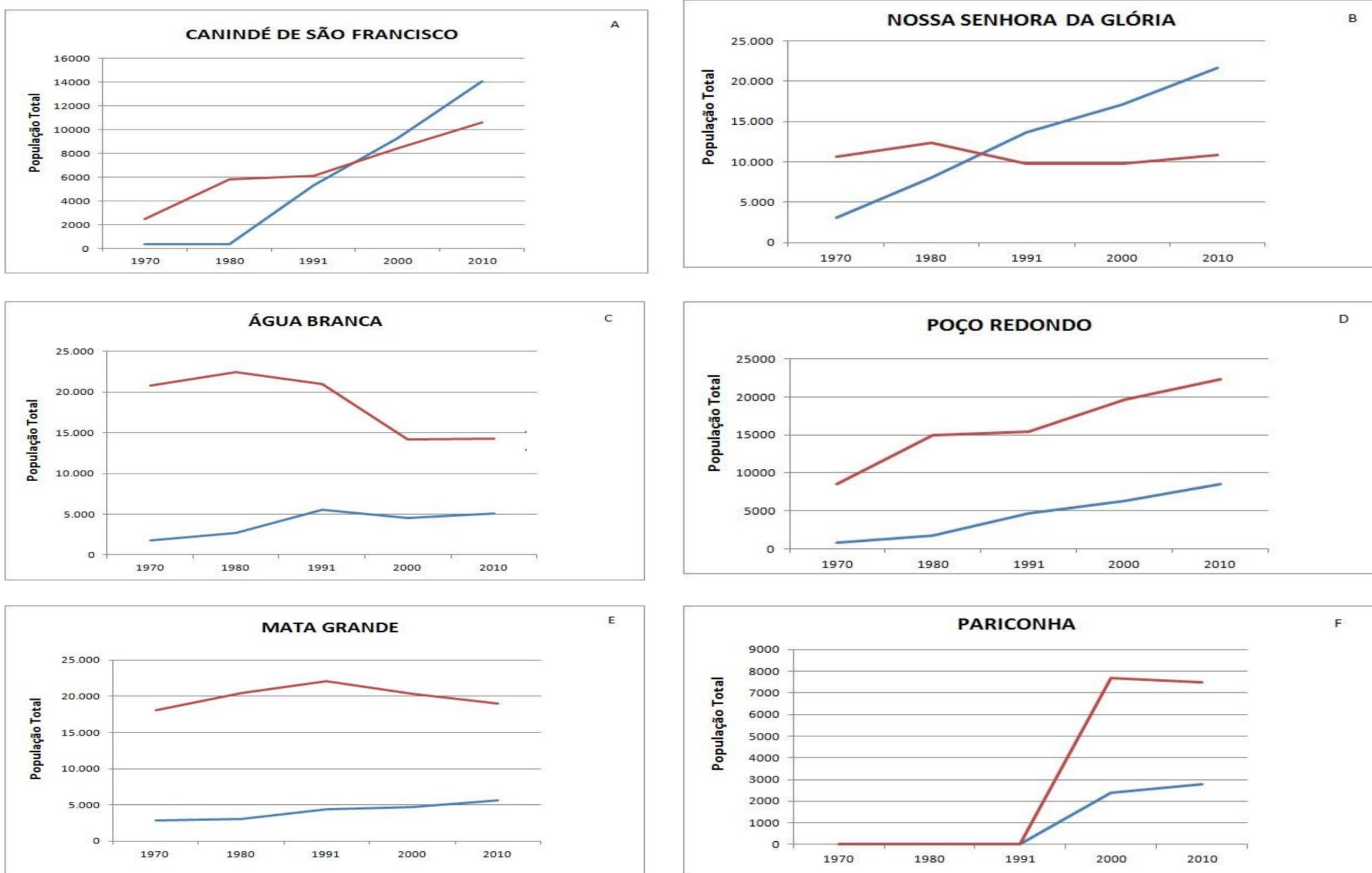
Esse acontecimento significou mudanças irreversíveis na vida das pessoas e na relação histórica com o rio São Francisco. A vida do rio e das pessoas foi transformada gerando mudanças que envolveram: primeiro, o curso natural do rio, sua dinâmica e o seu represamento; segundo, a localização do sítio da cidade; terceiro, a vida das pessoas e do rio; quarto, o estabelecimento de um novo momento histórico, uma nova realidade.

A Figura 40 apresenta os seis gráficos dos respectivos municípios deste estudo, mostrando o comportamento das taxas da urbanização e ruralização. A dinâmica da ruralização é descendente, enquanto a urbanização é oposta a mesma. Percebe-se que os municípios alagoanos de Água Branca, Mata Grande e Pariconha, registram taxas de ruralização superior a taxa de urbanização. Em Poço Redondo – SE, as duas taxas coincidem, apontando a tendência da elevação da taxa da urbanização, como tem ocorrido nos municípios sergipanos de Canindé de São Francisco e Nossa Senhora da Glória.

A mudança no domicílio destas populações não significa a mudança nas atividades produtivas e de trabalho. Esses municípios com forte tradição rural recebem a população rural por questões ligadas principalmente a impossibilidade de viver e existir no campo quer pelas precárias condições de vivência na terra própria, quer pela ausência desta e a precariedade advinda do trabalho acessório temporário. Em algumas localidades, a violência na área rural, tem também certo grau de participação na mudança do domicílio da população rural, além da presença de serviços existentes apenas nas sedes municipais, como escolas de nível médio e serviços médicos.

Chama atenção o fato de que, mesmo havendo a realização de assentamentos rurais, a exemplo do Município de Poço Redondo – Sergipe, esse fato aparentemente, não afetou o processo de mudança no domicílio do espaço rural para o espaço urbano. Pode-se considerar que especificamente neste Município, o equilíbrio entre a distribuição da população urbana e rural é decorrente dos assentamentos de trabalhadores rurais.

Figura 40 – Gráfico da Correlação das taxas de ruralização e urbanização dos Municípios dos Estados de Sergipe e Alagoas – 1970 a 2010.



Fonte: IBGE,2010. Elaboração: Ajibola Isau Badiru, 2012.

— Rural
— Urbano

Embora nos municípios sergipanos o latifúndio tenha se mantido mais preservado, percebeu-se que em Alagoas a dificuldade se deu pelo grau de permanência na rigidez estrutural relacionada à concentração da propriedade fundiária. Tem-se no sertão sergipano, a luta pelo acesso a terra, mediante a inserção nos movimentos sociais rurais, enquanto em Alagoas essa aquisição ocorreu pela compra.

A fixação dos camponeses no sertão deve-se levar em conta o rio São Francisco que se constitui em fator integrador apesar de não ser determinante para vivência e existência no campo. Embora todos tenham acesso ao mercado, no estado de Sergipe os assentamentos estão localizados geograficamente mais próximos às feiras locais realizadas nas sedes municipais. Se em Sergipe a luta pelo acesso a terra tem significado a aquisição de solos rasos, alguns com acidez e com baixa fertilidade, nas comunidades alagoanas adquirir terra significa se instalar em áreas distantes dos centros urbanos. São áreas de baixo valor as quais tem se tornado negócio menos rentável para a reprodução ampliada do sistema latifundiário.

Em Sergipe os assentamentos em estudo, localizam-se mais próximos as suas unidades administrativas municipais. As vias de acesso são por estradas pavimentadas a exceção do José Ribamar (piçarra) e os meios de transporte facilitam a comunicação dos assentamentos com suas respectivas sedes municipais. Situação inversa a existente nas comunidades alagoanas.

O assentamento Cuiabá encontra-se mais integrado à sede municipal. Anexado ao território urbano, apesar de receber a nomenclatura de Povoado Cuiabá. Segundo a compreensão de alguns assentados houve imposição da administração municipal para transformação do assentamento em povoado. A mudança, na percepção dos mesmos, foi estratégia política para minimizar o impacto da presença do assentamento no município ao tempo em que justifica a presença de serviços de cunho municipal na localidade.

O Assentamento Povoado Cuiabá apresenta feição mais urbana em relação aos demais assentamentos em estudo e em comparação com as comunidades de Quixabeira e Cacimba Cercada. A situação de Cuiabá só difere da de Campinhos pelo fato de Campinhos se constituírem em povoado com diversificação de serviços oferecidos pelos próprios moradores e por estar relativamente distante em relação à sede do município de Pariconha.

Por sua vez, o assentamento Cuiabá tem sua vida econômica combinada de maneira direta ou indireta a dinâmica do município de Canindé. Sua população tem contato diário com

a rede de serviços oferecidos na sede municipal na condição de consumidor, de vendedor da força de trabalho ou mesmo como integrante da esfera econômica. São assim favorecidos por estarem inseridos em um espaço rural no qual o provento do mercado maior se dá no espaço urbano próximo do qual eles estão praticamente anexados. Situação parcialmente vivenciada pelo assentamento Pioneira.

Na prática o que isso nos diz? De um lado, a vida econômica e social das pessoas assentadas, está diretamente relacionada com a própria dinâmica econômica dos municípios nos quais estão inseridos. Essa realidade expõe assim, a rede de relações que se espera e almeja quando da instalação dos assentamentos. Acredita-se que os assentamentos se constituam em indutores nos aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais na área em seu entorno.

A territorialização do contingente de camponeses no lugar do latifúndio improdutivo significa uma mudança na relação do homem com o espaço e dos homens entre si. O rebatimento das mudanças canaliza-se na organização e ordenamento do espaço agora imbuído de uma função social com base na produção de alimentos os quais potencialmente favorecem a dinamização do comércio e da feira local.

A presença dos assentados contribui para dinamizar o mercado local, elevando o quantitativo de consumidores. Potencialmente a presença dos camponeses influencia o mercado local, como eleva a demanda de braços para o setor formal ou informal. Potencializa a presença de um contingente de mão-de-obra disponível nos períodos das entressafras.

Todo esse contexto relaciona-se com a conjuntura, a correlação de forças as quais se conjugam na disponibilidade da infraestrutura produtiva no interior do assentamento e na rede de relações que os assentados estabelecem no seu entorno.

Neste sentido, o assentamento pensado para além do simples e imediato lugar de fixação do camponês é mais do que a terra de morada. É o lugar da combinação da terra de morada com a terra de trabalho. É o lugar do homem. É o espaço da sua ambiência. Assim, o novo fluxo de pessoas em direção à sede dos municípios significa na prática o novo fluxo de capitais. Tal fluxo gera novas necessidades em relação às vias de acesso, aos tipos de transporte disponibilizado como também na sua frequência, para possibilitar aos camponeses o acesso aos serviços oferecidos nas respectivas sedes municipais.

O assentamento José Ribamar está em relação aos assentamentos Pioneira e Cuiabá geograficamente distante da sede municipal, possui via de acesso em estrada com cobertura de piçarra. Em termos estratégicos a localização desse tipo de fixação distancia o camponês – com sua base ainda fixada no campo –, do centro de poder municipal. Em contrapartida, a proximidade à sede municipal, tem seus paradoxos, quando se observa, por exemplo, as facilidades dos assentamentos Cuiabá e Pioneira, pelo acesso a bens e serviços, o elo entre equipamentos urbano e rural, a exemplo do mercado e do lugar do mercado. No entanto, a proximidade promove a descaracterização acelerada da propriedade rural, na medida em que os municípios deixam de serem rurais, as áreas mais próximas são acentuadamente mais atingidas, inclusive nos aspectos relacionados aos custos de vivência.

Se por um lado, os assentamentos de reforma agrária geralmente se assemelham pela baixa produtividade do solo e pela exiguidade da terra, por outro, as comunidades alagoanas expõem a realidade que denuncia qual a terra passível de ser apropriada pelos camponeses e a qual mercado de terra o camponês pode se integrar. São as terras mais distantes e de difícil acesso aos centros urbanos. Seus antigos proprietários na impossibilidade de vendê-las indivisas se utilizam do recurso do loteamento abrindo caminho para a aquisição dos camponeses. Não é ao acaso que a fragmentação da grande propriedade é um recurso utilizado para garantir a possibilidade de recriação e reprodução do latifúndio em áreas com melhor possibilidade de retorno econômico quando a renda da terra permite ao latifundiário sua recriação ampliada.

Paradoxalmente, os camponeses alagoanos localizam-se geograficamente distantes dos centros urbanos. Localizados em área de fronteira como a comunidade de Cacimba Cercada principalmente. Tal posição implica na indisposição dos gestores municipais em investirem recursos públicos nessas localidades. No entanto, entre si, os camponeses realizam uma rede de interconhecimento e de relações sociais e culturais, isso permite que se reconheçam.

A tradição do ser camponês, os laços intra e interfamiliares, o tempo de residência e de fixação gera a identidade cultural com o lugar. Tal situação tem favorecido a existência de um camponês em Alagoas os quais partilham suas origens, sua história, seus vínculos e juntos passam a construir uma nova página nas suas histórias mediadas pela presença e ação do COEP e das Universidades Federais parceiras do Projeto Universidades Cidadãs.

A ação do COEP nessas comunidades tem representado um exemplo de como se pode contribuir para melhorar a participação social entre segmentos diversificados. Com base no projeto algodão, tecnologia e cidadania, foram acionadas atividades visando potencializar o camponês no seu espaço, consciente dos recursos a ele integrado.

A construção de um novo espaço identitário, significa assim, a renovação e reafirmação da consciência dos homens independente dos desafios a serem superados no ambiente onde vive ou trabalha. Assim, a integração dos camponeses alagoanos com as demais comunidades do semiárido faz com que se encontre mais enraizada no lugar. Sua identidade camponesa é mais evidente, mesmo quando membros da família migram para São Paulo ou Paraná, seu estágio de fixação ainda é mais avançado do que os assentados sergipanos que estão se territorializando em uma margem temporal de 15 anos (Cuiabá e Pioneira).

Adentrar o universo dos camponeses alagoanos significa, simbolicamente, voltar ao passado colonial dos carros de boi, instrumento de transporte, de trabalho e de carga. Um passado que associa esse carro de boi, com a caminhonete D-20, com a moto, a bicicleta e os carros de passeio. A mescla dos tipos de transporte oferece uma síntese da dinâmica da adaptabilidade do homem ao seu espaço e expõe as condições financeiras de cada sujeito e sua família.

Nas comunidades Cuiabá e Pioneira, a proximidade com o entorno do urbano cria um estágio de encubação do urbano sobre o ser camponês. O camponês passa a ser um sujeito social atípico quando sua identidade é mesclada. Como sujeito do campo, fica suscetível à crise de identidade. Assim, o que antes era bom, pode se tornar fácil ou difícil a depender das circunstâncias. Pressupõem instabilidade e vulnerabilidade, condição que nesta interface, exige dos assentados estratégias mais complexas, para acompanhar na mesma proporção à intensidade da sua necessidade vivencial e existencial.

A experiência do Cuiabá mostra como o trabalho acessório serve à demanda urbana. Isso certamente é um contraste que pode não ser contraditório ainda, mas já é constante. Onde e quando a contradição ocorre? Ocorre quando o camponês muda o foco da sua luta do espaço rural para o urbano.

Ao longo do processo histórico brasileiro, é possível afirmar a homogeneidade de um padrão cultural balizador do princípio econômico social, associado à formação urbano-

regional. Essa homogeneidade pressupõe o catalizador de um modelo de desenvolvimento urbano-industrial.

Dentro do modelo urbano industrial sedimentou-se o padrão da grande propriedade privada da terra. Assim, como os moldes estabelecidos para ancorar uma modernização da agricultura alicerçada de um lado, em padrões técnicos consumidores de recursos naturais e de insumos artificiais. E de outro, geradora de segregação e exclusão entre proprietários fundiários, atividades produtivas e regiões.

Resume-se que esse padrão percorreu os séculos de existência do país constituído de uma importância contraditoriamente renovada pelos camponeses ao passarem a integrar os movimentos sociais reivindicatórios pelo acesso a propriedade privada da terra.

Essa reivindicação dos camponeses tem-se pautado no anseio, na vontade e no desejo em se tornarem também proprietários individuais de terras. Podemos constatar que a luta pelo território, realizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e, por outro lado, a aquisição das terras pelos camponeses alagoanos não rompe essa herança cultural. Elas a recriam.

A reprodução familiar como unidade social significa ressaltar a sua base constitucional da sua importância conhecida para a sociedade democrática de leis e de direitos, bem como a necessidade de resgatar os valores basilares do homem. O que simplesmente está inserido na atual matéria como sendo espaço familiar assimétrico tem suas consequências espaciais além da ideologia cultural do sertão como lugar em sensível processo de construção.

No entanto, protagonizar a propriedade privada da terra, significa pensar na potencialidade da sua função social. Pode-se dizer que a posse privada da terra pelos camponeses e sua família, se de um lado, alimenta essa herança cultural, paradoxalmente, remodela a mesma ao promover a função social da propriedade privada, na medida em que a sua produção é realizada pelo próprio camponês visando abastecer o mercado interno. Por outro lado, a presença do camponês proprietário está composta de maneira integrada a um quadro mais amplo na rede de relações com os agentes do capital.

Na realidade o minifúndio não se configura como o encerramento de um processo de luta pelo acesso a terra e da luta pela existência e vivência no campo. Se por um lado, os dois extremos: latifúndio e minifúndio expõem as marcas de um contexto histórico presente na

engenharia das relações sociais no rural, por outro lado, ser minifundiário nas atuais condições técnicas, como as existentes no cotidiano camponês, implica na manutenção de papéis subordinados à lógica do capital e aos seus agentes em condições frontalmente desfavoráveis.

Inseridos no movimento do capital os camponeses alagoanos e sergipanos, pelos seus respectivos espaço do homem e suas interfaces, continuam repartidos na modelação do processo em condições adversas, subordinadas e sujeitas às intempéries das relações sociais, econômicas, políticas e espaciais.

Entender tal contexto constituiu-se em ferramenta para compreender a complexidade de como o espaço vem sendo organizado desde a sua humanização. Para tanto, essa percepção, principalmente da organização do espaço do homem, confirma as realidades vivenciais e existenciais dos camponeses assentados em Sergipe comparado com aqueles camponeses tradicionais em Alagoas.

5.8 Breve Contexto da Luta Pela Territorialização do Campesinato no Sertão de Sergipe e de Alagoas

Com base nos dados do INCRA (2009) dos 173 assentamentos existentes em Sergipe, 23 estavam localizados no Município de Poço Redondo; 18 no Município de Canindé de São Francisco e 8 no Município de Nossa Senhora da Glória. Foram registradas respectivamente, 1.694 famílias assentadas, 818 e 220.

De acordo com o DATALUTA (2007), entre os anos de 1996 a 2006 foram identificados 106 assentamentos rurais no Estado de Alagoas e 154 assentamentos no Estado de Sergipe. Os dados apresentados pela Divisão de Controle e Seleção de Famílias – DIT-INCRA (2012) apresenta a existência de 8.769 projetos de reforma agrária no território brasileiro, envolvendo 931.009 famílias. Desse total, o Estado de Alagoas apresenta 163 projetos, abrangendo 12.529 famílias enquanto no Estado de Sergipe existem 210 projetos abrangendo 9.768 famílias.

É curioso observar que o Estado de Alagoas, a *Terra do Zumbi dos Palmares* possui a maior concentração dos assentamentos e número de famílias assentadas, na área da monopolização do território com a atividade canavieira. Na concepção de BEZERRA e

SILVA (2010) esse fato se justifica pela falência das Usinas, a exemplo da Usina Agroindustrial Serrana Ltda, localizada no Município de Joaquim Gomes, e a Companhia Açucareira Conceição do Peixe, localizada no Município de Flecheiras, ambas de um mesmo proprietário. Segundo informações do MDA (2012), no ano de 2007 houve a imissão de posse dos 22 imóveis que formavam o complexo fundiário dessas empresas, perfazendo um total de 9,8 mil hectares, onde foram assentadas 1,1 mil famílias.

Esse se torna o maior assentamento do Estado de Alagoas em número de assentamentos e em volume de área. Na área sertaneja, berço do nascimento do MST no Estado de Alagoas (FERNANDES, 1999), constara que foram registrados poucos assentamentos, a exemplo da **Fazenda Peba**, marco da luta e resistência camponesa no Estado, sob a organização do MST, localizada no Município de Delmiro Gouveia. O conflito foi desencadeado após o grileiro ter descumprido o contrato verbal estabelecido com 66 famílias camponesas, arrendatárias de parte das terras da fazenda. O arrendamento iniciado em 1985 coincidiu com a apresentação pelo Governo Federal do Plano Nacional de Reforma Agrária.

O fazendeiro utilizou a estratégia do arrendamento com o intuito de inibir a possibilidade de desapropriação das suas terras, uma vez que as mesmas eram devolutas e utilizadas como reserva de valor. O conflito adveio com a destruição das roças dos camponeses arrendatários, pelo rebanho colocado pelo latifundiário. Inicia-se a resistência camponesa o que obriga a intervenção da polícia e a negociação com o INCRA.

Enquanto os camponeses resistem à polícia e pressionam o INCRA, o grileiro por sua vez, tornou-se presidente da UDR da região utilizando o poder político em benefício próprio e desmembrou a fazenda Peba vendendo-a em pequenos lotes. De um lado, conseguiu impedir a desapropriação e de outro, negociou a venda da área restante para o governo (FERNANDES, 1999).

Na década de 1980, o MST consegue ocupar a fazenda Boa Vista, de mil e quatrocentos hectares, no município de Jacuípe, na Zona da Mata, pertencente à Usina Maciape que veio a falência e foi desapropriada, mas, como ressalta Fernandes (1999), a maior parte da terra, permanecia arrendada para o cultivo da cana e as **famílias conseguiram conquistar a terra, após enfrentarem pistoleiros e tomaram as terras, onde foram assentadas**. No ano de 1989, o MST organizou a ocupação da fazenda Jundiá, no município

de Chã Preta, onde foram assentadas setecentas famílias de diversos municípios do Leste Alagoano.

As cercas do latifúndio, rompidas pelas ocupações, representam os desafios para a formação do MST, que em três anos lutou e resistiu no Sertão, no Agreste e na Zona da Mata. Todavia, ainda não se consolidara e precisava de muita luta para garantir sua existência em vista do **poder político da oligarquia** (FERNANDES, 1999, p.99).

É possível apreender como a luta e resistência camponesa são estratégias decisivas para a conquista da terra de morada e de trabalho. Torna-se claro também que o movimento do camponês se processa dentro de um contexto de conflito e de movimento dos demais sujeitos sociais, contrários à democratização do acesso a terra.

Nesse embate, os latifundiários colocam em ação suas próprias estratégias, como a venda da terra em pequenos lotes, o que se tornou prática mais usual no Sertão Alagoano, ou intimidam a luta camponesa pela coação e milícia armada na figura dos pistoleiros. Assim, é que existem poucos registros de Assentamentos nos Municípios de abrangência da área de estudo, e estes se concentram no Município de Água Branca, a exemplo do Assentamento Chupeta, composto por 107 famílias. Não há registro nos Municípios de Pariconha e Mata Grande. Nesta região, além do Município de Água Branca, foram registrados Assentamentos de Trabalhadores Rurais, nos Municípios de Delmiro Gouveia e Inhapi.

Para estudiosos, como Lopes e Silva (1996) os assentamentos rurais no Estado de Sergipe obedecem a três fases distintas:

O **primeiro período** compreende o ano de 1945 até final dos anos 1960 quando as reivindicações dos trabalhadores rurais sem-terra são parcialmente atendidas através de ações pontuais e individuais envolvendo iniciativas promovidas por políticos nas áreas de abrangência da sua atuação, e também de forma tímida, pelo Governo Estadual. Para a realização destes empreendimentos são tomados empréstimos junto ao Banco do Brasil.

Também a igreja entra no cenário visando contribuir para denunciar a injusta distribuição de terra e renda do país, ao tempo em que busca colocar em prática os princípios cristãos de solidariedade e comunhão. Implanta, assim, colônias agrícolas e fazendas

comunitárias, através de cooperativas de colonização e de uma entidade filantrópica denominada PRHOCASE. Entra em cena o princípio da *terra para quem nela trabalha* e a perspectiva da mesma cumprir de fato o seu papel social.

O primeiro assentamento rural em Sergipe data de 1945, trata-se da Colônia Riachão do Dantas, localizado no município do mesmo nome, criado por iniciativa de um político da região, numa área de 260 hectares, com capacidade de assentamento para 80 famílias.

Já a **segunda fase** compreende o final da década de 1960 até 1985. Esta fase já é assinalada no contexto nacional pelo acirramento da luta em prol da distribuição de terras para os camponeses e trabalhadores rurais e entra na história do país como cenário marcado pela violência contra os movimentos sociais urbanos e rurais, em resposta as suas reivindicações.

Para minimizar o conflito, a solução apresentada pelo Estado é a realização e ênfase no processo de colonização de novas áreas, principalmente na Amazônia e Centro-Oeste e em alguns estados do Nordeste, como alternativa para a não realização da Reforma Agrária nas áreas já ocupadas e consolidadas do país, com a presença do latifúndio improdutivo.

A **terceira fase** inicia a partir da segunda metade dos anos 1980, tem como característica a vigência do Regime Democrático e com ele, o ressurgimento dos movimentos sociais, fazendo pressão junto ao governo no sentido de serem atendidas suas reivindicações.

A Diocese de Propriá assume juntamente com alguns poucos Sindicatos de Trabalhadores Rurais do Baixo São Francisco, a liderança no processo de mobilização e organização dos trabalhadores rurais na luta pela terra em Sergipe, envolvendo-se diretamente nas ocupações de terra e atuando como principal mediador entre sem-terra e o governo.

De Janeiro de 1990 até outubro de 1999 foram criados mais de 50 assentamentos rurais pelo INCRA, perfazendo um total de 63 projetos, com uma superfície equivalente a 59.035 hectares e assentadas 4004 famílias em lote que tem em média 14,7 hectares, variando de 2,6 hectares, até 29,8 hectares.

A luta tem como resultado o acesso a terra, mesmo que em áreas exíguas o que reedita a ocupação dos camponeses em áreas de minifúndios, mas significa também que sem a pressão do movimento, nem estes poucos pedaços de terra eles teriam conquistado. A lição é de continuar a pressão para que sejam cedidas terras e junto com ela as condições necessárias para que o camponês possa de fato se reproduzir com dignidade.

Nos anos 80 intensificaram-se a pressão dos movimentos sociais apoiados pela Igreja Católica e os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais para desapropriação de fazendas improdutivas e criação dos assentamentos de reforma agrária. A intervenção do Governo Federal no estado ganha ênfase com o **I Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República (I PNRA)**.

A partir da segunda metade dos anos 80, tem-se a intensificação dos assentamentos para trabalhadores rurais, quando novas áreas do interior do estado são adquiridas pelo Governo Estadual dentro da política de reestruturação fundiária, com a implantação das colônias de assentamentos rurais. Há também a desapropriação realizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, com o objetivo de implantar colônias agrícolas e projetos de assentamentos para trabalhadores sem terra, em municípios com significativos números de parceiros, posseiros, pequenos arrendatários e assalariados (MEDEIROS, 1999, p.163)

Podem-se observar na Tabela 10, os números da Reforma Agrária desencadeada a partir do Governo do Presidente José Sarney (1985-1989), com o *I Plano Nacional de Reforma Agrária* (I PNRA), até o primeiro mandato do Presidente Lula (2003-2006). Ao longo dos 21 anos foram criados 7.063 assentamentos envolvendo 766.639 famílias abrangendo 47.830.270 hectares. Realizando a média simples, pode-se considerar que foram instalados em média 366 assentamentos por ano, cada assentamento em média com 6.771 hectares e cada família em média ocupando 62,3 hectares.

Tabela 10 – Estatística da Reforma Agrária no Brasil de 1985 a 2006.

Governo	Assentamentos	%	Famílias	%	Hectares	%
Sarney (1985-1989)	800	11	122.598	16	8.248.899	17
Collor/Itamar (1990-1994)	461	7	61.825	8	4.485.953	9
FHC (1995-1998)	2.211	31	240.819	31	10.706.365	22
FHC (1999-2002)	1.712	24	149.140	19	7.296.429	15
Lula (2003-2006)	1.879	27	192.257	25	17.092.624	36
Total	7.063	100	766.639	25	47.830.270	100

Fonte: DATALUTA (2008)

Os números indicam o poder de pressão da classe trabalhadora sobre o gestor público, enfrentando a repressão material e a coação ideológica, na luta pela conquista do espaço da vida. A conquista destas famílias pelo direito ao acesso a terra, abre um novo capítulo nas suas histórias e nas redes de relações sócioespaciais, ao se depararem como novos desafios, agora com a posse da terra, para garantir sua reprodução social em novas bases, na conquista também do espaço do homem.

CAPÍTULO 06

6. ESTRATÉGIAS DO SER CAMPONÊS NO SERTÃO ALAGOANO E SERGIPANO

As estratégias, necessidades e aspirações dos camponeses no sertão refletem processos *perceptivos* no espaço do homem? Quais são as motivações pelas quais os camponeses moram no sertão, com intensão de serem bem-aventurados? O que influencia suas condições estruturais, ideologia, economia, política ou a conjuntura sócioespacial?

Neste capítulo, além de responder essas questões, procurou-se relatar as diferenças estruturais envolvendo a diversidade do ser camponês comparando suas respectivas estratégias nas seis comunidades que sevem de base para este estudo. Em diferentes contextos de realidades políticas, a vivência do homem camponês nos estados de Sergipe e de Alagoas serviu para a compreensão da diversidade estrutural aqui reportada.

No sertão, os camponeses em suas distintas comunidades apresentam uma lógica espacial e política associada, dialeticamente, ao papel decisivo do Estado como principal ordenador do território. Pelo contexto empírico, sobre o espaço humano e sua estrutura de relações socioambientais, permitiu-se explicitar detalhes para a compreensão da condição estratégica camponesa no espaço rural. Esta se encontra diretamente relacionada ao ambiente rural ocupado pelos camponeses, no qual se evidencia a sua persistente continuidade, mesmo que seja em áreas adversas como o sertão nordestino.

Sendo assim, faz-se necessário imprimir esforços para se compreender, além das estratégias, também a circunstância e a estrutura nas quais os camponeses estão inseridos. Dessa forma se chegará a explicações geográficas da realidade camponesa no Sertão.

6.1 A Formação Territorial, Circunstâncias e Instâncias de Organização do Camponês.

O comportamento estratégico do camponês resulta de diferentes circunstâncias, diretamente relacionadas à complexidade da conjuntura de quatro elementos: *tempo*, *renda*, *comunidade* e *lugar*. São condicionantes que explicam a interligação existente entre o camponês e a sociedade brasileira, como, também, as suas relações estaduais e municipais, as quais influenciaram e influenciam, em graus diferenciados, suas estratégias de vivência no sertão.

A reprodução camponesa perpassa questões de ordem política, na medida em que estão vinculadas de maneira subordinada ao movimento e dinâmica do capital, como salientado no capítulo anterior. E, estão vinculadas, sobretudo, à dinâmica do espaço no qual a economia e a ideologia encontram-se presentes, estabelecendo os conectivos da subordinação.

Aborda-se aqui uma compreensão analítica da diferenciação social camponesa no espaço rural envolvendo *terra*, *trabalho* e *família*. Através dessa trilogia abarca-se a condição vivencial camponesa, no contexto da sociedade moderna pós-industrial. Os resultados elucidam as quatro estratégias adotadas pelos camponeses, envolvendo a organização da *territorialidade*, *flexibilidade*, *rentabilidade* e *sociabilidade*, com base nas seis comunidades focadas nesse estudo.

Constituem-se em fatores⁴³ existencial e vivencial integrados, que estão diretamente relacionados à *oportunidade*, *temporalidade* e *permanência*. Em seu conjunto, pode-se dizer que o comportamento estratégico dos camponeses está representado por quatro recortes temporais imbricados: *presente*, *curto prazo*, *médio prazo* e *longo prazo*. Estes marcam e descrevem a sua vivência tática no sertão.

De um lado, as estratégias relacionadas à continuidade do camponês são desdobramentos relacionais entre os quatro principais fatores humanos, que são a *sociabilidade*, *rentabilidade*, *fixação* e *territorialidade*. De outro, expressam *cooperação*, *competitividade* e *sociabilidade*, sobretudo no contexto rural. Assim, a estratégia humana dos camponeses dialoga com o meio social para a transformação do

⁴³ Entendem-se os principais fatores humanos como vocações naturais, intrínsecas à humanização de um povo e ao desenvolvimento do espaço do homem que é relacional.

espaço rural. Portanto, revela as reflexões relacionadas ao processo de alienação, a eles subjacentes.

Na medida em que a formação territorial do nordeste se deu a partir de seus pólos mais importantes, o surgimento de povoados, vilas e cidades obedeceram a uma lógica hierárquica. Vale lembrar que a influência da história da Bahia e de Pernambuco, na dinâmica do capital, estão no mesmo processo espacialmente investidos, embora separados, em Sergipe e Alagoas.

A diferenciação se justifica em parte pela presença do rio São Francisco, que além de ser um recurso agregador dos próprios processos é também das realidades descontínuas num território agrícola mais amplo. Este Rio serviu como um eixo para a vivência do camponês pela abundância de recursos naturais, que permitiram um desenvolvimento diferenciado, a partir das determinações políticas no Sertão Nordestino.

Pode-se concordar com Marques (2002, apud CAMPOS e KRAHL, 2006, p.88), ao afirmar que o espaço rural deve ser pensado a partir da identificação da sua contribuição para a sociedade uma valoração para a sociedade urbana, assumida para além de simples objeto de consumo. Isto está em consonância com a sociedade democrática de leis e de direitos, ao prescrever seu espaço acima e além de simples objeto de consumo, podendo também considerar os homens como sujeitos sociais ativos.

Pode-se admitir o espaço natural humanizado, ele mesmo sendo social e sinônimo de natureza, desde que se considere a natureza como transformada, em uma segunda natureza (Marx, 2007). Nela a realidade camponesa se revela pelo modo de produção, os *processos constitutivos e as formações sociais particulares*. Essas são espacialmente concretas e abstratas e, ao mesmo tempo, interligadas ao homem.

Para a interligação no espaço rural torna-se imprescindível o entendimento de como áreas diversificadas podem dar sustentação à compreensão da identidade territorial. Sem dúvida a dimensão rural incorpora áreas dispersas e concentrações urbanas, as quais também, se explicam por sua relação com a distribuição dos recursos naturais no Sertão.

Percebe-se que, embora, os estados de Alagoas e Sergipe estejam estruturalmente inseridos na região Nordeste é naturalmente dividido pelo rio São Francisco, pode-se conjecturar que os seus processos de formação obedeceram a aspectos estruturais políticos, econômicos, sociais e culturais diferenciados. Tais aspectos são relativos a uma composição de hierarquia expressa nessas porções de espaços diferenciados e em várias escalas de tempos semelhantes.

A proximidade das comunidades rurais ao rio São Francisco apresenta uma correlação de recursos naturais análogos. No contexto geral, as seis comunidades estão inseridas nos processos de municipalização, os quais envolveram a lógica de desmembramento territorial. Acompanham o vínculo estrutural de tal formação no contexto estrutural mais amplo, delineando e registrando a relação entre as particularidades urbanas e rurais.

Embora os seis municípios deste estudo sejam rurais e continuem concorrendo entre si, no sentido mais amplo, são inseridos no processo de urbanização que corrobora para a transformação do espaço rural. O rural, em sua dimensão funcional, também se apresenta como protagonista nesta lógica transformadora, ora conservando suas características originais e ora se alinhando a ela, incorpora novos objetos técnicos, gerando novas demandas.

A verdade aqui a ser dita é que ambos os processos, o de urbanização e o de conservação de características originais, são orquestrados pelo princípio do capitalismo.

Dentro dessa lógica, o camponês quer se expandir. Ele é o principal capital do território sertanejo e tem a tendência natural e estrutural para expansão territorial. O que ocorre sobre a estrutura espacial é a tensão travada pela necessidade de expansão territorial do espaço do homem. A necessidade rural coloca em pólos distintos, dentre outros sujeitos sociais, os latifundiários e os camponeses.

Tanto os latifundiários como os camponeses se utilizam de estratégias para pressionar o Estado, a fim de conquistar ou ampliar suas territorializações. As estratégias dos camponeses nas seis comunidades investigadas demonstraram que há vínculo estrutural, de um lado, com o Estado e, de outro, com a sociabilidade no contexto geral.

Estruturalmente, os camponeses estabelecem os laços familiares voltados para a expansão territorial ou sua conquista. Ou seja, trata-se de ação intencional, visando à conquista de garantia pela continuidade de acesso a terra. Sinônimo da sua maior virtude vivencial e da necessidade existencial.

Pode-se afirmar que esse sujeito social desenvolveu uma lógica composta de estratégias diversificadas e caracterizada estruturalmente por quatro instâncias organizacionais:

- *A Organização para a Rentabilidade*, considerando o espaço antrópico-temporal:
 - a estratégia do trabalho familiar e sua complementação na propriedade (temporário e permanente);
 - a estratégia da diversidade das atividades produtivas (policultura);
 - a estratégia da diversidade da atividade pecuária;
 - a estratégia do trabalho acessório;
- *A Organização para a Territorialidade*, considerando a conjuntura ideológica-espacial:
 - a estratégia da luta pelo acesso a terra (reforma agrária; compra no mercado de terras).
 - a estratégia da recriação do ciclo de vivência e existência dos filhos dos camponeses (novas territorializações);
- *A Organização para a Flexibilidade*, considerando aspecto econômico-espacial:
 - a estratégia dinâmica da flexibilidade espacial para a territorialização camponesa;
- *A Organização para a Sociabilidade*, considerando o ambiente político-espacial:
 - a estratégia do acesso as políticas públicas (estruturantes; compensatórias);
 - a estratégia da organização política (associação, cooperativa, sindicatos);
 - a estratégia das parcerias institucionais (COEP/Universidades/Embrapa/Associações)⁴⁴;

⁴⁴ O Comitê de Combate à Fome e Pela Vida (COEP) é umas ONG fundadas com base nos princípios e ideais do Sociólogo Herbert de Souza (Betinho) por um Brasil sem fome. No Nordeste Semiárido as ações foram desencadeadas a partir do Projeto Piloto: *Algodão, Cidadania e Tecnologia*, em parceria com a EMBRAPA. Na comunidade piloto instala-se a Mini-Usina de Beneficiamento do Algodão; são disponibilizadas matrizes de caprinos e ovinos, sob a orientação técnica. A rede de parceiros do COEP permite em cada comunidade a instalação de um Tele-Centro. No ano de 2005, foi firmado convênio com as IFES do Nordeste e com financiamento do CNPq deu-se inicio ao *Projeto Universidades Cidades*, voltadas para o desenvolvimento de atividades embasadas nos princípios do desenvolvimento humano.

- a estratégia das redes de relações políticas (INCRA, prefeituras, conselhos, CMDRS);
- a estratégia de parceria com o latifundiário.

Na escala humana investigada (BADIRU, 2006; MAX-NEEF, 1998; MORIN, 2005, SANTOS, 2000; 2004; SEN, 2012), pode-se considerar o espaço do camponês, também, como humano. Ele é concorrente da estratégia do espaço do capital, mas pode não ser diferente da estratégia do Estado.

Na sua trajetória, o camponês luta pela conquista de frações do território, visando tomar posse, agregar ou reparte-os, em síntese se reproduzir. Nessa ótica, o ser camponês leva-nos a crer que sua aspiração é a de alcançar, pelo seu trabalho, a garantia para a manutenção do presente e das possíveis e prováveis gerações.

Neste contexto, o camponês está integrado em uma rede de relações humanas, envolvendo a cooperação: ação do mutirão, troca do dia de serviço, parceria, trabalhos gratuitos, atividades coletivas entre outros. E no seu modo de viver ao lidar, solidariamente, com outros sujeitos sociais (MARTINS, 2000; IANNI, 2009; MOURA, 1986), como ilustra a Figura 41.

Figura 41– Camponeses Arando a Terra.



Autoria: José Murilo Siqueira, 2008.

Percebe-se que o camponês também reproduz o meio natural do homem. Sua estratégia não é o isolamento, mas sim a ampliação de sua rede de relações e ação. A

cultura camponesa é, assim, entendida, como um conjunto de práticas, valores e significados definidos em seu movimento de reprodução. O seu modo de vida mostra a forma como o camponês manifesta a sua cultura (MARQUES, 2004, p.153).

Outro aspecto que merece destaque é o binômio casa/terra. Faz-se necessário entender qual o interesse primaz para o camponês entre a terra e a casa. Nesse aspecto observa-se que, para o camponês, a terra tem mais significado e primazia do que a casa. Dentro das condições normais a terra é o símbolo de sua reprodução, ao ser dono da sua própria vivência. O camponês culturalmente congrega para si valores os quais permite o seu movimento na direção da construção do espaço, na sua condição de homem íntegro. Através das suas estratégias ele adquire sociabilidade, rentabilidade e territorialidade que são componentes de estratégias maiores para sua fixação no sertão.

É sensata essa lógica ao estabelecer a hierarquia terra-casa, correlacionando à infraestrutura e superestrutura. Nessa lógica dialética compõe elementos hierárquicos de seus valores e interesses entre os distintos recintos funcionais entre o sociológico e o econômico.

Vale lembrar que nesse desdobramento de valores se percebe a multifuncionalidade do camponês. Ele transfigura o espaço funcional em espaço estrutural/relacional pelo seu processo de fixação. Possui pré-disposição heterogênea multifuncional, assim potencializa as características multidimensionais do espaço.

Em si, o espaço rural possui a pré-disposição multidimensional, como qualquer espaço particular. No entanto, dependendo da decisão a ser tomada pelo homem, a multidimensionalidade do espaço pode influenciar a sua estratégia de deixar correr o tempo “para ver o que acontece”. Ou seja, quando não se percebe suas intenções de forma objetiva, aparentemente, o camponês exterioriza uma imagem de inércia. Porém, nem ele nem o espaço são inertes, são pelo contrário, altamente dinâmicos e inquietos (SANTOS, 2004; STEINBERGER, 2006).

Questões de ordem natural ou socioambiental, por um lado, pode motivar o camponês a deixar de viver no campo e, até mesmo, abandonar a sua terra. Quando isso ocorre é sinal da sua vulnerabilidade que continua suscetível no novo quadro existencial de necessidade. A vulnerabilidade continua até conseguir a terra utilizada para o seu desenvolvimento habitual. No entanto, como ressalta Moura (1986), o camponês é

sempre o pólo oprimido de qualquer sociedade. Por outro lado, a expulsão da terra em qualquer situação é séria. “A expulsão do campo não cria o cidadão. O esmoleiro não é um cidadão. A pessoa que vive marginalmente em relação às oportunidades econômicas tem escassa e limitada possibilidade de se tornar cidadã” MARTINS (2003, p.73).

Essa constatação justifica a manutenção na terra, como a condição fundamental pelo qual todas as estratégias camponesas estão embasadas. Todavia, atualmente, a exclusão do camponês da terra, persiste como questão estrutural ainda não resolvida no sertão.

Essa questão nos impõe a refletir sobre a definição de ser humano como implícita na composição como trindade: *indivíduo/sociedade/espécie*. O indivíduo constitui um termo dessa trindade, ao tempo em que são os produtos do processo reprodutor da espécie humana, mas esse processo deve ele mesmo ser produzido pelos indivíduos. Assim, Morin (2005) parte da compreensão de que:

As interações entre indivíduos produzem a sociedade e esta, retroagindo sobre a cultura e sobre os indivíduos, torna-os propriamente humanos. Assim, a espécie produz os indivíduos produtores da espécie, os indivíduos produzem a sociedade produtora dos indivíduos; espécie, sociedade, indivíduos produzem-se; cada termo gera e regenera o outro. (...). A sociedade vive para o indivíduo, que vive para a sociedade; sociedade e indivíduo vivem para a espécie, que vive para o indivíduo e a sociedade. Cada um desses termos é, ao mesmo tempo, meio e fim: a cultura e a sociedade permitem a realização dos indivíduos; as interações entre os indivíduos permitem a perpetuação da cultura e a auto-organização da sociedade (MORIN, 2005, p.52).

Os termos citados: *indivíduo, sociedade, espécie* como salienta Morin (2005, p.52), compõem uma relação dialógica, significa que o complementar pode tornar-se antagônico. Dessa maneira, a sociedade pode reprimir e/ou inibir o indivíduo, este então, nesta condição, aspira a emancipar-se do jugo social. Por sua vez, a espécie possui os indivíduos e os constringe a servir às suas finalidades reprodutoras por meio da progenera. “Por isso, o indivíduo é, ao mesmo tempo, o fim da espécie e o fim da sociedade, permanecendo meio para ambas. Contudo as finalidades do indivíduo humano não se reduzem nem ao viver para a espécie nem ao viver para a sociedade” MORIN (2005, p.53). O que o indivíduo aspira é viver plenamente a sua vida.

Viver plenamente a sua vida (sinônimo de: bem-estar, felicidade, amor, ação, contemplação, conhecimento, poder, aventura) e conquistar o desenvolvimento na escala humana (MAX-NEEF, 2003) compõe desafio das finalidades individuais ao longo da história. Nesta perspectiva, existe um componente genético, cerebral, subjetivo, cultural e social em tudo que envolve o comportamento humano, em toda atividade mental, em toda parcela de práxis. Com isso “o indivíduo encontra-se no nó das interferências de ordem biológica da pulsão e da ordem social da cultura; vive o destino social e enfrenta o destino histórico”. (MORIN, 2005, p.53).

Ser sujeito na concepção de Morin (2005) supõe um indivíduo. Mas a noção de indivíduo só ganha sentido ao comportar a noção de sujeito. A definição primeira do sujeito deve ser bio-lógica. Trata-se de uma lógica de autoafirmação do indivíduo vivo, pela ocupação do centro do seu mundo, o que corresponde literalmente à noção de egocentrismo. Assim, **Ser Sujeito** implica situar-se no **centro do mundo para conhecer e agir** e comporta um princípio de exclusão e outro de inclusão. Há na situação do sujeito tanto uma possibilidade egoísta levando-o até o sacrifício de tudo para si, como uma possibilidade altruísta a qual o leva até o sacrifício de si (MORIN, 2005, p.79). Essa concepção de sujeito supera a alternativa entre a visão inicialmente egocentrada do sujeito (Descartes e Husserl) e a visão que o define na relação com o outro (Levinas). Morin (2005) engloba estas duas visões.

É válido dizer que o princípio do capital permeia a colonização do espaço do homem que se afirma sobre o território. Tal lógica exterioriza o jeito de ser e de pensar do camponês. Sua preocupação mediante determinados aspectos existenciais e vivenciais. Assim, a necessidade estratégica em racionalizar suas ações e práticas combinada à capacidade ideológica e econômica, manifesta-se no fazer, agir, pensar e ser, refletindo na dedução - consequencial do que ele pensa ao formular suas estratégias (FISCHER, *apud* FIRKOWSKI e SPOSITO 2008).

Diante de tal complexidade, serão empreendidos esforços no sentido de verificar a concretude dessas formulações teóricas na realidade empírica analisada no Sertão alagoano e sergipano.

6.2 Ser Camponês no Sertão: Estratégias e Reprodução

No sertão de Alagoas e de Sergipe a organização para obtenção da renda, confirmou a condição do camponês como sujeito de múltiplas ações e mostrou suas estratégias para continuar se reproduzindo como camponês. As diferentes rendas camponesas são orientadas a partir das decisões no interior da unidade de produção familiar. De modo que, as rendas consideradas satisfatórias ao garantiram a reprodução simples da família seu excedente pode ser utilizado para obtenção de novas terras. A lógica ancora-se não necessariamente numa visão capitalista do ser camponês, mas, diante do fato de possuírem exíguas parcelas de solo, com baixa fertilidade e produtividade, o crescimento do número de pessoas na família camponesa, cria, invariavelmente, a necessidade da expansão territorial. Essa necessidade se torna uma preocupação constante.

Na medida em que, a renda familiar não é suficiente para garantir a reprodução simples, a preocupação e ação imediata estão vinculadas a diversificação das estratégias de sobrevivência. As várias famílias nesta circunstância recriam continuamente seu ciclo de submissão e geralmente de pobreza.

O camponês é múltiplo na sua forma de pensar, de agir e de se organizar, na maneira como organiza a sua vida, e estabelece as estratégias de vivência. Diante das adversidades conjunturais há limitações pelos mecanismos e instrumentos tradicionais para superar os desafios.

Os mecanismos da reprodução camponesa são: (a) a inserção no circuito produtivo de mercadorias de produtos e de força de trabalho; (b) as possibilidades de gerar excedentes para além do consumo familiar; (c) a possibilidade de, por meio de o trabalho acessório, tornar-se consumidor de alimentos, quando a própria produção é substituída ou não é suficiente. Como expressa Harvey (2002), a virtude vem da necessidade. Em seu conjunto as estratégias camponesas combinam necessidade e oportunidades. Combina o saber ser, o saber viver camponês na sociedade gerida pelo meio técnico-científico-informacional e pela financeirização da economia.

É importante dizer que as estratégias desenvolvidas relacionadas à produção agrícola visam, inicialmente, garantir o autoconsumo, assim como o espaço

multidimensional do camponês. Trata-se de uma série de manejos conjugados para possibilitar a sua reprodução social, mesmo sendo simples no contexto social.

Na verdade, os camponeses possuem conhecimentos acumulados pela tradição, que contribuem para sua reprodução. Os conhecimentos tradicionais são utilizados na realização de suas atividades produtivas direcionadas para o consumo e/ou para o mercado. O que define a composição percentual do consumo próprio é o tamanho da família e o volume da produção colhida. Se por um lado a comercialização atrela-se a necessidade, por outro, a virtude aparece no volume da produção. A sua estratégia está relacionada à decisão do que vai consumir ou vender associado ao seu princípio de sobrevivência.

6.2.1 A policultura e a pecuária como estratégia camponesa de organização para a rentabilidade

A organização estratégica confirma a condição do camponês como sujeito de múltiplas ações ocupacionais e relacionais para obtenção de rendimentos como registrados na Tabela 11. Essa estratégia integra vários mecanismos, pelas distintas atividades ocupacionais as quais a família camponesa é submetida, principalmente, em condição de fragilidade e subordinação para continuar se reproduzindo como camponês.

A Tabela 11 apresenta a diferença entre as comunidades de Alagoas e de Sergipe. Essa diferença percorre desde a opção entre as atividades realizadas no interior da unidade de produção familiar até o resultado dos rendimentos dela advindos. Assim, a lavoura temporária constitui a principal fonte de rendimentos agropecuários para as comunidades Alagoanas de Cacimba Cercada, Campinhos e Quixabeira.

Nota-se a ausência de rendimentos relacionados a lavoura permanente e a hortifruticultura, envolvendo no primeiro caso José Ribamar e Pioneira e, no segundo Cacimba Cercada, Pioneira e Quixabeira. Em relação à comunidade Cuiabá outros rendimentos se sobressaem como a sua principal fonte monetária (originárias principalmente da compra e venda de caprinos e ovinos), sendo a pecuária leiteira a sua segunda fonte de rendimentos, como demonstrado na Tabela 11.

Enquanto nas comunidades sergipanas de José Ribamar e Pioneira, à pecuária leiteira e a pecuária de corte constituem respectivamente seus principais rendimentos advindos das atividades agrícolas internas.

Constata-se como a tradicional policultura e pecuária características camponesas no sertão nordestino compõem, o principal arranjo da renda das comunidades camponesas alagoanas. Cacimba Cercada, Quixabeira e Campinhos se apresentam com os maiores rendimentos respectivamente relacionados a lavoura temporária (Tabela 11). Enquanto nas comunidades sergipanas, tem-se a combinação da pecuária de corte com a leiteira como as principais componentes das rendas agropecuárias.

A média de *outros rendimentos* se sobressaem em relação à comunidade Cuiabá como a sua principal fonte monetária (originárias principalmente da compra e venda de caprinos e ovinos), sendo a pecuária leiteira a sua segunda fonte de rendimentos de acordo com a Tabela 11.

Tabela 11 - Rendimentos agropecuários médio por família, nas comunidades de Cacimba Cercada, Campinhos, Cuiabá, José Ribamar, Pioneira e Quixabeira (Média Anual), em R\$.

COMUNIDADES	Média de rendimentos da Lavouras temporárias	Média de rendimentos da Lavouras permanentes	Média de rendimentos da Pecuária de corte	Média de rendimentos da Pecuária de leite	Média de rendimentos da Hortifruticultura	Média de rendimentos da Granjas	Média de rendimentos Outros	Média geral renda agrícola (Ano)
Cacimba Cercada	1.264,24	169,19	697,56	16,67	-	66,67	360,56	2.574,89
Campinhos	790,00	29,31	764,66	187,78	83,33	14,17	68,06	1.937,31
Quixabeira	1.134,64	79,63	1.001,79	219,63	-	12,59	112,22	2.560,50
Cuiabá	189,74	52,63	426,32	670,00	168,00	15,79	728,42	2.250,90
José Ribamar	171,56	-	610,00	2.844,75	5,95	159,44	552,73	4.344,43
Pioneira	108,33	-	1.417,33	735,20	-	17,33	-	2.278,19
Total	3.658,51	330,76	4.917,66	4.674,03	257,28	285,99	1.811,99	15.946,22

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011-2012

O rendimento da lavoura temporária não oculta à baixa produtividade do solo nas seis comunidades examinadas. Por outro lado, é interessante saber como quatro tipos de comercialização pecuária procura superar a baixa produtividade agrícola. Na primeira o leite se apresenta como a estratégia da comercialização diária. Na segunda, percebe-se à compra e venda de lotes de caprinos e ovinos realizada semanalmente. Na terceira, realiza-se a criação de caprinos e ovinos para comercialização semestral ou anual e, na última, tem-se a tradicional comercialização do rebanho bovino. Esta se realiza normalmente, quando o animal encontra-se aos dois ou quatro anos de vida.

A lógica do desenvolvimento rural influencia o jeito de ser e de pensar do camponês. Nesse sentido, sua preocupação mediante determinados aspectos existenciais e vivenciais (lavouras temporárias e permanentes; pecuária de corte e de leite; horta; granja e outros) confluem na formulação de suas estratégias. Baseando-se nesse contexto racionaliza suas ações e práticas, com ideologia clara a qual motiva seu comportamento cotidiano, através do seu fazer, agir, pensar e ser.

Pode-se considerar que a multifuncionalidade do camponês antes de ser vocação ou virtude se constitui em necessidade. Pode-se entender que o camponês tem sua caixa de reserva no campo (a pecuária), para superar suas necessidades.

O camponês revela distintos comportamentos na estratégia cotidiana para a vida e existência no campo. Visa se manter na terra e baseia-se no trabalho familiar como componente indissociável da sua capacidade de reprodução. Investir no patrimônio familiar se constitui como fonte da sua conservação. Assim, a forma de faturar o seu trabalho e de viver é altamente organizada no tempo presente, no curto e médio prazo.

Há de se levar em consideração que, pelo fato de obterem uma safra agrícola por ano na lavoura temporária, os rendimentos obtidos com a venda desses cultivos ocorrem em período restrito do ano. O camponês no sertão tem realizado o balanço entre o consumo na unidade familiar para formular a proporcionalidade estratégica da sua colheita. Apesar da comercialização de cultivos serem uma potencialidade, é indispensável para ele à previsibilidade das suas virtudes. Assim, milho, feijão, mandioca, tendem, proporcionalmente, a abastecer o consumo diário camponês por um determinado período do ano. O volume de grãos a ser estocado após a colheita resulta, relativamente, da equação camponesa pela quantidade de pessoas e animais para serem

alimentadas no interior da unidade de produção familiar. A Figura 42 e a Figura 43 ilustram os recursos dessa realidade baseada no campo.

Figura 42– Plantio consorciado de Milho e Feijão na Comunidade Quixabeira



Autoria: José Murilo Siqueira, 2008.

Nota-se que os camponeses motivados pelas políticas públicas, e pelo estímulo do COEP, estão se inserindo na criação de ovinos e caprinos, os quais possuem tempo mais curto entre a criação e a sua comercialização, se comparado com o rebanho bovino. No assentamento Cuiabá a comercialização de caprinos e ovinos tem se constituído como opção de sobrevivência (ver Figura 43).

Figura 43– Criação de Caprinos geneticamente melhorados na Comunidade Quixabeira - Alagoas



Autoria: José Murilo Siqueira, 2008.

No sertão, constatou-se a superioridade da pecuária sobre o cultivo. O rebanho tem a capacidade de complementar o exercício agrícola. Dentro de circunstâncias normais o mesmo apresenta um bom rendimento. Vivo ou abatido à venda do rebanho traz vantagem para o camponês. A venda do rebanho permite a monetarização, para aquisição de gêneros não consumidos cotidianamente (Figura 44).

Figura 44– Criação de Rebanho Bovino em Cacimba Cercada e Assentamento Cuiabá



Autoria: José Murilo Siqueira e Núbia Dias dos Santos, 2008, 2012.

Quanto mais abertura o camponês apresenta para potencializar seu patrimônio sua estratégia tende a tornar-se mais forte. No entanto, a criação do gado bovino pode vir a comprometer a área de cultivo. Pode-se supor que o camponês necessita estabelecer o equilíbrio entre a policultura e a pecuária de maneira a não ficar totalmente dependente da pecuária como única fonte de sustento do grupo familiar na propriedade.

O camponês tem historicamente conseguido estabelecer a prioridade do consumo familiar balanceando-a com as atividades de cunho comercial. Tal prática tem permitido a ele relativa autonomia em relação ao mercado, no que se refere ao consumo dos gêneros alimentícios básicos nos períodos de boas colheitas.

Embora, haja deficiência do desempenho do rebanho bovino, na visão do camponês, o rebanho é estrategicamente lucrativo. No entanto, o camponês necessita melhorar seus conhecimentos, para aumentar a produtividade relacionada à atividade pecuária geneticamente melhorada. O camponês tem maior dificuldade para assegurar o

necessário para longo período. Assim, nos períodos de longa estiagem, tem-se reflexo: diretamente na paisagem; nas condições monetárias dos que vivem do seu desempenho na agricultura e na vida dos rebanhos.

Sendo assim, pode-se considerar que o modelo de criação do rebanho bovino como foi averiguada no campo, se trata de um modelo complexo, mas precisa ser harmônico. A criação do rebanho geneticamente melhorado exige do camponês uma logística e lógica avançada de criação no sentido de: (a) disponibilizar mais mão de obra; (b) elevação no consumo de insumos e (c) pela área ocupada pelos próprios animais. Exige ainda a disponibilidade de solo para plantação da forragem (palma, pastagem); técnicas e cuidados específicos para a sanidade do rebanho, além do transporte para a sua comercialização.

O camponês vive consciente da sua fragilidade e da sua dependência aos ciclos das chuvas, a dependência dos detentores dos poderes econômicos e políticos. A incerteza está relacionada com o seu viver no cotidiano, mas a certeza está relacionada à sua existência na terra.

Porém, suas expectativas brotam nos campos e nas plantações que ele vê crescendo lá fora na sua roça de feijão, de milho, de amendoim, de mandioca. A pecuária de leite, que gera vendas todos os dias, garante o fluxo monetário para propiciar o auxílio na aquisição dos gêneros a serem adquiridos na feira-semanal local.

Na pecuária de corte o gado bovino é vendido geralmente por cabeça. O gado miúdo mescla a venda por unidade e/ou por quilo. A venda do leite *in natura*, geralmente é realizada para as fábricas que demandam um fornecimento diário. Os valores operacionalizados nessa comercialização são baixos. O leite é a matéria-prima para a indústria de laticínios e para pequenas fabriquetas de queijo.

O leite para o camponês constitui rendimento estrategicamente constante. Pelo rendimento as ideias e estratégias de ação são imediatistas e oportunamente estruturadas. O produto é versátil na dinâmica de geração de parte da renda (Figura 45).

Ressalta-se a expressividade do rendimento obtido pela pecuária leiteira no Assentamento José Ribamar (Figura 46), ao ser comparada com os valores obtidos pelas demais comunidades. O resultado não significa contudo, a conquista da autonomia

camponesa, no que diz respeito, à venda da sua força de trabalho fora da unidade de produção familiar.

Figura 45– Transporte do leite *in natura* produzido no Assentamento Cuiabá



Autoria: Núbia Dias dos Santos, 2012.

Figura 46 - Instalações de um curral no Assentamento José Ribamar.

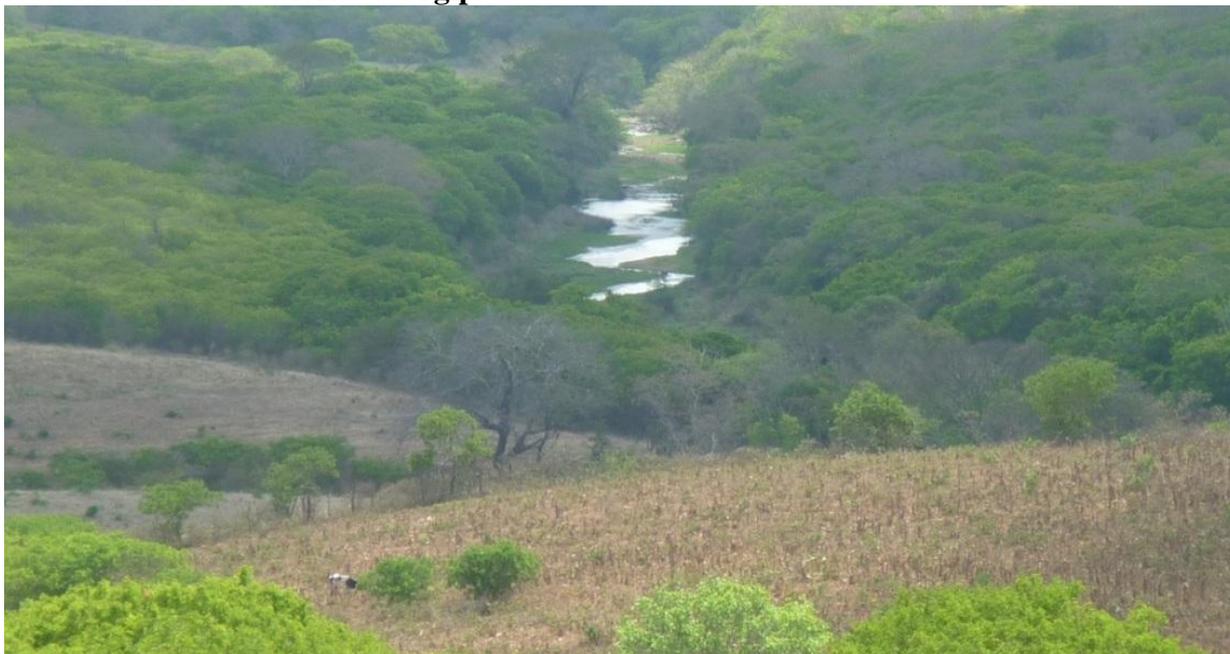


Autoria: Núbia Dias dos Santos, 2012.

No entanto, há de se levar em consideração o fato do assentamento está localizado no município de Nossa Senhora da Glória, sede da bacia leiteira do sertão sergipano. A soma de fatores locacionais interliga-se a aquisição de reses adquiridas pelos recursos financeiros advindos do PRONAF.

Infere-se que a presença do riacho Capivara (Figura 47), favoreceu o rendimento obtido nesta comunidade. O conjunto de estratégias dos camponeses somam-se ao contexto territorial no qual se interligam o mercado consumidor e suas demandas⁴⁵. Por outro lado, constatou-se que a vocação agropecuária apresentada no Município de Nossa Senhora da Glória serviu como o padrão comum seguido pelos assentados, resultando nos dados acima expostos. Todavia, no Assentamento Pioneira o principal rendimento está relacionado a pecuária de corte, envolvendo os animais de pequeno, médio e grande porte.

Figura 47 – Riacho Capivara no Assentamento José Ribamar – Município de Nossa Senhora da Glória – Sergipe



Autoria: Núbia Dias dos Santos, 2012.

Neste contexto, o espaço rural compreende uma ampla diversidade de setores econômicos interdependentes, envolvendo dimensões não exclusivamente econômicas,

⁴⁵ Vale lembrar que no Município de Nossa Senhora da Glória, encontram-se Unidades Industriais Beneficiadoras de Derivados de Leite, as quais se convergem nas principais redes de laticínios da região sertaneja.

mas também, relacionais. Nesse espaço, se estabelece relações funcionais com a interface da influência urbana, como demonstra (Figura 48). No espaço rural, à cooperação e solidariedade Inter setorial, delineiam diferentes forma-conteúdos de estruturação.

Figura 48 – Mini-Usina de Beneficiamento de Algodão na Comunidade Quixabeira/Alagoas.



Autoria: Núbia Dias dos Santos, 2007.

Nota: A Foto ilustra o encontro relacional e de interdependência entre rural-urbano, povo e governo, agricultura-indústria. Indica estratégia, produção e desenvolvimento. A paisagem vivencial e existencial. Testemunha a existência de parceria (Comitê de Entidades no Combate a Fome e pela Vida - COEP) com instituições não governamentais e governamentais no campo.

Assim, verifica-se que são várias as estratégias adotadas pelo camponês, buscando a organização para garantir a rentabilidade, ou seja, os recursos necessários para a reprodução do grupo familiar e para a permanência na terra. Porém, o que foi decrito aqui não é suficiente ainda para se compreender a complexidade do universo camponês no Sertão.

6.2.2 Estratégias de organização para a territorialidade e flexibilidade

As frações usadas do espaço, predominantemente, por atividades agropecuárias se constituem em territórios essencialmente rurais. Sendo assim, trata-se de frações de territorialidades rurais. O camponês é por sua vez, parte do processo, da estrutura e da estética em contínua transformação. A fixação dele nessas frações rurais do espaço se dá pela construção, é o espaço construído. Existem implicações severas para o camponês quando ocorre a sua separação (exclusão) do espaço rural.

Nesse sentido, no rol de estratégias desenvolvidas pelos camponeses não está descartada a própria “parceria” com os latifundiários e diversas entidades. O camponês acata qualquer ideia que esteja em consonância com seu objetivo. Nesse aspecto, no Sertão sergipano houve acordo do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) com proprietários de fazendas. Estes últimos manifestaram interesse em se desfazer de suas propriedades, sem que para isso acumulasse prejuízos de ordem financeira. Assim, a “parceria”, associada à intervenção do Estado, tornou possível a implantação dos projetos de assentamentos rurais, que deram origem as três comunidades estudadas em Sergipe.

Atualmente tem-se mudança nas estratégias camponesas, tendo em vista o fato de que a estratégia do Estado-Nação mude a lei de acordo com a marcha e o movimento camponês. Assim costumam-se novas combinações das organizações camponesas com os latifundiários de acordo com a confluência de interesses.

Do analisado pode-se afirmar que a vida do camponês no sertão está em movimento pela luta, pela espacialização e, mormente, pela territorialização que se afirma junto à ruralização do espaço.

Pela fixação no lugar e reprodução, o camponês se organiza para conquistar território, ele tem como construir o espaço baseando-se na coletividade, na constituição familiar, bem como, nele mesmo como sujeito. A estratégia pela posse da terra é primária. Ele guarda a primariedade de todo o vivencial e existencial.

O camponês também destaca a terra como eixo principal da sua estratégia, como um todo permanente. A estratégia de permanência no campo é a terra. Sem a terra resta

à flexibilidade (o arrendamento, o trabalho temporário), perdendo o chão e a sua referência e a possibilidade de se colocar em busca de um pedaço de chão próprio.

Mediante a organização da sociedade o Estado desempenha seu papel a partir das políticas públicas oficiais. Neste sentido, os assentamentos de reforma agrária vinculados ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), atualmente vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), constituem-se em uma organização que demanda dos camponeses algum tempo. Tais políticas integram à estratégia camponesa de médio e longo prazo, como possibilidade de sua reprodução social.

Na visão do camponês, o acesso a terra tende a se tornar algo positivo e de longo prazo. É possível, também, afirmar que a instabilidade, a desterritorialização contínua, a precariedade natural, a submissão e sujeição sociais são condições inadmissíveis para o camponês.

A vida desejada pelo camponês começa com a terra. Sua luta para o acesso à própria terra, guarda a metáfora do vivencial centrada neste objetivo maior, e conduzida numa postura sociopolítica. Pelos objetivos possíveis esta luta se justifica (FISHER, *apud* FIRKOWSKI e SPOSITO, 2008), sendo motivadora de estratégias de longo prazo. Motivos pelos quais os filhos estão estimulados realmente para explorar novos horizontes e assim assegurar a sua reprodução e possa no futuro se reconhecer plenamente, como camponês.

O movimento diferenciado do camponês no sertão de Sergipe e de Alagoas, relacionado à posse como garantia da fixação na terra, ocorreu pelo princípio estratégico de flexibilidade: pela reforma agrária; pela conquista de direitos; pela digna reprodução social. E, sobretudo, pela inserção no Movimento Sem Terra (MST), principalmente, em Sergipe, bem como, pelo Mercado de Terras, pela posse ou herança especialmente em Alagoas.

Longe de políticas espaciais ambientalmente integradas e essencialmente adequadas, a organização existencial de camponeses no espaço rural, contribui decisivamente para a reivindicação de políticas mais justas da ocupação e de organização da terra rural. Organizados, os camponeses relatam como a sua marcha coesa traz em si uma ampla força de pressão no espaço construído.

A sistemática de estratégia do MST é um exemplo de como ao longo de vários anos, se consolida a luta pela vida no campo. Essa força política materializa-se inicialmente pelo acampamento e continua mesmo no assentamento oficializado, em tempo relativamente pequeno, possibilitando algumas edificações de casas e infraestruturas rudimentares (demarcação dos lotes, vias e equipamentos urbanos e rurais).

A liberação dos recursos pelo INCRA/MDA para construção das casas, marca, assim, a mudança sucessivamente orquestrada por movimentação a longo prazo. É a possibilidade de fixação no campo que se inicia. No entanto, o assentamento Cuiabá, exemplifica o paradoxo do espaço organizado que passa a ganhar novos movimentos contraditórios. É o paradoxo do espaço capitalista segmentado pelos homens. Cada homem traz em si o eixo do seu espaço, de modo que no movimento social na lógica do acampamento os camponeses vivem o tempo presente. Ao serem assentados, ideologicamente, e paradoxalmente, passam a viver na perspectiva do médio e longo prazo, mas inseridos no espaço segregado.

O princípio da eficiência do espaço está ferido pela segregação e na complexidade nas relações sociopolíticas. De certo modo tem-se uma forma de estruturação preocupante pela fragilidade no conjunto de valores ideológicos e relacional que estão configurados nessa deficiência e vulnerabilidade do espaço do homem.

O espaço organizado deveria ser orquestrado pela coesão, paz e harmonia, mas, no caso do Assentamento Cuiabá encontra-se premidos pela tensão e falta de solidariedade. Essa realidade não é receptiva devido ao grau de individualismo existente entre os assentados.

Pode-se imaginar que a inserção no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), foi motivada pela combinação da vontade e necessidade, que foram decisivas para o sucesso da fixação na terra. Assim, a fé e a esperança são mais fortes do que as suas tentativas frustradas, mais forte do que o medo da lei, da polícia e da milícia armada dos latifundiários e do seu poder constituído.

Chama atenção o empenho das mulheres do Assentamento José Ribamar. Elas enfrentam sozinhas os riscos de se integrarem no movimento sem estarem

acompanhadas dos seus respectivos esposos e filhos naquela localidade. Mesmo sem o apoio inicial da família, hoje as mulheres servem de exemplo e são respeitadas por terem enfrentado todos os desafios para conquistar o sonho da terra.

Em contrapartida, no sertão alagoano pode-se dizer que a presença do latifúndio não tem sido palco de movimentos reivindicatórios mediados pelo MST com a mesma intensidade como a constatada no sertão sergipano. No estado de Alagoas a estratégia da territorialidade camponesa procedeu-se, em sua maioria, de outro modo, como explicitado no capítulo anterior.

Neste estado a monopolização do território pelo capital, se sobrepõe à sua territorialização. Esse fato traz instabilidade para o camponês alagoano, motivos da sua exclusão do território, obrigando-o a se movimentar em direção a outras paragens. Em consequência dessa realidade registra-se a existência de camponeses oriundos de municípios alagoanos em assentamentos rurais de Sergipe.

A estratégia camponesa de fixação em Alagoas tem sido impelida para a aquisição das terras pela compra. Essa condição através do poder aquisitivo, tem se materializado com a expressiva minifundialização da terra. Por outro lado, a existência de latifúndios improdutivos pressupõe outras formas de organização para a fixação dos camponeses na terra, a não ser que reúnam força e coragem suficiente para enfrentar o poder constituído pelos proprietários das terras ociosas existentes na região.

O que faz o cidadão urbano se assemelhar ao camponês? É o uso da sua enxada. Chama atenção como o agricultor e o pedreiro trabalham respectivamente o solo no qual demarcam suas atividades.

Na Figura 49, a enxada ilustra o símbolo pelo qual há possibilidade do camponês buscar outros meios de versatilidade de trabalho, mesmo fora do seu habitual ambiente. Ao aceitar subordinar-se aos outros se limita pelo trabalho acessório à condição de mão-de-obra braçal.

Figura 49 - Mutirão para construção da sede da Associação dos Trabalhadores Rurais da Comunidade Cacimba Cercada –Alagoas.



Autoria: José Murilo Siqueira, 2011.

Neste tipo de enredo contratual ele não consegue abertura do espaço com facilidade para se expandir, quando se distancia da sua natureza rural. Assim nessa circunstância sua estratégia é altamente imediatista, diante da conjuntura desfavorável para alcançar seus interesses existenciais no campo. Enquanto no espaço urbano a construção civil se materializa pelo desenho concreto, a matéria da enxada é simbólica. Ela é símbolo da ruralidade intrínseca ao sujeito para a construção humana no campo.

Nesse contexto a visão estratégica da inserção do camponês no urbano também perpassa pelo manuseio daquilo que é prático e direto com o físico material envolvendo o solo e a água, além de outros tantos ingredientes compostos numa contínua e instigante paisagem misturada. Ambas as paisagens: urbana e rural são basicamente construídas, com emprego de objetos naturais e “artificiais” como ilustram as Figuras 49 e Figura 50.

Figura 50 - Comunidade Assentamento Cuiabá: prestação de serviços adaptado às necessidades do homem no campo.



Autoria: Núbia Dias dos Santos, 2012.

Cabe enfatizar como o comportamento do principio do espaço do capital se espacializa de maneira diferente nos espaços urbano e rural. No caso do “setor” rural, as pequenas propriedades distribuem-se ao longo do contorno ou nas periferias das propriedades latifundiárias. Enquanto que no “setor” urbano as propriedades particulares vão se desenhando do eixo central para a periferia preenchendo a densidade do espaço do homem.

Nesse sentido, a territorialidade camponesa embora inserida dentro de um contexto paradoxal impusesse a necessidade de se repensar de que maneira a própria sociedade poderia viver sem o trabalho camponês. Assim, a territorialidade camponesa, inserida no contexto dialético, constitui no refazer-se, na combinação dialética da continuidade e descontinuidade, da qual seu resultado tem implicações diretas na (des)organização da própria estrutura da sociedade.

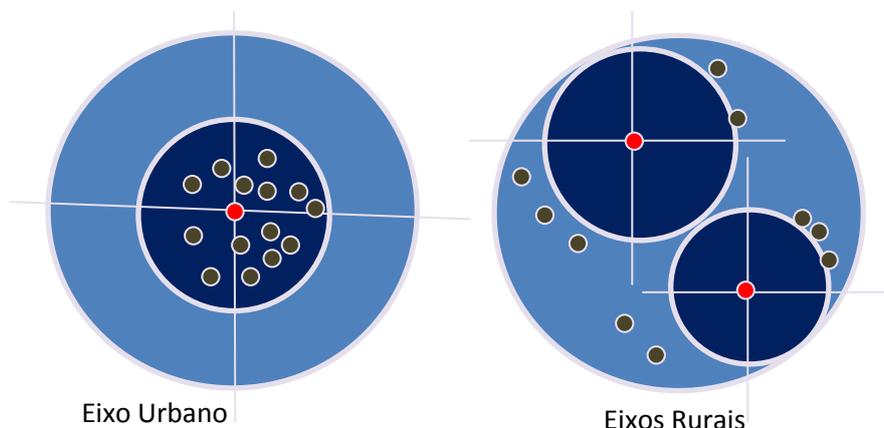
6.2.3 O espaço do capital e a organização do camponês para a sociabilidade: em busca da renda não agrícola

O modo da organização camponesa se expressa desde a primariedade de sua natureza à maneira como consegue concretamente existir em uma sociedade avançada contemporaneamente entendida como no auge da informatização. A sociedade considerada capitalista moderna, torna-se a base explicativa para entender tal realidade quando observamos a continuidade de um padrão cultural resultado de um processo histórico. O processo de formação econômico social (FES) brasileiro encontra-se estruturalmente e subordinadamente, alicerçados dentro de uma mesma lógica, motivada pela dinâmica do capital. Nesse percurso e processo estabeleceram-se as condições para a constituição de um padrão de homogeneização de comportamentos, atitudes e de visão de mundo.

Mesmo em um espaço rural hostil, o homem camponês movido pela conjuntura social e espacial, movimenta-se pelo princípio da sobrevivência, mecanismo maior da sua existência. No ambiente sertanejo, é possível sintetizar o jeito plural de ser camponês? É possível explicar como o camponês vive e sobrevive nesse ambiente? Existe diferença entre o ser camponês assentado em Sergipe e o camponês tradicional em Alagoas? Os camponeses alagoanos e sergipanos apresentam entre si estratégias diferenciadas?

Essas indagações por si indicam a complexidade que envolve o sujeito camponês e a rede de relações a ele atreladas. Assim, falar de estratégia implica compreender que elas envolvem princípios, os quais na prática se constituem em leis e atitudes. Sabe-se que o princípio do capital é a colonização do espaço. O capital forma coluna (colonial?), que hierarquiza pela verticalização da ação no espaço, como mostra os eixos principais das formas-conteúdos específicos, considerando estruturas do espaço urbano e rural como ilustra a Figura 51.

Figura 51- Arranjo do espacial urbano e espacial rural



Autoria: Ajibola Isau Badiru, 2012.

Nota: A ilustração mostra dois modelos estratégicos do espaço do capital que se complementam. O modelo urbano expõe a densidade de propriedades particulares gravitando no entorno de um eixo principal. Pelo contrário o modelo rural expõe as propriedades particulares no contorno do principal espaço do capital, por meio do qual a porosidade se caracteriza pelas propriedades particulares latifundiárias e camponesas.

Como expresso na Figura 51, tanto essa densidade urbana como a porosidade do rural, constitui-se eminentemente como espaço do capital com estruturação e lógica estrutural diferenciada. O espaço do capital conflita com o espaço do homem. Nesse conflito como se apresenta a lógica do camponês? Como o camponês consegue ocupar espaço?

Chama atenção, imediatamente, à diferença complementar entre o solo urbano e rural. O espaço urbano tem a concentração de unidades familiares, enquanto no campo há dispersão no contorno da grande propriedade ou no espaço do capital.

Em ambos, a totalidade manifesta o espaço do capital, considerando a reprodução dos espaços na base da segregação constituída com comportamentos contrastantes. Embora a paisagem rural pareça passiva pela dinâmica diferenciada em relação ao espaço urbano, tal relação não pode ser subestimada. O que faz a diferença continua sendo o contingente populacional que categoricamente afirma uma sobre a outra. No entanto, ambos têm suas particularidades (STEINBEGGER, 2006), envolvendo vulnerabilidades, subordinação e relações de poder atrelada a dinâmica do capital.

Pode-se dizer também que é exatamente a decisão política urbana quem conduz a determinação do tipo de paisagem a ser construída no espaço rural. Ou seja, tudo aquilo que influencia mais a estratégia do sujeito pelo meio que ele vive; conduzindo a tomada de decisão relacionada ao preço do solo e da renda da terra; e a percepção do custo/benefício envolvendo a renda da terra, o rendimento e os produtos dela advindos.

Pode-se dizer que o assentamento Cuiabá materializou um modo rural aparentemente estrangulado pela influência urbana. Apesar de se apresentar como a mais vulnerável, na média dos rendimentos relacionados à pecuária de corte, os camponeses tem seu rendimento parcialmente recompensado pelo desempenho da produção de hortaliças exatamente pela proximidade urbana (Figura 52). No entanto, a comunidade Campinhos é inferior, entre as seis comunidades, considerando a média geral agrícola.

Figura 52– Horta no Assentamento Cuiabá no Município de Canindé de São Francisco – Sergipe.



Autoria: Núbia Dias dos Santos, 2008.

Mesmo com o acesso a terra, certas vulnerabilidades ambientais dificultam a permanência do camponês na terra. Além disso, acometidos por calamidades, enfermidades, a idade avançada, entre outras ocorrências são eventos que convergem

para a decisão do camponês abandonar a terra, ficando exposto a novas circunstâncias constrangedoras.

O modelo latifundiário é uma expressão estratégica da formação do rural monopolizado. Por outro lado, o campo segregado não é urbanizado, mas vinculado a lógica capitalista. A segregação espacial está atrelada ao avanço do capital. Vale dizer que, a sua função precípua permite ao capitalista ser um agente do capital com maior poder de mando e maior beneficiário desta engrenagem, na sua relação com outros agentes sociais.

A função social da propriedade (COSTA, 2006, pp.53-54), diz respeito àquilo que é a totalidade espacial. Constitui a função primária do espaço, em detrimento da sua apropriação particular. No entanto, no espaço rural também lhe é atribuída função privada, de interesse de segmentos sociais, ao passo que a função da propriedade social, portanto de interesse do conjunto da sociedade, reclama a priorização da gestão dos recursos naturais apoiados nos princípios da coletividade⁴⁶.

O espaço é social. O arranjo do espaço do capital está sendo recentemente subordinado⁴⁷ à função social sobre ele precipitada. Existe a possibilidade da função social ainda conseguir, em nome do capital, erradicar de um lugar o arranjo do espaço do capital, ou seja, cria-se paradoxo de o espaço do capital não ser maior do que o próprio capital. Em outras palavras, pressupõe-se a ideia de que formas espaciais do capital possam influenciar outras dimensões espaciais, inclusive a do homem.

Toma-se o exemplo paradoxal da hidroelétrica de Xingó, quando se observa o efeito da função da propriedade social de uma sociedade maior aprontado pelo capital sobre a cidade de Canindé de São Francisco. Tal construção dissolveu o sítio original da cidade rural. O povo dessa cidade perdeu sua identidade ribeirinha e com ela as suas estratégias naturais, sua história, sua referência e a tradição com o lugar.

⁴⁶ A propriedade da função social é coletiva, a exemplo da necessidade de água potável para abastecimento humano. Em todo caso, a função da propriedade social é diferente da função da propriedade particular. Ambas interferem na estratégia dos indivíduos. Na contemporaneidade, se percebe que ninguém é dono absoluto de certos recursos no espaço do qual possui o domínio quer seja na cidade ou no campo. A água, o ar, por exemplo, têm, sobretudo, a função social. A responsabilidade social envolve a sociedade nas questões ambientais.

⁴⁷ Subordinação estabelecida na lei pela Constituição Federal de 1988. Prioriza o meio ambiente e os recursos naturais a ele integrados.

As relações de sociabilidade e de vivência outrora praticadas pela população desse município, expressas pelo estabelecimento de laços de vizinhança, bem como pela rica solidariedade existente, foram redefinidas e novas relações sociais lhe foram apresentadas. Nota-se um aspecto de pesar na população, no que concerne às imposições e modificações vinculadas à construção da hidroelétrica, sobretudo em virtude da substituição de atividades tradicionais, como a pesca e a agricultura desenvolvida até então.

No que tange à organização e ao planejamento do camponês, a fim de assegurar a reprodução social do grupo familiar, verifica-se duas estratégias principais na realização da colheita da produção agrícola. A primeira apresenta lavouras em que é possível, haver um prolongamento do período de colheita, de modo que esta é feita semanalmente, para atender às necessidades imediatas do consumo intrafamiliar. A segunda, a colheita é realizada de uma única vez, definindo-se a quantidade que deverá ser destinada para o autoconsumo e a parcela da produção que será comercializada. São notórias a integração e a cooperação concomitantes entre o homem e a natureza, em processo de transformação, no qual as estratégias do homem estão vinculadas no viver e existir no espaço rural. Nos leva a afirmar com propriedade que a natureza é viva e ela motiva a segurança do camponês pela estratégia adotada para a sua vivência.

Nesse sentido, o camponês é ciente de que o rendimento é uma potencialidade que exige certo acompanhamento, percepção e previsibilidade. Ele gerencia e administra suas potencialidades em vários prazos dependendo das suas necessidades e circunstâncias. O campo serve assim, à vista, como base e também como reserva de seus bens, o que justifica a importância da terra própria para o camponês. Além do mais, pode-se constatar também que os rendimentos apresentados nas comunidades sertanejas examinadas não são suficientes para suprir as necessidades das famílias, quanto ao consumo dos gêneros que não são produzidos na unidade produtiva familiar. Assim, se a policultura pecuária se constitui em estratégia de permanência na terra, a liberação de alguns membros da família para disponibilizar a sua força de trabalho fora da unidade de produção também se configura como estratégia necessária e desenvolvida pelos camponeses para garantir sua existência.

Trata-se da prática do que se convencionou chamar de trabalho acessório, visto que em determinados períodos do ano, o camponês é forçado a buscar em outras atividades, fora da propriedade familiar, um complemento para a composição da renda do grupo, permitindo, assim, sua manutenção enquanto camponês.

Apesar de ter acesso a terra, por vezes esse sujeito é impossibilitado de produzir, de modo que sem alternativas, esse camponês em trabalho acessório, no geral, se insere em atividades produtivas que oferecem alto grau de exploração e baixa remuneração, sobretudo marcadas pela informalidade e sazonalidade.

Por mais que o camponês obtenha uma boa safra agrícola na lavoura temporária, fica evidente que ela tende a não ser suficiente para garantir a sua reprodução social ao longo do ano, que explica a associação das atividades da lavoura temporária com outras atividades produtivas e a liberação de membros da família para realizar trabalho acessório. Tal constatação pode se verificar no leque de atividades produtivas desenvolvidas pelos camponeses.

Nenhuma atividade produtiva desenvolvida em caráter isolado tende a permitir ao camponês a sua autonomia. Cada atividade integra e soma com as demais, compondo essa rede de multifuncionalidades, a qual diferencia o jeito de ser camponês motivado pela sua necessidade e virtudes no sertão de Alagoas e de Sergipe.

O trabalho na terra com a família costuma combinar a pecuária com a policultura. A pecuária é a “poupança viva” do camponês, através dela a ideia de reserva monetária torna-se ativa. Tal “poupança” é sinônimo de aquisição de novas terras ou de aumento do plantel pecuário, principalmente o bovino. Logo a natureza é um agente. Não é um agente financiador. Mas a natureza é agente de valor reservado quando se tem uma estrutura propícia, uma estrutura saudável.

No contexto peculiar, sua visão e atitudes não são novas, elas compõem parte integrante da aprendizagem cultural pela maneira singular de viver o campo, ao necessitar desfazer-se de maneira imediata ou urgente dessa poupança viva, transformá-la efetivamente em mercadoria, em valor de troca.

Tem-se decifrado a lógica estratégica camponesa no sertão sergipano e alagoano. A lógica traduzida por Chayanov (1981), como o balanço de braços e bocas, por Lipton (1968), como a estratégia de aversão ao risco, por Schultz (1965), como racionalidade econômica e por Melor (1963), Sen (1966) e Nakagima (1969), do limiar e alcance, da capacidade de sobretrabalho do camponês para garantir a sua reprodução social. Isso traduz a capacidade de sacrifício que o camponês se predispõe a realizar, a fim de conquistar o objetivo almejado, seja o da sobrevivência imediata, seja a necessidade/virtude da ampliação do patrimônio territorial.

Dessa maneira, a renda camponesa materializa-se em variáveis que não se restringem a uma lógica meramente economicista. O casamento, por exemplo, também é fatura⁴⁸ a ele o camponês agrega-se e se vincula como mecanismos para expandir a renda. A renda direta obtida com o trabalho na terra pode ser irrisória, no entanto, é fundamental para que seus valores auxiliem a cobrir as necessidades imediatas, enquanto o estoque de parte do que foi produzido possibilita o autoconsumo.

O arrendamento está relacionado à estratégia tanto para suprir as deficiências na sua própria terra na combinação da policultura/pecuária, quanto para aqueles que só dispõem do lote de moradia, bem como para aqueles que residem no recinto de parentes. O arrendamento é uma estratégia também vinculada, mas não exclusivamente, a relações de parentesco que une a solidariedade com a lógica mercantil.

Pessoas com idade mais avançada tendem a arrendar a terra ou parte delas para parentes, geralmente filhos, como forma de manter a utilização do solo e garantir para ambos os cultivos e/ou rendimentos dela advindos. Utiliza-se também o recurso do arrendamento como forma de garantir ao arrendatário, a possibilidade de acesso ao crédito rural, como o PRONAF, mediante o cumprimento das exigências legais.

A prática da pecuária também se configura enquanto uma estratégia de reprodução do campesinato, que resulta da criação de um imaginário coletivo e simbólico de que a criação de gado, por exemplo, é um bom negócio e representa tranquilidade. Comumente, associa-se a criação de gado à ideia de prosperidade e de

⁴⁸ Fatura um aliado de trabalho, a reprodução de mão-de-obra na figura dos filhos, a extensão de suas potencialidades e a mordomia no ambiente doméstico.

riqueza (VILAR, 1991), haja vista que historicamente a criação de gado, sobretudo na região nordeste brasileira, esteve e ainda se mantém enquanto sinônimo de poder.

Outro fator diz respeito ao uso da força do rebanho bovino como tração animal para arar a terra, transportar pessoas e mercadorias por longas distâncias e caminhos difíceis, como ilustra a Figura 53. Além disso, conforme anteriormente explicitado, em casos de emergência, o rebanho bovino (Figuras 53 e Figura 54) representa um bem que se pode vender para sanar as necessidades mais urgentes. Ademais, a produção leiteira contribui para a economia camponesa, possibilitando meios monetários para aquisição das suas necessidades imediatas, tais como, alguns produtos alimentícios e domésticos nas feiras semanais. A grande dificuldade é a exígua extensão do terreno, considerando a sua escala de operacionalização.

Figura 53 - Transporte de Tração animal. Carro de boi na Comunidade Quixabeira-Alagoas.



Autoria: José Murilo Siqueira, 2011.

Figura 54- Camponês arando a terra na comunidade Quixabeira-Alagoas.



Autoria: José Murilo Siqueira, 2011.

Além do gado bovino, a presença de caprinos e ovinos tem possibilitado a maior diversificação do plantel. A presença do COEP, por sua vez, estimulou a introdução dos caprinos e ovinos. Então, cada família recebe três cabeças (um reprodutor e duas fêmeas) e se comprometem a devolver a mesma quantidade de animais, a serem repassados para as demais famílias, até que todas as famílias interessadas possam compor seu próprio rebanho.

O técnico agrícola também disponibilizado pelo COEP realiza a orientação da assistência técnica, tanto para os cultivos, quanto para os cuidados fitossanitários, alimentícios para com o rebanho que possui melhoramento genético e não pode ser criado de maneira extensiva como o rebanho tradicional.

6.3 O Trabalho Acessório como Estratégia do Camponês e Outras Fontes de Renda

A reprodução do camponês e a sua fixação nos espaços rurais são possibilitadas por meio de uma série de estratégias por ele empreendidas, portanto, os camponeses que já obtiveram acesso a terra, continuam lutando, agora em busca de condições que possibilitem a sua permanência com dignidade no espaço rural.

Nota-se que o trabalho acessório é uma estratégia para fixação do camponês, considerando a preocupação com a garantia da sua existência e vivência, associada ao patrimônio fundiário, uma vez que quando este migra, em busca de atividades temporárias, desestrutura-se e redefine-se no interior da unidade de produção, a divisão do trabalho familiar. Contudo, ao retornar, esse sujeito retoma suas atividades na prática agrícola, em sua propriedade.

Percebe-se que o seu modelo de acesso a terra pela herança é insuficiente. Nesse sentido, o camponês é movido por essa necessidade de buscar novos meios favoráveis para a sustentação familiar da geração presente e da futura tendo em vista os recursos técnicos disponíveis. Assim, as estratégias dos camponeses para acesso a terra própria envolvem desde a herança, a aquisição no mercado, como pelo ingresso no Movimento dos Trabalhadores Rurais.

Os dados disponíveis nas Tabelas 12, Tabela 13 e Tabela 14 demonstram os percentuais de camponeses por comunidade que fazem uso: (a) do trabalho acessório; (b) de benefícios previdenciários (Aposentadoria e Pensão) e (c) do Programa Bolsa Família.

Os números mostram que a atividade do trabalho acessório não se faz presente nas comunidades de maneira acentuada, se levar em consideração as seis comunidades em seu conjunto. No entanto, revela por um lado, a necessidade dos camponeses disponibilizarem a sua força de trabalho no mercado, como componente estratégico da sua vivência e existência, mecanismo para a sua reprodução social e continuidade no sertão, e por outro, revela, o paradoxo em se observar, por exemplo, que o Assentamento José Ribamar se apresenta como o lugar com maior incidência de camponeses envolvidos no trabalho acessório. Além disso, o assentamento é recente, os

camponeses estão acessando o crédito do PRONAF. Por outro lado, os rendimentos desses camponeses se configuram como os valores menores.

Na proporção inversa, a comunidade de Cacimba Cercada possui o menor número de camponeses desenvolvendo atividades acessórias, no entanto, possuem os maiores rendimentos obtidos nesta atividade. Esse contexto se justifica porque o trabalho acessório desenvolvido por esses camponeses é realizado no Estado de São Paulo e no Estado do Paraná. Situação similar aos camponeses de Quixabeira, que possuem atividades relacionadas também a atividades vinculadas ao serviço público, enquanto em Campinhos estão mais relacionadas às atividades no setor secundário. Pode-se observar um padrão envolvendo as três comunidades dos seus respectivos Estados. As comunidades alagoanas apresentam os maiores rendimentos médios relacionados ao trabalho acessório, enquanto nas três comunidades sergipanas ocorre o inverso e neste caso, estão mais diretamente vinculadas ao trabalho na agricultura e/ou ao desenvolvimento de atividades como pedreiro e carpinteiros em Empresas situadas em Brasília e Estados do Nordeste, envolvidos com as obras da Copa do Mundo de 2014.

Tabela 12 - Uso do trabalho acessório pelas famílias no sertão de Alagoas e de Sergipe.

Trabalho Acessório			
Comunidades	Possui	Não Possui	Rendimento Médio (Mês)
Cacimba Cercada	12,00	88,00	1198,33
Campinhos	36,36	63,64	820,75
Cuiabá	14,81	85,19	557,83
José Ribamar	41,67	58,33	451,00
Pioneira	40,00	60,00	574,17
Quixabeira	27,27	72,73	727,78

Autoria Núbia Dias dos Santos, 2012.

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Tabela 13 – Rendimentos Provenientes de benefícios previdenciários

Comunidades	Aposentadoria			Auxílio Doença		
	Possui	Não Possui	Média (Mês)	Possui	Não Possui	Média (Mês)
C. Cercada	28,00	72,00	856,43	4,00	96,00	545,00
Campinhos	38,18	61,82	660,00	7,27	92,73	933,75
Cuiabá	29,63	70,37	681,25	11,11	88,89	908,33
José Ribamar	16,67	83,33	545,00	8,33	91,67	545,00
Pioneira	53,33	46,67	749,38	6,67	93,33	545,00
Quixabeira	42,42	57,58	973,21	15,15	84,85	545,00

Autoria: Núbia Dias dos Santos, 2012. Fonte: Trabalho de campo, 2011.

A Tabela 13 expõe o percentual médio de camponeses por comunidade com acesso aos benefícios previdenciários. Neste tem-se a Comunidade Pioneira como o maior percentual no que se refere ao benefício da aposentadoria, seguido pela comunidade Quixabeira, que obtém a maior média de rendimentos neste particular. Essa mesma comunidade também se destaca no percentual de pessoas beneficiadas com o Auxílio Doença, apesar de que é na Comunidade de Campinhos que se encontra a maior média de rendimentos provenientes do Auxílio-doença.

Tabela 14 – Rendimentos provenientes de benefícios sociais

Comunidades	Bolsa Família		
	Possui	Não Possui	Média (Mês)
Cacimba Cercada	68,00	32,00	141,71
Campinhos	49,09	50,91	118,96
Cuiabá	59,26	40,74	138,50
José Ribamar	75,00	25,00	109,78
Pioneira	46,67	53,33	130,00
Quixabeira	57,58	42,42	138,89

Autoria: Núbia Dias dos Santos, 2012. Fonte: Trabalho de campo, 2011.

Os rendimentos obtidos com o Programa Bolsa Família é o que se apresenta com maior alcance. Sendo que entre as comunidades, Pioneira é que apresenta menor média nesse Programa, uma vez que a média de camponeses encontra-se mais acentuada no benefício previdenciário da aposentadoria. Significa dizer que essa comunidade, possui o número de crianças inferior aos números de adultos, inseridos nos respectivos programas governamentais. Por sua vez é possível constatar que os valores médios

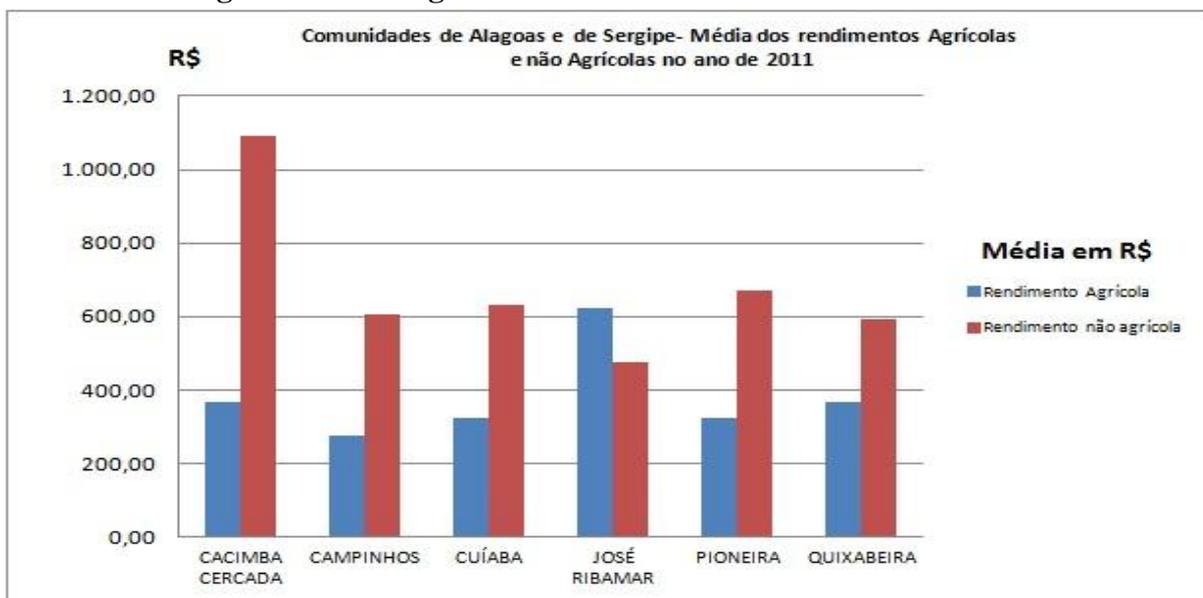
oscilam de uma comunidade para outra, tendo em vista o número de crianças, por família e por comunidade inseridas no referido programa.

Tem-se na Figura 55, a média dos rendimentos agrícola e não agrícolas nas comunidades de Alagoas e de Sergipe para o ano de 2011, acrescido esses dados na Figura 56 com o desvio padrão de cada média de rendimento. Ao associar a média geral do rendimento agrícola com a média geral do rendimento não agrícola, deve-se levar em consideração que são duas atividades com caráter de obtenção da renda em tempos distintos.

A média dos rendimentos agrícolas apresenta o resultado do trabalho realizado durante o ano agrícola, expresso na renda média anual, enquanto o rendimento não agrícola, geralmente expõe o resultado do trabalho em rendimento mensal, ou acesso a políticas públicas com essa mesma característica. Além desse aspecto, por outro lado, enquanto a renda agrícola envolve todos os camponeses, a renda não agrícola, possui o fracionamento, como apresentado nas Tabelas 12, Tabela 13 e Tabela 14.

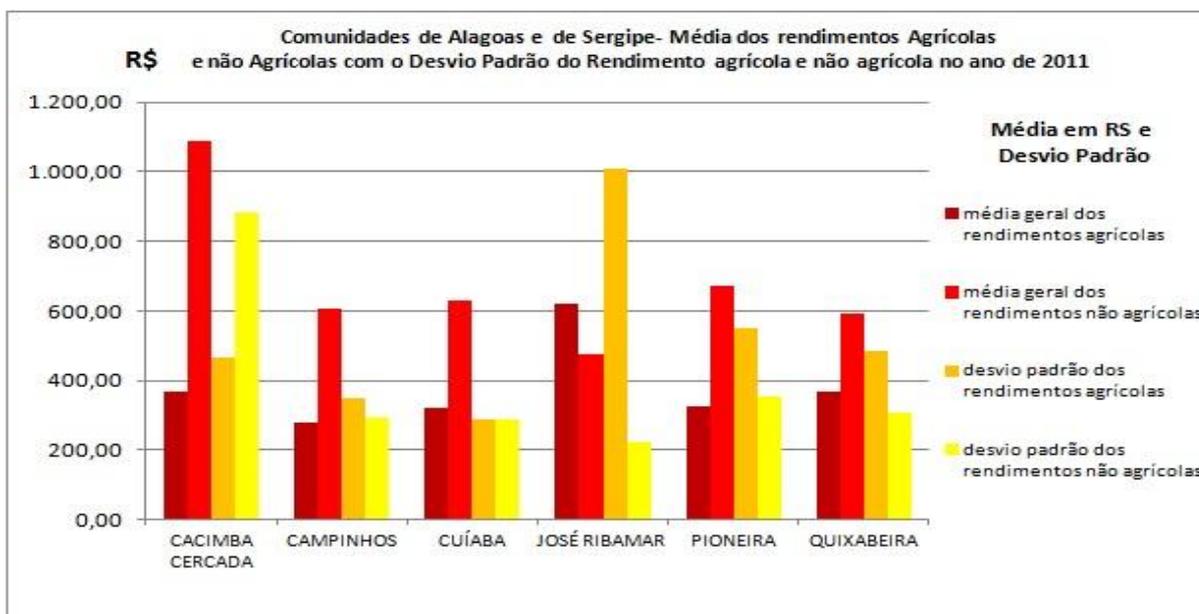
Impõe dizer que a existência e vivência do camponês no Sertão dos Estados de Alagoas e Sergipe, estão vinculadas as suas estratégias de reprodução social, na combinação da multifuncionalidade do seu trabalho e da sua família, dentro e fora da unidade de produção familiar, e, associada à estratégia de acesso as políticas públicas.

Figura 55 – Comunidades dos Estados de Alagoas e de Sergipe - Média dos Rendimentos Agrícola e Não Agrícola - 2011.



Pesquisa de Campo, 2011.

Figura 56– Média dos Rendimentos Agrícolas e Não Agrícola com o Desvio Padrão do Rendimento Agrícola e Não Agrícola das Comunidades de Alagoas e de Sergipe.



Pesquisa de Campo, 2011.

A multidimensionalidade do tempo dedicado nos trabalhos agrícolas e não agrícolas nas comunidades surge a partir da percepção natural do camponês quanto ao que é necessário para a inserção e permanência na terra. Dessa maneira, o trabalho acessório pode ser visto como uma das suas estratégias para melhorar decisivamente seu rendimento monetário.

Essa renda, quando possível, pode contribuir para a aquisição de novas terras, para garantir a reprodução social dos filhos os quais passam a compor a sua própria família. Essa aquisição simboliza a expansão da territorialização camponesa, sinônimo de enraizamento e da territorialização das novas gerações.

Um fato curioso percebido é de que o fato a terra nos assentamentos ao ser pré-determinada e não dispor de condições técnicas e estruturais adequadas, torna o tamanho dos lotes um condicionante que traz consequências diretas no comportamento das famílias assentadas. Dentro de uma lógica estrutural rígida, nota-se que a reação é de contrariedade, no sentido dos camponeses continuarem demandando terras para a família que cresce e não consegue extrair da mesma a sua reprodução social com autonomia e dignidade. O tamanho dos lotes não sendo suficiente, associado a precárias condições e questões estruturais, implica na continuidade da luta, de um lado, para a

reprodução social na terra conquistada, e de outro, no ingresso dos filhos nos movimentos sociais para que sua reprodução social também se realize na terra própria.

A terra pela sua exiguidade e pelos recursos técnicos pouco acessíveis aos camponeses sugere a necessidade da família dispor de mais de um lote. Enquanto não se realiza essa utopia camponesa (IANNI, 2009), mantem-se o trabalho familiar na unidade de produção, bem como a construção de novas residências nos lotes dos parentes enquanto se persegue a realização dessa aspiração.

Esse comportamento expressa em seu pano de fundo a estratégia camponesa embasada no código de um entendimento familiar, permeado pela solidariedade e que se estabelece pela transmissão desses valores intrínsecos do viver no campo. No entanto, o campo também apresenta seus pontos porosos e adensados. Respectivamente observando o espaço do trabalho e o espaço da moradia, como ilustra a Figura 57.

Figura 57 – Comunidade de Quixabeira-Alagoas, aspectos da paisagem construída.



Autoria: José Murilo Siqueira, 2011.

Nos espaços da moradia rural, se o presente é insuficiente e incerto, pode-se inferir que as futuras gerações tornam-se herdeiras dessas incertezas. Pode-se inferir

também, que é pelo espaço da incerteza que as gerações dos filhos dos camponeses são naturalmente motivadas para agir exatamente ao perceber que há certos espaços de improvisos ainda não preenchidos.

A verdade é que o espaço está em todo lugar, mas a construção do lugar vai depender do movimento orientado para a sua apropriação efetiva, de modo que o olhar para o “vazio” lhes serve para se interrogar e se orientar, no sentido da tomada de atitude para conquistar o lugar próprio.

A busca pela independência induz a conduta da independência. Os jovens camponeses são impelidos a manter o espírito conquistador para continuarem se reproduzindo. Nessa perspectiva, identificam-se pelo menos cinco principais estratégias, com a finalidade de fazê-los permanecer no campo. A primeira estratégia de ação – a construção da casa – diz respeito à expansão do número de moradias no mesmo lote dos pais.

A segunda ação é a oferta da força de trabalho, visto que o trabalho acessório pode servir como mecanismo de reserva monetária, voltado para a aquisição de parcelas de terra e para aquisição de bens de consumo (celular, moto, roupas, etc.). A terceira ação é a própria compra da terra. A quarta ação é a inserção no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, visando construir novas espacializações, objetivando territorializar a luta para se territorializar como camponês. Na quinta ação, se necessário, realizam parcerias com latifundiários. Essas ações elencadas foram percebidas com base nas observações dos assentamentos estudados. Sabe-se, no entanto, que não se trata de um processo pontual, restrito à área estudada, mas de uma realidade de âmbito nacional.

É na verdade, uma percepção do movimento de duplo sentido, isto é, de contração e dilatação, territorialização e desterritorialização, direcionada a recriação camponesa a partir do movimento e da dinâmica das novas gerações de camponeses. Há contração quando as novas gerações migram definitivamente para as cidades, para se reproduzirem como trabalhadores urbanos, criando novas raízes e novas identidades, contudo – na maioria das vezes, acentuando a condição de pobreza, em muitos casos. Essa conjuntura vale tanto para os filhos como para as filhas. O destino das filhas dos

camponeses nesse processo de reprodução pode estar vinculado a uma realidade que combina o rural com o urbano quando ocupam as profissões de empregadas domésticas, na condição de diaristas, professoras ou funcionárias públicas, por exemplo. Funções que exercem nos espaços urbanos, por meio das migrações pendulares.

As estratégias dos camponeses se combinam com a multiplicidade do tempo produtivo. Esperam com a obtenção dos rendimentos não agrícolas a garantia do acesso, da permanência e reprodução na terra. Uma lógica que os filhos, quando retornam das jornadas de trabalho exercidas em outras cidades e regiões do país, buscam investir no lugar. Em último caso, quando não podem se reproduzir no mesmo lugar dos demais familiares, se expandem e cria o novo lugar, ou quando já se instalam em novo lugar ao considerá-lo como melhor do que o seu original, optam por ele. A dinâmica natural da sua territorialização torna-se recurso pleno na condição de proprietário da terra e parcial na condição de arrendatário, ou mediante a configuração de contratos capitalistas e/ou não capitalistas.

Os jovens são culturalmente, estimulados a recomeçar e realimentar a luta, baseando-se nesse princípio orgânico estrutural. O código moral desse espaço, no olhar, viver e conviver pode estimular uma parcela desses jovens a se inserir em novos acampamentos para conquistar a sua própria terra e assim superar a preocupação com as incertezas, migrações e as sucessivas subordinações e sujeições. Nesse sentido, pode-se entender que a história é construída à base dessa estratégia culturalista, de modo que é renovada a luta camponesa expressada pela participação em movimentos sociais de luta pela terra também pelos filhos dos camponeses assentados.

Os assentamentos Cuiabá e Pioneira evidenciam o modelo da Reforma Agrária distributivista, insuficiente desde a sua emergência. No assentamento Cuiabá, das 200 famílias inicialmente assentadas, hoje reside 300 famílias. No Assentamento Pioneira das 16 famílias originárias ocorreu 100% de elevação entre o número de famílias originalmente assentadas e as que efetivamente lá residem. Na prática, esses membros podem se constituir na força de trabalho acessória. Adensam o *exército de reserva* de mão-de-obra disponível para colocar-se a serviço na cidade ou no campo e também nos possíveis integrantes do MST.

Constata-se então que há um estrangulamento entre a função e a estrutura do espaço no sertão de Alagoas e de Sergipe. De que maneira? E por outro lado, a estratégia induzida no assentamento de trabalhadores rurais na política denominada de Reforma Agrária sugere que os assentados sejam forçados ao modelo segregacionista urbano, que é contratante.

O Assentamento Cuiabá representa um exemplo do processo de segregação espacial ao ser transformado oficialmente em Povoado Cuiabá. De acordo com depoimento de um dos entrevistados, a situação tem sido motivo de injúria dos assentados quando nos diz que “*O Povoado Cuiabá é jogo da prefeitura. São interesses políticos. A prefeitura dizia que não podia fazer muita coisa se fosse assentamento*”.

A aventura leva também os filhos dos camponeses para a realização de trabalhos temporários em várias partes do país, recriando o ciclo de sociabilidade, mesmo pela subordinação nas grandes propriedades do Sudeste do país ou integrando as grandes obras da construção civil curiosamente em Brasília. Nos assentamentos estudados, verifica-se a ocorrência dessa migração para o sudeste.

Nas relações sociais, portanto, nas relações de poder, a fragilidade do rural em relação ao espaço econômico mediado pelo Estado, cria e recria a predisposição do rural em ceder a sua formação para o urbano. O rural considerado fixo e rígido cede braços e capitais ao urbano fluido, líquido, maleável ao movimento e à dinâmica do capital. Pode-se dizer também que é exatamente a decisão política urbana que conduz a formação do tipo de paisagem a ser construída, ou seja, a decisão baseada ainda no preço do solo, na percepção do custo/benefício, envolvendo a renda da terra.

Construções de alvenaria também aparecem como a estratégia do camponês no espaço rural. No entanto, existe descompasso ao se implantarem assentamentos rurais nas proximidades de uma via principal. A localização parece impactar quando mistura processos que são envolventes no mesmo lugar, quando se tem um padrão de vida rural em contínuo confronto com o padrão urbano. No Assentamento Pioneira, nota-se um fato singular de uma residência construída com dois pisos. Tal construção se constitui em elemento atípico na paisagem rural construída, decorrente das novas gerações situadas nos assentamentos, representadas pelos filhos dos camponeses.

É comum perceber certos valores e elementos do modo de vida urbano assimilados/incorporados por essa geração mais jovem. Esse é um processo estrutural que mostra a heterogeneidade do sujeito. Os valores tradicionais tendem a ser complementados com padrões urbanos de comportamento. Nesse sentido, a construção civil pode apresentar notoriedade em relação ao uso do solo agrícola. Assim, a fixação também se dá pela construção, pelo espaço construído no qual as pessoas são agregadas.

O camponês é uma expressão estrutural, estética e contínua de um processo de transformação espacial multidimensional. Pode-se inferir que o grau da ruralização, seja a expressão qualitativa e quantitativa da população camponesa, em seu processo de reprodução social. Ou seja, o aspecto natural espacialmente inscrito pelo lugar. O construto rural procede do modo rural.

A realidade do sertão, ser rural, não implica em se abster da condição objetiva e reprodutiva do espaço do capital. Uma transformação que afeta/interfere nas novas gerações de camponeses, principalmente os jovens que estão em contato direto com o urbano. Os valores e modelos urbanos são acessados pelo contato contínuo à sede municipal, onde se localizam as unidades de ensino do nível médio. O contato com os aparelhos ideológicos do Estado, os meios de informação e de comunicação em massa, facilitam a vida no campo, porém também sugerem novos aprendizados e comportamentos. No entanto, o fato do camponês se tornar consumidor de bens de consumo, comumente utilizados no espaço urbano, o fato de o camponês consumir não o torna menos camponês.

Assim, é notório que a formação escolar, as relações sociais, as manifestações culturais, cotidianamente vivenciadas na cidade influenciam a perspectiva de permanência ou não dos jovens na unidade de produção familiar. Pode-se inferir que decidir viver na cidade torna-se a opção, na busca pela reprodução em condições consideradas menos extremas de subserviência e sujeição. Por outro lado, a estratégia em se manter no espaço rural sugere a reafirmação dos laços de identidade e a busca pela sua reprodução social no seu lugar de origem.

Verifica-se então que cultivar a própria terra, realizar trabalho acessório, a comercialização de animais e a comercialização do leite, constituem vários mecanismos

e estratégias de rentabilidade alternativa para a mão-de-obra familiar. Compõem no seu conjunto de estratégias para continuar sendo camponês, além de se constituírem em componentes integrantes do seu contexto de sociabilidade na unidade de produção familiar. É interessante conceber como nessa sociedade de interconhecimento as pessoas estão submetidas por um lado à própria condição de fragilidade e subordinação. Por outro, a família compartilha experiências de trabalho e de seus resultados, como um modo orgânico de vida o sobretrabalho sintetiza a condição intrínseca de ser camponês.

Sendo assim, a manutenção e permanência desse sujeito camponês se faz essencial para o conjunto da sociedade, especialmente em razão das funções específicas que lhe é atribuída e de seu papel na divisão do trabalho, cabendo-lhe a produção de alimentos que abastece o mercado interno, de modo que este sujeito é duplamente explorado, social e espacialmente primeiro porque, ao produzir e comercializar alimentos a baixos preços torna-se possível o pagamento de baixos salários à mão-de-obra empregada em todos os setores da economia. E segundo, porque seu modo de reprodução simples, realizada com baixos custos, assegura a existência de força de trabalho sobrando.

Assim, sua estratégia de sobrevivência se consolida também ao realizar estoque de: alimentos, sementes, forragem, água, adubos orgânicos. A aquisição de terras significa a expansão de trabalho, de possibilidades, mesmo que as distintas áreas adquiridas se encontrem descontínuas. Percebe-se como a exiguidade da terra pertencente ao camponês por si mesma não garante a reprodução desse sujeito social. Sua ideologia contrasta com a realidade, apesar do fato de que o ser camponês no sertão significa múltiplas atitudes, funcionalidades e estratégias.

No entanto, a responsabilidade social se constata na maneira de viver e atuar na comunidade. No Brasil, a responsabilidade social da propriedade rural em curso está relacionada à manutenção e funcionamento do modelo de capitalismo.

Inseridos no estabelecimento de relações sociais e de produção, as estratégias de reprodução camponesa e a rede de relações inerentes à sua sociabilidade convergem para movimentar a formação espacial brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo histórico da estruturação sócioespacial brasileira apresenta reflexos para a realidade do camponês do sertão de Alagoas e de Sergipe que apresenta uma diferenciada estruturação espacial nestes dois estados. No âmbito social a vivência do camponês no sertão não se traduz exclusivamente pelas motivações próprias, capitalistas. Embora existam condicionantes exógenos que determinam as relações socioambientais, como o processo histórico da posse da terra, o domínio do território e o monopólio econômico, os mesmos são limitadores estruturantes, para os camponeses sertanejos.

Premidos por um processo histórico desfavorável à reprodução social dos camponeses brasileiro e sertanejo, ocorre em vários contextos paradoxais. A presença expressiva de camponeses no sertão brasileiro tem suas peculiaridades pela morfologia sócioespacial de existir e de viver: exatamente, na lógica desigual e contraditória do capitalismo. A presença do camponês procede de uma dupla contradição associada às próprias condições democráticas e do sistema capitalista na sua lógica desigual e contraditória.

O sistema capitalista que se utiliza do trabalho camponês como um dos mecanismos da sua reprodução ampliada, contraria a sua continuidade. De um lado, esse paradoxo, confirma uma série de processos políticos estruturais que ainda persistem e modelam o camponês em suas relações fundamentadas envolvendo a terra, o trabalho e a família, como meios para a conquista do espaço do homem. De outro, a subordinação e monopolização constituem em elementos basilares do processo da dominação hierarquizada. Essas disciplinaram as relações secundárias, como aquelas entre os camponeses e os agentes do capital, bem como, as relações com os demais sujeitos sociais.

Na existência e vivência no sertão, a marginalidade do camponês transcorre da conjuntura sócio-política, da lógica desigual e contraditória do movimento do capital, da sujeição aos agentes⁴⁹ do capital e, sobretudo, da exclusão política e espacial. Tal

⁴⁹ Os fazendeiros que controlava a concessão ao uso do solo.

situação da vivência camponesa nas comunidades sertanejas traduz o espaço rural estruturado e predeterminado pela: *territorialização do capital, monopolização do território, dinamização do trabalho braçal, regionalização do tempo do sujeito, a segregação espacial da sociedade organizada e a territorialização social do lugar*. Formam um conjunto explicativo e dialeticamente inter-relacionado na configuração existencial do homem camponês.

Ao atravessar os níveis do espaço geográfico, as estratégias do camponês no sertão refletem certa continuidade e descontinuidade caracterizada pela interpolação de interfaces de tempo e espaço que sofrem a pressão subordinada pela sociedade do capital estruturada sobre múltiplas escalas. Nelas o espaço do homem está estratificado em quatro estratégias: *sociabilidade, flexibilidade, rentabilidade e territorialidade*. Estas revelam os graus de interdependência e articulação entre o sujeito e suas possibilidades.

A família é a base estratégica da sociabilidade do camponês, um componente estratégico político econômico, acionado para garantir a terra, a segurança, e, sobretudo a continuidade no campo. Na reprodução camponesa, os princípios das estratégias de rentabilidade, flexibilidade e territorialidade atravessam a sociabilidade. Os quatro princípios, de maneira paradoxal favorecem também a dinâmica do capital, e ao mesmo tempo permite comportamentos e ações pelos camponeses, como instrumentos para a sua continuidade no Sertão.

Desde o período colonial, a lógica original do sistema capitalista brasileiro continua com o processo de subordinação cultural do camponês. A história política do País está relacionada, à função social dos camponeses como produtores de alimentos, fornecedores de matéria-prima, mão-de-obra abundante e braçal, indexadores dos salários e exército rural de reserva. A permanência dessa função social liga-se ainda a mudanças estruturais pouco expressivas no campo. Trata-se, da concentração da *terra*, da *renda* e dos *meios de produção*, apropriados por outros sujeitos sociais.

Paradoxalmente, dentro do estado democrático de leis e de direitos, a estruturação territorial assimétrica no Brasil sedimenta a desigualdade social sobre os camponeses também no Sertão. Os camponeses pela sua forma de vida no Sertão são

considerados fracos e despreparados para o mundo da competição e da concorrência, no processo territorial.

O desempenho da função social do camponês na sociedade brasileira permanece sendo comprometido pela estrutura sócioespacial que origina a dificuldade contínua de sua manutenção e reprodução social, de certa forma, comprimida à reprodução simples.

A significativa presença contemporânea de camponeses, residindo no Sertão, sinaliza uma situação *sui generis* e um novo período no movimento do capital ao extrair mais-valia do trabalho camponês sem precisar expropriá-lo, como ocorreu durante muitos anos. Suas condições socioeconômicas convergem para configurar o baixo valor auferido ao trabalho camponês como instrumento de indexação dos salários urbanos. Tende também na transformação do camponês no exercito rural de reserva, o que na prática implica para além da sua subordinação e sujeição, na fixação da sua condição de indexador dos salários.

O nordeste desempenhou na divisão regional do trabalho o papel de fornecedor de mão de obra para as demais regiões do país. Na atualidade, a lógica moderna do espaço rural brasileiro confirma a relação dos níveis de miséria e pobreza gritante sustentado pelo desigual modelo político de desenvolvimento econômico brasileiro.

O Estado brasileiro formula políticas territoriais, segregando o espaço. O espaço rural é particularizado no desenvolvimento macroeconômico. De modo que, as políticas de desenvolvimento econômico também sofrem a mesma setorização ao serem concebidas sem se considerar a totalidade do espaço. Suas políticas territoriais refletem uma proposta de desenvolvimento ancorada na visão do espaço segmentado, inclusive entre o rural e o urbano como ocorre nos municípios. Na prática afeta as condições orgânicas do espaço do homem camponês, como também, a solidariedade na escala humana.

Ao priorizar continuamente a manutenção e modernização técnica do latifúndio ancorado no agronegócio como sendo o principal modelo de desenvolvimento rural, o espaço rural segmentado conserva-se como apêndice do desenvolvimento macroeconômico, comprometido com a dinâmica do modelo urbano-industrial financeiro. Esse modelo vulnerabiliza os demais segmentos sociais existentes nesse

espaço. Isso explica a problemática da permanência dos camponeses com a continuidade da sua função social.

As políticas de desenvolvimento rural confirmam a elaboração de um modelo descendente (de cima para baixo) que possuem como foco o mercado e atendem, prioritariamente, as demandas capitalistas (industrial, comercial, financeiro, fundiário e urbano). No entanto, por um lado, não considera devidamente as demandas dos camponeses como parte integrante e indissociável das mesmas. Por outro, os camponeses apresentam capacidade técnica-cultural a ser potencializado pelas políticas, podendo as mesmas ser elaboradas como modelo ascendente para contemplar as demandas sociais dos camponeses.

O PRONAF pode servir como instrumento potencializador para as atividades produtivas camponesas. Enquanto isso não ocorre, o nível de pobreza, de marginalidade e de exclusão no qual os camponeses estão inseridos, não é resultado da sua incapacidade cultural e técnica em se modernizar. A capacidade técnica dos camponeses está estreitamente vinculada à concepção, elaboração e implementação das Políticas Públicas estruturadas em caráter ascendente no espaço rural. Tal capacidade dos camponeses é indissociável a flexibilidade estrutural e a acessibilidade aos recursos territoriais.

No nordeste brasileiro, os camponeses compõem uma parcela significativa da população cuja expressividade política foi historicamente sufocada e fragilizada, inclusive, em relação à inserção da sua pauta de reivindicações na agenda dos gestores públicos. Permanece necessário o reconhecimento da importância política dos camponeses no conjunto da sociedade.

Há duas concepções divergentes de sociedade no âmbito da organização sócioespacial brasileira: uma delas diz respeito aos opressores os quais se utilizam da terra como e enquanto instrumento de poder; a outra baseada na lógica camponesa para a qual a terra apresenta-se como fundamento da vida e da existência dos homens e da natureza. Pensar o desenvolvimento rural embasado na segunda concepção remete ao questionamento quanto a atual estrutura do poder territorial ancorada no agronegócio e no capitalismo financeiro.

A pesquisa detectou que há diferença estrutural entre o camponês no estado de Alagoas e no estado de Sergipe. No primeiro estado a reprodução do camponês decorre da sua terra de trabalho. Enquanto, no segundo, a reprodução social do camponês é contraditoriamente viabilizada com a realização de trabalho acessório. A terra camponesa apresenta-se como terra de morada, principalmente nos Assentamentos Cuiabá e Pioneira.

É recomendável inserir na agenda de desenvolvimento o espaço do homem camponês, contemplando sua necessidade social de organização cultural e suas demandas humanas a curto, médio e longo prazo. Dessa forma os camponeses como parcela significativa da população rural faz jus à participação inclusiva. Como sujeito e ator social, a inclusão do camponês na agenda política sugere mudança do atual paradigma.

Pode-se afirmar com segurança que o diagnóstico do espaço do homem pode ser dialeticamente baseado em quatro elementos relacionais: *tempo*, *sujeito*, *sociedade*, *lugar*, considerando as categorias de análise: *estrutura*, *processo*, *função* e *forma*, adotando duas combinações relacionadas à infraestrutural-superestrutural e estrutural-espacial.

O espaço do homem não é a terra adquirida, conquistada ou possuída, mas representa a escala da unidade familiar pela sua participação incisiva na estruturação efetiva da sociedade democrática de leis e de direitos. Assim, a estruturação participativa e a participação estrutural do camponês são conjunturas fundamentais capazes de potencializar a integração do espaço do homem na sociedade capitalista. O espaço do homem não é exclusividade rural. O espaço do homem é relacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. 2ed. São Paulo, Campinas: Hucitec, Unicamp, 1998. (Série Estudos Rurais 12).

_____. **O Capital Social dos Territórios: repensando o desenvolvimento rural**. Revista Economia Aplicada, vol.4, nº 2, abril – junho 2002, São Paulo: FEA\USP, pp.379-395.

ABRAMOVAY, R.; MARIE-GABRIELE, P. **Política de Crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): Resultados e Limites da Experiência Brasileira nos anos 90**. Cadernos de Ciência e Tecnologia. Brasília, v.22, nº1, p.53-66, jan/abr. 2005.

ABREU, M. de A. A apropriação do território no Brasil colônia. In. CASTRO, I.E.de, GOMES, P. C. da C. e CORRÊA, R. L.(Orgs.). **Explorações Geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, pp. 197-246.

ABREU, M. de P.; LOYO, E.H.de M.M. **Globalização e Regionalização: Tendência da Economia Mundial e seu Impacto sobre os Interesses Agrícolas Brasileiros**. In: Estudos de Política Agrícola, nº6, p.7-20, jul.1993.

AB'SABER, Aziz Nacib. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. **In: Revista Estudos Avançados**. Série Nordeste Seco. vol.13, nº36. São Paulo, May/Aug. 1999.

AGENDA 21 LOCAL – **PLANO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO**. Prefeitura Municipal de Canindé de São Francisco.

AKCELRUD, I. **Reforma Agrária: A luta pela Terra no Brasil**. São Paulo: Global, 1987. (Cadernos de Educação Política).

ALMEIDA, L. **Rupturas e Permanências em Alagoas**. Maceió: Ed. Catavento, 1999.

ALMEIDA, M. da G. **Sergipe: Fundamentos de uma Economia Dependente**. Petrópolis: Vozes, 1984.

ALMEIDA, R.A. **Identidade, Distinção e Territorialização: O Processo de (Re)criação Camponesa no Mato Grosso do Sul**. São Paulo: Presidente Prudente, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. 2003. (Tese Doutorado)

_____. **(Re) Criação do Campesinato, identidade e distinção**. A luta pela terra e o *habitus* de classe. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

ALMEIDA, R.S.de. A Estruturação da Tecnoburocracia do Planejamento Territorial no Brasil. **Terra Brasilis** – Revista de História do Pensamento Geográfico no Brasil. Anos III-IV, n.4-5 – Território, 2002-2003, Rio de Janeiro, pp. 113-135.

ALMEIDA, R.S.de; SANTOS, C.J.S. e. **A Inserção da Agricultura da Cana-de-Açúcar em Alagoas e seu Amargo Sabor**. Porto Alegre: XVI ENG, 2010, p.1-14.

ALVES, G. da A. **Estado, região e poder no Brasil**. Anais do XIII Encontro Nacional de Geógrafos, João Pessoa, 2002, p. 1-7.

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. Lisboa: Presença, 1974.

_____. **Aparelhos Ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

_____. **Política e História, de Maquiavel a Marx**: curso ministrado na École Normale Supérieure de 1955 a 1972. Tradução Ivone C. Benedetti. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007. (Coleção Tópicos).

_____. **Sobre a reprodução**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira; introdução de Jacques Bidet. 2ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

AMARAL, C.E.P. **Do Estado Soberano ao Estado das Autonomias**: Regionalismo, Subsidiariedade e Autonomia para uma nova ideia de Estado. Blumenau: EDIFURB, 2002.

AMIN, S.; VERGOPOULOS, K. **A Questão Agrária e o Capitalismo**. Tradução de Beatriz Resende. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. (Pensamento Crítico, v.15).

ANDRADE, F. dos S.; Santos, N. D. dos. O Modelo de Reforma Agrária no Semi-Árido Sergipano: As Condições Sócio-Econômicas do Assentamento Cuiabá. In: SILVA, T.E.M. da; LOPES, E.S.A. (Orgs.). **Múltiplos Olhares sobre o Semi-Árido Nordeste**: Sociedade, Desenvolvimento, Políticas Públicas. Aracaju: Fundação de Amparo à Pesquisa de Sergipe, 2003.

ANDRADE, M.C.de. **Geografia, Região e Desenvolvimento**. 3ed. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1977.

_____. **Agricultura e Capitalismo**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

_____. **Poder Político e Produção do Espaço**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco – Editora Massangana, 1984.

_____. **A Terra e o Homem no Nordeste**. 2ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. **Geografia Econômica do Nordeste. O Espaço e a Economia Nordestina.** 4ed. São Paulo: Editora Atlas, 1987.

_____. **Nordeste e a questão regional.** São Paulo: Ática, 1988.

_____. **Lutas Camponesas no Nordeste.** 2.ed. São Paulo: Ática, 1989.

_____. **A Questão do Território no Brasil.** São Paulo: Hucitec; Recife: Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas, 1995.

_____. O Pensamento Geográfico e a realidade brasileira. In: SANTOS, M. (Org.). **Novos Rumos da Geografia Brasileira.** 4ed. São Paulo: Hucitec, 1996, p.181-201.

_____. **Usinas e destilarias em Alagoas.** Maceió: EDUFAL, 1997

_____. As Tentativas de organização das massas rurais – As Ligas Camponesas e a sindicalização dos trabalhadores do campo (1963) In: WELCH, C.A. et al. (Orgs). **Camponeses brasileiros: leituras e interpetrações clássicas.** V.1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p.73-88.

ANDRÉ-LOUÍS, S. **La Géographie Politique.** Paris: Presses Universitaires de France, 1977.(Collection Dirigée par Pierre George).

ANTONELLO, I.T. **O Camponês Sertanejo.** São Cristóvão\SE: NPGeo\UFS. 1994. (Dissertação de Mestrado).

_____. **A Metamorfose do Trabalho e a Mutação do Campesinato.** São Cristóvão\SE: NPGeo\UFS, 2001.

ANTONELLO, I.T.; VARGAS, M.A.M. (Orgs.) **Visões do Espaço rural.** Aracaju: Gráfica e Editora Triunfo Ltda.; São Cristóvão: UFS, POSGRAP, NPGeo, 2001.

AQUINO, R.S.L. de et al. **Sociedade Brasileira: uma história através dos movimentos sociais: da crise do escravismo ao apogeu do neoliberalismo.** 5ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

_____. **Sociedade Brasileira: uma história através dos movimentos sociais.** 6ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

ARAÚJO, T. B. de. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências.** Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2000.

_____. O Elogio da Diversidade Regional Brasileira. In: BENJAMIN, C. e ELIAS, L.A. **Brasil: Crise e Destino.** Entrevistas com Pensadores Contemporâneos. São Paulo: Expressão Popular, 2000, p.53-75.

ARANTES, A. A. **O Espaço da Diferença**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2000.

ARROYO, M., CALDART, R. S.; MOLINA, M.C. (Orgs.). **Por Uma Educação do Campo**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2004, p.21.

ARRUDA, A. (org.). **Representado a Alteridade**. 2ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

Atlas Digital do Desenvolvimento Humano no Brasil. PNUD, 2003.

Atlas Digital dos Recursos Hídricos Subterrâneos do Estado de Alagoas. CPRM - Serviço Geológico do Brasil – Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.

AUGUSTO, M. H. O. **Políticas Públicas, Políticas Sociais e Políticas de Saúde. Algumas questões para reflexão e debate**. XVII Congresso Latinoamericano de Sociologia. Asociación Latinoamericana de Sociologia, Montevideu, Uruguai, 1988.

AZAMBUJA, D. **Introdução à Ciência Política**. 17ed. São Paulo: Globo, 2005.

BADIRU, A.I. **Floresta urbana: uma proposta metodológica no estudo do espaço hídrico e da configuração territorial de Registro, Região do Vale do Ribeira-SP**. São Paulo: CQMA/IPEN/USP. 2006. (Tese de Doutorado)

BANDEIRA, P.S. **Institucionalização de Regiões no Brasil**. Ciência e Cultura. SBPC. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006, pp.34-37.

BARBOSA, C. **Estabilidade de Comunidades ribeirinhas do Semi-árido brasileiro**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba. 1998. (Prodema - Dissertação de Mestrado).

_____. **Diversidade Vegetal de Florestas do Estado do Acre: Aplicação de Modelos Ecológicos e do Conhecimento Tradicional**. Florianópolis: UFSC, 2003 (Tese Doutorado).

BASILE, E.; ROMANO, D. **Sviluppo Rurale. Società, Território, Impresa**. Milano: Franco Angeli, 2002.

BAUMAN, Z. **Vidas Desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BECKER, B.K.; EGLER, C.A.G. **Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo**. 4ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BEZERRA, C.; SILVA, R. **Análise dos Assentamentos da Reforma Agrária sob a Jurisdição do INCRA em Alagoas**. VIII Encontro Latinoamericano de Sociologia Rural, 2010.

BOBBIO, N. **Estado, Governo Sociedade:** por uma teoria geral da política. Tradução Marco Aurélio Nogueira. 9ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (Coleção Pensamento Crítico, v.69).

BOGO, A. **Identidade e Luta de Classes.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

BOFF, I. **Civilização Planetária.** Desafios à sociedade e ao cristianismo. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

BOLFARINE, Heleno; BUSSAB, Wilton Oliveira. **Elementos de Amostragem.** São Paulo: Editora EDGAR BLUCHER, 2005.

BOMFIM, L.F.C. **Projeto Cadastro da Infra-Estrutura Hídrica do Nordeste: Estado de Sergipe.** Diagnóstico do Município de Poço Redondo – Aracaju: CPRM, 2002.

BONNEMAISON, J.; CAMBREZY, L. Le Lien Territorial: entre frontières et identités. In: **Geographie et Cultures.** Le Territoire. n°20, 1996, Paris: Harmattan, p.7-18.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico.** Tradução de Fernando Tomaz. 3ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BRANDÃO, C. **Território & Desenvolvimento.** As múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988.** Direito Civil-Legislação- Brasil I. Pinto, Antônio Luiz de Toledo. II. Windt, Márcia Cristina Vaz dos Santos. III. Céspedes, Livia. IV. Título. V. Série. Editora Saraiva. 2006.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. São Paulo: Saraiva, 2004.

_____. Decreto nº 6.093 de 24 de abril de 2007. Publicado no Diário Oficial da União, de 25 de abril de 2007.

BRASIL. **Indicadores de Avaliação de Resultados de ATER.** Disponível em: <http://www.pronaf.gov.br/dater/arquivos/1346714118.pdf>. Acesso em: 25 out. 2007.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Referências para o desenvolvimento territorial sustentável.** Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, Condraf, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural\NEAD, 2003. (Textos para discussão, 4).

BUAINAIN, A.M. (Coord.) et all. **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil.** Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2008.

BUFFA, E.; ARROYO, P. N. **Educação e Cidadania**. Quem educa o cidadão? 6ed. São Paulo: Cortez, 1996. (Coleção questões de nossa época, v. 19).

CALABI, D.; INDOVINA, F. **Sobre o Uso Capitalista do Território**. Tradução Moacyr Marques. In: Revista Orientação nº 9, 1992, p.57-66.

CALADO, A.S.C.; SANTOS, S.M.M. dos. **Fim da Dicotomia Rural-Urbano?** Um olhar sobre os processos sócioespaciais. São Paulo em Perspectiva 17 (3-4), p.115-124, 2003.

CALZAVARA, O.; LIMA, R. de O. (Orgs.). **Brasil Rural Contemporâneo: Estratégias para um desenvolvimento rural de inclusão**. Londrina: Eduel, 2004.

CANDIDO, A. As formas de solidariedade (1964). In: WELCH, C.A. et al. (Orgs). **Camponeses brasileiros: leituras e interpetrações clássicas**. V.1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p.193-202.

CARDOSO, C.F.S. **Escravo ou Camponês?** O Protocampesinato Negro nas Américas. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CARDOSO, C.F.S. A brecha camponesa no sistema escravista (1979). In: WELCH, C.A. et al. (Orgs). **Camponeses brasileiros: leituras e interpetrações clássicas**. V.1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, pp.97-116.

CARDOSO, G. C. de C. **A Atuação do Estado no Desenvolvimento Recente do Nordeste**. Natal: Editora da UFRN, 2008.

CARLOS, A.F.A. **O Lugar no/do Mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. “Novas” Contradições do espaço. In: DAMIANI, A.L; CARLOS, A.F.A.; SEABRA, O.C. de L. (Orgs). **O Espaço no Fim de Século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999, p.62-74.

CARMONA, M. et al. **A Reintrodução da Cultura do Algodão no Semi-árido do Brasil Através do Fortalecimento da Agricultura Familiar: Um Resultado Prático da Atuação do COEP**. Oficina Social, Centro de Tecnologia, Trabalho e Cidadania. Rio de Janeiro, 2005.

CARVALHO, C.P. de. **Análise da Reestruturação Produtiva da Agroindústria Sucro-Alcooleira em Alagoas**. Maceió: EDUGAL, 2000.

CARVALHO, H. M. **O Campesinato no Século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Petrópolis; Vozes, 2005.

CARVALHO, J.C.M.de. **Camponeses no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1978.

CASTELLS, M. **O Poder da Identidade**. 2ª ed., v.II. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v2).

CASTRO, I.E.de. Imaginário Político e Território: natureza, regionalismo e representação. In. CASTRO, I.E.de, GOMES, P.C. da C, e CORRÊA, R.L. (Orgs.). **Explorações Geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, pp. 155-196.

CASTRO, I.E.; GOMES, P.C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CASTRO, I.E.de. **Instituições e território**. Possibilidades e limites ao exercício da cidadania. Geosul, Florianópolis, v.18, n.36, p.7-18, jul/dez. 2003.

CATELLI JR, R.. **Brasil: do café à indústria**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

CHAYANOV, A. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974 (1925).

CHEVITARESE, A.L. (Org.) **O Campesinato na História**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO- CNPq. COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO – CHESF. **Relatório da Missão sobre o Programa Xingó**. Julho, 1997, p.1-21.

CNDRS – Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. **Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável**. Brasília: CNDRS, 2002. (Terceira Versão)

COHEN, A. **O Homem bidimensional**. A Antropologia do Poder e o Simbolismo em Sociedades Complexas. Tradução de Sônia Côrrea. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

CORRÊA, S. M.de S. (Org.) **Capital Social e Desenvolvimento Regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

CORRÊA, R.L. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P.C. da C.; CORRÊA, R.L. (Orgs.). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p.15-48.

_____. O espaço geográfico: algumas considerações. In: SANTOS, M. (Org.). **Novos Rumos da Geografia Brasileira**. 4ed. São Paulo: Hucitec, 1996, p.25-34.

_____. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

COSTA, L.F. C. e SANTOS, R. (Orgs.). **Política e Reforma Agrária**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

COSTA, L.C. da. **Os Impasses do Estado Capitalista**. Uma análise sobre a reforma do Estado no Brasil. Ponta Grossa: UEPG; São Paulo: Cortez, 2006.

COVRE, M. de L. M. **O Que é Cidadania?** 3ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. (coleção primeiros passos 250).

CHRISTOFOLETTI, A. **Modelagem de Sistemas Ambientais**. 1ed. São Paulo: Editora Edgar Blücher Ltda, 1999.

CRUZ, J. L.V. da (Org.). **Brasil o desafio da diversidade: experiências de desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: Ed. Senac Nacional, 2005.

CRUZ, M.C. da. **O Conceito de Formação Espacial: sua gênese e contribuição para a geografia**. In: GEOgraphia. Ano V, nº9, 2003, Rio de Janeiro, Niterói: UFF, p.67-83.

CUNHA, E. da. **Os Sertões**. Campanha de Canudos. São Paulo: Círculo do Livro S.A, (sd) (Coleção os Grandes da Literatura Brasileira).

CURADO, F.F; LOPES, E.S.; SANTANA, M.(Orgs.) **Do Plural ao Singular: Dimensões da Reforma Agrária e Assentamentos Rurais em Sergipe**. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2008.

DANTAS, I. **Coronelismo e Dominação**. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, PROEX/CECAC – Programa Editorial, 1987.

DARDEL, E. **O Homem e a Terra: natureza da realidade geográfica**. Tradução Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2011.

DAVATZ, T. O levante dos colonos contra seus opressores (1858). In: WELCH, C.A. et al. (Orgs). **Camponeses brasileiros: leituras e interpetrações clássicas**. V.1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p.241-270..

DELGADO, G. da C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil - 1965-1985**. São Paulo: Ícone, 1985.

DEL PRIORE, M.; VENÂNCIO, R. **Uma História da Vida Rural no Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

DEMO, P. **Política Social, Educação e Cidadania**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1994.

DHOQUOIS, G. La Formación Económico-Social como Combinación de Modos de Producción. Tradução de Irene Agoff. In: LUPORINI, C.; SERENI, E. **El Concepto de Formación Económico-Social**. México: Siglo Veintiuno, 1976

DIEGUES JÚNIOR, M. **População e Açúcar no Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Comissão Nacional de Alimentação, 1954.

_____. **O Bangüê nas Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 1980

DI MÉO, G. **Géographie Sociale et Territoires**. Paris: Nathan, 2000. (Collection Créée par Henri Mitterand).

DINIZ, J.A. F. **A Condição Camponesa em Sergipe: Desigualdade e Persistência da Agricultura Familiar**. Aracaju: NPGEU\UFS, 1996.

_____. Estratégia de Reprodução dos Camponeses Nordestinos: O Caso de Sergipe. In: **GEONORDESTE**: UFS, ano VII e VIII, Aracaju, 1993, p.25-46.

DOMINGUES, E.P.; RUIZ, R.M. **Os Desafios ao Desenvolvimento Regional Brasileiro**. Ciência e Cultura. SBPC. São Paulo: Imprensa Oficial de São Paulo, 2006, pp. 42-44.

DUPAS, G. **Economia Global e Exclusão Social: Pobreza, Emprego, Estado e o Futuro do Capitalismo**. 3ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

EGLER, C.A.G. Questão Regional e gestão do território no Brasil. In: CASTRO, I.E. de.; GOMES, P.C. da C.; CORREA, R.L. (Orgs.). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, pp. 207-238.

ERTHAL, R. **A Colonização Portuguesa no Brasil e a Pequena Propriedade**. GEOgraphia: UFF, ano II, nº 4, 2000, p. 49-75.

ETGES, V.E. **Geografia Agrária: A contribuição de Leo Waibel**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

FAORO, R. **Os Donos do Poder: Formação do patronato político brasileiro**. 3ed. São Paulo: Globo, 2001.

FELICIANO, C.A. **Movimento Camponês Rebelde: a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.

FELICIO, M.J. **O Território Imaterial do Campesinato**. Revista NERA Presidente Prudente, abril de 2010, p.1-12.

FERLINI, V. **Terra, Trabalho e Poder: O mundo dos engenhos no Nordeste colonial**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2003. (Coleção História).

FERLINI, V.L.A. **A Civilização do Açúcar** (Séculos XVI a XVIII). 1ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense. 1998. (coleção tudo é história, 88).

FERNANDES, B. M. (Org.). **Reforma Agrária e Modernização no Campo**. In: Terra Livre. AGB - São Paulo, nº11-12, agos/1992/agos/1993, p.153-175.

_____. **Contribuição ao Estudo do Campesinato Brasileiro Formação e Territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (1979 –1999)**. São Paulo: USP: FFLCH - Departamento de Geografia, 1999 (Tese de Doutorado)

_____. **A Formação do MST no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FERNANDES, B.M; MARQUES, M.I. M.; SUZUKI, J.C. (Orgs.) **Geografia Agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FERNANDES, B. M; MEDEIROS, L. S. de; PAULILO, M.I. (Orgs.). **Lutas Camponesas Contemporâneas: Condições, dilemas e conquistas, v.1, o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. (História social do campesinato brasileiro).

FERREIRA, D.A.de O. **Mundo Rural e Geografia. Geografia Agrária no Brasil: 1930-1990**. São Paulo: Editora UNESP, 2002. (PROPP).

FIRKOWSKI, O.L.C.; SPOSITO, E.S. (Org.). **Indústria, ordenamento do território e transportes: a contribuição de André Fischer**. 1ª impressão. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FIGUEIREDO, J.R. **Modos de Ver a Produção do Brasil**. São Paulo: EDUC; Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2004.

FISCHER, A. **Les effets géographiques des techonogies nouvelles**. Approche générale. Notes de recherche du CRIA, Paris, nº20, 1990.

_____. **L'éntreprise et territoire. Espaces et societés**. Paris: L'Harmattan, 1996.

FOUCAULT, M. Entrevista com Foucault. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FRANÇA, V. L.A. Um breve olhar sobre o sertão sergipano. In: SILVA, Tânia Elias Magno da.; LOPES, Eliano Sérgio Azevedo (Orgs.). **Múltiplos olhares sobre o semi-árido nordestino: sociedade, desenvolvimento, políticas públicas**. Aracaju: FAPES, 2003.

- FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- _____. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.
- _____. **A operação Nordeste**. Rio de Janeiro: Edição do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), 1959a;
- _____. **Formação Econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959b.
- GADOTTI, M. **Pedagogia da Terra**. 4.ed. São Paulo: Peirópolis, 2000. (Série Brasil Cidadão).
- GANCHO, C. V. et all. **A Posse da Terra**. São Paulo: Ática, 1991. (Série Princípios).
- GALISSOT, R. Conterá el Fetichismo. Tradução de Irene Agoff, apud LUPORINI, C. & SERENI, E. **El Concepto de Formación Económico-Social**, México, Siglo Veintiuno, 1976.
- GEORGE, P. **Sociologia e Geografia**. Tradução de Sérgio Miceli. 1ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Companhia Editora Forense, 1969.
- _____. **Conferências no Brasil**. Tradução de Olga Buarque de Lima e Henrique Azevedo Sant'Anna. IBGE: Secretaria de Planejamento da Presidência da República, 1975.
- GIARRACCA, N.; LEVY, B. **Ruralidades Latinoamericanas: identidades y Luchas Sociales**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales Clacso, 2004. (Colección Becas de Investigación).
- GODOI, E.P. de.; MENEZES, M.A. de.; MARIN, R. A. (Orgs.). **Diversidade do Campesinato: expressões e categorias, v.1: construções identitárias e sociabilidades**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. (História social do campesinato brasileiro).
- GODOY, P. **Uma Reflexão sobre a Produção do Espaço**. Estudos Geográficos, Rio Claro 2(1), 29-42, junho 2004.
- GOHN, M. da G. **Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. 5ed. São Paulo: Loyola, 2006.
- GOMES, H. **Reflexões sobre Teoria e Crítica em Geografia**. Goiânia. CEGRAF/UFG, 1991.
- GÓMEZ, J.R. M. **Desenvolvimento em (des)construção: Narrativas Escalares sobre Desenvolvimento Territorial Rural**. São Paulo: Presidente Prudente: UNESP, 2006. (Tese de Doutorado).

GONÇALVES, C.W.P. Estrutura Agrária e Dominação do Campo: notas para um debate. In: SANTOS, M. (Org.) **Novos Rumos da Geografia Brasileira**. 4ed. São Paulo: Hucitec, 1996, pp. 143-165.

_____. Formação sócio-espacial e questão ambiental no Brasil. In: BECKER, B.K et al (Org). **Geografia e Meio Ambiente no Brasil**. São Paulo-Rio de Janeiro: Hucitec, Comissão Nacional da União Geográfica Internacional, 1995, p. 309-333.

GONÇALVES, J.S. **Mudar para Manter: Pseudometamorfose da Agricultura Brasileira**. São Paulo: CSPA\SAA, 1999.

GONZÁLEZ, R.R.; CORREA, E.P. (Coordinadores). **Espacios y Desarrollos Rurales: Una visión múltiple desde Europa y Latinoamérica**. Oviedo, España: Ediciones Trea, 2004.

GORENDER, J. **Gênese e Desenvolvimento do Capitalismo no Campo Brasileiro**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987. (Revisão 27).

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS. **Perfil Sócio-econômico do Estado de Alagoas**. Maceió: SEPLAN/FIPLAN, 1989.

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS. **Programa de Mobilização para o Desenvolvimento dos Arranjos Produtivos e Territórios Produtivos Locais do Estado de Alagoas. APL – Ovinocaprinocultura**. Maceió: PAPT; SEPLAN-AL; SEBRAE-AL, 2007. 65p.

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE. **Programa para o Desenvolvimento Sustentável do Semi-Árido Sergipano**. Avaliação Ambiental Estratégica. 2003.

GUANZIROLI, C. et al. **Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

GUIMARÃES, A.P. **Quatro Séculos de Latifúndio**. 5ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981 (Estudos brasileiros, v.24).

_____. **A Crise Agrária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. Formação da Pequena Propriedade: intrusos e posseiros (1963). In: WELCH, C.A. et al. (Orgs). **Camponeses brasileiros: leituras e interpetações clássicas**. V.1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p.45-56.

GUIMARÃES, M.L.L. **A Geografia no Espaço Tempo**. Natal: EDUFRN, 1996.

GUZMÁN, E.S.; MOLINA, M. G. **Sobre a Evolução do Conceito de Camponês**. Tradução Ênio Guterres e Horácio Martins de Carvalho. 3ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

HAESBAERT, R. **Territórios Alternativos**. Niterói: EDUFF; São Paulo: Contexto, 2002.

_____. Des-Caminhos e Perspectivas do Território. In: RIBAS, A.D; SPOSITO, E.S; SAQUET, M.A. **Território e Desenvolvimento: Diferentes Abordagens**. 2ed. Francisco Beltrão/Paraná: Campus Francisco Beltrão, 2004, pp. 87-119.

_____. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M. et al. **Território, territórios**. Ensaios sobre o ordenamento territorial. 3ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007, pp. 43-71. (Espaço, território e paisagem).

_____. **Regional-Global**. Dilemas da Região e da Regionalização na Geografia Contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HARNECKER, M. **O Capital: Conceitos Fundamentais**. São Paulo: Global Editora, (1978).

_____. **Os Conceitos Elementares do Materialismo Histórico**. São Paulo: Global Editora, 1983.

HARVEY, D. **Spaces of capital**. Towards a critical geography. Edinburgh: Edinburgh University Press Ltd, 2001.

_____. **A Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

_____. **A Produção Capitalista do Espaço**. Tradução Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005 (Coleção Geografia e Adjacências).

HESPANHOL, R.A. de M. Mudança de concepção das Políticas Públicas para o campo brasileiro: O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Barcelona, Universidad de Barcelona, 2008. (**X Colóquio Internacional de Geocrítica**).

HURTADO, A. et all. **Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável**. Contribuição do Debate do CNDRS sobre Estratégias de Desenvolvimento Rural Sustentável. INCRA e INCRA/FAO, Brasília, abril 2002.

IANNI, O. **Origens Agrárias do Estado Brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. A utopia camponesa (1986). In: WELCH, C.A. et al. (Orgs). **Camponeses brasileiros: leituras e interpetações clássicas**. V.1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p.135-144.

JULIÃO, F. Que são as Ligas Camponesas? (1962). In: WELCH, C.A. et al. (Orgs). **Camponeses brasileiros: leituras e interpetações clássicas**. V.1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p.271-297.

KAUSTKY, K. **A Questão Agrária**. Tradução: Otto Erich Walter Maas. Brasília: Linha Gráfica Editora, 1998 (1899).

KONDER, L. **O Que é Dialética**. 7ed. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Primeiros Passos, 23).

KROPOTKIN, P. **O Estado e seu Papel Histórico**. Tradução Alfredo Guerra. São Paulo: Editora Imaginário, Nu-Sol, 2000. (Coleção Escritos Anarquistas).

LAGES, V. N. **Agricultura sem Fronteiras: desafios da globalização para o Brasil rural**. Maceió: EDUFAL, 1998.

LAGES, V.N.; RAMOS, V.A.R. **Para além da Conquista da Terra**. A Sustentabilidade dos Assentamentos em Alagoas. Maceió: EDUFAL, 1999.

LAVRES FILHO, J. **Barra da Onça: Uma Esperança Frustrada de Reforma Agrária**. Aracaju, UFS/NPGeo, 2000. (Dissertação de Mestrado).

LEAL, L. (Org.) **Reforma Agrária da Nova República: Contradições e Alternativas**. 2ed. São Paulo: Cortez: EDUC, 1986.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 3ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

LEFÉBVRE, H. **El derecho a la ciudad**. Barcelona: Península, 1969a.

_____. **O pensamento de Lênin**. Lisboa: Moraes, 1969b.

_____. **La re-production des L'apports de production**. 1ed. Tradução Antonio Ribeiro e M. Amaral. Portugal: Porto Publicações Escorpião, 1973.

_____. **A Cidade do Capital**. Tradução: Maria Helena Rauta Ramos e Marilena Jamur. 2ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001a.

_____. **O Direito à Cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001b.

_____. **A Revolução Urbana**. Tradução Sérgio Martins. Revisão Técnica Margarida Maria de Andrade. 2reimpressão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

LEITE, S. (Org.). **Políticas Públicas e Agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.

LEMO, A. I. G. de.; SILVEIRA, M. L.; ARROYO, M.(Orgs.). **Questões Territoriais na América Latina**. Buenos Aires: Consejo Latino Americano de Ciencias Sociales – CLACSO; São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006. (Série Por Uma Geografia Latino Americana).

LENCIONE, S. **Região e Geografia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. (Academia; 25).

LÊNIN, V.I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. 2ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985 (1899).

_____. **Programa Agrário**. O Programa Agrário da Social-Democracia na Primeira Revolução Russa de 1905-1907. Goiânia: Alternativa, 2002.

_____. **Que Fazer?** A organização como sujeito político. Tradução Rubia Prates Goldoni. São Paulo: Martins, 2006. (Coleção Dialética).

LENZI, C.L. **O “Modelo Catarinense” de Desenvolvimento: Uma Ideia em Mutação?** Blumenau: Edifurb, 2000.

LICHTBLAU, K. Differentiations of Modernity. In: **Theory Culture & Society**. Explorations in Critical Social Science. vol. 16, number 3, June 1999, Sage Publications, London, Thousand Oaks and New Delhi, p.1-30.

LIMA, A.A. de. **A Crise que vem do Verde da Cana**. Uma interpretação da crise financeira do Estado de Alagoas. Maceió: EDUFAL, 1998.

LIMA, E. N.; DELGADO, N. G.; MOREIRA, R.J. (Orgs.). **Mundo Rural IV: Configurações rural-urbanas: poderes e políticas**. Rio de Janeiro: Mauad X: Edur, 2007.

LIMA, I. F. **Ocupação Espacial do Estado de Alagoas**. Maceió: SERGASA, 1992

LIMA, R.C. **Pequena história territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas**. 5.ed.Goiânia: Ed. UFG, 2002.

LINHARES, M.Y.; SILVA, F.C.T. da. A questão da agricultura de subsistência (1981). In: WELCH, C.A. et al. (Orgs.). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. V.1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p.117-134.

LIRA, F.J.de. **Crise, Privilégio e Pobreza**. Maceió: EDUFAL, 1997.

LIRA, R. C. **Pequena historia territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas**. 5ed. Goiânia: Ed. UFG, 2002.

LOCATEL, C.D.; HESPANHOL, A.B. **Mecanismos de Sometimiento da la agricultura al capital em la región noroeste de São Paulo – Brasil**. In: XVIII Congresso de la Asociación de Geógrafos Españoles, 2003, Barcelona – Geografia para uma sociedade Global. Universidad, identidad Y exclusión social. Cerdanyda – Barcelona: Asociación de Geógrafos Españoles/Universitat Autònoma de Barcelona, 2003, p.647-658.

LOCATEL, C. D. **Modernização da Agricultura, Políticas Públicas e Ruralidade:** mudanças e permanências na dinâmica rural das microrregiões de Jales e de Fernandópolis – SP. Presidente Prudente: UNESP/FCT, 2004. (Tese de Doutorado).

_____. Agricultura, Políticas Públicas e Transformações Sócio-Espaciais no Brasil (1930-1980). In: ARAUJO, H. M. de.; SANTOS, N. D. dos (Orgs.). **Temas de Geografia Contemporânea:** teoria, métodos e aplicações. São Cristóvão: Editora da UFS; Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2010, pp.301-328.

LOCATEL, C. D.; HESPANHOL, A. N. **Mudança de Paradigma e a Nova Concepção de Desenvolvimento Rural.** In: II Encontro de Grupos de Pesquisa “Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações Sócioespaciais”. 20 a 22 de junho de 2006. Uberlândia-MG, UFU\IG\LAGEA.

LOCATEL, C.D.; AZEVEDO, F.F. de. **Desenvolvimento Rural, Política Nacional de Biocombustíveis e o Mito da Inclusão Social no Campo Brasileiro.** Scripta Nova Revista Eletrônica de Geografia y Ciências Sociales. Universidad de Barcelona. Vol XII, nº 270 (73), 1 de agosto de 2008, p.1-27.

LOPES, E.S.A. **A Reforma Agrária em Sergipe:** estudo sobre a luta pela terra, condições de trabalho e vida dos assentados da Barra da Onça. Aracaju, 1991. (mimeo)

_____. **Projeto de Assentamento Barra da Onça:** dois anos depois, o que mudou? Aracaju, 1991. (mimeo).

_____. Globalização e Desenvolvimento: O Local e o Rural no Centro do Debate. In: LOPES, E.S.L.A et al. **Ensaaios – Desenvolvimento Rural e Transformações na Agricultura. Sergipe.** Embrapa Tabuleiros Costeiros/Universidade Federal de Sergipe, 2002.

LOPES, E.S.L. A.; MOTA, D. M. da. **Tecnologia e Renda na Agricultura Familiar Irrigada de Sergipe.** São Cristóvão: UFS; Aracaju: Embrapa – CPTAC, 1997.

LOPES, E.S.A., COSTA, J. E. da. (Orgs.). **Territórios Rurais e Agricultura Familiar no Nordeste.** São Cristóvão: Editora UFS, 2009.

LÖWY, M. **Ideologia e Ciência Social:** elementos para uma análise marxista. 18ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MAGNOLI, D. O Estado em Busca do seu Território. Terra Brasília – Revista de História do Pensamento Geográfico no Brasil. Anos III-IV, n.4-5 – Território, 2002-2003, Rio de Janeiro, pp. 27-44.

MANTEGA, Guido. **Teoria da Dependência Revisitada – Um balanço Crítico.** São Paulo, Escola de Administração de Empresas\FGV, 1997. Relatório nº 27.

MALVEZZI, R. **Semi-Árido: Uma Visão Holística**. Brasília-DF: CONFEA, 2007. (Pensar Brasil), 140p.

MARCOS, V.de. **A (U)Topia da Produção Comunitária Camponesa no Final do Século XX**. Caderno CEAS. Salvador, setembro/outubro 1998, nº177, p.41-58.

_____. **A Construção do Território Camponês – Entre Velhas e Novas Utopias**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 - Universidade de São Paulo.

MARTIN, A. M. **Terra, Trabalho e Família: considerações sobre a (re) criação do campesinato brasileiro nos movimentos sociais rurais**. Revista História em Reflexão. Vol.2, nº 4, UFGD – Dourados jul/dez 2008, p.20.

MARTINE, G.; BESKOW, P.R. O modelo, os instrumentos e as transformações na estrutura de produção agrícola. In: MARTINE, G. e GARCIA, R. C. (Orgs). **Os Impactos Sociais da Modernização Agrícola**. São Paulo: Ed. Caetés, 1987, p.18-39.

MARTINS, M.D. (Org.). **O Banco Mundial e a Terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia**. São Paulo: Viramundo, 2004.

MARTINS, J.de S. **A Sujeição da Renda da Terra ao Capital e o Novo Sentido da Luta pela Reforma Agrária**. Boletim de Geografia Teórica. Rio Claro: Associação de Geografia Teórica, vol. 10, nº 19, 1980, p.31-47.

_____. **O Cativo da Terra**. 4.ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

_____. **Expropriação e Violência**. A questão política no campo. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. **A Chegada do Estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993. (Ciências Sociais 32).

_____. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 5ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. **O Poder do Atraso**. Ensaios de Sociologia da História Lenta. 2ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **A Sociabilidade do Homem Simples: Cotidiano e História na modernidade Anômala**. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. **A Sociedade Vista do Abismo**. Novos Estudos Sobre exclusão, pobreza e classes sociais. 2ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

_____. **O Sujeito Oculto: ordem e transgressão na reforma agrária**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

_____. **Exclusão Social e a Nova Desigualdade**. 2ed. São Paulo: Paulus, 2003. (Coleção temas da atualidade).

_____. **Fronteira: A Degradação do outro nos confins do humano**. 2ed. São Paulo: Contexto, 2009.

MARX, K.; ENGELS, F. **O Manifesto Comunista**. 7ed. Tradução Maria Lúcia Como. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998 (Coleção Leitura).

_____. **A Ideologia Alemã**. Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. 1845-1846. Tradução Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **O Capital**. Volume I, livro primeiro. Tomo I. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Coleção Os Economistas).

_____. **Introdução para a crítica da economia política**. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1974, p.135-136.

MASSEY, D. **Pelo Espaço**. Uma Nova Política da Espacialidade. Tradução Hilda Pareto Maciel, Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MAX-NEEF, M.A. **Economía Descalza**. Señales desde el mundo Invisible. Traducción de Estela Lorca. Estocolmo, Buenos Aires, Montevideo: Editorial Nordan, 1986.

_____. **Desarrollo a Escala Humana**. Conceptos, Aplicaciones y Algunas Reflexiones. Montevideo, Uruguay: Editorial Nordan Comunidad, Barcelona: Icaria Editorial S.A, 1998.

_____. **La Dimensión Perdida**. Le Deshumanización Del Gigantismo. Barcelona: Icaria Editorial S.A; Montevideo, Uruguay: Editorial Nordan/Comunidad del Sur, 2007.

MAZZEO, A. C. **Burguesia e Capitalismo no Brasil**. São Paulo: Ática, 1988.

MEDEIROS, L.S.; LEITE, S. (Orgs). **A Formação dos Assentamentos Rurais no Brasil: Processos Sociais e Políticas Públicas**. Rio de Janeiro: Editora da UFRGS, 1999.

_____(Orgs). **Assentamentos Rurais: Mudança Social e Dinâmica Regional**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

MENDONÇA, S.R.de. **O Ruralismo Brasileiro (1888-1931)**. São Paulo: Hucitec, 1997. (Série Estudos Rurais).

MENEZES, A.V.C.de. **Estado e Organização do Espaço Semi-Árido Sergipano**. Aracaju: UFS/NPGEO, 1999.

_____. **Estado e Organização do Espaço Semi-Árido Sergipano: Projeto Sertanejo.** São Paulo: UNESP, 1998. (Tese de Doutorado).

MENEZES, A.V. C. de.; PINTO, J. E. S.de S. (Orgs). **Linhas Geográficas.** Aracaju, Programa Editorial NPGeo/UFS, 2001.

MENEZES, S. de S. M. **A Força dos Laços de Proximidade na Tradição e Inovação No/Do Território das Fabriquetas de Queijo Sergipano.** São Cristóvão: NPGeo/UFS. 2009. (Tese de Doutorado)

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Política Nacional de Desenvolvimento Regional. **Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semi-Árido.** Versão para discussão, documento de base 1. Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional –SDR. Agência de Desenvolvimento do Nordeste – Adene. Brasília, novembro de 2005.

MINISTÉRIO DE AGRICULTURA, PESCA Y ALIMENTACIÓN. **Libro Blanco de la Agricultura y el Desarrollo Rural.** La agricultura del futuro: un compromiso de todos. Tomo 1, Madrid: Secretaria General Técnica, 2003.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA; Superintendência Nacional de Gestão Estratégica – SE. **Roteiro para Elaboração dos Planos Regionais de Reforma Agrária** (proposta). Coordenação Geral de Políticas Agrárias – SEA/SE. Brasília, fevereiro de 2004, p.1-12.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA/SR23, Centro de Capacitação Canudos – CECAC. **Plano de Desenvolvimento Sustentável do Projeto de Assentamento “José Ribamar”.** Aracaju/SE, 2005.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Alto Sertão de Alagoas – PTDRS.** MDA/SDT/PRONAT/CIAT, 2008. (versão preliminar), 118p.

MONTALVÃO, S. de S. **Questão agrária, capitalismo e a criação da nação: Caio Prado Júnior e a crítica ao agrarismo comunista no Brasil.** In: Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMG, vol.1, nº1, março de 2009, p.105-115.

MONTENEGRO GÓMEZ, J. R. **Desenvolvimento em (Des)Construção. Narrativas Escalares sobre Desenvolvimento Territorial Rural.** Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2006. (Tese de Doutorado).

_____. Questão Agrária e Desenvolvimento Rural: O Controle Social do Estado no Meio Rural Brasileiro. In: THOMAZ JÚNIOR, ANTONIO. (Org.) **Geografia e Trabalho no Século XXI**. Presidente Prudente: Centelha, 2004. v.1. p.41-69.

MORAES, A.C. R. **Bases da Formação Territorial do Brasil**: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000. (Estudos Históricos; 41).

_____. **Território e História no Brasil**. 2ed. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. O Sertão: Um “Outro” Geográfico. **Terra Brasilis** – Revista de História do Pensamento Geográfico no Brasil. Anos III-IV, n.4-5 – Território, 2002-2003, Rio de Janeiro, pp. 11-26.

MORAES, A.C.R. e COSTA, W.M. da. A Geografia e o processo de valorização do espaço. In: SANTOS, M. (Org.). **Novos Rumos da Geografia Brasileira**. 4ed. São Paulo: Hucitec, 1996, p.111-130.

MORAES, R. C. C. de. (Org.). **Globalização e Radicalismo Agrário**: globalização e políticas públicas. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

MORALES, M. Estado e Desenvolvimento Regional. In: BECKER, B.K. (Org.). **Abordagens Políticas da Espacialidade**. Rio de Janeiro: URFJ-DGE, 1983, p.123-173.

MOREIRA, R. A geografia serve para desvendar máscaras sociais. In: **Geografia: teoria e crítica**. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. **Pensar e Ser em Geografia**: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. Repensando a Geografia. In: SANTOS, M. (Org.). **Novos Rumos da Geografia Brasileira**. 4ed. São Paulo: Hucitec, 1996, p.35-59.

_____. **O Pensamento geográfico brasileiro**. Vol. 1: as matrizes clássicas originais. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. **Formação Espacial Brasileira**: uma contribuição crítica a geografia do Brasil. Rio de Janeiro: Consequência, 2012.

MOREIRA, R. J. **Agricultura Familiar. Processos Sociais e Competitividade**. Rio de Janeiro: MAUAD Seropédica, UFRRJ/CPDA, 1989.

_____. **Terra, Poder e Território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. (Org.). **Identidades Sociais**: Ruralidades no Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

MORIN, E. **O Método 5. A Humanidade da Humanidade.** A identidade humana. Tradução Juremir Machado da Silva. 3ed. Porto Alegre: Sulina, 2005.

_____. **O Método II. A vida da vida.** Tradução de Marina Lobo. 3ed. Porto Alegre: Sulina, 2005a.

MORIN, E.; KERN, A. B. **Terra-Pátria.** Traduzido do francês por Paulo Azevedo Neves da Silva. 2ed. Porto Alegre: Sulina, 1995.

MOTTA, M.; ZARTH, P. (Orgs.). **Formas de resistência camponesa:** visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história, v.1, concepções de justiça e resistência nos Brasis. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2008. (História social do campesinato brasileiro).

_____. (Orgs.). **Formas de resistência camponesa:** visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história, v.2, concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960). São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. (Coleção História Social do Campesinato no Brasil).

MÜLLER, G. **O Agrário Verde-Amarelo,** Hoje e Amanhã. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, 54(4): 29-47, out/dez, 1992.

NARDOQUE, S. **A Formação da Pequena Propriedade e os Conflitos de Terra em Jales.** III Simpósio Nacional de Geografia Agrária. II Simpósio Internacional de Geografia Agrária. Presidente Prudente, 11 a 15 de novembro de 2005, p. 1-17.

NASCIMENTO, G.C. do. **O Que Diferencia os Desiguais na Federação Brasileira? Políticas Públicas e Ação Coletiva no Semi-Árido da Paraíba.** São Paulo: FGV/EAESP, 2010. (Tese Doutorado) 186p.

NAVARRO RODRÍGUEZ S. R.; LARRUBIA VARGAS, R. **Desarrollo y diversificación productiva en el medio rural. Los programas Leader II en la Provincia de Málaga.** In: *Actas del X Coloquio de Geografía Rural de España.* Los Espacios Rurales en el Cambio de Siglo: Incertidumbres ante los procesos de globalización y desarrollo. Lleida: Universitat de Lleida, 2000.

NAVARRO, Z. **Desenvolvimento rural no Brasil:** os limites do passado e os caminhos do futuro. Revista Estudos Avançados, v.16, n.43, dezembro 2001, São Paulo: USP, Instituto de Estudos Avançados, p.1-18.

NEVES, D.P.; SILVA, M.A.de M. (Org.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil,** v.1: formas tuteladas de condição camponesa. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2008. (História social do campesinato brasileiro).

NEVES, D.P. (Org.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**, v.2: formas dirigidas de constituição do campesinato. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. (História social do campesinato brasileiro).

NETO, W. G. **Estado e Agricultura no Brasil**. Política Agrícola e Modernização Econômica Brasileira 1960-1980. São Paulo: Hucitec, 1997. (Série Estudos Históricos 33).

NOGUEIRA, M.A.L. O Paradoxo do Semi-Árido e a Cognição do Sertanejo. In: SILVA, T.E.M. da.; LOPES, E.S.A. (Orgs.). **Múltiplos Olhares sobre o Semi-Árido Nordeste**. Sociedade, Desenvolvimento, Políticas Públicas. Aracaju: Fundação de Amparo à Pesquisa de Sergipe, 2003, p. 9-22.

NOVY, A. **A Des-ordem da Periferia. 500 anos de espaço e poder no Brasil**. Tradução Peter Naumann. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002. p.158.

OBERG, K. O campônio marginal no Brasil rural (1957). In: WELCH, C.A. et al. (Orgs.). **Camponeses brasileiros: leituras e interpetações clássicas**. V.1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p.181-192.

OLIVA, J.; GIANANTI, R. **Temas de Geografia do Brasil**. São Paulo: Atual Editora, 1999.

OLIVA, T. A. de. **Estruturas de Poder**. In: Textos para a história de Sergipe. Aracaju: UFS/BANESE, 1991.

OLIVEIRA, A.U. de. **A Geografia das Lutas no Campo**. 2ed. São Paulo: Contexto, 1989. (Coleção Repensando a Geografia).

_____. A Agricultura brasileira: desenvolvimento e contradições. In: BECKER, B. K. et al. (Orgs.). **Geografia e Meio Ambiente no Brasil**. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Comissão Nacional do Brasil da União Geográfica Internacional, 1995, p. 280-308.

_____. Espaço e tempo: compreensão materialista e dialética. In: SANTOS, M. (Org.). **Novos Rumos da Geografia Brasileira**. 4ed. São Paulo: Hucitec, 1996, p.66-110.

_____. **A Agricultura Camponesa no Brasil**. 3ed. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F. A. (Org.) **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999, pp. 63-110. (Caminhos da geografia).

_____. **A Longa Marcha do Campesinato Brasileiro:** movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. In: Dossiê Desenvolvimento Rural – REA, nº 43, vol.15, set/dez, 2001. IEA/USP, São Paulo, p.185-206.

_____. Agricultura Brasileira: Transformações Recentes. In: ROSS, J.L.S. (Org.). **Geografia do Brasil.** 5ed. rev.e.ampl. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005, p.465-534. (Didática, 3).

_____. Agricultura e Indústria no Brasil. **Campo-Território:** revista de geografia agrária. v.5, n 10, p.5-64, agosto 2010.

OLIVEIRA, F. de. **Elegia para uma (Re)ligião.** Sudene, Nordeste. Planejamento e Conflitos de Classes. 6ed. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

OLIVERA, P.E. (Coord). **Espacio Geográfico, Epistemología y Diversidad.** México: UNAM, Facultad de Filosofía y Letras, 2003.

OLIVEIRA, R.O. de. Desenvolvimento, Política Agrícola e Política Rural: do setorial ao territorial. **Informações Econômicas.** São Paulo, v.32, nº12, dez.2002, 1-15.

PALACIOS, G. Campesinato e escravidão: uma proposta de periodização para a história dos cultivadores livres no Nordeste oriental do Brasil 1700-1875 (1987). In: WELCH, C.A. et al. (Orgs). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas.** V.1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p.145-180.

PALMEIRA, M. Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na *plantation* tradicional (1977). In: WELCH, C.A. et al. (Orgs). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas.** V.1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p.203-216.

PAULINO, E.T. **Por Uma Geografia dos Camponeses.** São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

_____. **Terra e Vida:** A Geografia dos Camponeses no Norte do Paraná. São Paulo: UNESP/Presidente Prudente, 2003 (Tese de Doutorado), 430p.

PAULINO, E.T.; ALMEIDA, R. A. de. **Terra e Território:** a questão camponesa no capitalismo. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PENNA, M. **O Que Faz Ser Nordeste.** Identidades sociais, interesses e o “escândalo” Erundina. São Paulo: Cortez, 1992.

PEREIRA, R. H. M.; FURTADO, B.A (Orgs.) **Dinâmica Urbano-Regional:** rede urbana e suas interfaces. Brasília: Ipea, 2011.

PÉREZ, A.; CABALLERO, J. M. **La Nueva Ruralidad en Europa y su interes para América Latina**. Roma-Itália, FAO\BANCO MUNDIAL\TCIL, 2003.

PÉREZ C.E. **Lo rural y el desarrollo en América Latina**. In: RODRIGUES GONZÁLEZ, Román. El desarrollo rural como paradigma teórico. In: Rodrigues González, Román.; Pérez Correa, Edelmira. (Coord.) **Espacios y desarrollos rurales: Una visión múltiple desde Europa y Latinoamérica**. Oviedo, España: Ediciones Trea, 2004.

PIÑEIRO, D.E. **En Busca de la Identidad: La Acción Colectiva en los Conflictos Agrários de América Latina**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales Clacso, 2004.

PINHEIRO, J. de Q.; GÜNTHER, H (Orgs.) **Métodos de Pesquisa nos Estudos Pessoa-Ambiente**. Sao Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

PIRES, J. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – FIBGE, 1959. vol. XIX.

PLANO ESTRATEGICO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DO SEMI-ÁRIDO. Ministério da Integração Nacional / Política Nacional de Desenvolvimento regional, documento de base I, Brasília, novembro de 2005.

PLATKÓSKI, V.; TITARENKO, S. Que é Formação Econômico-Social. Transcrição Fernando A. S. Araújo. **Problemas** - Revista Mensal de Cultura Política nº 58 - Junho de 1954.

POULANTZAS, N. **As Classes Sociais no capitalismo de hoje**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975-1978.

PNUD/IPEA/Fundação João Pinheiro/IBGE. **Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil**. Brasília. 1 CD-ROM, 2003.

PRADO JÚNIOR, C. **A Questão Agrária no Brasil**. 4ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. **A revolução brasileira**. 2ed. São Paulo: Brasiliense, 1966. 332p.

PROGRAMA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO SERGIPANO. Avaliação Ambiental Estratégica. Fundação de Fomento a Tecnologia e à Ciência. Governo de Sergipe, 2004.

QUEIROZ, M.I.P. de. Camponês: Uma categoria rural esquecida (1963). In: WELCH, C.A. et al. (Orgs). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. V.1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p.57-72.

RAFFESTIN, C. **Por Uma Geografia do Poder**. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1983.

RAMOS, D. T. **A Federalização das Novas Comunidades**: A questão da soberania. Tese apresentada á Universidade de São Paulo para a concessão de professor Titular de Teoria Geral do Estado. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

_____. **O Federalismo Assimétrico**. 2ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

RATTNER, H.. (Org.). **Brasil no Limiar do século XXI**: Alternativas para a construção de uma Sociedade Sustentável. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000. (Coleção Estante USP – Brasil 500 Anos).

RIBEIRO, J.C. O Espaço do Capital-Camaleão. Dimensões do Complexo Metabólico-Mimetizado do Capitalismo Monopolista. In: THOMAZ JÚNIOR, A.. (Org.) **Geografia e Trabalho no Século XXI**. Presidente Prudente: Centelha, 2004. v.1. p. 105-151.

RIBEIRO, R. W. **A Construção da Aridez**: Representação da Natureza, Regionalização e Institucionalização do Combate à Seca (1877-1909). Rio de Janeiro: UFRJ. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2001 (Tese de Doutorado).

RIOS, A.G.; PRADO, A.C.; GOMES, T.K. **Mudanças Estruturais na Bacia Leiteira de Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 2000.

ROCHA, J.D. **Estratégias Territoriais de Desenvolvimento e Sustentabilidade no Semi-Árido Brasileiro**. Brasília-DF: UNB, 2008 (Tese de Doutorado).

RODRIGUES GONZÁLEZ, R. El desarrollo rural como paradigma teórico. In: Rodrigues González, Román e Pérez Correa, Edelmira (Coord.) **Espacios y desarrollos rurales**: Una visión múltiple desde Europa y Latinoamérica. Oviedo, España: Ediciones Trea, 2004.

RODRIGUES, M. **A Década de 50**: Populismo e Metas desenvolvimentistas no Brasil. 2ed. São Paulo: Ática, 1996.

RÖSENER, W. **Los campesinos en la historia europea**. Barcelona: Hurope, Crítica, 1995.

ROUX, M. O Re-Encantamento do Território (O Território nos Rastros da Complexidade). In: SILVA, A.A. D. da e GALENO, A. (Orgs.). **Geografia Ciência do Complexus**. Ensaios Transdisciplinares. Porto Alegre: Sulina, 2004, pp. 42-66.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Traduzido do francês por Leonardo Milani. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. (Terra Mater).

SABOURIN, E.; TEIXEIRA, O. A. **Planejamento e Desenvolvimento dos Territórios Rurais**. Conceitos, controvérsias e experiências. Brasília: Embrapa, 2002.

SADER, E.; GENTILI, P. (Org.). **Pós-Neoliberalismo II: Que Estado para que democracia?** 4ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

SANDRONI, P. **Questão Agrária e Campesinato: a “funcionalidade” da pequena produção mercantil**. São Paulo: editora Polis, 1980.

SANTANA, M. (Orgs.). **Do Plural ao Singular: Dimensões da Reforma Agrária e Assentamentos Rurais em Sergipe**. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2008.

SANTOS, A.; ANDRADE, J.A. **Delimitação e regionalização do Brasil semi-árido**. Sergipe, Aracaju: CNPq/SUDENE/UFS, 1992.

SANTOS, B. de S. (Org.). **Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista**. 2ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, G.J. dos. **Agricultura Irrigada, Meio Ambiente e Intervenções Públicas no Território do Alto Sertão Sergipano**. São Cristóvão: NPGeo/UFS. 2011. (Tese de Doutorado).

_____. Políticas Públicas do Estado Desenvolvimentista Brasileiro para o Vale do São Francisco. In: ARAUJO, H. M. de.; SANTOS, N. D. dos (Orgs.) **Temas de Geografia Contemporânea: Teoria, Métodos e Aplicações**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2010.

SANTOS, J. V. T. dos. **Colonos do Vinho**. Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, M. M. **Territorialização dos movimentos sociais no sertão sergipano**. In: ANTONELLO, I.T.; VARGAS, M.A.M. (Org.) **Visões do espaço rural**. Aracaju: Gráfica e Editora Triunfo Ltda.; São Cristóvão: UFS, POSGRAP, NPGeo, 2001.

SANTOS, M. **Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método**. In: Boletim Paulista de Geografia. nº 54, São Paulo, julho 1977, pp.81-100.

_____. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1ed. 1985.

_____. **A Revolução Tecnológica e o Território: Realidades e Perspectivas**. Terra Livre – AGB, São Paulo, nº 09, julho-dezembro 1991, pp. 7-18.

_____. (Org.). **Novos Rumos da Geografia Brasileira**. 4ed. São Paulo: Hucitec, 1996a.

_____. Alguns Problemas atuais da contribuição marxista à geografia. In: SANTOS, M. (Org.) **Novos Rumos da Geografia Brasileira**. 4ed. São Paulo: Hucitec, 1996b, p.131-139.

_____. **De La Totalid al Lugar**. Traducción María Laura Silveira. Revisión, coorección y composición Sergi Martínez Rigol. 1ed. Barcelona, Vilassar de Mar: Iokos-tau, 1996c.

_____. **A Natureza do Espaço. Técnica e tempo, razão e emoção**. 3ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **Por Uma Outra Globalização: Do Pensamento Único à Consciência Universal**. 2ed. Rio de Janeiro: Editora Record. 2000.

_____. **Pensando o Espaço do Homem**. 5 ed. São Paulo: Edusp, 2004a. (Coleção Milton Santos, 5).

_____. **Por uma Geografia Nova: da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. 6.ed. São Paulo: Edusp, 2004b. (Coleção Milton Santos; 2).

_____. **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo: Edusp, 2005. (Coleção Milton Santos; 7)

_____ et al. **Território, territórios**. Ensaios sobre o ordenamento territorial. 3ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. (Espaço, território e paisagem).

_____. **Técnica, Espaço, Tempo**. Globalização e Meio Técnico-científico-informacional. 5ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. (Coleção Milton Santos; 11).

_____. **Geografia: Além do Professor?** GEOgraphia, vol. 13, nº25, 2011, p.7-15.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 10ed., Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SANTOS, M; SOUZA, M.A.A.de.; SILVEIRA, M.L. (Orgs.). **Território. Globalização e Fragmentação**. 5ed., São Paulo: Hucitec, ANPUR, 2002.

SANTOS, M. M. **Territorialização dos movimentos sociais no sertão sergipano**. In: ANTONELLO, I.T.; VARGAS, M.A.M. (Org.) *Visões do espaço rural*. Aracaju: Gráfica e Editora Triunfo Ltda.; São Cristóvão: UFS, POSGRAP, NPGeo, 2001.

SANTOS, N. D. dos.; VASCONCELOS, V. de. **A Terra na Trajetória de Vida dos Assentados em Canindé de São Francisco**. São Cristóvão (SE). Relatório Final do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica CNPq/UFS, PIBIC/COPES, 1997.

SANTOS, N.D. dos. A dialética da reforma agrária de mercado em Sergipe: da luta de classes ao velho/novo jogo ideológico do Estado. In: CURADO, F.F; LOPES, E. S. **Do Plural ao Singular: Dimensões da Reforma Agrária e Assentamentos Rurais em Sergipe**. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2008, p.71-100.

_____. O Passado Presente na Inquietante Questão Agrária Brasileira. In: ARAÚJO, H.M. de.; SANTOS, N.D. dos. (Orgs.). **Temas de Geografia Contemporânea**. Teoria, Método e Aplicações. São Cristóvão: Editora UFS. Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2010, pp. 83-128.

SANZ HERNÁNDEZ, A. **Desarrollo rural. ¿Ocio o necesidad?** [on line] 5campus.com, Sociología <<http://www.5campus.com/leccion/desrural>> (2001).

SAQUET, M. A. **Abordagens e Concepções de Território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, M.A.; SANTOS, R.A dos (Orgs.). **Geografia Agrária, Território e Desenvolvimento**. 1ª impressão. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.

SARACENO, E. **O conceito de ruralidade: problemas de definição em escala européia**. Tradução Ângela Kageyama. Programa de Seminários INEA sobre DESENVOLVIMENTO NAS ÁREAS RURAIS. Modelos de Análise e políticas públicas de intervenção. Roma, 30 de outubro, 1996, p.1-6.

SAUER, S. **Terra e modernidade: a reinvenção do campo brasileiro**. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E.M. (Orgs.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

SCHNEIDER, S. (Org.). **A Diversidade da Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. (Série Estudos Rurais).

SCHWARZER, H. **Impactos Socioeconômicos do Sistema de Aposentadorias Rurais no Brasil** – Evidências Empíricas de um estudo de caso no Estado do Pará. Rio de Janeiro: IPEA, 2000 (Texto para discussão nº 729).

SEABRA, M.F.G. Crise econômico-social no Brasil e o limite do espaço. In: SANTOS, M. (Org.). **Novos Rumos da Geografia Brasileira**. 4ed. São Paulo: Hucitec, 1996, p.166-180.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução Laura Teixeira Mota. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SERRA, C.A.T. **Considerações acerca da evolução da propriedade da terra rural no Brasil**. ALCEU, v.4, nº7, p.231-248, jul/dez, 2003.

SHANIN, T. **A definição do camponês: conceituações e desconceituações** - o velho e o novo em uma discussão marxista. Revista NERA, ano 8, nº 7. Presidente Prudente. Jul/dez. 2005, pp. 1-21.

SILVA, A.C. da. **Geografia e lugar social**. São Paulo: Contexto, 1991. (caminhos da geografia).

_____. Contribuição à crítica da crise da geografia. In: SANTOS, M. (Org.). **Novos Rumos da Geografia Brasileira**. 4ed. São Paulo: Hucitec, 1996, p.13-24.

SILVA, C.A. da F. *et all*. Alagoas: Dinâmica Urbano-Regional do Estado. In: PEREIRA, R. H. M e FURTADO, B.A (Orgs.). **Dinâmica Urbano-Regional: rede urbana e suas interfaces**. Brasília: Ipea, 2011, pp.263-304.

SILVA, E.N. da. **Formação e ideário do MST**. São Leopoldo, RS: UNISINOS, 2004.

SILVA, J.F.G. da. (Coord.). **Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. **O Que é Questão Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

_____. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**. 2ed. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1998.

_____. **O Novo Rural Brasileiro**. 2ed. Campinas, SP: UNICAMP.IE, 2002. (Coleção Pesquisas, 1).

SILVA, J.G. da.; STOLCKE, V. (Orgs.). **Questão Agrária**. Weber, Engels, Lênin, Kautsky, Chayanov, Stalin. Tradução Edgard Afonso Malagodi, Sandra Brizolla, José Bonifácio de S. Amaral Filho. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SILVA, J.G. da.; KAGEYAMA, A. A. **As Estratégias Sociais dos Agricultores**. A Produção Camponesa e o Desenvolvimento Recente do Capitalismo no Brasil. In: Anais do Seminário A Agricultura Brasileira nos Anos 90: Desafios e Perspectivas. Curitiba: Ed. da UFPR, 1989, p. 153-177.

SILVA, J.R.P. da.; LEITE, A.M.A. **Organização e Desenvolvimento Territorial da Atividade Agrícola em Alagoas**. São Paulo: XIX ENGA, 2009, p.1-26.

SILVA, L.O. **Terras Devolutas e Latifúndio: Efeitos da lei de 1850**. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1996.

SILVA, R.M. da.; LOPES, E.S.A. **Conflitos de Terra e Reforma Agrária em Sergipe**. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe/EDUFS, Secretaria de Estado da Irrigação e Ação Fundiária, 1996.

SILVA, S. L. da. **Transformações Sócio Territoriais e o Espaço Rural do Alto Sertão Sergipano**. São Cristóvão: NPGeo/ UFS, Tese de Doutorado, 2007.

SILVA, T.E.M. da., LOPES, E.S.A. (Orgs.). **Múltiplos Olhares sobre o Semi-Árido Nordeste**. Sociedade, Desenvolvimento, Políticas Públicas. Aracaju: Fundação de Amparo à Pesquisa de Sergipe, 2003.

SILVEIRA, F.G. et al. **Desenvolvimento Territorial do Alto Sertão Sergipano: diagnóstico, assentamentos de reforma agrária e propostas de política**. INCRA-SE, Aracaju, 2006. 282p.

SIMPLICIO, O. Di. **Las revueltas campesinas en Europa**. Traducción castellana de Marco Aurélio Galmarini. Barcelona: Hurope, Editorial Crítica S.A, 1989.

SMITH, A. **Riqueza das Nações**. Tradução: Norberto de Paula Lima. Hemus, 2008.

SOJA, E. **Geografias Pós-Modernas**. A Reafirmação do Espaço na Teoria Social Crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1993.

SORJ, B.; MARTUCCELLI. **O Desafio Latino-Americano: Coesão social e democracia**. Tradução de Renata Telles. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SOTO, W. H.G. **A Produção do Conhecimento sobre o “Mundo Rural” no Brasil: As contribuições de José de Souza Martins e José Graziano da Silva**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

SOUSA, J.M.M. de. **Do Acampamento ao Assentamento: Uma Análise da Reforma Agrária e Qualidade de Vida em Sergipe**. São Cristóvão: UFS, 2009. (Tese de Doutorado).

SOUZA, M.J.L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I.E. de., GOMES, P.C. da C.; CORREA, R.L. (Orgs.). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, pp. 77-116.

STEDILE, J.P.(Org.). **A Questão Agrária no Brasil: O Debate Tradicional: 1500-1960**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____(Org.). **A Questão Agrária no Brasil: O Debate na Esquerda: 1960-1980**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____(Org.). **A Questão Agrária no Brasil: História e natureza das Ligas Camponesas 1954- 1964**. São Paulo: Expressão Popular, 2006a.

_____(Org.). **A Questão Agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990**. São Paulo: Expressão Popular, 2006b.

STEINBERGER, M. (Org.). **Território, ambiente e políticas públicas espaciais**. Brasília: Paralelo 15 e LGE Editora, 2006.

SUDENE – **Desigualdades Regionais no Desenvolvimento Brasileiro**. V4. A Expansão Capitalista. O Papel do Estado e o Desenvolvimento Regional no Brasil. PIMES. Recife: UFPE/IPEA/SUDENE, 1984.

SZMRECSÁNYI, Tamás. **Pequena História da Agricultura no Brasil**. São Paulo: Vozes, 1978.

TEDESCO, J.C. **Terra, Trabalho e Família: racionalidade produtiva e *ethos* camponês**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

TENÓRIO, D.A. **Tragédia do Populismo**. Maceió: EDUFAL, 1996.

THIOLLENT, M. **Os conceitos de Modo de Produção e Formação Econômico-Social**. Campinas, São Paulo: UNICAMP, IFCH, 1976.

THRIFT, N. **The Place of Complexity**. In: **Theory Culture & Society**. Explorations in Critical Social Science. vol. 16, number 3, june 1999, Sage Publications, London, Thousand Oaks and New Delhi, p.31-70.

THOMAZ JÚNIOR, A. (Org.) **Geografia e Trabalho no Século XXI**. Presidente Prudente: Centelha, 2004.

TOMIASI, E.P. **Terra e Vida: A Geografia dos Camponeses no Norte do Paraná**. São Paulo: UNESP - Presidente Prudente. 2003. (Tese Doutorado).

TUAN-YI-FU. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: DIFEL, 1980.

_____. **Espaço e Lugar**. São Paulo: DIFEL, 1983.

VIDAL, F. B. Um Caso Clássico de Subdesenvolvimento Regional Revisitado: Notas sobre a Formação Social e Econômica do Nordeste Brasileiro In: **Desenvolvimento regional: análises do Nordeste e da Bahia (Série Estudos e Pesquisas, 73)** Salvador: SEI, 2006, p.1-23.

WANDERLEY, M. de N. B. **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro**. In: XX Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), GT 17 - Processos Sociais Agrários. Caxambu (MG), 1996, 17p.

_____. **O Camponês: Um trabalhador para o Capital**. In: Caderno de Difusão Tecnológica. Brasília. 2 (1), jan./abril 1985, p.13-78.

WELCH, C.A. et al. (Orgs). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. V.1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

WOORTMANN, E. F.; WOORTMANN, K. **O Trabalho da Terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: Editora da UNB, 1997.

WOORTMANN, E. F. **Herdeiros, Parentes e Compadres. Colonos do Sul e Sitiantes do Nordeste**. São Paulo, Brasília: Hucitec, Edunb, 1995. (Estudos Rurais, 13).

WOORTMANN, K. Migração, família e campesinato (1990). In: WELCH, C.A. et al. (Orgs). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. V.1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p.217-240.

VARGAS, M. A.M. **Desenvolvimento Regional em Questão: O Baixo são Francisco Revisitado**. São Cristóvão, SE: UFS, NPGeo, 1999.

VEIGA, J. E. et al. Desenvolvimento Rural: O Brasil precisa de um Projeto. In: AGUIAR, Danilo R. D. de e PINHO, José B. **O Agronegócio Brasileiro: Desafios e Perspectivas**. 36º Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Poços de Caldas, 10 a 14 de agosto de 1998. Brasília: SOBER, 1998. (vol.1), pp. 153-185.

_____. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: Convênio FIPE – IICA (MDA/CNDRS/NEAD), 2001.

_____. **Destinos da ruralidade no processo de globalização**. Estudos Avançados. Vol. 18, nº51, São Paulo, 2004, p.1-17.

_____. **Território Para Um Desenvolvimento Sustentável**. Ciência e Cultura. SBPC: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006, pp.20-24.

VELHO, O.G.A.C. O conceito de camponês e sua aplicação à análise do meio rural brasileiro (1969). In: WELCH, C.A. et al. (Orgs). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. V.1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p.89-96..

VILAÇA, M.V.; ALBUQUERQUE, R.C. de. **Coronel, Coronéis: Apogeu e Declínio do Coronelismo no Nordeste**. 5ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

VILAR, J.E.C. **Pecuária e Formação Territorial: Contribuição à Geografia Histórica de Sergipe**. São Cristóvão: NPEGeo/UFS, 1991. (Dissertação de Mestrado).

APÊNDICE I

INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A PROPRIEDADE - BASE DOS DADOS - SAFRA 2010/2011

1. DADOS REFERENTES AO PRODUTOR

- 1.1. Nome: 1.2. Idade:..... anos.
 1.3. Escolaridade: () Analfabeto () Fundamental incompl. () Fundamental compl. () Médio incompl. () Médio compl. () Superior incompl. () Superior compl.
 1.4. Município de origem: 1.5. Estado de origem:
 1.6. Município que morava antes? 1.7. Estado que morava antes?
 1.8. Anteriormente morava: () na cidade () na área rural
 1.9. Condição anterior: () Proprietário () Arrendatário/parceiro () Posseiro () Empregado rural () Empregado na cidade () Outro Qual?
 1.10. Local de moradia: () Área Urbana () Área Rural
 1.11. Número de pessoas da família que residem no imóvel: Total:

	Número	Número	Número
Homens	Com 14 anos e menos:.....	Entre 14 e 65 anos:	Com mais de 65 anos: ..
Mulheres	Com 14 anos e menos:.....	Entre 14 e 65 anos:	Com mais de 65 anos: ..

1.12. Número de pessoas da(s) família(s) dos empregados ou **agregados** que residem no imóvel: Total: _

	Número	Número	Número
Homens	Com 14 anos e menos:.....	Entre 14 e 65 anos:	Com mais de 65 anos:
Mulheres	Com 14 anos e menos:.....	Entre 14 e 65 anos:	Com mais de 65 anos:

1.13. Possui mais de uma propriedade rural? () sim () não. Se sim, quantas? Município e Estado em que se localizam outras propriedades rurais.....

1.14. Soma da área das propriedades rurais que possui.Hectares* outarefas**

2. DADOS REFERENTES A PROPRIEDADE:

2.1. Nome da propriedade

	Hectares*	ou	Tarefas**
2.2.. Área total da propriedade			
2.2. Área Própria			
2.3. Área tomada em Arrendamento/parceria:			
2.4. Área concedida (dada) em arrendamento			
2.5.Outros. Quais?			

2.6. Qual a condição legal da terra? (Forma de acesso)
 () Própria/Aquisição () Própria/Herança () Arrendamento () Posse
 (..) Assentamento/Lote Próprio (...) Casa construída no lote de familiares

3. UTILIZAÇÃO DAS TERRAS - Safra 2010/2011

	Hectares	ou	Tarefas
3.1. Lavouras permanentes			
3.2. Lavouras temporárias			
3.3. Pastagens			
3.4. Área Construída*			
3.5. Terras em descanso			
3.6. Área reflorestada e de vegetação nativa			
3.7.Outros. Quais			

4.1. Qual a principal atividade agrícola do estabelecimento?

4.2. PRODUÇÃO AGRÍCOLA- Safra 2010/2011

Culturas:	Área (Ha):	ou	Área (Tarefa):	Produção (ton.)	ou	Produção (sacas.)

4.1.1.: Algodão: herbáceo						
4.1.2. Amendoim						
4.1.3. Batata-doce						
4.1.4. . Feijão						
4.1.5: Mandioca						
4.1.6.: Milho						
4.1.7. Manga						
4.1.8. Laranja:						
4.1.9. Cana de açúcar:						
4.1.10. Tomate						
4.1.11. Banana						
4.1.12. Mamão						
4.1.13. Melancia						
4.1.14. Fava						
4.1.15. Outros						

5. DESTINO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA (Em caixas/toneladas/sacas/arrobas - especificar a unidade de medida utilizada) - Safra 2010/2011

Cultura	Utiliza na Propriedade	Venda na feira	Venda para agroindústria	Venda para cooperativas	Venda para supermercado	Outros
5.1.1. Algodão:						
5.1.2: Amendoim						
5.1.3. Batata-doce						
5.1.4.: Feijão v						
5.1.5. Mandioca						
5.1.6. Milho:						
5.1.7. . Manga						
5.1.8.: Laranja						
5.1.9.:Cana de açúcar						
5.1.10. Tomate						
5.1.11. Banana						
5.1.12. Mamão						
5.1.13. Melancia						
5.1.14. Fava						
5.1.15. Outros						

5.2. Quais as condições de comercialização?

() Preço fixo de mercado () Preço pós-fixado (consignação) () Misto

5.3. Vende parte da produção para o **Programa de Aquisição de Alimento?** () Sim () Não

5.4. Qual a importância desse programa para o agricultor? _____

6. ATIVIDADE PECUÁRIA- Safra 2001/2002

Tipo:	N.º de cabeças:
6.1. Bovinos de corte	
6.2. Bovinos de leite	
6.3. Suínos – nº total	
6.4. Frangos e galinhas	
6.5. Ovos	
6.6 Caprinos	
Outros (Quais?)	

7. DESTINO DA PRODUÇÃO PECUÁRIA - (Quantidade de quilos e de dúzias para os ovos) - Safra 2010/2011

Tipo:	Utiliz. na Propriedade	Venda para cooperativas	Venda para Frigoríficos/agroindústrias	Venda para Açougues/supermerc.	Venda para outros produtores	Outros
7.1. Bovinos de corte						
7.2. Bovinos de leite						
7.3. Suínos						
7.4. Frangos e galinhas						
7.5. Ovos						
7.6. Caprinos						
Outros Quais?						

8. REBANHO BOVINO

Tipos	Número	Litros
8.1. Vacas em lactação - N°		
8.2. Vacas secas - N°		
8.3. Produção de Leite Total na safra- Litros		
8.4. Produção de Leite Total na entre-safra- Litros		

9. MANEJO SANITÁRIO- Safra 2010/2011

	Número de Vezes/Ano	Quais Meses
9.1. Desverminação		
9.2. Controle de parasitas externos		
9.3. Vacinação contra aftosa		
9.4. Uso de sal mineral		
9.5. Instalações utilizada para tirar leite		

9.6. Tem o bloco de produtor rural (Folha de Notas)? () Sim () não

10. FORÇA DE TRABALHO - Safra 2010/2011

10.1. TRABALHO FAMILIAR () Sim () Não

	Número	Número	Número
Homens	Com 14 anos e menos:.....	Entre 14 e 65 anos:	Com mais de 65 anos: ..
Mulheres	Com 14 anos e menos:.....	Entre 14 e 65 anos:	Com mais de 65 anos: ..

10.2. TRABALHO ASSALARIADO PERMANENTE () Sim () Não

	Número	Número	Número
Homens	Com 14 anos e menos:.....	Entre 14 e 65 anos:	Com mais de 65 anos:
Mulheres	Com 14 anos e menos:.....	Entre 14 e 65 anos:	Com mais de 65 anos:

10.3. TRABALHO ASSALARIADO TEMPORÁRIO () Sim () Não

	Número	Número	Número
Homens	Com 14 anos e menos:.....	Entre 14 e 65 anos:	Com mais de 65 anos:
Mulheres	Com 14 anos e menos:.....	Entre 14 e 65 anos:	Com mais de 65 anos:

10.3.1. Em quais atividades utiliza mão-de-obra temporária?

.....

10.3.1. 1. Em quais meses do ano utiliza mão-de-obra temporária (bóia-fria)?

11. RENDIMENTO ANUAL APROXIMADO - Safra 2010/2011

ATIVIDADES	Renda Bruta R\$	% sobre a renda total obtida	ATIVIDADES	Renda Bruta R\$	% sobre a renda total obtida
11.1. Lavouras temporárias:			11.4. Pecuária de leite:		

11.2. Lavouras permanentes:			11.5. Hortifruticultura:		
11.3. Pecuária de corte:			11.6. Granjas:		
			11.7. Outros:		

11.8. ACRÉSCIMO DA COMPOSIÇÃO DA RENDA:

11.9. **Trabalho acessório** - a renda da família é complementada com salário de algum membro da família: Que trabalha fora da unidade de produção? Sim (...) Não (...). Quantos membros? _____ Atividade desenvolvida _____ Período do ano _____
Local _____ Valor individual em R\$ _____

11.10: ACESSO AO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO:

Algum membro da família recebe aposentadoria ou pensão? Sim (...) Não (...) Quantos membros _____ qual o valor individual? _____

Algum membro da família recebe **auxílio doença**? Sim (...) Não (...) Quantos membros _____ qual o valor individual _____ há quanto tempo? _____

11.11. ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS: BOLSA FAMÍLIA:

A Família recebe auxílio do Bolsa Família? Sim (...) Não (...). Quanto Beneficiados? _____ Valor Total em R\$ _____

12. MEIOS DE PRODUÇÃO - Disponíveis na safra 2010/2011

	Número		Número
12.1. Tratores:		12.15. Pulverizador costal	
12.2. Colheitadeiras:		12.16. Quebrador de milho/forrageira	
12.3. Arados de tração mecânica		12.17. Ensilhadeiras de forragem	
12.4. Arados de tração animal		12.18. Colhedeira de forragem	
12.5. Grade – Trator		12.19. Carreta agrícola	
12.6. Plantadeira manual		12.20. Carroça	
12.7. Grade de tração animal		12.21. Distribuidor de esterco Líquido	
12.8. Aparelho de irrigação		12.22. Distribuidor de forragens	
12.9. Plantadeira para plantio direto		12.23. Outros, Quais?	
12.10. Pulverizador - Trator		12.24.	
12.11. Subsolador/escarificador			
12.12. Distribuidor de calcário			
12.13. Trilhadeira ou batedor			
12.14. Semeadeira/adubadeira			

13. UTILIZAÇÃO DE INSUMOS - Safra 2010/2011 () Sim () Não

	Quantidade	Unidade de medida Toneladas/Quilos/litros, etc.	Atividade (qual lavoura ou criação em que foi utilizado)
13.1. Fertilizantes de base			
13.2. Fertilizantes de cobertura			
13.2. Calcário			
13.3. Ração fornecida			
13.4. Agrotóxicos aplicados			
13.5. Defensivos animais			
13.6. Outros, Quais?			
.			

13.8 Quais os principais fornecedores de insumos?

13.9. Que condições de pagamento utilizado na compra de insumos?

14. ASSISTÊNCIA TÉCNICA: () Sim () Não

14.1. () Oficial

14.2. () Particular

14.3. () Própria

14.4. () Cooperativa

Outro (s), Qual (is)? _____

Periodicidade das visitas do (s) técnico (s): () Semanal () quinzenal () mensal () trimestral ()
semestral () anual () quando solicita.

15. FINANCIAMENTO DE CUSTEIO- Safra 2010/2011 () Sim () Não

Produto Agrícola:	Bancos		Intermediário		Próprio	
	Área (Há)	Valor (\$R)	Área (Há)	Valor (\$R)	Área (Há)	Valor (\$R)
15.1.1. Algodão:						
15.1.2: Amendoim						
15.1.3. Batata-doce						
15.1.4.: Feijão v						
15.1.5. Mandioca						
15.1.6. Milho:						
15.1.7. Manga						
15.1.8. Laranja						
15.1.9.Cana de açúcar						
15.1.10. Tomate						
15.11.Outros						

15.12. Quanto representa o financiamento bancário do gasto da propriedade?
.....

15.13. FINANCIAMENTO DE INVESTIMENTO - safra 2010/2011

Item financiado	Bancos (Valor em \$R)	Intermediários (Valor em \$R)	Próprio (Valor em \$R)

15.14. Está adimplente com o Banco? Sim (....) Não (....). Financiamento relativo à

16 - CRÉDITO DO PRONAF

16.1. Já teve acesso ao crédito do PRONAF? () Sim () Não

16.2. Quando? _____

16.3. Em qual banco fez o empréstimo? _____

16.4. Encontrou dificuldades para ter acesso ao crédito? () Sim () Não

16.5. Para quais finalidades utilizou o empréstimo? _____

16.6. Qual foi o valor do financiamento? _____

16.7. Quanto tempo levou para pagar todo o empréstimo? _____

16.8. Enfrentou dificuldades para efetivar os pagamentos? () Sim () Não

16.9. Quais? _____

16.10. O fato de ter conseguido o empréstimo do Pronaf contribuiu para melhorar as condições de produção e de vida da família? () Sim () Não

16.11. De que forma? _____

16.12. Os valores dos empréstimos são suficientes para promover mudanças na produção agropecuária?
() Sim () Não

16.13. Atualmente está inadimplente com relação aos empréstimos do Pronaf? () Sim () Não

16.14. Já teve perdas da produção por seca ou muita chuva? () Sim () Não

16.15. Já recebeu **Seguro Safra** por perdas na produção? () Sim () Não

17. ORGANIZAÇÃO DOS AGRICULTORES

- 17.1. É associado à cooperativa? () Sim () Não. Se sim, qual (is)?.....
 17.2. É membro de alguma associação de agricultores? () Sim () Não. Se sim, qual (is)?
 17.3. É filiado a algum sindicato? () Sim () Não. Se sim, qual (is)?

18. INFRA-ESTRUTURA DA UNIDADE:

- 18.1. Energia elétrica () Sim () Não
 18.2. Telefone () Sim () Não
 18.3. Depósitos para produtos: () Sim () Não. Qual a capacidade? _____
 18.4. Oficina (desde pequenos reparos em máquinas e implementos) () Sim () Não
 Outros. Quais?

19. CONDIÇÕES DA MORADIA DO AGRICULTOR

- 19.1 Número de pessoas que moram na casa:
 19.2. Material de construção da casa () madeira () alvenaria () mista () pau a pique () outros

 19.3. Metragem da casa (m2).....
 19.4. Número de Cômodos
 19.5. Número de quartos
 19.6. Tipo de piso da casa () madeira () Alvenaria () Chão batido
 19.7. Tipo de cobertura () telha barro () Telha amianto () Telha zinco () Outros

20. BENS DE CONSUMO DURÁVEIS DISPONÍVEIS

- 20.1. Televisão () Não () Sim. Se sim, quantas?.....
 20.2. DVD () Não () Sim. Se sim, quantos?.....
 20.3. Geladeira () Não () Sim. Se sim, quantas?.....
 20.4. Freezer () Não () Sim. Se sim, quantos?.....
 20.5. Computador () Não () Sim. Se sim, quantos?.....
 20.6. Veículo de passeio () Não () Sim. Se sim, quantos?.....
 20.7. Moto () Não () Sim. Se sim, quantos?.....

21. PRINCIPAL TIPO DE TRANSPORTE UTILIZADO PELA FAMÍLIA DO AGRICULTOR

- () Automóvel () Carroça () Bicicleta () Trator () Ônibus () Moto () Outros, Quais ?

22. TEM PLANO DE AMPLIAÇÃO DA ÁREA CULTIVADA NA PROPRIEDADE:

- 22.1. Sim ()
 22.2. Não ()
 22.3. Quais culturas pretende ampliar.

23. QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS DIFICULDADES:

- 23.1. () falta de incentivo do Estado
 23.2. () dificuldade de comercialização
 23.3. () falta de assistência técnica
 23.4. () falta de mão-de-obra especializada
 23.5. () falta de melhorias técnicas de cultivo
 23.6. () disponibilidade de água
 23.7. Outras _____ Quais?

24. USO DA ÁGUA PARA A IRRIGAÇÃO:

- 24.1. () açude
 24.2. () córrego ou rio
 24.3. () poço artesiano
 24.4. () poço semi-artesiano

25- FORMA DE ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO:

- 25.1. () Através de caminhão próprio
 25.2. () Através de caminhão fretado
 25.3. () Através de caminhão da associação
 25.4. () Através de trator próprio
 25.5. () Através de carroça
 25.6. () Por conta do comprador.

25.7. () Outro (s). Qual (is)

26. DADOS REFERENTES À FAMÍLIA DO PRODUTOR

Membr o Família	Nome	Idad e	Grau de Escolaridad e	Estado Civil	Local de Moradia	Ocupação
Esposa						
Filho:						
Filho:						
Filho:						
Filho:						
Filho:						
Filho:						

27. DADOS REFERENTES À FAMÍLIA DO PARCEIRO/EMPREGADO

Membr o Família	Nome	Idad e	Grau de Escolaridad e	Estado Civil	Local de Moradia	Ocupação
Esposa						
Filho:						
Filho:						
Filho:						
Filho:						
Filho:						
Filho:						

28 - AVALIAÇÃO DOS AGRICULTORES SOBRE SUA SITUAÇÃO SOCIAL

Escala Social	Inferior	Igual	Superior
O agricultor em relação às outras pessoas da sociedade brasileira			
O agricultor em relação aos demais agricultores			
A profissão de agricultor face às demais profissões no país			

29. ACESSO A POLÍTICAS HÍDRICAS

A sua propriedade dispõe de acesso a água durante todo o ano? Sim (___) Não (___). Como obtém água para consumo (_____) e para a produção (_____).

A água existente na propriedade é suficiente para realizar a plantação dos cultivos? Sim (___) Não (___). Qual o motivo? _____

30. ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO COEP NA COMUNIDADE

Você conhece alguma ação desenvolvida pelo COEP na Comunidade? Sim (___) Não (___) Qual(is)? _____

Você considera importante as ações desenvolvidas pelo COEP na Comunidade? Sim (___) Não (___)
Comente _____

A atuação do COEP na Comunidade contribuiu para mudar a situação da Comunidade em algum aspecto? Sim (___) Não (___). Comente _____

31. COMENTÁRIOS EXPONTÂNEOS DO ENTREVISTADO

OBSERVAÇÕES DO ENTREVISTADOR (CONTINUAR NO VERSO, SE FOR O CASO)

1 hectare = 10.000 m² ** tarefa = 3.333,33 m²